



GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

# MENSAGEM

À

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

1978

R585m  
1978

*Sistema O Federal de Planejamento*

**GOVERNO DO ESTADO DO  
RIO GRANDE DO SUL**

**MENSAGEM DO GOVERNADOR  
DO ESTADO À ASSEMBLÉIA  
LEGISLATIVA DO  
RIO GRANDE DO SUL**

**— 1978 —**

**RELATÓRIO SOBRE A ATUAÇÃO DO  
SETOR PÚBLICO EM**

**— 1977 —**

**1.º de Março de 1978**

# GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

GOVERNADOR DO ESTADO

Sinval Guazzelli

VICE-GOVERNADOR DO ESTADO

José Augusto Amaral de Souza

CHEFE DA CASA CIVIL  
Carlos Alberto Allgayer

PROCURADOR GERAL DA JUSTIÇA  
Antônio Ricardo de Medeiros

CHEFE DA CASA MILITAR  
Itaboral Pedro Barcellos

CONSULTOR GERAL DO ESTADO  
José Maria Rosa Tesholner

SECRETÁRIO DA JUSTIÇA  
Romão Ramos

SECRETÁRIO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO  
Cláudio Ennio Strassburger

SECRETÁRIO DA FAZENDA  
Jorge Babot Miranda

SECRETÁRIO DO TRABALHO E AÇÃO SOCIAL  
Carlos Alberto Chiarelli

SECRETÁRIO DO INTERIOR,  
DESENVOLVIMENTO REGIONAL E OBRAS PÚBLICAS  
Octávio Germano

SECRETÁRIO DA SAÚDE  
Jair Oliveira Soares

SECRETÁRIO DA AGRICULTURA  
Getúlio Marcantônio

SECRETÁRIO DOS TRANSPORTES  
Firmino Girardello

SECRETÁRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA  
Ailton Santos Vargas

SECRETÁRIO DE ENERGIA, MINAS E COMUNICAÇÕES  
Walter Jobim Filho

SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO  
Oscar Machado da Silva

SECRETÁRIO DE COORDENAÇÃO E PLANEJAMENTO  
Eduardo Emilio Maurell Müller

SECRETÁRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA  
Rubem Moura Jardim

SECRETÁRIO DE TURISMO  
Mário Bernardino Ramos

SECRETÁRIO EXTRAORDINÁRIO  
Enio Vilanova Castilhos

Senhor Presidente:

Cumprindo o que determina o artigo 66, item XIV, da Constituição do Estado, dirijo-me a essa Assembléia Legislativa, para, através desta Mensagem, prestar-lhe informação sobre o andamento dos negócios estaduais durante o exercício de 1977.

No contato com as peças que a compõem, conhecerão os representantes do povo os dados imprescindíveis à análise da situação da coisa pública e à conseqüente ação crítica e legiferante, em sua função co-gestora do governo.

*Ao Excelentíssimo Senhor  
Deputado NIVALDO SOARES  
DD. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado  
NESTA CAPITAL*

Seja-me permitida, porém, uma palavra introdutória, para destacar alguns aspectos sociais, econômicos e político-administrativos, condutores ou resultantes da ação governamental executada no Estado.

O Rio Grande do Sul tem prosseguido na trilha das vocações que estão na origem da sua gente, e, nelas vai encontrando o caminho do seu desenvolvimento, como unidade integrada ao universo brasileiro. E, daqui do extremo-sul, o trabalho e a cultura do seu povo — que vive, ainda, em sua maioria, na comunhão com as coisas da terra — vai contribuindo crescentemente para o progresso nacional, assegurando bens, recursos e serviços essenciais à melhoria dos padrões de vida e aspirações do homem brasileiro.

Para isso, a atividade no campo e nas cidades, diversificada por todos os setores da economia, teve que enfrentar, mais do que em outros exercícios antecedentes, vários fatores que, se fizeram o ano findo mais árduo, fizeram-no também o mais afirmativo de minha gestão. Se agruras houve, nunca se transformaram em derrotas, mas antes vivências de reafirmação dos valores que informam o homem destas plagas. E, ao lado das dificuldades, a satisfação de verificar o crescimento global do Estado, a modernização de seus métodos de ação, a absorção de problemas endógenos ou externos, a abertura de novas frentes de assentamento do seu progresso.

Lance por lance, cada qual apoiado na experiência, cada um concorde com a filosofia de vida apurada ao longo das gerações que, entre alegrias e sacrifícios, edificaram história e abriram os caminhos para a ação realizada, novas conquistas foram agregadas ao processo de nosso desenvolvimento. Observa-se que a nossa sociedade aprendeu a não acreditar em ciclos esporádicos de riqueza, mas, que, talvez por isso mesmo, construiu-se sobre a mais permanente das riquezas: o trabalho. Esse trabalho, que gera auto-confiança, que faz cada homem parte de um todo produtivo, tornou possível a superação das dificuldades que pontilharam o ano findo, fazendo com que surgissem índices positivos de crescimento.

A produção do nosso setor primário — uma das vocações permanentes do povo gaúcho — possui significação destacada no comportamento da economia nacional, projetando-se na balança de trocas internacionais. Participando com cerca de 10% da economia brasileira, contribui com 15% do que exporta o País, graças, essencialmente, à atividade agro-pastoril, que se estende, em crescente forma empresarial, por 82% do solo rio-grandense. Este último dado tem o sentido de mostrar que atingiu o Rio Grande do Sul o estágio do quase-esgotamento de sua fronteira agrícola (em 1977 a área cultivada cresceu, ainda, em 5%), de onde se infere que o caminho adequado e já empreendido pelo nosso agricultor e pelo nosso pecuarista, é o da batalha da produtividade.

O Estado precisa fazer com que cresça, a cada ano, a sua nobre e internacionalmente qualificada produção dos campos, dentro dos mesmos espaços verdes que ora já ocupa. E isso já vem conseguindo, como alerta o índice de 6,32% de acréscimo havido em grãos, em 1977, apesar dos fatores climáticos adversos que têm abalado profundamente as safras tritícolas. Igualmente, a pecuária, apesar dos espaços cedidos à agricultura empresarial, tem mantido o seu rebanho em mais de 13.000.000 cabeças, antecipando a idade de abate do novilho, através de suprimentos de alimentação no inverno, o que está a mostrar a preocupação do nosso pecuarista com a modernização de métodos no trato dos gados.

Outra alternativa lógica para essa realidade do setor primário já está se fazendo presente na integração da lavoura com a pecuária — apesar de nem todos os solos serem adequados ao plantio de grãos — criando-se com o uso alternado das áreas, ampliação de ofertas de terra para ambas as atividades. Considera-se que, nos últimos sete anos, a área destinada aos oito produtos básicos de nossa lavoura — arroz, batata, cebola, feijão, mandioca, milho, soja e trigo — cresceu em 55% (5.041.000 ha em 1970 para 7.770.000 ha em 1977), especialmente em função da busca de terras para a lavoura, em moldes mecanizados empresariais, de soja, arroz e trigo. Mas, em 1977, a área para a soja cresceu apenas 5,88%; para o arroz, 1,54%; enquanto a área para o trigo — mercê dos desestímulos advindos de sucessivas frustrações — decresceu em 21,11%. E a produção física, no mesmo ano, foi de 11,18% a mais para a soja, sobre 1976; 8,40% a mais para o arroz; mas de cerca de 64% a menos para o trigo, quando as condições climáticas foram extremamente desfavoráveis para esta lavoura.

Destaque desse último ano deverá ser dado também à produção do milho, quando foi alcançada, pela primeira vez, a auto-suficiência no Estado. A conscientização dos processos produtivos dessa cultura, que mereceu, desde 1976, intensa campanha por parte do governo, permitiu o aumento em 20% na renda média obtida por hectare plantado.

Por sua vez, o aperfeiçoamento do uso de métodos modernos deverá reduzir o elevado índice que se observa nas perdas de colheitas mecanizadas, estimado em quase 10% da produção agrícola.

Também no setor da pecuária se verifica um processo de modernização e de integração com a lavoura, consciente e cuidadoso, o qual, a par dos resultados econômicos, tem conseguido, ul-

tinamente, reter mais mão-de-obra no campo do que qualquer outra atividade, contribuindo para o desejável equilíbrio das migrações campo-cidade.

Apesar de contar, de modo geral, com preços pouco compensadores ao produtor, o que tem gerado ainda um abate excessivo de ventres, em prejuízo de um racional crescimento do rebanho, e da escassez de alimentos na estação de frio — dado que o processamento da fenação e silagem, assim como o de pastagens de inverno, é de custo muito elevado em relação ao valor usual do quilo do boi-vivo — em 1977 nossa pecuária se caracterizou por um firme desempenho, com um abate em 4,64% maior do que em 1976 nos estabelecimentos exportadores, o que denota forte tendência a uma recuperação, alentada pela reação de preços havida no final do segundo semestre.

Os progressos da já avançada forma de exploração pecuária em nosso Estado tornar-se-ão ainda mais sensíveis, na medida em que houver a paulatina redução do período de desfrute do novilho de corte, a sistematização crescente dos meios de produção e a melhoria da qualidade zootécnica, da sanidade animal e dos métodos de alimentação — temas esses para os quais o governo tem intensificado não apenas campanhas de conscientização e esclarecimento, mas programas sempre mais aperfeiçoados de assistência técnica.

É certo, assim, que os homens do setor primário penetram nas formas do mais eficiente aproveitamento do nosso espaço agrícola, substituindo paulatinamente a atividade extensiva pela intensiva mais produtiva, apesar da luta contra adversidades climáticas e mercadológicas.

Na realidade, o estímulo ao crescimento de técnica mais apurada, mais produtiva e racional de agricultura e da criação de rebanhos, dependerá não apenas do conhecimento da sua necessidade. Sua efetiva aplicação há que ser apoiada em mercados certos e compensadores. Todo o incentivo existente em programas do Governo sobre o uso de novos processos de produção dos campos, que pretendem e vêm conseguindo mudanças, inclusive psicológicas, na visão do setor, não obterão o êxito permanente visado de real produtividade e melhoria da qualidade, se os mecanismos de suporte financeiro e de comercialização não assegurarem as expectativas justas de agricultores e criadores. O sentido nacional da relevância do setor primário está bem claro, seja através do que o País consome, seja através do que exporta, dele obtendo ainda mais divisas do que as geradas pelos produtos industrializados e semi-industrializados. Por isso mesmo, todo o apoio, o incentivo seguro, que lhe seja oferecido, reverterá em benefícios globais para a Nação. E se a especialização tem um preço, estará este sempre aquém dos resultados, os quais, além do enfoque financeiro-econômico, se estendem por áreas sociais, culturais e infra-estruturais, que dizem diretamente com o bem-estar de toda a população.

Veja-se que essa produtividade maior verificada, assim como o crescente processo de especialização da lavoura, que vem acompanhado de intensa capitalização e mecanização, tem se constituído em alto estímulo aos ramos de nossa indústria voltados para a produção de implementos agrícolas, corretivos e fertilizantes do solo.

Em termos econômicos globais, não esteve o Estado infenso ao processo de desaquecimento da economia nacional que, no ano findo, se refletiu em todos os seus setores de produção ou de serviços. O setor secundário terá sido o que mais diretamente sofreu com as restrições, impostas pela retração de créditos, de importações, e mesmo de mercados, mantendo-se estável, todavia. O essencial é que não ocorreu desemprego na indústria, tendo ela ampliado a utilização de mão-de-obra com relação ao ano anterior, e absorvido a oferta surgida.

Como um todo, a indústria, especificamente, demandou um consumo de energia elétrica superior em 15% ao exercício de 1976, apresentando um desempenho dinâmico mesmo entre as empresas do grupo tradicional, destacando-se neste as têxteis e de calçados, e dentre as do grupo dinâmico, as de papel, as de minerais não-metálicos e as químicas.

É importante ressaltar o papel político-administrativo do governo estadual na consubstanciação de fatores novos que irão conferir ao setor, a médio prazo, aquele dinamismo que, pela já demonstrada capacidade técnica e empresarial de seus homens, está a exigir. Refiro-me já não mais às gestões — felizmente concluídas com justo êxito para o Estado — mas aos lances principais que vão tornando fisicamente reais os pólos petroquímicos, carboquímico e de metalurgia do cobre e a produção de nitrogenados.

Atendendo a prioridade declarada para a implantação do III Pólo Petroquímico aqui no Estado, foi criada, para coordená-la, a COPESUL; o BNDE constituído em principal agente da política de execução financeira; o BNH financiando o Estado na realização de infra-estrutura do Pólo; a PETROBRÁS determinando à REFAP que se prepare para o suprimento das matérias-primas necessárias ao funcionamento da futura Central de Matérias-Primas do Pólo; o CONPETRO coordenando ações federais e estaduais na programação das obras de implantação; a PETROQUISA já desenvolvendo o projeto final da Central de Matérias-Primas e estimulando a iniciativa privada a participar dos projetos de segunda geração; a FIBASE incumbida dos projetos de insumos básicos; a PETROPAR já definindo o seu projeto para a produção de 240.000 t/ano de PVC/MVC e de 50.000 t/ano de polímeros de polipropileno; a POLIOLEFINAS já com área adquirida e projeto aprovado para produzir 115.000 t/ano de polietileno de

baixa densidade; a POLISUL com projeto aprovado para a produção de 60.000 t/ano de polietileno de alta densidade; a POLIPENO e a PETROAPLUB, com projeto aprovado para produzir 100.000 t/ano de polietileno de baixa densidade; a PETROFLEX, com projeto aprovado para a produção de 80.000 t/ano de borracha sintética SBR; a OXITENO com projeto de produção de 50.000 t/ano de óxido de propeno e 125.000t/ano de estireno — além de outras medidas correlatas e também essenciais realizadas por órgãos do governo estadual — movimenta-se o Rio Grande nesse empreendimento dinâmico e grandioso. Só a construção civil das obras de infra-estrutura e das fábricas e sua montagem, demandará o emprego de 12.000 pessoas até 1979; com o funcionamento das unidades do complexo básico, esse número chegará a 24.600. E os serviços de saúde, educação, lazer, abastecimento, transportes, serviços públicos, e outros essenciais ao atendimento do todo, exigirão mais 28.000 novos servidores. Tal perspectiva tem determinado, também, oportunas medidas do Governo do Estado, inclusive junto ao Governo Federal, através do Ministério do Trabalho, às Universidades, ao SENAI/SENAC, escolas profissionalizantes e outras, no sentido da formação de recursos humanos, em todos os níveis, para o empreendimento. Um montante de 5,5 bilhões de cruzeiros será despendido até 1980, somente em equipamentos para o complexo básico.

Num solo com reservas carboníferas como as do Estado (12 bilhões de toneladas, 85% das reservas nacionais) e dentro de uma conjuntura mundial que exige a exploração de formas outras de energia que não o petróleo, que começa a ser reservado para fins mais nobres do que a queima em motores de combustão — a carboquímica se apresenta como um caminho lógico e mesmo urgente no asseguramento da continuidade e expansão do parque industrial. Por isso mesmo, a já definida localização para o Rio Grande do Sul de um Complexo Carboquímico, vem revestida de oportunidade e economicidade. Assim, prepara-se, às margens do Jacuí, uma área de cerca de 200 ha, onde será implantada a usina de gaseificação, cujo principal aproveitamento estará na produção de amônia e uréia pela Companhia Rio-Grandense de Nitrogenados — em fase de realização definitiva — e na substituição do óleo combustível no parque industrial da Região Metropolitana, assim como do gás doméstico ali utilizado. Em três anos, com a PETROBRÁS construindo e operando a usina e o Estado fornecendo o carvão e distribuindo o gás pela CARBOGÁS, contaremos com 4 milhões de metros cúbicos de gás por dia, através de um consumo de 2.000.000 t/ano de carvão.

Cabe destacar, outrossim, a instalação de um complexo industrial para a metalurgia do cobre. Nossas reservas, prospectadas e em prospecção, desse nobre e estratégico metal, essencial à vida moderna e que importamos em quantidades crescentes, asseguram o acerto da decisão, que implicará em investimentos públicos e privados de cerca de 400 milhões de dólares. Com os recursos infra-estruturais que já conta o Estado e com o projeto aprovado, nada detará a concretização desse novo pólo de desenvolvimento regional e de racional aproveitamento de mais uma riqueza de seu subsolo, capaz de gerar mais empregos e bem-estar no Rio Grande.

Mencione-se, ainda, a aprovação federal ao projeto que provê sobre a aquisição de tecnologia japonesa para a produção de mini-computadores aqui no Estado, indústria altamente sofisticada e meta governamental à altura da vocação técnica do rio-grandense. Nesse empreendimento, o Estado assumirá 25% dos custos de implantação — 100.000.000 de cruzeiros — sendo os restantes 75% atendidos por grupo de 16 empresas gaúchas.

O panorama da infra-estrutura material oferecida aos gaúchos — condição fundamental para o desenvolvimento de todas as atividades de produção — tem se modificado ano a ano, para melhor. Já não subsistem os pontos de estrangulamento que impediam, até épocas relativamente recentes, o livre desencadear de nossas potencialidades, quando a carência de estradas, a falta de energia elétrica, o precário sistema de comunicações, entre outros, criavam, dentro de nosso Estado, verdadeiras ilhas inacessíveis ao contato e à criação da riqueza.

Hoje, à força de trabalho, investimentos, e, sobretudo, de integração sempre maior entre os níveis de Governo — do federal ao municipal — o cenário é substancialmente diverso. As grandes troncais rodoviárias, de alcance nacional e internacional, ligam todas as regiões do Rio Grande aos demais estados e aos países vizinhos; a energia é gerada a níveis compatíveis com a demanda, esta em crescimento vertiginoso por obra do próprio progresso generalizado; as telecomunicações abrem-se ao mundo inteiro, rápidas e eficientes.

Conquanto o crescimento desses setores, pelo menos na última década e acompanhando o desenvolvimento verificado nas demais regiões do País, seja verdadeiramente inédito, o anseio por sempre maiores investimentos e melhores obras, os reclamos pelo acesso a condições infra-estruturais ainda mais propícias, permeia todos os recantos e parte desde as grandes cidades até os mais recônditos lugarejos de nosso território. Ante essa realidade — que expressa nada mais do que a sadia normalidade do desejo humano pela contínua auto-superação — o poder público encontra dificuldades para fazer frente às necessidades sempre crescentes, que resultam de uma realidade econômica plenamente ativa.

Dai porque a tarefa do administrador estadual, atento permanentemente às reivindicações comunitárias, está voltada ao atendimento dentro do possível integrado às condições locais próprias, desenvolvendo, assim, o espírito de participação dos grupos diretamente beneficiados no alcance de suas aspirações, e, conseqüentemente, ampliando os recursos somados a sua consecução.

Dentro dessa filosofia se contêm programas como os desenvolvidos no campo das estradas vicinais, das obras de arte e de pequenos melhoramentos viários, da eletrificação e telefonia rurais, exercitados pelo Estado diretamente, através dos seus órgãos competentes, ou por meio de auxílios concedidos aos municípios ou a entidades representativas de pequenas comunas.

Quanto aos investimentos diretos na área de transportes rodoviários das zonas de produção, 1977 apresentou a construção de 689,61 km de novas estradas capilares, além do melhoramento de 937,29 km e da construção de 1.737,4 metros de obras de arte especiais. Acrescentem-se 139,58 km de pavimentação e melhoria em 184,22 km de rodovias, com o que o Rio Grande do Sul passa a contar com 10.365 km de estradas estaduais, das quais 2.703 km pavimentadas, sem contar as rodovias federais.

O transporte hidroviário, para o qual o Rio Grande oferece excelentes potencialidades, apresentou, entre outras obras, a conclusão do entroncamento hidro-rodo-ferroviário de Estrela, construído em convênio com o Governo Federal e mercê do qual passou-se a contar com condições mais racionais para o escoamento da produção do Estado. O prosseguimento dos estudos de viabilidade para a ligação das bacias Ibicuí-Jacuí; os melhoramentos introduzidos nos portos de Rio Grande, Porto Alegre e Pelotas; a melhoria da navegabilidade proporcionada por dragagem e outros serviços em importantes vias fluviais e lacustres, tais como o Jacuí, o Taquari, o Sinos e em Tapes (Lagoa dos Patos), bem demonstram que a atenção ao mais econômico dos meios de transportes é permanente e atuante.

A ação do Governo Estadual na infra-estrutura de transportes aeroviários traduziu-se pelos melhoramentos propiciados a dezessete aeródromos do Estado, tais como reformas gerais, ampliação e compactação de pistas.

O armazenamento e conservação de produtos agrícolas, braço auxiliar e imprescindível à operação de transporte e escoamento dos nossos produtos, obteve, em 1977, nova evolução, pelo início de atividades no campo da frigo-conservação, que beneficia diretamente a comercialização de produtos horti-fruti-granjeiros.

Na área de energia elétrica, a empresa estadual concessionária concluiu o ano servindo, direta ou indiretamente, a 231 sedes municipais e a 2.499 distritos, vilas e povoados, através dos seus serviços de geração, transmissão, transformação e distribuição.

A continuidade de importantes projetos de geração, tais como a Usina Hidroelétrica de Itaúba-cujas duas primeiras unidades, de 125 MW cada uma, serão inauguradas em setembro próximo, assim como o projeto, em Candiota, propiciará condições de suficiência ao Estado, mesmo com os elevados índices de aumento global da demanda, que, em 1977, alcançaram a 13,6%.

No campo da transmissão e transformação de energia, acham-se em construção mais 1.200 quilômetros de redes e dez subestações transformadoras, além do que a distribuição mereceu, em 1977, a extensão de 450 km de redes de alta tensão e 1.918 km de baixa tensão. Para investimentos de tal porte, a empresa aumentou seu capital social, procurando obter na composição deste, uma participação mais expressiva da Eletrobrás.

Aspiração crescente da zona de produção primária, o programa de eletrificação rural, ora em execução pela companhia estatal, já beneficiou mais de 4.000 usuários da área rural, através de 1.100 km de linhas de distribuição. Novos financiamentos a serem obtidos junto ao Governo Federal prevêem a realização de 150 novos projetos a partir do corrente ano, através de 2.100 quilômetros de linhas.

Durante 1977, o setor de telecomunicações do Estado propiciou a ligação de 17.900 terminais telefônicos automáticos em 26 cidades contempladas com centrais novas (14) e ampliadas (12). O sistema interurbano do Rio Grande do Sul foi acrescido em 24 cidades, sendo que cinco delas passaram a também ter acesso ao sistema de "Discagem Direta à Distância".

Obras em andamento pela empresa estadual concessionária garantem a extensão de mais 28.5000 terminais e troncos em 20 centrais, que atenderão, até setembro do corrente ano, tanto a capital como o interior, conferindo ao sistema telefônico do Estado um crescimento permanente, dentro dos mais elevados padrões.

Se a área de infra-estrutura material procura acompanhar as crescentes demandas de um Estado em franca expansão, não é diferente a situação da infra-estrutura social, ou seja, daqueles equipamentos e serviços que o Governo coloca ao alcance direto do homem rio-grandense, para tendimento as suas necessidades imediatas de realização pessoal e social.

Dentre programas que estabelecem, desde logo, o padrão de bem-estar das populações, destaca-se hoje, indubitavelmente, o saneamento básico. Marco para o considerável impulso que esse setor mereceu no atual período governamental, constituiu-se a almejada integração dos recursos disponíveis no âmbito federal, através do BNH/PLANASA, ao planejamento aqui desenvolvido. Com as obras realizadas pelo Estado e municípios, atendidas as metas estabelecidas pelo II PND no que tange ao abastecimento de água potável de populações urbanas, faltarão integrar-se



ao sistema apenas 5 localidades do Estado, quatro das quais já possuem projetos em andamento e com obras cujo início já prevê para o corrente ano. Assim, são destacáveis como realizações de 1977 as barragens de acumulação de Vacaria e Erechim, as ampliações dos sistemas integrados de Alvorada — Viamão; Cachoeirinha — Gravataí; Canoas — Esteio — Sapucaia do Sul e a extensão das redes urbanas de Passo Fundo, Rio Grande e Palmeira das Missões, assim como a integração de seis novas localidades ao sistema estadual de saneamento: Fontoura Xavier, Formigueiro, Mata, São Martinho, Tucunduva e Camobi.

Ainda no campo da qualidade de vida do rio-grandense, cresce o aparelhamento com o qual o Estado está paulatinamente se munindo para o controle e a proteção do meio ambiente. Conscientizado para a necessidade de atuar na busca do equilíbrio ecológico, o Governo — através dos diversos órgãos que, de variada maneira, mantém contato com a matéria — tem procurado aperfeiçoar os instrumentos ora ao seu alcance, visando ao estabelecimento de um sistema cada vez mais integrado e presente no âmbito das atribuições que incumbem ao Estado. Recursos humanos e materiais têm sido somados nesse afã, cuja complexidade e novidade impediram, até o momento, a adoção de estruturas administrativas unificadas com vistas ao seu trato.

A busca de mais elevados padrões sociais imediatos, sempre presente na preocupação do administrador, leva necessariamente o Estado ao estabelecimento de medidas terapêuticas, especialmente enquanto providências apenas preventivas não bastarem para amenizar os males da carência, do abandono, do desamparo e da marginalização.

Formando um conjunto de atenções preventivas e terapêuticas, o vasto programa de saúde pública, desde há muito em execução no Estado — trabalho pioneiro ressaltado a nível nacional e que tem servido de modelo a diversos Estados da Federação — ano a ano oferece resultados mais eficazes. Desde o atendimento ambulatorial até o odontológico; da vacinação maciça ao internamento hospitalar; da pesquisa nos mais variados campos até a inspeção sanitária; da produção em larga escala de medicamentos ao aparelhamento material e humano de vastas estruturas de prestação de serviços, de ensino, pesquisa e orientação técnica — tudo torna evidente que a atuação dos órgãos da Administração Direta e Indireta desse setor, tem sido destacada na obtenção dos elevados níveis de sanidade existentes no Estado e que atendem, ademais, as suas sempre ampliadas exigências.

No âmbito assistencial propriamente dito, as atividades de 1977 prosseguiram voltadas ao serviço social, ao desenvolvimento comunitário, à assistência ao menor e ao apoio às entidades públicas e privadas que exercem papel relevante em cada comunidade.

Por intermédio de programas de desenvolvimento comunitário em núcleos habitacionais, de educação familiar e de treinamento de recursos humanos, continuou-se a visar a elevação do homem em seu próprio meio, orientando-o para formas mais condizentes com o convívio e com a responsabilidade social que compete, de forma sempre mais acentuada, ao cidadão.

A assistência ao menor carente, programa existencial para a composição de uma sociedade saudável, propiciou, no atual Governo, a elevação do atendimento de 9.000 para 44.000 menores beneficiados diretamente pela rede oficial e particular, mantida ou subvencionada pelo Estado em 92 municípios. As instituições públicas dedicadas ao atendimento exclusivo de menores carentes — que reúnem as casas da capital e grandes municípios, e, hoje 47 centros de bem-estar do menor diversificados no Estado — somam-se 230 entidades da mais variada natureza, a receberem assistência técnica e cooperação financeira governamentais.

Igualmente, o programa de centros sociais urbanos, instrumento valioso para a integração e desenvolvimento comunitário, teve em 1977 decisivo impulso, à medida em que foram concluídos os projetos de 21 unidades, a serem localizadas em diversas municipalidades gaúchas, já iniciadas as obras dos onze primeiros centros.

A habitação popular constitui-se em outro dos temas que alcançaram evolução marcante em 1977. Coroados dois anos de intenso planejamento a nível estadual e federal, veio de ser aprovado pelo BNH e lançado oficialmente o primeiro programa habitacional rural, com recursos do Sistema Financeiro da Habitação, relevante conquista a ser implementada pioneiramente no Rio Grande do Sul. Até então voltadas para o âmbito urbano, as preocupações em proporcionar melhores condições de acesso à casa própria jamais encontraram suficiente garantia de operacionalização financeira para os integrantes do meio rural, o que induziu à elaboração desse projeto-piloto.

Nas áreas urbanas, foram entregues, em 1977, mais 1.100 unidades habitacionais, localizadas em 7 municípios, enquanto encontram-se em andamento as obras de vinte e três núcleos urbanos, com um total de 7.255 casas destinadas às faixas de baixa renda familiar. Cresce, ainda, a tramitação de projetos de outros conjuntos habitacionais e de financiamentos, pelo sistema de lotes urbanizados e de casas em terrenos próprios.

A promoção e a valorização do trabalhador se concretizam no Programa Estadual de Emprego, vinculado ao sistema nacional similar, com a instalação de 18 núcleos regionais e o prosseguimento do programa de treinamento profissional, que, com 1.806 cursos de preparação de mão-de-obra e especialização realizados em 1977, atingiu a perto de 40.000 operários. A essa intensa ação orientadora e formadora soma-se a assistência aos trabalhadores sindicalizados dos

meios urbano e rural, assim como o desdobramento de atividades recreativas, com o fito de proporcionar maior integração entre os participantes das diversas categorias profissionais, por via de promoções culturais, esportivas e sociais.

Mas a convicção da importância do papel exercido pelo Estado, como agente motivador e coordenador da tarefa de aprimoramento dos recursos humanos, alcança o seu nível maior quando trata da atividade educacional. Nenhuma estratégia do setor público poderá desconhecer que todos os objetivos do desenvolvimento estão, cada vez mais, a depender da aptidão profissional e do nível cultural do homem que atua na construção da sociedade. Daí justificar-se o esforço que as nações despendem em torno da educação, o mais precioso dos investimentos, nela concentrando recursos, talentos e expectativas.

Mesmo se reconhecida a relativa vantagem que o Rio Grande do Sul oferece, em termos de padrões educacionais, em comparação com outros estados brasileiros, a demanda quase explosiva do setor proporciona preocupação crescente. Essas necessidades avolumam-se permanentemente, manifestando-se na área das instalações físicas, dos recursos didáticos e do próprio elemento humano dedicado ao ensino. Ao impacto das grandes exigências por mais e melhor educação criadas em nosso Estado, dois elementos ressaltam como lenitivo à problemática: de um lado, o nunca demasiadamente enaltecido valor do magistério rio-grandense, acima de tudo tocado pelo ideal superior de servir ao semelhante; de outro, o sempre aperfeiçoado sistema de integração entre os níveis governamentais, a auxiliarem-se mutuamente na busca das soluções a esse comum problema. Graças a isso, pode-se adjudicar, anualmente, uma gama infindável de progressos no campo da tarefa educacional cometida ao Estado, cuja expressão, mesmo se materializada em dados, nunca evidenciará a sua efetiva significação no plano real.

Dessa maneira, o ano de 1977 propiciou melhores condições docentes ao Estado, pela admissão de perto de 8.000 professores e pela valorização do magistério, através de vantagens concedidas tanto a mestres em atividade como a já aposentados. Dentre essas vantagens destacam-se a nova oportunidade concedida para a opção de transferência para o Quadro de Carreira, pela reabertura de prazo; a criação de 1.400 cargos de Especialistas em Educação e a atribuição de gratificação a professores de escolas de difícil acesso e de excepcionais.

Na atenção às necessidades do aluno carente, foram implementados os programas de assistência alimentar, hoje abrangendo 88% dos alunos matriculados no 1º Grau, além da distribuição gratuita de mais de 1,3 milhões de livros didáticos.

O reaparelhamento material do sistema apresentou a construção de 12.965,73 m<sup>2</sup> de salas de aula, com recursos do FAS; 338 salas de aula e 128 especiais, com financiamento do BNH; 1.800 m<sup>2</sup> de área de prédios escolares, com verbas do Salário-Educação, além de ampliação e recuperação de 108 estabelecimentos, com recursos desta mesma fonte, entre outras obras de grande importância.

No ensino de 1º Grau, que hoje atende a 726.409 alunos apenas pela rede pública do Estado, salientam-se a instalação de 257 novas séries; a concessão de 74.477 vagas, em 541 escolas particulares de 150 municípios; 1.825 bolsas de estudo, assim como a execução de, pelo menos, oito subprogramas de efetivo atendimento ao aluno, tanto no sentido didático-pedagógico propriamente dito, como no terreno assistencial.

A área do 2º Grau apresentou, igualmente, importantes conquistas durante o ano de 1977, tais como a incorporação de 1.667, 31 m<sup>2</sup> de novas salas de aula, a ampliação de prédios existentes e a concessão de 42.988 bolsas de estudo, entre outras.

Apesar do Estado não contar, em sua rede, com instituições de ensino superior, o trabalho de colaboração e integração com a Universidade é relevante, não só pela troca programada de informações, no campo das necessidades de mão-de-obra qualificada, como no estímulo à melhor distribuição dos profissionais superiores, segundo a demanda verificada.

No apoio e incentivo às atividades culturais de toda a população, é notável o plano de interiorização estabelecido à base de exposições de arte, concertos, recitais e espetáculos de teatro, música folclórica, ballet e cinema, que atingiram a mais de 900.000 pessoas dos 282 municípios rio-grandenses.

A correspondência dada pela atual gestão, em seus três anos, à prioridade conferida ao setor educacional, pode ser expressa pelos investimentos carreados na construção de 956 novas escolas, significando 2.092 salas de aula e 974 salas especiais: 743,3 milhões de cruzeiros em obras de engenharia civil e 37,0 milhões em equipamentos. Isso permitiu, ao lado da contínua expansão dos recursos humanos alocados para a educação, ampliar a capacidade na rede do Estado em mais de 1.041 séries.

Atividade estatal de conteúdo econômico, cultural e promocional, o incentivo ao turismo tem se constituído em expressiva preocupação da atual administração. Sendo o Rio Grande do Sul um dos Estados brasileiros com grande potencialidade nessa área, pelas variadas opções que oferece a sua paisagem física e humana e por sua localização geográfica, intensos esforços se tem mobilizado com vistas e aparelhá-lo como a região de efetiva significação turística. Esses esforços têm presidido, promordialmente, a criação de uma infra-estrutura material e humana voltada a atrair turistas das demais regiões brasileiras e dos países vizinhos. Assim, quer pelo incentivo à criação de parques

e campings estaduais, pela promoção de eventos específicos, pela coordenação das temporadas típicas ou pela programação de cursos especializados, trata-se de organizar turismo no Estado.

Um significativo passo de desenvolvimento de condições infra-estruturais de apoio ao turismo foi o convênio recentemente firmado entre a Embratur e a Universidade de Caxias do Sul, com a interveniência do Estado, para a implantação — inédita no Brasil — de um curso de administração de hotelaria a nível superior.

Como tarefa eminentemente promocional, tem se voltado o Governo para projetos junto aos centros difusores de maior potencialidade, quer os do centro do País, quer os de países estrangeiros, com iniciativas como a JEOTES, entre outras. Na área de promoções locais, destaca-se o Projeto Cultur, realizado pela segunda vez em 1977, e que agrega atrações de caráter cultural à promoção turística do Estado.

Tendo presente que a Administração Pública, especificamente no Estado Moderno, consiste em instrumento fundamental de operacionalização de decisões e de execução de políticas e de programas governamentais, com vistas ao desenvolvimento econômico e ao bem-estar social — última colimação do Estado — a máquina administrativa e toda estrutura de pessoal e de agentes do poder público mereceram continuada atenção no exercício de 1977.

Não obstante muitas medidas dessa ordem ainda não terem atingido a realidade concreta, integram projetos prioritários que, no decorrer desse último ano de governo, serão necessariamente acionados. Nesse sentido estão os estudos de reclassificação dos servidores públicos, que visarão não só a sua valorização, com base no sistema de mérito e de produtividade, como objetivarão um maior aproveitamento e racionalização dos recursos humanos com que efetivamente dispõe o Governo. Providenciou-se na efetivação dos servidores estáveis do Estado, e, com caráter de ordenação de toda a política de pessoal, foi realizada, no ano que transcorreu, a institucionalização do Sistema de Pessoal, que propiciará à esse setor orientação e coordenação uniformes. Foi no ano de 1977, também, que o Estado, propiciou condições mais condignas ao desempenho dos servidores policiais, civis e militares, quer pela instituição do novo Estatuto da Brigada Militar, quer pela adoção de medidas concernentes aos vencimentos e diárias dos integrantes da Polícia Civil.

Dentro da preocupação do Governo de valorizar o servidor público e de lhe propiciar condições econômicas e sociais de melhor bem-estar, inclui-se a sua previdência social, que, no exercício findo, mobilizou vultosos recursos, tornando essa assistência pioneira cada vez mais abrangente em diversos setores a ela referentes, tais como pensões, pecúlios, auxílios-natalidade, assistência médica e hospitalar.

Suporte fundamental para a eficiência da própria atividade administrativa, e que evidencia, com destaque, a tendência de aperfeiçoamento dos serviços estatais, é a política de processamentos de dados, desenvolvida pelo setor público através de seu sistema oficial, e que no exercício de 1977 recebeu substanciais recursos governamentais e realizou, entre outras atividades, a implantação de sistemas de controle orçamentário, de contabilidade pública, de estudos experimentais agro-pecuários e de controle médico-hospitalar.

Cumprе ressaltar, ainda no setor administrativo, a crescente qualidade dos serviços gráficos, de divulgação, de informação oficial e de interesse da Justiça, realizados pelo Estado, traduzida pela ampliação e qualificação dos materiais e de suas instalações.

Outro problema que continuou a preocupar a Administração Estadual no exercício que findou é o referente à racionalização do consumo de combustível. Equacionado através de controle de uso, circulação e de redução do número de veículos oficiais, e alienação de 867 viaturas contra a aquisição de 180, nos últimos dois anos, proporcionou — também através de medidas restritivas de uso — uma redução de 577.760 litros de combustível só na Administração Direta.

Na eficiência do funcionamento da máquina administrativa, além do aprimoramento de recursos humanos, se inclui, entre as prioridades do governo, a coordenação e o controle das ações governamentais e necessária identificação de perdas físico-financeiras na execução de obras e projetos, atividades que se aperfeiçoam ano a ano, através de instrumentos que as conduzem a um real tratamento sistêmico e integrado.

A assistência técnica aos municípios e o planejamento regional e urbano, têm merecido, desde o início do meu governo, atenção especial e prioritária, manifestada desde a reforma das estruturas legais de apoio, até o acionamento de recursos e de fundos para o desenvolvimento da justamente denominada célula básica da Federação. Essa ação tem sido desenvolvida através da promoção da auto-suficiência municipal, de reformas administrativas, planos diretores, projetos urbanos, paisagísticos, planos de carreira, implantação de sistemas de contabilidade, diagnósticos sócio-econômicos e outras iniciativas, que bem tipificam a presença do Estado nesse setor e que visam a propiciar aos municípios condições mais harmônicas e racionais de crescimento e, assim, ao do próprio Estado.

O efetivo entrelaçamento de ações aos três níveis da Federação, agora existentes, tem possibilidade não só a alocação de recursos humanos e financeiros nessa área, como a colimação dos objetivos de aprimoramento da Administração Pública, que não há muito pareciam distantes ou

nem sequer percebidos. Destaca-se, nesse particular, a ação do planejamento da Região Metropolitana, que elabora e coordena planos operacionais para importante concentração urbana, e que, à vista da implantação do Pólo Petroquímico, conduz o ordenamento sócio-econômico e urbanístico de interesse do novo complexo industrial, localizado na Grande Porto Alegre.

No âmbito da gestão financeira, é oportuno destacar o êxito obtido pela tese rio-grandense de assunção, pelo Governo Federal, dos incentivos à exportação, libertando os Estados — que têm visto reduzidas as alíquotas do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e de seu campo tributário — do ônus que sobre a administração recaía em função daqueles incentivos. Cinquenta-por-cento desse ônus assumiu o Governo Federal em 1977, devendo retornar no exercício de 1978, aos Estados exportadores, a parcela restante.

A política de esclarecimento adotada para com os contribuintes bem como a reestruturação paulatina dos instrumentos de arrecadação e fiscalização deram mostras de eficácia e oportunidade, auxiliando no atingimento do índice de crescimento de 12,3% havido em 1977 no Imposto sobre Circulação de Mercadorias — índice que também é um indicador importante do crescimento dos negócios no Rio Grande do Sul.

O Banco oficial do Estado, instrumento de apoio à atividade produtiva do Rio Grande, tem apresentado desempenho altamente satisfatório em todos os setores em que diversifica sua ação, crescendo substancialmente seu capital, inaugurado onze (11) novas agências e apresentando substancial resultado financeiro.

Igualmente a Caixa Estadual viu crescer em mais de 9% o número de seus depositantes, apresentando um saldo financeiro superior em 44% ao obtido no exercício anterior, o que lhe assegura continuidade em seus programas de empréstimos simples, habitacionais, rurais e o pioneiro programa de empréstimos escolares.

A arrecadação obtida através da Loteria do Estado propicia eqüânime distribuição às casas de misericórdia, hospitais de caridade e às entidades dedicadas ao desporto amador, de auxílios que lhes asseguram maior proximidade de seus objetivos de elevado alcance social.

A criação, pelo Estado, de seu Banco de Desenvolvimento, já demonstrou sua oportunidade, especialmente no apoio à expansão e modernização industrial, ao crédito rural e aos serviços em geral. O programa "Lavoura-Pecuária" já se estende a 24 municípios, em projetos que atingem a Cr\$ 100.000.000,00. Outrossim, o apoio que tem ele levado a pequenas empresas, através do PROMICRO, abarca já dez (10) municípios e 253 entidades. Na sua totalidade, obteve um acréscimo de 72% sobre o movimento realizado no ano anterior.

Por seu turno, o Banco Regional de Desenvolvimento Econômico, atendendo à contenção da disponibilidade de recursos financeiros junto às fontes supridoras tradicionais, promoveu uma natural redução no ritmo geral dos investimentos, adequando sua atuação à realidade, mas permitindo satisfatório cumprimento dos seus objetivos. Em 528 operações de financiamento e de prestação de garantias, aplicou no Estado Cr\$ 1.458.000.000,00, dos quais 53% no setor secundário. Ademais, em apoio à pesquisa tecnológica e ao desenvolvimento de novos produtos e processos, repassou a empresas gaúchas mais de Cr\$ 37.000.000,00, voltando-se prioritariamente ao fortalecimento da atividade de produção.

Na sociedade urbana de hoje, os índices de incidência criminal estão, constantemente, a exigir da autoridade pública uma presença que propicie ao cidadão aquela indispensável segurança que sua atividade produtiva, sua vida familiar e o seu lazer necessitam. Nosso Estado, com suas cidades de todos os portes, requer um sistema considerável de segurança pública, capaz de apoiar, em nível acorde com o padrão cultural de seu povo, a obra de desenvolvimento que se realiza em todo o seu território. Em decorrência é constante a atenção do Governo para com as organizações — civil e militar incumbidas dessa tutela indispensável.

Para tanto, o cuidado com o seu efetivo humano assume papel preponderante, daí decorrendo a elaboração do novo Estatuto para a Brigada Militar e, bem assim a incorporação aos vencimentos de diárias do pessoal da Polícia Civil — instrumentos legais que fazem justiça aos serviços que os homens desses organismos vêm prestando a nossa sociedade, ao longo dos anos.

No atinente à vida administrativa dos órgãos de segurança, o seu reequipamento material tem sido paulatino e racional, dentro do máximo permitido pelo Erário. E a modernização de seus métodos de trabalho também tem colaborado para uma sensível melhoria do seu atendimento ao público, como o exemplifica a descentralização das atividades ligadas à identificação civil e ao trânsito, hoje menos dependentes da capital, com a instalação de Centros Regionais.

No aperfeiçoamento dos serviços de registro público das atividades econômicas, foi promovida uma reestruturação administrativa na Junta Comercial, a fim de atender com maior celeridade e eficiência a demanda exigida por esse setor de invulgar realce na ordenação e segurança dos negócios, no Estado, especialmente quando ali ingressam aproximadamente 40 registros diários de firmas rio-grandenses.

Na área dos serviços penitenciários, diversos programas e projetos se voltaram, essencialmente, ao aperfeiçoamento de recursos humanos destinados ao trato com o reeducando, para uma melhor adequação às finalidades de pena: a mais completa ressocialização do apenado. Registre-se também a política de construção de presídios regionais, dos quais três entregues no ano findo e outros a entrarem em serviço no exercício corrente.

Com respeito às atividades ligadas ao assessoramento jurídico, órgão especializado do Estado, com a assistência preventiva dada aos órgãos e autoridades estaduais, propiciou maior celeridade e segurança nas decisões administrativas, bem como o carreamento de recursos para os cofres do Estado, através da defesa dos interesses da Administração em juízo.

Os serviços de fiscalização da Lei e sua execução também mereceram do Poder Público, no exercício que findou, todo o apoio financeiro/administrativo necessário ao desempenho dessas relevantes funções ligadas com a realização da Justiça.

### Senhor Presidente

Espero ter propiciado aos ilustres Deputados perante a nossa Colenda Assembléia, uma visão que não pretende ser a mais completa ou minuciosa, mas, isso sim, elucidativa da situação geral do Rio Grande do Sul e de realizações significativas do Poder Executivo durante o transato exercício.

Fosse a mim possibilitado traduzir como vejo o ano que passou, à guiza de balanço final, diria que foi, certamente, um período de dificuldades e de desafios, até porque 1977 significou o cume dos esforços nacionais pela superação de uma crise que conseguiu abalar até mesmo as mais fortes economias do mundo, a partir da inusitada elevação dos preços internacionais do petróleo e de suas decorrências, há pouco menos de um lustro. Sem dúvida, conseguiu o País, por força de medidas, algumas graves e austeras, outras audaciosas, reiniciar a sua caminhada no sentido da normalização econômico-financeira, reajustando-se paulatinamente à nova ordem internacional.

Desse modo, 1977 representou o ápice de uma política de desaquecimento econômico, cujos efeitos o nosso Estado sofreu e acompanhou, solidariamente ao esforço nacional. Ainda assim, é grato, de modo especial, constatar que não sobreveio crise, nem econômica nem social. E que o desempenho geral, mesmo agravado por frustrações de ordem diversa, foi ainda satisfatório, pois que houve crescimento e progresso. Que, enfim, pôs-se mais uma vez à prova o nosso Estado, e que a sua estabilidade e o seu equilíbrio não foram atingidos. Não houve derrotas, mas renovação do espírito que a todos nós, gaúchos, deve animar nos embates futuros.

Senhor Presidente, tenho pouco mais de um ano de governo, e desejo deixar claro aos nobres Deputados à Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, que esse fato em nada alterará minha posição político-administrativa.

Alguns preferem ver 1978 como um "ano de fim-de-mandato", dando a ele conotações comportamentais que não serão, certamente, as minhas. Não sairei apenas a inaugurar obras. Aquelas cujo cronograma o permita, eu inaugurarei, como o fiz desde o começo de minha gestão, inclusive com realizações anteriormente iniciadas. Outras, exatamente as maiores, hão de ser dadas a uso público por meus sucessores, cumprindo-se, dessarte o ciclo normal da continuidade administrativa.

O que pretendo, ademais, é que o espírito empreendedor e a capacidade de realizações do setor administrativo estadual, mantenham o mesmo ritmo que os impulsiona desde o início da atual gestão, inspirados pela realidade de que o fim de um mandato significa, também, o início de uma nova etapa do curso em que os governantes, mesmo eventuais e efêmeros, radicam-se em uma perspectiva indesviável do futuro.

Há também quem veja, em 78, tão somente um "ano eleitoral". Sou político, mas não desejo servir a interesses meramente eleitorais. Acreditando que a eleição seja o mais relevante ato de participação conferido a cada brasileiro, na tarefa de organização política do País — pois serão os escolhidos que darão às estruturas jurídico-institucionais o sempre aspirado dinamismo e ajuste — procurarei prestigiá-la. Como governador do Estado, trilharei o mesmo caminho de equilíbrio e serenidade, de que nunca me afastei, desejando oferecer o exemplo de uma conduta compatível com tradições políticas da nossa gente.

Almejo mais: que as eleições reafirmem a politização do povo rio-grandense, pela escolha de representantes maduramente selecionadas pelos partidos e que, plenos de capacidade e de idealismo, saibam aperfeiçoar sempre o clima de entendimento elevado que nos levará ao próprio aperfeiçoamento de nossas instituições.

A colaboração dos demais Poderes a essas intenções — já revelada pelo mútuo respeito que, de modo especial ao longo dos últimos anos, tem sido marca alvissareira do clima político

imperante no Rio Grande do Sul — fará justiça não apenas às nossas mais gratas tradições, mas à aspiração que está presente em cada um dos gaúchos: a construção permanente e incansável de um futuro sempre mais auspicioso para todos.

Aproveito a oportunidade, Senhor Presidente, para renovar a Vossa Excelência e a seus nobres pares os meus protestos de elevada consideração e apreço.

**Sival Guazzelli**  
*Governador do Estado*

**RELATÓRIO SOBRE A ATUAÇÃO DO  
SETOR PÚBLICO EM**

**— 1977 —**

# **1 – ÁREA ECONÔMICA**

**Secretaria da Coordenação  
e Planejamento - RS  
BIBLIOTECA**



## 1.1 — AGRICULTURA E PECUÁRIA

Enquanto o Rio Grande do Sul experimentava aumentos de produção pela expansão da fronteira agrícola, foi relativamente fácil manter um crescimento da ordem de 4 a 5% ao ano, chegando, em alguns momentos, à elevada taxa de 10% no VBP\* agropecuária. No entanto, a partir do momento em que passou a ser um Estado totalmente explorado territorialmente, as alternativas que se vislumbram para continuar crescendo foram as de substituição de atividades e de aumento de produtividade.

Ciente desta realidade, a Secretaria da Agricultura tem alicerçado seu trabalho no fortalecimento da pesquisa e no desenvolvimento de programas especiais, capazes de induzir os produtores a mudanças radicais em seus processos de produção. Nesse sentido realizam-se os programas de Integração Lavoura-Pecuária, de controle de Tuberculose e Brucelose do Gado Leiteiro, de Formação de Associações de Prestação de Serviços e Assistência Técnica e outros, estruturados para a introdução de mudanças nas atividades extensivas, condutoras a empreendimentos intensivos e mais produtivos, aproveitando melhor e mais eficientemente o espaço agrícola do Rio Grande do Sul.

Em realidade, busca-se através de uma série de mecanismos, tornar o setor público mais ágil para melhor alocar os recursos que lhe são destinados. Neste contexto, com objetivos claros e explícitos, o Governo do Estado, através da Secretaria da Agricultura, desenvolve seu trabalho, cujos resultados poderão ser analisados e avaliados pelas atividades desenvolvidas nas áreas de Produção Vegetal, Produção Animal, Preservação dos Recursos Naturais Renováveis, Central de Comando Mecanizado de Apoio à Agricultura e Pesquisa.

### 1.1.1 — PRODUÇÃO VEGETAL

Tem sido objetivo fundamental do Setor Público estadual, a transferência da tecnologia gerada pela pesquisa ao produtor rural, utilizando-se dos meios de Extensão Rural integrados à política de crédito agrícola.

Neste propósito, e dentro da abrangência das variáveis que participam do processo produtivo, exigidas pela economia estadual, o suporte normativo e executivo estão identificados pela elaboração de atividades e tarefas atinentes aos seguintes organismos: Unidade de Defesa, Fomento e Promoção Rural; Unidade de Enologia; Equipe de Sementes e Mudas; Patrulha Aérea de Defesa Fito-sanitária; Parque Apícola de Taquari; Centros de Treinamento de Mecanização da Lavoura; Unidade de Moagem de Calcário de Carazinho e Centros Cooperativos de Treinamento Agrícola.

O somatório da prestação de serviços, tanto de natureza permanente como de caráter supletivo, visa a proporcionar e manter o atendimento ao público rural, no sentido de propiciar adequação que produza reflexos positivos, através da exploração racional das grandes, médias e pequenas lavouras.

1.1.1.1 — Dentre CAMPANHAS às quais foi dada ênfase especial, em razão da política norteadas pela Secretaria da Agricultura, destacam-se: "Evite as Perdas na Colheita Aumentando seu Lucro", "Plante mais Feijão", "Operação Milho", "Campanha do Uso Adequado dos Defensivos Agrícolas", "Formação de Mão-de-Obra Qualificada para o Meio Rural", "Melhoria da Fiscalização dos Vinhos e Derivados, com a inclusão das bebidas Alcoólicas" e "Combate ao Serrador da Acácia Negra."

Dessas campanhas impõe destacar:

a) Como decorrência de pesquisas levadas a efeito pela Universidade Federal de Santa Maria e à luz de trabalhos técnicos realizados, onde foi constatado o alto índice de perdas na colheita mecanizada da última safra de SOJA, com reflexo negativo na contabilidade agrícola desta exploração, e, por projeção, na própria economia estadual — estudos feitos nas safras de soja de 71/72 e 72/73 demonstraram que as perdas ocorridas nas colheitas realizadas pelas ceifadeiras atingiam índices da ordem de 8,2 e 11,85%, respectivamente — a Supervisão de Produção Vegetal promoveu campanha com o objetivo de conscientizar o proprietário, o empreiteiro e o operador de automotriz, da necessidade de ser encarada com realismo a causa determinante e restritiva, alertando-os da vantagem de executarem medições de perdas na colheita e de se habilitarem, com maiores esclarecimento, ao manejo desta operação.

b) O FEIJÃO está enraizado nos hábitos alimentares da população e constitui fator altamente significativo na dieta, por seu valor nutritivo. Colocado no rol dos produtos básicos e prioritários para a Nação, sobre ele concentram-se esforços no sentido de aumentar produção e produtividade.

O esgotamento potencial das terras férteis, e a não aplicação de insumos na produção, tem prejudicado o rendimento da cultura, que, nestes últimos 5 anos, vem decrescendo paulatinamente.

\* Valor Bruto da Produção

Caracterizando melhor os fatores responsáveis pelo decréscimo de produção e produtividade da cultura do feijão, arrolam-se como principais os seguintes:

- a força da rotina existente na lavoura do feijão;
- baixa fertilidade do solo;
- a não aplicação da tecnologia gerada pela pesquisa;
- a cultura de subsistência;
- uso continuado da mesma semente pelo agricultor;
- deficiente processo de comercialização.

Por outro lado, a cultura do feijão apresenta boas perspectivas de mercado, caracterizado pela tradição de consumo da população e pela falta do produto, o que tem acarretado, inclusive, a necessidade de importação do exterior. O propósito do Governo de suprir o mercado interno, evitando a importação desta leguminosa; a disponibilidade de tecnologia, que permite a obtenção de bons resultados, em termos de rendimentos; a política de preços mínimos que ampara este produto, o qual tem sua aquisição garantida pelo Governo; a disponibilidade da assistência fornecida pelo Governo e iniciativa privada; a disponibilidade de crédito e a possibilidade de boa lucratividade da lavoura, entre outros, são fatores altamente positivos que determinam e justificam o lançamento da Campanha da produtividade do feijão.

Por tudo isto, a Supervisão de Produção Vegetal realiza Campanha, já iniciada em 21 municípios do Alto-Uruguaí, e que irá envolver todos os municípios tradicionalmente produtores, a qual objetiva:

- aumentar a produção e produtividade da cultura de feijão no Rio Grande do Sul;
- aumentar a rentabilidade das lavouras de feijão situadas na zona da Campanha;
- conscientizar produtores sobre o uso racional dos corretivos e fertilizantes;
- introduzir práticas conservacionistas na cultura do feijoeiro;
- introduzir e multiplicar as variedades recomendadas pela pesquisa;
- corrigir a densidade de plantio, garantindo adequado número de plantas por hectare;
- difundir o uso adequado de defensivos agrícolas no controle das pragas e doenças do feijoeiro, durante o ciclo vegetativo e durante o armazenamento;
- implantar, nos municípios da zona ecológica preferencial, 80 lavouras demonstrativas de sistema de produção, visando à obtenção de um rendimento médio, mínimo, de 1.500 kg/ha.

c) O tradicional cultivo do MILHO mereceu destaque especial com a "Operação-Milho", lançada no ano passado em dois pólos prioritários, situados no Alto-Uruguaí e na Encosta da Serra do Sudeste, e oficializado por Decreto que instituiu o "1º Concurso de Produção e de Produtividade de Milho". Os objetivos propostos foram atingidos, e obtida, pela primeira vez, a auto-suficiência do Estado na produção física deste cereal. A tecnologia conferida a 234 lavouras demonstrativas, num total de 2.777 ha distribuídos em 54 municípios, produziu reflexos altamente positivos em outras regiões, determinando, no conjunto, um acréscimo de produção da ordem de 330.000 toneladas, e dando fim a déficit compensado com importações de Santa Catarina e Paraná, para o atendimento dos setores da avicultura e suinocultura. Paralelamente, constatou-se um acréscimo da ordem de, aproximadamente, 20% no rendimento médio estadual, atingindo a 1.700 kg/ha.

A implantação de lavouras demonstrativas foi coroada de pleno êxito, dada a receptividade dos produtores inscritos e da orientação técnica dirigida diretamente, e os resultados alcançados superam em 70% a meta programada de 6.000 Kg/ha, ou seja, 100 sacos por hectare. Cinco (5) produtores classificados no respectivo Concurso atingiram produtividade que oscila entre 10.350 kg/ha a 14.136 kg/ha, rendimento jamais alcançado neste Estado.

Todavia e apesar das providências adotadas junto à Comissão de Financiamento à Produção e aos organismos creditícios, ainda não foi possível organizar uma estrutura de comercialização que pudesse alijar os malefícios que decorrem da ação de intermediários. De outra parte, espera-se para os próximos anos alteração da faixa de financiamento de despesas de custeio, a níveis mais elevados, a fim de que possam os produtores praticar lavouras extensivas mais tecnificadas e colheita mecânica.

d) A Campanha de preparação e esclarecimento aos produtores rurais sobre o uso adequado de DEFENSIVOS agrícolas, teve continuidade no Vale do Rio Uruguaí e zona litorânea, abrangendo 136 municípios. Dentro dos objetivos de conscientização da população rural quanto aos riscos toxicológicos de pesticidas agrícolas e da necessidade de medidas indispensáveis de pro-

tação à fauna, à flora, à pecuária e assim, à saúde daquele que lida com a terra e do próprio consumidor, foram atingidos 20.140 participantes, por meio de reuniões, palestras, audiovisuais e distribuição de 29.427 folhetos elucidativos. Nesta programação conjunta com a Coordenadoria de Controle do Equilíbrio Ecológico, da Secretaria da Saúde, e lideranças municipais, os objetivos têm sido plenamente alcançados, já começando a haver uso racional de inseticidas, pesticidas e fungicidas, numa nova mentalidade em termos de defesa de meio-ambiente no setor das explorações agro-pecuárias.

e) A fiscalização de VINHOS e derivados, atividade executada por delegação do Ministério da Agricultura, tem ação direta sobre o setor vitivinícola do Estado, visando a garantir ao consumidor a integridade do produto, desde a produção à comercialização.

No corrente ano, foi acrescentada a esta atividade a fiscalização das bebidas alcoólicas em geral, fazendo-se necessário dotar o organismo de maiores recursos humanos e financeiros, considerada também a implementação de novas fronteiras vitícolas e o estabelecimento de novas indústrias vinícolas. Os resultados, neste ano, ficaram aquém do previsto, eis que as análises de rotina, anteriormente efetuadas gratuitamente, passaram a ser cobradas da indústria vinícola, por determinação do Governo Federal. Por intermédio de 112.183 determinações procedidas e 8.885 visitas a empresas, foram expedidas 92.013 guias de desembaraço, 5.263 certificados liberatórios e constatadas irregularidades em 7.346.338 litros de vinho e derivados, que deixaram de ser certificados, enquanto 40.000 litros foram inutilizados.

Como decorrência de estudos procedidos em conjunto pelo Centro de Pesquisa Vitivinícola de Bento Gonçalves, a EMBRAPA, a Comissão de Financiamento da Produção e a Secretaria da Agricultura, foi executado Programa de cadastramento de viticultor e inventário do sistema de produção vitícola do Estado, objetivando o levantamento de dados estatísticos necessários à elaboração das políticas de fixação de preço-mínimo da uva, de financiamento e de fornecimentos de Certificado de Produtor, documento hábil e necessário às práticas de comercialização da matéria-prima.

f) Atividade realizada em função de lei específica que determina o controle permanente da praga conhecida como "SERRADOR da Acácia Negra", limitante à produção desta essência florestal, o combate a esse inseto está dirigido à região acaciculora, constituída por 52 municípios, sendo executado em três etapas: 1º — cadastramento de 1.000 acacicultores; 2º — divulgação de métodos de controle do inseto e dos prejuízos que causa a essa economia, e, 3º — fiscalização sistemática dos acaciais, com o objetivo de dar cumprimento à Lei nº 2.859, de 25-06-1956. Utilizando-se a cooperação das indústrias de tanino, dos sindicatos e das prefeituras municipais, a Campanha procura motivar e conscientizar suas lideranças comunitárias a respeito da importância sócio-econômica que representa a acacicultura.

No período, foram cadastrados 493 acacicultores, 14.875 hectares e 37.199.400 pés de acácia (de 1 a 8 anos), em 34 municípios visitados e 748 matas inspecionadas. Outrossim, distribuídos 1.195 cartazes, 1.150 folhetos e 19 manuais da campanha, além da elaboração de 4.360 fichas de cadastramento.

Além desses aspectos, a Programação desenvolvida em 1977 pela Supervisão de Produção Vegetal da Secretaria da Agricultura, obedeceu à sistemática de trabalho vinculada às seguintes atividades: Coordenação da Produção Vegetal, Combate a Pragas e Moléstias Vegetais, Produção e Fiscalização de Sementes e Mudanças, Fomento à Produção Vegetal, Moagem de Calcário, Fiscalização de Vinhos e derivados e Treinamento e Qualificação da Mão-de-Obra Rural.

1.1.1.2 — A Coordenação da Produção Vegetal tem a finalidade de compatibilizar e acionar os recursos humanos, materiais e financeiros constantes dos diversos programas afetos ao Órgão, tanto eventuais como permanentes, proporcionando-lhes a diretriz normativa e os meios adequados para o alcance de seus objetivos e metas.

a) O combate a PRAGAS e Moléstias Vegetais assegura o suporte normativo técnico às tarefas de orientação fito-sanitária às lavouras desenvolvidas pelas Delegacias Regionais Agrícolas, suas Agronomias Regionais e Patrulha Aérea Fito-sanitária, com vistas a uma melhor segurança de colheita. Realizaram-se levantamentos fito-sanitários, previsões de surtos epifíticos e, concomitantemente, campanhas de esclarecimentos referentes ao uso e aplicação de defensivos agrícolas, equipamento fito-sanitário e ensinamentos quanto à toxicidade, a operadores e às populações rurícolas, em defesa da flora e da fauna.

Realizadas 240 reuniões com o público, das quais participaram 20.140 agricultores, e 102 reuniões com autoridades, e ainda, 459 palestras a clubes de serviços, escolas e outras associações; 724 visitas a autoridades, casas comerciais, grandes consumidores, cooperativas e cantinas; 1016 divulgações pelo jornal, rádio e televisão; e 29.450 publicações sobre o uso adequado de defensivos agrícolas e conduta nas intoxicações por compostos praguicidas.

b) A "INSPEÇÃO Fito-sanitária de Viveiros", executada pela Secretaria da Agricultura, objetiva assegurar o bom estado sanitário dos viveiros produtores de mudas; orientar a condução de viveiros comerciais dentro dos padrões estabelecidos pela legislação federal e estadual; trans-

ferir ao produtor os resultados de pesquisa, objetivando aprimorar os padrões genéticos dos cultivares multiplicados; e fiscalizar a produção, o comércio e o trânsito de mudas em geral. Para tanto, foram expedidos 394 certificados de sanidade vegetal, 283 guias de permissão de trânsito; visitados 428 viveiros, em 68 municípios; e inspecionadas 74.064 mudas frutíferas silvestres, 21.058.352 mudas florestais, 1.799.278 mudas ornamentais, 383.300 mudas olerícolas e 7.405.452 mudas frutíferas.

c) A realização de "Levantamento de DEFENSIVOS Agrícolas" visa a conhecer a sua demanda no Estado e estabelecer a tendência do uso preferencial por classe de princípios ativos, aconselhando ao produtor rural o uso de defensivos menos persistentes, desde que eficazes, em regiões onde a tradição impõe uso de princípios ativos de baixa degradação e/ou elevada toxicidade. Objetiva, também, eliminar ou minimizar a ação das fontes poluidoras existentes no setor agropecuário, impedindo o processo de contaminação do solo, das culturas e dos rebanhos pelo uso errado dos defensivos agrícolas, assim como sustar os processos de poluição das bacias hidrográficas, cujas águas são utilizadas para irrigação, pesca, recreação e abastecimento aos centros urbanos, e preservar a qualidade do solo, do ar, e da água de áreas não alcançadas pela poluição.

O programa, atendendo a 89 municípios e a uma população rural de 1.500.000 pessoas, registrou, numa área de lavoura de 5.240.000 ha, o emprego de 6.000.000kg e de 1.300.000 lt de fertilizantes, de 75.000 kg e 13.000 lts de fungicidas, de 25.000 kg e 1.500.000 lts de pesticidas.

d) Na atividade de ORIENTAÇÃO Técnica das Culturas, cujo objetivo é promover o homem rural pela elevação de seu nível de vida, através do aumento de produção, da melhoria qualitativa do produto colhido e aumento da produtividade das culturas, foram realizadas 1.806 reuniões, com uma freqüência de 25.562 rurícolas, e prestadas 63.779 informações verbais e escritas. Foi, também, distribuído farto material educativo e promovida divulgação através de artigos de jornal, programas de rádio e de TV.

Ainda, nesta atividade, foram registrados os seguintes dados sobre prestação de serviços, na rede de Agronomias Regionais, com a finalidade de aumento da produtividade de determinados cultivares:

	SOJA	TRIGO	MILHO	FEIJÃO	FRUTÍCOLA	ROSALEIAS	CEBOLA
- Área (ha)	1.288,700	1.158,200	167,200	4,950	-	-	4,125
- Produção (kg)	2.112,000	1.239,670	300,960	3,225	-	-	29,700
- Beneficiamento (kg/ha)	1,639	1,293	1,800	651	-	-	7,200
- Análises químicas (unidades)							
- N -	7,263	7,002	2,179	231	1,720	485	427
- S -	135,345	270,213	15,092	321	6,568	211	1,143
- Colheitas (unidades)							
- Apuradas -	184	515	-	18	73	-	-
- Plantas permanentes -	14,048	20,206	-	5	176	-	-
- Plantas anuais -	382	3,499	-	70	53	-	-
- Análises de produtividade							
- N -	29	10	3	34	60	11	-
- Área (ha) -	502	653,5	3	49	79,1	-	-
- Orçamentos (unidades)							
- Análises -	183	250	116	2	21	46	260
- Beneficiamento (kg/ha) -	26,054	18,897,331	1,371,839	213,00	586,106	1,300,387	3,563,400
- Cultivos (kg/ha) -	221	19,861,666	181,900	-	24,972	81,318	-
- Qualidade da produção (kg)	71,283	30,115	46,034	2,974	19,399	4,248	2,737
- Tempo disponível (horas/diária)	20,745	16,696	6,524	1,462	3,434	2,971	1,619

e) A Equipe de SEMENTES e Mudanças da Secretaria da Agricultura, desenvolve um projeto específico de "Multiplicação de Sementes Básicas", com o objetivo de produzir estoques de sementes de trigo, soja e feijão (linhagens e variedades), de vez que é da semente básica que se origina a semente fiscalizada.

No período 1976/77 as linhagens multiplicadas da soja foram a JC-100-A, seguida, em menor quantidade, pelas JC-5022, JC-5023, JC-5024, LC-72-749, LC-72-853, LC-72-855, LC-72-871, SC-72-1202, enquanto que as variedades foram a Sulina, Missões, Prata, Planalto e Brag.

Para 77/78 as linhagens multiplicadas da soja são: LC-72-871, JC-5022, SC-72-1202, LC-72-855, LC-72-853, JC-5025, JC-5023, LC-72-749 e a mais expressiva JC-100-A.

No programa de Produção Vegetal, ainda com o objetivo de atender com sementes aos pequenos agricultores, especialmente os da grande Porto Alegre — pois os grandes agricultores podem se abastecer nas Cooperativas e com produtores particulares — a Secretaria da Agricultura mantém atividade de revenda de sementes, a qual, no ano de 1977, não atingiu as metas previstas devido a entraves do Banco do Brasil e do FEASP, que atrasaram as operações de compra em relação à época do plantio.

Torna-se quase impossível adquirir semente de trigo com verbas orçamentárias, de vez que o Banco do Brasil, que é o depositário das sementes do agricultor, só as entrega mediante pagamento à vista e o Estado só compra mediante nota-de-empenho.

1.1.1.1.3 — A Patrulha AÉREA de Defesa Fito-sanitária — PAFIT, proporciona defesa sanitária vegetal em lavouras de trigo, soja e arroz, e os resultados obtidos no período foram considerados positivos tanto no que se refere à tecnologia aplicada quanto a custos.

1.1.1.1.4 — Através de sua base física, a unidade de Moagem de CALCÁRIO de Carazinho serve como elemento moderador no estabelecimento da política de preços do produto beneficiado, e, ainda, motiva o produtor rural a usar calcário de boa qualidade, com a finalidade de corrigir a acidez dos solos. Em caráter supletivo, fornece calcário moído aos produtores rurais localizados na zona do Planalto Médio, com significativo reflexo para a produção agrícola daquela região.

1.1.1.1.5 — Na área de Produção Vegetal, foram desenvolvidas pelo IRGA — Instituto Riograndense de Arroz, em 25 zonas, assistência aos agricultores, para a adoção de novos processos de produção. Foram executados, em 1977:

- 34 anteprojetos de açudes, com capacidade de 1.082,32 q.q.;
- 84 explorações de açudes, abrangendo 7.671,7 q.q.;
- 250.990 metros de nivelamento de canais;
- 32 anteprojetos para reforma de açudes, com capacidade de 1.146 quadras quadradas;
- 84 cubagens de movimento de terra, abrangendo 2.035.158,50 m<sup>3</sup>;
- 103 planejamentos de lavouras, totalizando 9.722 q.q.;
- 29 vistorias para indenização de granizo — 621 q.q.;
- 45 vistorias em lavouras semeadas, numa área 2.908 q.q.;
- 41 vistorias e ensaios em lavouras demonstrativas,
- 1.228 vistorias para assistência à lavoura, numa área de 172.830 q.q.;
- 4.118 consultas recebidas na sede da Autarquia;
- 283 remessas de terra para análise, totalizando 8.344 amostras;
- 319 remessas para análise de sementes, totalizando 75.100 sacos.

## 1.1.2 — PRODUÇÃO ANIMAL

A Supervisão da Produção Animal, da Secretaria da Agricultura, tem como atribuição o desenvolvimento da economia pecuária do Estado, baseado na defesa sanitária animal, através do combate às doenças infecto-contagiosas e parasitárias; no fomento e assistência aos produtores; no melhoramento dos rebanhos através da inseminação artificial e na promoção da pecuária rio-grandense, pela oficialização e assistência às Exposições e Feiras Estaduais ou Internacionais, quer sejam realizadas no "Parque Francisco de Assis Brasil", em Esteio, ou nos diversos municípios do Estado.

1.1.2.1. — A DEFESA Sanitária Animal é um programa que tem como objetivo principal o combate às doenças infecto-contagiosas e parasitárias, dirigido aos principais problemas sanitários existentes no Estado.

a) O combate à febre AFTOSA foi instituído no Estado durante o ano de 1965, através de convênio firmado com o Ministério da Agricultura, e busca a redução da incidência da enfermidade a índices previamente determinados, para que esta incidência não se contitua num problema econômico ao desenvolvimento da pecuária rio-grandense. A meta é reduzir a incidência a  $2/10^3$  (760 rebanhos infectados-focos) e a morbidade a  $31/10^4$  (38.750 bovinos enfermos). A meta proposta para 1977 não foi alcançada, dada a incidência de um subtipo de vírus "A-Bage", para o qual as vacinas disponíveis para a Campanha não produziam a imunidade desejada, registrando-se, no período, 2.775 rebanhos infectados (focos) e 270.360 bovinos enfermos.

b) Sendo a BRUCELOSE um fator restrito ao aumento da produção do rebanho bovino do Estado, uma vez que tem influência nos aspectos reprodutivos das várias espécies criadas, e, além disso, constituindo-se também numa zoonose e perigo iminente para a saúde pública, preocupou-se a Supervisão da Produção Animal em combatê-la, o que, oficialmente, vem ocorrendo desde 1966, através do lançamento de uma campanha sistemática de vacinação das fêmeas e eliminação dos reagentes positivos. A produção irregular de vacinas determinou um complexo descontrole nos roteiros pré-estabelecidos de vacinação e a meta prevista para 1977, a de vacinar 800 mil ternsiras entre 3 e 6 meses de idade na área de campanha obrigatória, ficou reduzida a 688.484 ternsiras.

c) A RAIVA dos herbívoros é doença de efeito fatal e, estando ela localizada em zonas onde a criação de bovinos, ovinos, suínos ou eqüinos, tem caráter estritamente familiar e, assim, a perda de um animal tem um significado econômico bastante apreciável na renda familiar, e considerando ainda a incidência desta mesma enfermidade em determinadas áreas de criação extensiva, cujos prejuízos, determinados pela morte inevitável dos animais infectados, elevam-se a somas bastante apreciáveis, houve por bem a Supervisão da Produção Animal dar início ao combate desta enfermidade, baseado na eliminação do vetor (morcego hematófago) e na vacinação preventiva dos animais expostos. A criação de três equipes de combate à raiva permitiu um combate sistemático ao morcego nas áreas de maior incidência, promovendo considerável diminuição do número de animais, sendo que a meta de redução da mortalidade no Estado foi fixada em 5/10<sup>5</sup> (626 animais), havendo em 1977 o registro de 213 bovinos mortos.

d) A suinocultura do Rio Grande do Sul, em determinadas ocasiões, é atacada pela "PESTE Suína", enfermidade de alto poder infeccioso e contagiante que determina a perda irreparável dos animais acometidos. No decorrer do ano de 1976 vários focos desta virose foram detectados pelas Inspetorias Veterinárias localizadas na zona colonial, quando foi baixada portaria que tornava obrigatória a vacinação contra a Peste Suína em 178 municípios abrangendo uma população de, aproximadamente, 2.500.000 animais. Mesmo não atingida a meta proposta — vacinar 2.500.000 suínos — o número de animais vacinados determinou sensível redução na incidência da enfermidade.

e) A SARNA e PIOLHEIRA dos ovinos, que, em anos passados, determinou sérios prejuízos à ovinocultura do Estado, pela desclassificação e baixa produção das lãs, são combatidas desde 1942. A unidade de Defesa Sanitária Animal, através de suas Inspetorias Veterinárias localizadas em zonas de maior expressão da ovinocultura, desenvolve trabalhos sistemáticos de combate a estas parasitoses, tendo alcançado resultados altamente satisfatórios, uma vez que a incidência destas enfermidades deixou de constituir problema econômico. A sarna, durante o corrente ano, manteve-se em abaixo da meta proposta, mas o mesmo não aconteceu com a piolheira dos ovinos, que, se não chegou a se constituir num problema sanitário, atingiu 4.828 animais.

f) As atividades de PREMUNICÃO, desenvolvidas pela Equipe especializada da Supervisão da Produção Animal, têm como finalidade a premunicação de animais provenientes de áreas onde não existe carrapato, adaptando-as às condições criatórias do Estado. A participação da Supervisão da Produção Animal neste setor, caracteriza-se mais como uma prestação de serviços à pecuária do Estado, uma vez que a grande maioria de reprodutores importados por pecuaristas rio-grandenses provém de países onde não se verifica a incidência dessa parasitose, determinando com isto a necessidade de premuni-los, ainda mais que os reprodutores que aqui aportam são dotados de características zootécnicas altamente significantes, sendo do interesse do Estado a sua introdução em nossos meios criatórios. Além da premunicação realizada em 104 animais importados por particulares, foram premunidos, em 1977, 942 novilhas holandesas importadas pela Secretaria da Agricultura e destinadas ao Programa de Combate à Tuberculose e Brucelose de Gado Leiteiro.

A incidência de carrapatos no Estado tem sua intensidade determinada por fatores que dizem respeito não somente ao incorreto manejo dos banheiros carrapaticidas, como, também, devido principalmente à qualidade dos produtos postos à disposição dos usuários. Este fato determinou que a Supervisão da Produção Animal marcasse sua atuação através da assistência mais direta e objetiva aos produtores, principalmente naquelas propriedades onde, pelos fatores já acima citados, detectaram-se problemas de resistência aos carrapaticidas atualmente em uso. Como fase inicial do combate, instituem-se ações que identifiquem e controlem os focos de carrapatos existentes. O treinamento especializado de 25 Médicos Veterinários, que atuarão naqueles municípios onde os maiores problemas de resistência forem observados, é um exemplo dessa ação, que, ainda no decorrer deste exercício, chegará a nível de campo, onde equipes de técnicos treinados prestarão assistência direta e necessária às propriedades-problemas, diagnosticando e combatendo os focos resistentes.

g) O Combate à TUBERCULOSE e Brucelose nas Bacias Leiteiras do Estado, considerada a sua relativa incidência nos rebanhos que as constituem, determinando prejuízos econômicos na produção de leite e um permanente risco à saúde pública, prevê a identificação dos reagentes positivos às mesmas e sua eliminação através do abate em frigoríficos com inspeção federal. Na reposição dos animais abatidos são utilizadas novilhas de raça holandesa, importadas do Uruguai

pela Secretaria da Agricultura e que por procederem de áreas onde não existe carrapato, são submetidas aos processos de premunicação e de inseminação artificial, assegurando ao produtor, em substituição ao animal abatido, uma novilha prenhe e perfeitamente adaptada às condições locais. Inicialmente, o programa atingiu os municípios de Nova Petrópolis e Montenegro, aos quais foram entregues 161 novilhas. No momento, abre novas frentes, agilizando a substituição de animais doentes.

1.1.2.2 — NO FOMENTO e assistência à produção pecuária, a realização das Feiras de Terneiros, a partir de 1973, objetivou introduzir na comercialização de bovinos uma faixa de especialização e tornar corrente o comércio de terneiros desmamados no outono, conduzindo-os a um sistema de recria que possibilite sua terminação em torno dos 30 meses. A adoção deste sistema visa a acelerar a produção de carne essencial para manter, em ritmo crescente e compensador, a participação do Estado no comércio internacional e no atendimento da demanda interna.

O desfrute tardio do novilho de corte e a ausência de sistematização no processo de sua produção, são fatores que vêm agindo negativamente no desempenho geral do setor, e a realização destas feiras é o ponto de partida para integrar efetivamente as atividades agrícolas e pastoris, além de promover a especialização do pecuarista nas fases de cria e terminação do bovino destinado ao abate, reduzir suas idades de abate e conduzir a um aumento do desfrute.

A realização, em 1977, de 13 feiras de terneiros, propiciou a comercialização de 13.505 animais nobres, e mesmo não sendo atingida a meta de comercialização — 25.000 terneiros — pode-se considerar como satisfatório o resultado do ano, levando em consideração o acréscimo verificado em relação ao ano anterior e por tratar-se de um programa novo de conscientização dos produtores.

A participação do Governo em todas as exposições e feiras oficializadas, — 63 em 1977 — quer seja na produção e organização, quer na assistência técnica, tem feito com que os certames realizados ultrapassem a comercialização, tornando-se locais de apresentação de exemplares de elevada capacidade zootécnica, incentivando, desta forma, uma melhoria da pecuária do Estado.

O "Parque Estadual de Exposições Francisco de Assis Brasil" — tem como finalidade a realização das exposições e feiras promovidas pela Secretaria da Agricultura, juntamente com outras entidades de classe, constituindo-se elas nas mais significativas, tanto zootécnica como economicamente, de todas as exposições no Rio Grande do Sul. Constitui-se, também, em local para promoção de seminários e cursos de treinamento e, em 1977, a meta proposta foi plenamente atingida. Ressaltando-se dentre as suas atividades, foram realizadas, no mês de abril, a Exposição Estadual de Gado Leiteiro, e, em agosto, a 40ª Exposição de Animais.

1.1.2.3 — A Seleção zootécnica, desenvolvida através da Unidade de Extensão Zootécnica, visa ao fomento e ao aperfeiçoamento da pecuária de corte, bem como à introdução progressiva, no meio criatório, dos avanços da tecnologia do setor, compreendendo a sanidade, a alimentação, e o melhoramento animal, impedindo, desta forma, a procriação de animais inferiores ou de raças inadequadas ao Estado. Este trabalho de seleção abrange a área de criação extensiva de bovinocultura rio-grandense, propiciando a todo pecuarista o atendimento técnico à produção de carnes e identificando apenas os que apresentam aptidão reprodutiva positiva, machos e fêmeas. Os trabalhos de seleção bovina são estacionais, efetuando-se durante o outono e a primavera. As seleções realizadas durante o outono identificaram 3.350 animais.

A Central Rio-grandense de Inseminação Artificial — CRIA, tem promovido o uso dessa avançada técnica de inseminação nas diversas espécies domésticas, objetivando a melhoria zootécnica dos rebanhos do Estado. Para tanto, mantém um número de reprodutores melhoradores das principais raças criadas no Estado e dos quais é industrializado o sêmem para utilização pelos pecuaristas rio-grandenses em seus rebanhos. A CRIA promove, também, o estudo e a pesquisa em fisiopatologia da reprodução, orienta e divulga a inseminação em treinamento tanto a nível de inseminadores como de Médico Veterinário. A meta da industrialização de sêmem — 200 mil doses — não foi alcançada, mas observa-se um aumento da ordem de 42.528 doses em relação ao exercício anterior, o que expressa um incremento das atividades industriais.

1.1.2.4 — O Projeto Sudoeste-1, na promoção do desenvolvimento integrado de área de 72.000 km<sup>2</sup>, visa à dinamização do Setor Primário, com o emprego de uma tecnologia adequada a nível de propriedade rural, mediante orientação e assistência técnica, para imprimir um aumento de produtividade através da exploração agropecuária em termos economicamente racionais. Envolve o levantamento das potencialidades e limitações dos recursos naturais da área, investigações agrotécnicas, melhoria da estrutura de comercialização e implantação de agroindústrias para o beneficiamento da produção de nova tecnologia, a nível de unidade rural.

É um empreendimento que ressalta a estreita conjugação de esforços do Governo do Estado, através de sua Secretaria da Agricultura, com a SUDESUL\* e com o Ministério da

\* Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul.

Agricultura como entidades básicas, e se estende, atuando na Unidade Produtora por mais de 30% da atividade pecuária do Estado e 7% da sua produção agrícola. A região apresenta sinais de relativa estagnação econômica, em função, principalmente, de graves problemas de esgotamento de pastagens e condições dos solos, que demandam novas práticas e nova tecnologia, aplicadas ao sistema de produção agropecuária. Com base no exercício de 1976, foi realizado pela SU-DESUL um levantamento comparativo entre as propriedades assistidas e não assistidas pelo Projeto Sudoeste — 1, constatando-se nas assistidas um incremento no VBP da ordem de 50 milhões de cruzeiros.

Os resultados alcançados pelas 10 Unidades Operacionais instaladas na área do Projeto Sudoeste — 1 permitem reafirmar a validade de sua metodologia de trabalho, traduzida, na pecuária, pela taxa de mortalidade inferior à média. Na lavoura, os rendimentos médios alcançados por hectare, nas propriedades assistidas, já superaram as expectativas programadas, com exceção da lavoura de trigo, que, por fatores aleatórios, não atingiu os índices esperados. Entretanto, a meta proposta para 1977 está na iminência de não ser atingida, uma vez que as atividades técnicas do Projeto Sudoeste — 1 estão sendo prejudicadas, com o deslocamento de técnicos vinculados a EMATER, para vitórias do PROAGRO.

1.1.2.5 — Dada a importância da PESCA para a economia gaúcha, estão incluídos na Produção Animal os projetos relativos ao setor, e, em consonância com as diretrizes do Plano Nacional do Desenvolvimento Pesqueiro, pretende o GEDIP\*, com a execução de projetos escalonados em esquemas de prioridade e fixados em função dos recursos que lhe são destinados, a atender o desenvolvimento global do setor, levantando todas as potencialidades que o mesmo oferece. O Rio Grande do Sul, de tradição no setor pesqueiro, com capturas apreciáveis, grande fornecedor para os principais mercados do Brasil, viu, com as medidas restritivas tomadas pelos países platinos, proibindo a pesca em suas águas por barcos brasileiros, agravada a situação das indústrias localizadas no Estado. Já antes dessas medidas negativas, o parque industrial gaúcho trabalhava com ociosidade de cerca de 50%, devido à irregularidade do abastecimento de matéria-prima, além da inexistência de capacidade de armazenamento. Atualmente, o parque industrial importa grande parte de sua matéria-prima daqueles países, para suprir as suas deficiências, mas ainda trabalha com ociosidade.

Medidas e providências adequadas à descoberta, à captura e à industrialização de novas espécies de pescado, constam do Projeto de Desenvolvimento da Pesca e Aquicultura, que pretende o aumento da produtividade das águas, pela implantação e exploração de fazendas aquáticas nas regiões de Tramandaí e Rio Grande, e à caracterização de ambientes hídricos em diferentes áreas do Estado, apropriados ao desenvolvimento da aquicultura, inclusive com a criação de alevinos.

### 1.1.3 — PRESERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS

Cabe à Supervisão de Recursos Naturais Renováveis desenvolver programa específico que tem como objetivo o estudo e a elaboração de medidas relacionadas com o controle e a preservação da flora e da fauna do Estado. Administra, ainda, através da Unidade de Preservação e Controle de Recursos Naturais Renováveis, 3 Parques Florestais, 1 Reserva Biológica implantada em 37.250 ha e 5 Parques Florestais e 3 Reservas Biológicas em 26.803 ha, criados por decreto governamental e em fase de desapropriação.

1.1.3.1 — Nestas áreas são desenvolvidas atividades de PROTEÇÃO À FLORA E À FAUNA, por via de vigilância dos Parques e Reservas Biológicas, da indicação de outras áreas para preservação permanente e da formulação de programas de defesa e preservação do ambiente natural, inclusive através de palestras, cursos e seminários.

a) O projeto de Conservação de Parques Florestais visa a equipá-los com instalações que permitam a sua manutenção e conservação em boas condições, embora a carência de guardas, diminuída pela instalação de rádios para facilitar as comunicações no setor de vigilância.

b) Um segundo projeto, o de Desapropriação de Áreas para Parques Florestais e Reservas Biológicas, advém do Decreto nº 23.798, de 12 de março de 1975, e o Governo deverá, anualmente, indenizar as áreas já delimitadas para os seguintes cinco Parques e três Reservas Biológicas:

Parque Estadual do Camaquã	— 7.992,50 ha
Parque Estadual do Podocarpus (Tabuleiro)	— 2.100,00 ha
Parque Estadual do Podocarpus (Olaria)	— 1.545,00 ha
Parque Estadual de Tainhas	— 4.924,80 ha
Reserva Biológica do Mato Grande	— 5.161,00 ha
Reserva Biológica de São Donato	— 4.392,00 ha
Parque Estadual do Ibitirizá	— 415,00 ha

\* Grupo Executivo do Desenvolvimento da Indústria da Pesca



c) O terceiro projeto se refere à preservação e a ampliação das áreas sob a administração da Secretaria da Agricultura. Dessarte, trabalha-se para a implantação efetiva da Reserva Biológica do Ibirapuitã, em Alegrete, com o estabelecimento de postos de vigilância, potreiro para animais de montaria, poço artesiano e reformas de cercas que delimitam a área, assim como para a posse de áreas cedidas pelo INCRA para a formação de uma rede de parques e reservas biológicas.

Busca-se, também, a agilização dos serviços de vigilância nos parques estaduais já implantados, através do aumento do efetivo humano, a melhoria das áreas abertas à visitação pública e a recuperação e manutenção de estradas e trilhas utilizadas pelos guardas florestais nas patrulhas de vigilância.

Ressalte-se, outrossim, a coleta de sementes e produção de mudas de essências florestais nos parques estaduais, já concretizada na distribuição de 8.000kg de pinhões para as Cooperativas e Prefeituras Municipais, em apoio à "Operação Pinhão" e nas atividades de ampliação da infra-estrutura para produção de mudas de essências florestais. O programa propicia a participação de técnicos em reuniões, palestras e simpósios, motivando-os para a defesa e preservação de recursos naturais renováveis, pois advém do reconhecimento de que a preservação dos recursos floro-faunísticos determina benefícios indiretos contabilizados a longo prazo, a sua influência se faz sentir na educação, recreação, pesquisa e conservação das belezas cênicas da natureza e também essenciais à qualidade de vida sobre a terra.

A busca incessante por parte dos agricultores, de novas áreas para as lavouras, ocasionam a derrubada dos matos ainda remanescentes e há escassez de lugares para pesquisa e refúgio da fauna. Esse problema se faz sentir com tanta intensidade, que a fisionomia do Estado vai sendo alterada e agravada com o uso cada vez maior de defensivos agrícolas para controle de pragas, carreados para os cursos d'água e comprometendo os recursos hídricos de superfície no Estado, dada a total desproteção das margens dos rios, verdadeiras avenidas abertas à penetração dos pesticidas. Por tudo isso, a manutenção de áreas cresce de importância a cada ano, fazendo maior a fiscalização sobre o uso dos recursos naturais em todo o Estado, principalmente nas áreas destinadas à preservação permanente, que representam um passo a mais na luta pelas nossas relíquias florestais e faunísticas.

1.1.3.2 — A unidade de FLORESTAMENTO, subordinada à Supervisão de Recursos Naturais Renováveis, compete coordenar o fomento à extensão florestal no Estado, colocando à disposição do público sementes e mudas florestais e colaborando com instituições públicas e privadas em campanhas e promoções afins. Programa e executa projetos específicos de interesse público, como fixação de dunas, cobertura florestal de mudas, implantação florestal em belvederes ou áreas turísticas, realizando treinamento de nível técnico e de capacitação de mão-de-obra especializada para desempenho de suas finalidades específicas.

Das atividades desenvolvidas pela Unidade destacam-se a construção e recuperação de viveiros para mudas na reorganização do Viveiro do Centro Operacional de Tramandaí, bem como dos viveiros dos parques florestais; a orientação e apoio técnico ao florestamento e reflorestamento, com a realização de encontros e participação no Curso sobre reflorestamento em colaboração inter-institucional; a publicação do Guia de Viveiros do Rio Grande do Sul, onde está cadastrada a maioria dos viveiros existentes em cada Município e a confecção de folhetos explicativos sobre o plantio correto de essências florestais e ornamentais.

Realizou, entretanto, Estudo de Avaliação e Custo Operacional de trabalhos relacionados com o controle da erosão eólica do litoral gaúcho, assim como o levantamento de espécies florestais e ornamentais, colaborando em projetos de arborização rodoviária.

1.1.3.3 — A atividade de CONSERVAÇÃO dos Recursos Naturais Renováveis pela Secretaria da Agricultura envolve uma área de intensa agricultura, onde 23 Agências Conservacionistas promovem a conservação do solo e dão assistência técnica direta. Estas Agências são responsáveis pela instalação do elevado número de Associações Conservacionistas que atuam com capital próprio e com equipamento adequado para a formação de terraços de proteção. A magnitude das tarefas de conservação do solo exige medidas mais amplas, com ação mais intensa e direta junto ao agricultor, acarretando, com isso, um número maior de horas dedicadas a cada pecuarista por parte dos técnicos conservacionistas, que, além das atividades normais, como locação de terraços, locação de canais, escoadouro, locação de estradas internas, entre outras, desenvolvem atividades de conscientização para os problemas de preservação, melhoramento e recuperação dos recursos naturais renováveis. As metas previstas para o exercício de 1977 estão praticamente alcançadas, e muitas superadas, principalmente no que se refere ao número de hectares assistidos.

1.1.3.4 — Das atividades desenvolvidas, tem sido dada grande importância à conscientização do homem do campo em problemas causados pela EROSIÃO. Meta que não pode ser avaliada exatamente em números, mas que está sendo alcançada, pois já existe uma consciência conservacionista entre as populações rurais que estão sob a jurisdição das Agências.

As Agências Conservacionistas exercem a direção técnica das Associações Conservacionistas sediadas na área sob sua jurisdição, sendo responsáveis pelos programas locais e pelo pro-

grama integrado da região, no que diz respeito à preservação e mobilização de seus recursos naturais renováveis.

Em 1977, as atividades desenvolvidas abarcaram em assistência, divulgação e propaganda, 4.721 agricultores, em 100.000 hectares assistidos, com 307 palestras e 291 reuniões, transmitidas 7.092 informações e efetuadas ou recebidas 9.117 visitas.

Em Atividades Técnicas destacam-se:

Locação de terraços -	—	17.175	km
Locação de canais escoadouros	—	3.181	
Locação de estradas internas	—	141	km
Melhoramento de pastagens	—	26.400	ha
Indicação de fertilizantes e corretivos	—	13.500	ha
Controle de Voçorocas	—	205	
Manutenção de terraços	—	5.543	km
Construção de açudes	—	11	
Locação de canais de irrigação e drenagem	—	52	km
Locação de taipas	—	1.057	ha
Distribuição de mudas florestais	—	110.000	
Amostras de solo	—	1.581	

Fato de grande significação foi a aprovação pelo Ministério da Agricultura, através da SU-DESUL, de projeto elaborado por esta Unidade, denominado "Programa de Recuperação de Áreas Degradadas nos municípios de Alegrete e São Francisco de Assis", onde está prevista a alocação de Cr\$ 1.013.000,00 para dar início, de maneira efetiva, ao controle da erosão nessas áreas.

#### 1.1.4 — CENTRAL DE COMANDOS MECANIZADOS DE APOIO À AGRICULTURA — CEMAPA

— A CEMAPA — Central de Comandos Mecanizados de Apoio à Agricultura, da Secretaria da Agricultura, mantém atividades de planejamento, execução e fiscalização de obras de engenharia rural, hidráulica e geo-hidrologia, como destocamento e subsolagens de lavouras, açudes e barragens, drenagem e irrigação de terras, sondagens para captação de água subterrânea, mapeamentos estruturais e pesquisas hidrogeológicas; análises físico-química dos componentes das rochas fertilizantes. Promove estudos geográficos, mapeamento e zoneamento do Estado, visando a obtenção de subsídios para orientar planos de desenvolvimento. Fornece elementos cartográficos para fixação de limites territoriais, tendo em vista a formação de novos municípios e suas alterações e elabora e mantém atualizada a Carta Geral do Estado. Promove a organização e zela pela administração dos Núcleos Agrícolas Estaduais até sua consolidação; efetiva a legalização das terras devolutas e patrimoniais do Estado, mediante delegação do órgão específico federal e fornece elementos cadastrais das terras devolutas à Consultoria Geral do Estado, tendo por objetivo a defesa judicial desse patrimônio.

##### a — Abertura de poços tubulares profundos

Cerca de 20% das águas que se precipitam sobre a terra se infiltram no solo, fornecendo as grandes reservas subterrâneas. Estas representam 93% da reserva de água doce do mundo, sendo que muitos países aproveitam os grandes mananciais através da perfuração de milhares de poços. No Rio Grande do Sul, sua exploração está sendo feita ainda em pequena escala, mas é desnecessário ressaltar sua importância junto à agropecuária, pois objetiva às necessidades de sobrevivência do agricultor, das lavouras e a alimentação do rebanho em épocas de seca. E hoje sua procura ainda é maior em virtude do problema de poluição dos mananciais naturais.

Para o programa de Perfuração de Poços tem sido de grande valia, ante a pouca disponibilidade de recursos orçamentários, a utilização dos meios provenientes do convênio INCRA/CEMAPA, na recuperação de perfuratrizes e aquisição de ferramental, permitindo que, em 1977, fossem abertos 103 poços de 6" e 12 de 4", totalizando 11.200 metros de perfuração.

##### b — Construção de açudes e barragens

Tendo por finalidade o aumento e a regularização das reservas superficiais de água para a irrigação agrícola e para as pastagens cultivadas, bem como para a dessedentação pastoril e para minimizar os problemas de estiagens, o represamento de águas correntes tem sua importância enfatizada, hoje, em virtude do programa da criação de peixes em águas interiores. Para tanto, no ano de 1977 foram contruídos 39 açudes, tendo sido removidos 85.500 metros cúbicos de terra.

### c — Abertura de canais de drenagem e irrigação

Ante o esgotamento das fronteiras físicas agrícolas, cada vez se torna maior a procura de terras no Estado para a exploração agropecuária. Existem áreas alagadiças passíveis de recuperação, para posterior utilização em diferentes culturas agrícolas, propriedades do Estado ou do domínio particular e consideradas impraticáveis à agricultura e pecuária. Através de uma tecnologia adequada se faz a sua recuperação e o conseqüente aproveitamento na agropecuária, com trabalhos na faixa do litoral, e que se estendem a outras regiões do Estado.

O projeto Arroio Grande, por exemplo, na divisa dos municípios de Selbach e Ibirubá, se constitui num sistema misto de drenagem e irrigação, atingindo uma área aproximada de 450 ha nas duas margens do referido Arroio. Implantado nas últimas enchentes, fez as águas atingirem cotas de 0,70 a 0,80 cm abaixo dos índices anteriores, propiciando, assim, vantagens às populações ribeirinhas da área onde foi executado, anteriormente impraticável às atividades de agricultura e pecuária.

Segundo levantamento realizado, existem aproximadamente 300.000 ha de terras de elevada fertilidade natural, que poderão ser incorporados ao processo produtivo, mediante a implantação de sistemas de drenagem. Foram feitos em 1977, 11 km de canais de irrigação, com a remoção de cerca de 33.000 metros de terra.

### d — Destocamento e subsolagem de lavouras

Tem esta atividade por objetivo destocar lavouras para permitir sua mecanização e tornar mais econômica a produção agrícola, e subsolar propriedades para o plantio de árvores frutíferas, eis que atualmente observa o Estado um incremento da fruticultura, principalmente na Encosta Superior da Serra e no Planalto, em conseqüência das condições climáticas favoráveis. A produção de maçãs, em especial, cresce acentuadamente, atendendo à demanda do mercado interno e reduzindo a dependência externa, sendo opção valiosa à diversificação da produção agrícola, especialmente nas regiões dos minifúndios.

No exercício em curso, foram feitos 168,10 ha de subsolagem nos municípios de Antonio Prado, Ilópolis, Flores da Cunha, Nova Petrópolis, Caxias do Sul, Bom Jesus e Lagoa Vermelha, áreas estas destinadas ao cultivo de macieiras.

### e — Levantamento de jazidas e análises de minerais

São objetivos desta atividade pesquisar e prospectar jazidas de calcários para correção de solos agrícolas, dimensionar as reservas minerais e determinar por solagens o aproveitamento econômico e imediato das jazidas pesquisadas.

Atualmente, com a evolução da tecnologia agrônômica, aliada às potencialidades de calcário do Estado, a calagem é largamente empregada nas lavouras econômicas, ensejando resultados compensadores em termos de rentabilidade agrícola. Esta circunstância determinou a necessidade de uma contínua e constante propeção das jazidas, a fim de se avaliarem os seus dimensionamentos, tendo em vista o seu aproveitamento econômico, para o que conta a CEMAPA com uma perfuratriz rotativa Rolla, exclusivamente empregada na pesquisa do calcário, havendo, perfurado 535,50 metros.

### f — Legislação de terras públicas

Esta atividade desenvolvida pela CEMAPA, tem por finalidade controlar, discriminar e legalizar as terras devolutas e patrimoniais do Estado, as terras adquiridas pelo mesmo, para fins de assentamento e reassentamento de agricultores, bem como as terras da União, no âmbito de sua competência, mediante delegação do órgão específico federal, através de acordos ou convênios. Segundo assentamentos da Unidade de Terras Públicas e Núcleos Agrícolas, ainda restam aproximadamente 6.000 lotes rurais para serem legalizados.

### g — Aplicação e manutenção de núcleos agrícolas estaduais

Este projeto visa a complementar os núcleos existentes, consolidando o assentamento de agricultores nas áreas ainda desocupadas, ensejando a celebração de contratos de compra e venda dos lotes e conseqüente emancipação dos núcleamentos, bem como florestamento das áreas reservadas ao Estado.

### h — Trabalhos geográficos e cartográficos

Tem por objetivo promover e coordenar as atividades geográficas do Estado. Como decorrência de um acordo firmado com a Superintendência de Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL — foi atualizada a Carta Geral do Estado e elaborado o índice toponímico da referida Carta.

sendo executados cinco (5) mapas para o plano rodoviário de prefeituras interessadas, bem como a confecção dos originais do Boletim Topográfico, impresso pela Unidade para fins de divulgação. Realizou-se também o mapeamento sistemático do Estado na escala de 1:100.000, a impressão de mapas regionais e agrícolas e coleta de elementos cartográficos relativos à fixação de limites territoriais para a criação de novos Municípios, em perfeito entrosamento com a Fundação IBGE e Serviço Geográfico do Exército.

### 1.1.5 — PESQUISA

O Rio Grande do Sul tem que voltar suas atenções para a geração de tecnologia própria sob pena de estar comprometendo o próprio desenvolvimento. Quando índices de aumento de população ultrapassam aos da produção, o problema mais grave e importante é, sem dúvida, a geração de alimentos. Essa contingência levou o Governo Federal a criar a EMBRAPA, investindo maciçamente no setor e agilizando mecanismos de utilização dos recursos humanos e materiais.

Para modernizar a agropecuária rio-grandense são necessários instrumentos e recursos aplicáveis em pesquisa, a fim de que este setor se torne auto-suficiente e qualitativamente mais bem desenvolvido.

Com essa finalidade foi criada a Supervisão de Pesquisa, na Secretaria da Agricultura, a qual, no ano findo, promoveu o Sistema Estadual de Pesquisa Agropecuária, que tem por objetivo realizar estudos e investigações básicas ou aplicadas na solução do setor primário agrícola, através de quatro (4) Institutos e vinte e duas (22) Estações Experimentais.

1.1.5.1 — Cabe ao Instituto de Pesquisas Veterinárias "DESIDÉRIO FINAMOR" conduzir pesquisas na área de Sanidade Animal, visando diagnósticos e alternativas para o controle das doenças dos rebanhos, principalmente aquelas que são motivo de campanhas sanitárias.

A ele está afeta a pesquisa sobre parasitoses, doenças infecciosas e toxicologia dos animais de interesse econômico para o Estado e seus principais trabalhos se referem à febre aftosa, carrapato, brucelose, leptospirose, mixotoxinas, rinite atrófica dos suínos, "foot-rot", dos ovinos e imunologia em suínos. O trabalho desenvolvido em aftosa revelou as características das amostras dos vírus tipo A, incidentes no Rio Grande do Sul em 1976 e 1977, e o seu relacionamento sorológico levou à demonstração do surgimento da amostra A Bagé. Os trabalhos no Instituto foram difundidos através de reuniões e congressos realizados no Rio Grande do Sul e no Rio de Janeiro, e em diferentes municípios do Estado, onde foram proferidas 10 palestras, encontrando-se em impressão o Boletim Técnico do IPV"DF", contendo 15 trabalhos de pesquisa.

Vacinas (doses): Brucelose .....	871.041
Aftosa .....	2.100.000
Papilomatose bovina .....	48
Antígeno (doses): Huddleson .....	105.500
Card-test .....	76.680
Diagnóstico pulorose .....	90.000
Preparo de Tuberculina (doses) .....	124.500

1.1.5.2 — O Instituto de Pesquisas Zootécnicas "FRANCISCO OSÓRIO" tem por finalidade a realização de pesquisas e trabalhos experimentais, visando a solução dos problemas zootécnicos da criação animal no Rio Grande do Sul. O atual programa refere-se ao Melhoramento Genético, à Nutrição e ao Manejo dos Bovinos de Corte, de Leite, Suínos, Aves e Ovinos.

As pesquisas em Bovinos de Corte indicam ser possível a obtenção de novilhos precoces, com 400 kg de peso aos dois anos de idade, através do confinamento, bem como Suplementação dos terneiros de 8-9 meses de idade com subprodutos da agricultura, de maneira racional e econômica, possibilitando a produção de novilhos na entressafra com o emprego de resíduos de soja.

Os trabalhos em terneiros Charolês indicam a viabilidade de antecipação de desmama de terneiros de corte, sem prejuízo em seu desenvolvimento. O desaleitamento mostrou ser uma maneira de obter resposta imediata no número de vacas em cio. Embora o confinamento de bovinos reduza a idade de abate, aumentando o desfrute, procura-se a substituição de alimentos de alto preço por outros de custo inferior. A suplementação mineral apresentou resultados positivos, persistindo o problema da economicidade.

Os trabalhos de avaliação de Reprodutores Suínos proporcionaram aos criadores informações até então indispensáveis e que, com boa margem de segurança, têm permitido a escolha de melhores reprodutores. A utilização de "cama de galinheiro" na alimentação de suínos aos níveis de 10% e 20%, mostrou resultados econômicos negativos, em virtude da necessidade de se acrescentar gordura às rações.

Realizou o Instituto, em 1977:

PROJETOS	SUBPROJETOS		
	Concluídos	Em andamento	Programados p/1978
Bovinos Corte	6	10	15
Bovinos Leite	1	2	5
Forrageiras	2	13	-
Suínos	4	4	2
Ovinos	-	3	6
Aves	-	2	4
Nutrição Animal	1	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>14</b>	<b>39</b>	<b>32</b>

O Laboratório de Nutrição Animal do IPZ "FO" realizou, no período, 2.896 análises constantes de magnésio, zinco e outros minerais, além de análises bromatológicas completas.

Os resultados de pesquisa foram difundidos através do 4º número do Anuário Técnico do Instituto, com a apresentação da maioria dos trabalhos concluídos no ano anterior. Além desta divulgação anual, tem sido enviadas pequenas notícias e artigos aos jornais e suplementos especializados.

A pesquisa referente à Produção Vegetal está afeta às Equipes Técnicas do Instituto de Pesquisas Agronômicas e do Instituto de Pesquisas de Recursos Naturais Renováveis.

1.1.5.3 — O Instituto de PESQUISAS AGRONÔMICAS realiza estudos e pesquisas de caráter básico ou aplicado, voltados para problemas da agricultura do Rio Grande do Sul. Com uma rede de experimentação cobrindo praticamente todas as regiões do Estado, o IPAGRO realiza pesquisas com Soja, Trigo, Milho e Sorgo, Feijão, Videira, Batata, Rosáceas, Fruteiras, Olerícolas, Mandioca e Cana-de-Açúcar. As linhas fundamentais do seu programa atual se estendem em estudos sobre Melhoramento Genético, Fitopatologia, Entomologia, Nutrição Vegetal, Ecologia e Botânica. Como pesquisa de suporte, o IPAGRO possui, ainda, o Laboratório de Tecnologia de Sementes e Laboratórios de Química Agrícola, havendo realizado, em 1977:

PROJETOS	CONCLUÍDOS	Em anda mento	Programados p/1978
Citros	0	10	10
Frutas tropicais	0	1	2
Feijão	1	14	16
Formigas cortadeiras	0	3	3
Milho	0	19	19
Olerícolas	0	12	14
Rosáceas	0	3	4
Soja	2	32	35
Tec. de sementes	0	3	3
Trigo	0	22	27
Videira	0	6	12
Mandioca	0	5	5
<b>T O T A L</b>	<b>3</b>	<b>130</b>	<b>150</b>

Fonte: Secretaria da Agricultura.

Devem-se ao IPAGRO, com sua atuação em 1977, as seguintes contribuições:

— Lançamento de nova variedade de milho híbrido —SAVE — 332; participação na elaboração dos sistemas de produtos (pacotes tecnológicos) em diversas culturas; lançamento de dois novos cultivares de trigo — Mascarenhas e Hulha Negra; realização de 935 classificações botânicas; seleção de dois novos cultivares de viníferas de procedência portuguesa, que serão lançadas oficialmente na Festa da Uva de 1978.

Ademais, forneceu 239 respostas a consultas sobre controle de plantas invasoras, dados meteorológicos a 17 entidades brasileiras e 56 informações técnicas sobre controle de insetos em lavoura, realizando, também, análises de fertilizantes e corretivos em 13.500 amostras de solo. Deu atendimento a consultas sobre moléstias de vegetais e fez inspeções sanitárias nas principais culturas do Estado.

Os resultados de pesquisa foram difundidos em reuniões técnicas, congressos, simpósios, sistemas de produção, treinamento de extencionistas, bem como em cursos e palestras ministradas por técnicos do IPAGRO, nos "Dias de Campo", com milho, soja e trigo. A revista "Agronomia Sul-Rio-Grandense" teve publicados 2 números veiculando 84 trabalhos técnico-científicos e o Boletim "IPAGRO Informa" circulou em 4 números, apresentando cerca de 60 artigos referentes às culturas de cebola, alho, milho, soja e trigo.

1.1.5.4 — A finalidade do Instituto de Pesquisas de Recursos Naturais Renováveis "ATALIBA PAZ" é a realização de pesquisas básicas e aplicadas convenientes para o estabelecimento de técnicas de utilização racional e preservação dos Recursos Naturais Renováveis do Estado. A programação de pesquisa do Instituto consta de estudos de Nativas e Exóticas, Sementes Florestais, Erva mate, Araucária, Palmito, Pinus, Eucalipto, viveiros, solos e água. Seu herbário, para tanto, foi enriquecido com 1.048 plantas e 9.000 excícatas, devendo seu trabalho contribuir expressivamente para o enriquecimento fitológico do Estado.

Fato marcante neste Instituto foi o lançamento de sua Revista Técnico-científica "Roesleria", que, em seu primeiro número, publicou 7 trabalhos, sendo 3 de botânica, 1 de práticas culturais, 1 de espaçamento em acácia negra, 1 sobre moluscos e 1 sobre o desaparecimento da fauna da região do Alto Uruguai e a importância do Parque Estadual do Turvo na sua preservação.

1.1.5.5 — As 22 ESTAÇÕES EXPERIMENTAIS da Supervisão de Pesquisa atuam nas mais diversas áreas de pesquisa agropecuária. Basicamente, agem como suporte da experimentação dos Institutos de Pesquisa, bem como atendem ao setor de material genético (sementes, mudas e reprodutores). Cumprem, também o papel de irradiadores de tecnologia agropecuária desenvolvida pela pesquisa, visando a atender as necessidades do Sistema de Produção a nível regional.

1.1.5.6 — A Comissão Coordenadora do Programa Integrado de Pesquisa Agropecuária do Estado do Rio Grande do Sul, criada por Convênio celebrado entre a Secretaria da Agricultura e a EMBRAPA, em 28 de abril de 1976, e integrada pelo Supervisor da Secretaria da Agricultura e pelo chefe do Escritório Estadual da EMBRAPA/RS, deu continuidade no corrente ano aos trabalhos relativos à criação de um sistema Estadual de Pesquisa. Apoiou os mecanismos de integração já existentes e motivou a criação de outros em áreas onde pesquisadores operavam isoladamente. Realizou reuniões de orientação nas áreas de trigo, soja, milho, sorgo, arroz, olerícolas, fruticultura, silvicultura, solos, videira e enologia, feijão, bovinos de corte, bovinos de leite, forrageiras-pastagens e sanidade animal, bem como continuou trabalho de esclarecimento e divulgação junto a entidades e técnicos, em áreas de interesse econômico para o Estado, em contatos com vinte e nove (29) unidades de pesquisa, incluindo-se a Secretaria da Agricultura, EMBRAPA, Universidades, Organismos Federais e Empresas privadas.

Como fato marcante da programação Secretaria da Agricultura/EMBRAPA, destaca-se a integração obtida em vitivinicultura, onde os subprojetos do IPAGRO/ E.E. Caxias do Sul e da UEPAE/Bento Gonçalves praticamente se unificaram, constituindo o Projeto Videira e Enologia do Rio Grande do Sul. Ainda dentro do espírito de integração, a Supervisão de Pesquisa possibilitou a canalização de recursos às Universidades do Estado e Unidades de Pesquisa que atuam em conjunto com os Institutos da Supervisão ou isoladamente.

Muito embora condições adversas de clima para determinados produtos em nosso Estado, não existem razões de ordem técnica que impeçam a solução dos problemas.

Com a criação e lançamento de novos e melhores cultivares, o emprego de práticas culturais adequadas, o controle das pragas e moléstias de agropecuária, a utilização racional da preservação dos recursos naturais renováveis do Estado, a problemática atual vem sendo gradativamente solucionada. A Secretaria da Agricultura desenvolve programa de pesquisa, composto de 32 subprojetos na área de sanidade animal, de 19 na área de recursos naturais renováveis, de 130 na área vegetal e 39 na área de pesquisas zootécnicas.

## 1.2 — INDÚSTRIA E COMÉRCIO

O desempenho do Setor Estadual na área industrial e comercial se faz, basicamente, a nível de promoção de atividade, produção e comercialização de produtos, sendo responsáveis por esta atuação a Secretaria da Indústria e Comércio e órgãos vinculados.

### 1.2.1 — PROMOÇÃO INDUSTRIAL E COMERCIAL

A Secretaria da Indústria e Comércio, em consonância com os objetivos dos provimentos legais que regulam a sua atividade, procurou orientá-la, em 1977, de acordo com a política do governo traduzida na Estratégia de Ação Governamental, visando fundamentalmente a contribuir para a correção dos desequilíbrios espaciais e oportunizar emprego para as crescentes populações urbanas.

Assim, foi dada ênfase a estudos técnicos, à realização das Jornadas Técnicas, ao apoio institucional a novos empreendimentos em áreas menos desenvolvidas, à continuidade nos projetos das Áreas e Distritos Industriais.

Das principais realizações, os seguintes fatos têm um destaque especial para a economia gaúcha:

- criação do Programa Estadual de Apoio à Exportação;
- abertura, no Estado, da agência do Instituto Nacional de Propriedade Industrial — INPI, em convênio com a Secretaria da Indústria e Comércio;
- convênio com o Conselho de Desenvolvimento Industrial — CDI, do Ministério da Indústria e do Comércio, objetivando o fornecimento de informações técnicas e, principalmente, uma maior agilização no estudo dos projetos apresentados àquele Conselho com vistas à sua implantação no Estado;
- inauguração da Área Industrial de Gravataí.

A Secretaria da Indústria e Comércio, com o objetivo de divulgar as potencialidades do Estado, assim como contatar com investidores, fez-se presente, em âmbito nacional, à XII FENAC; à 40ª Exposição Estadual de Animais; ao II Encontro Nacional de Distritos Industriais; à Brasil Export 77, participando, ainda, da Comissão Executiva do Conselho Empresarial Brasil-Estados Unidos.

Em âmbito internacional esteve presente à Semana Brasileira, em Milão; integrou a Missão Econômica à Nigéria; e participou do 3º Encontro Teuto-Brasileiro, da Mesa Redonda promovida pela "Dusseldorf Brasilinvest", em Madrid, assim como do "European Management Forum", em Montreal.

Foram recebidas diversas missões empresariais e oficiais de outros países, tendo sido elaboradas as agendas para os visitantes de acordo com os interesses de cada um. Podem ser citadas a Missão Empresarial do Suriname; a Missão Comercial Inglesa; a Missão Koninklijke Wessanen — Holanda, a Embaixada do Canadá (calçados), a Missão de Gana, a Missão Empresarial de Forly — Itália, o Ministro do Comércio Exterior da Tchecoslováquia, a Embaixada da Bélgica, a Missão Empresarial Francesa e a Missão de Parlamentares de Bremen.

Nos diversos contatos mantidos, foi identificada a necessidade da divulgação permanente e atualizada dos aspectos econômicos do Estado, e com esse objetivo foi lançado o boletim mensal "Informação Econômica do Rio Grande do Sul", o qual vem sendo aperfeiçoado e é solicitado constantemente por diversos órgãos e entidades.

O Assessoramento a Empresários, realizado através dos Departamentos de Tecnologia e Promoção Industrial da Unidade de Desenvolvimento Industrial e pelo PAEX, concentrou-se principalmente em informações sobre os principais produtos agropecuários e, mais especificamente, sobre as potencialidades dos municípios, tendo já sido elaborados perfis de Santa Rosa, Carazinho, Erechim, Santa Maria, Rio Grande, Pelotas, Passo Fundo, Uruguaiana, Bagé, Novo Hamburgo, Santo Angelo, Cachoeira do Sul. Deu atendimento e acompanhamento a empresários estrangeiros interessados em associações com empresas gaúchas, venda de tecnologia, ou importação de produtos gaúchos. E ofereceu apoio institucional a empreendimentos de empresas gaúchas, principalmente junto a outros órgãos da administração Estadual e Federal (CDI, BEFLEX, CACEX, INPI, principalmente).

Como principais frutos destas atividades, surgem novas empresas para ocupar os espaços vazios ou para preencher a insuficiência de oferta no mercado nacional, tais como:

- Cooperativa Central Gaúcha de Cevada e Malte, um dos quatro projetos aprovados pelo Governo Federal para substituir as importações nacionais deste produto e que deverá ser implantado em Carazinho;
- Companhia Industrial São Paulo e Rio — CISPÉR, empresa com fábricas em São Paulo e Rio de Janeiro para a produção de garrafas e que deverá implantar-se no município de Campo Bom;
- Bombas Guinardo, empresa nova para a produção de bombas especiais, sem similar nacional, a ser implantada na Área Industrial de Gravataí;

- Eluma S.A, metalurgia do cobre, a implantar-se no Distrito Industrial de Rio Grande;
- Edisa, formada pela associação de vinte empresas gaúchas com o grupo japonês Fujitsu, com vistas à ocupação do espaço vazio detectado na área de computação eletrônica.

No decorrer de 1977, foram promovidos pela Secretaria da Indústria e Comércio os seguintes eventos:

- Mercado Alternativo para Calçados, realizado no mesmo período em que ocorreu a XII FENAC, sendo editado, na ocasião, o trabalho "Perfil do Couro e Calçado";
- 1ª Jornada Técnica da Indústria da Alimentação e 3º Seminário da Indústria de Conservas de Pelotas.
- Jornada Técnica da Indústria de Máquinas e Implementos Agrícolas, em Santa Rosa, realizada em sua primeira fase, a qual consistiu no diagnóstico e identificação das necessidades, contando com a participação integral dos empresários, através da FIERGS e do Sindicato das Indústrias de Máquinas e Implementos Agrícolas;
- Jornada Técnica no Exterior, em convênio com o Ministério das Relações Exteriores;
- Painel sobre o Programa Metal-Mecânico, realizado na FIERGS, para apresentação das conclusões sobre os principais problemas do Setor, onde foram discutidas as perspectivas e vantagens econômicas advindas da metalurgia do cobre; e
- Seminário sobre "Joint-Venture", com participação de técnicos do BNDE.

No setor industrial, a agropecuária e metal-mecânica destacam-se por apresentarem maiores oportunidades de desenvolvimento, tendo em vista as indústrias já existentes.

Entre os estudos realizados sobre o setor metal-mecânico destacam-se— Oportunidades industriais do Setor Metal-Mecânico, compreendendo pesquisa sobre alguns dos principais produtos que apresentam carência de oferta no mercado interno;

- O Setor Metal-Mecânico na Microrregião Triticola, com diagnóstico efetuado através de pesquisa de campo, com amostra de 55 empresas, procurando dar uma visão de conjunto dos aspectos econômico-financeiros e da produção;
- Metalurgia do Cobre, estudo preliminar visando à utilização integral do potencial do minério no Estado;
- Estudo sobre a Desverticalização do Setor, no que se refere a Materiais Subsidiários;
- Prestação de Serviços Especializados na Área Metropolitana, efetuado através de pesquisa direta, tendo por objetivo levantamento cadastral da área de prestação de serviços especializados e procurando apurar, em termos reais, os tipos de serviços prestados, a oferta e a realização dos mesmos;
- Pesquisa direta nas empresas com 20 ou mais empregados, com dados demonstrativos da produção verificada, destino e consumo industrial, efetuado em acordo com a SUDESUL;
- Novo diagnóstico do setor metal-mecânico, com base nos dados de 1977 (em elaboração).

No setor agroindustrial, realizaram-se estudos técnicos para a fixação do preço mínimo da uva e do preço de comercialização do arroz ao consumidor final CIF/RIO, assim como sobre o aproveitamento do *Pinus Elliotis*.

A política de polarização regional teve-se aos projetos de Áreas e Distritos Industriais já existentes, desenvolvendo obras de infra-estrutura paralelamente à aprovação dos projetos das empresas que neles deverão localizar-se.

A Área Industrial de Gravataí inaugurada em 28 de outubro, já conta com algumas empresas em fase de operação, como a Wotan e a Panatlântica. A Metalúrgica Jackwall e a Artemp estão em fase de construção civil e as demais empresas enquadradas encontram-se em fase de projeto de engenharia final, devendo iniciar as obras em 1978.

A Área Industrial de Cachoeirinha apresenta-se totalmente ocupada, não havendo lotes vazios para novas empresas. Foram enquadradas 32 empresas, das quais 6 estão em operação, uma pronta para iniciar a produção e 8 em obras, com previsão de início de produção no primeiro semestre de 1978.

A Área Industrial de Santa Maria teve, no exercício de 1977, iniciadas as obras de infra-estrutura, enquadrada, preliminarmente, uma empresa, e deu condições de operação a Refrigerantes Vontobel S/A, inaugurada no início de dezembro.

Para o Distrito Industrial de Rio Grande e execução das obras de sua infra-estrutura, foram alocados recursos no valor de 690.000 UPC, do BNH. Nesse Distrito Industrial será implantada a empresa Eluma S/A, para a metalurgia do cobre, localização determinada pelo Governo Federal.

O ORTECAP — Órgão Técnico para Análise de Projetos, reuniu-se duas vezes neste exercício, tendo aprovado os Projetos de Cimpel — Indústria, Comércio e Importação Ltda., na Área Industrial de Cachoeirinha, e Wotan S/A — Máquinas Operatrizes (expansão) e Metalúrgica Jackwall Ltda, na Área Industrial de Gravataí.

Com relação a projetos localizados em área de propriedade das empresas, aprovados os de Vogg — Indústria Metalúrgica Ltda, para expansão das suas instalações em Canoas; da Companhia Industrial São Paulo — Rio -- CISPER, empresa nova para a produção de embala-



gens de vidro, a ser implantada em Campo Bom; da Cooperativa Central Gaúcha de Cevada e Malte Ltda., empresa nova para a produção de malte que será implantada em Carazinho; da Exportluva — Indústria e Comércio de Luvras Ltda, já implantada em Canela, e da Trafo Equipamentos S.A., para expansão em área contígua as suas instalações, em Gravataí.

O Conselho Diretor do FUNDOPEM, no exercício de 1977, aprovou incentivos financeiros, juros e subsidiários para a Cooperativa Rural Alegretense Ltda — Alegrete e Companhia de Louça Sanitária do Sul — São Leopoldo. As aprovações foram concedidas em vista da baixa disponibilidade de recursos, estando a dotação comprometida com projetos aprovados em outros anos e levando em conta que a maioria dos investimentos havia recebido o incentivo federal de correção monetária pré-fixada.

O Programa Estadual de Apoio à Exportação-PAEX, criado com o objetivo de colocar à disposição do empresário privado gaúcho, notadamente o pequeno e o médio, instrumental para apoiá-lo em sua participação no mercado internacional, é integrado pela Secretaria da Indústria e Comércio, Secretaria da Fazenda, Secretaria da Agricultura, Secretaria de Coordenação e Planejamento, Federação, das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul, Federação das Associações Comerciais do Estado do Rio Grande do Sul, Banco do Estado do Rio Grande do Sul S/A, Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo-Sul, Banco de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul S/A, Companhia de Comércio Internacional-BANTRADE, Fundação de Ciência e Tecnologia, Centro de Assistência Gerencial do Estado do Rio Grande do Sul, Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos, Companhia de Desenvolvimento Industrial e Comercial do Rio Grande do Sul e Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul.

Entre as principais atividades desenvolvidas pelo PAEX, em 1977, destacam-se:

— formação do seu quadro técnico profissional: com este objetivo, 3 técnicos do PAEX participaram de cursos de especialização em Comércio Exterior, na Fundação Centro de Estudos de Comércio Exterior, no Rio de Janeiro, e 19 técnicos frequentaram cursos realizados pela Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos e Associação dos Dirigentes de Vendas do Brasil;

— aprimoramento de profissionais que atuam em empresas exportadoras, em curso que forma especialistas ocupantes de cargos de destaque na administração empresarial rio-grandense;

— atendimento direto a empresas, com 28 atendimentos a nível de consultoria e 171 em termos de orientação e informação;

— a FIERGS e o BANTRADE atuaram, juntamente com o PAEX, na realização da mais importante feira brasileira de comércio exterior;

— divulgação: considerando a complexidade da legislação referente ao Comércio Exterior, o Programa tem-se empenhado na sua divulgação, realizando, para distribuição aos exportadores gaúchos e empresas com potencialidade e desejo de exportar, as seguintes publicações: Estímulos às exportações (já em 2ª edição), Normas para Exportação e Seguro de Crédito na Exportação;

— programação de curto prazo, com estudos já em andamento, visando à dinamização de alguns setores da economia gaúcha, como o de conservas e o de máquinas agrícolas, assim como realizar a avaliação da estrutura de exportações do Estado e em elaboração o Anuário Estatístico de Exportação.

#### 1.2.1.1 — Companhia de Desenvolvimento Industrial e Comercial do Rio Grande do Sul — CEDIC.

A CEDIC, no ano de 1977, deu continuidade às tarefas de implantação da infra-estrutura nos Distritos Industriais, aplicando Cr\$ 201.897 mil. Deste montante, 30,52% foram destinados a desapropriações, 5,37% a Estudos e Projetos, 54,12% a implantações propriamente ditas e 9,25% a serviços técnicos prestados à SIC.

Na área Industrial de Cachoeirinha as obras realizadas referem-se, em sua grande maioria, a implantação do sistema viário, tendo sido movimentados 203.000 m<sup>3</sup> de terra. Foram ainda executados 1.868 m de canalização com vistas à implantação do sistema de abastecimento d'água.

Os trabalhos na Área Industrial de Gravataí tiveram-se à terraplenagem das vias e platôs (num montante de 263.000 m<sup>3</sup> de terra movimentada) e às obras de pavimentação de vias e canalização dos esgotos pluvial e cloacal, cujas realizações atingiram 90% dos totais previstos para sua conclusão.

Na Área Industrial de Santa Maria foram implantados 1.800 m de ruas, que possibilitam a ocupação de 50 ha, tendo sido movimentados 158.310m<sup>3</sup> de terra.

No Distrito Industrial de Rio Grande foram realizadas as obras do Centro Administrativo (40% do total), bem como 5% daquelas correspondentes ao sistema de energia elétrica. Os serviços de terraplenagem do sistema viário movimentaram 243.000m<sup>3</sup> de terra e a abertura de 4km do canal adutor do sistema de água, 400.000m<sup>3</sup>.

### 1.2.1.2 — Serviço de Classificação dos Produtos de Origem Vegetal para o Mercado Interno — CLAVESUL.

O CLAVESUL, que conta com 31 Postos no interior do Estado para prestar os serviços solicitados durante o ano de 1977 firmou dois convênios com o Ministério da Agricultura tendo por objetivo a execução, a nível estadual, de serviços atinentes ao cadastramento e registro de 12.000 produtores de uva, localizados nos municípios de Antônio Prado, Carlos Barbosa, Bento Gonçalves, Garibaldi, Caxias do Sul, Farroupilha, Flores da Cunha, Veranópolis, São Marcos, Nova Prata e outros de alta densidade de produção.

Inaugurou novos postos nos municípios de Santa Vitória do Palmar, Caçapava do Sul, Rosário do Sul e Santo Antônio da Patrulha. Foram ainda remodelados os de Pelotas, Cachoeira do Sul, Santa Cruz do Sul, São Gabriel, Tapes, Dom Pedrito, Sant'Ana do Livramento e Palmeira das Missões. Além desses postos de serviços, o CLAVESUL conta com 5 Supervisões Regionais, incumbidas de orientar, instruir e coordenar as atividades dos Postos de Classificação cujas sedes se localizam nos municípios de Alegrete, Passo Fundo, Pelotas, Porto Alegre e Rio Grande.

Atento aos problemas da comercialização, o CLAVESUL busca conscientizar o produtor de vantagens oferecidas pelo Governo Federal, quando, através da política de preços mínimos, efetua financiamentos (EGF) e aquisições (AGF) dos produtos. Uma conquista importante, junto ao Ministério da Agricultura, foi a aceitação da comercialização da cebola em réstia em condições semelhantes às da cebola solta, (Adendo à Portaria Ministerial nº 63/77).

Até outubro de 1977 foram classificadas pelo CLAVESUL, 2.340.179,3t de produtos, num valor de Cr\$ 6.873.912.400,00.

### 1.2.1.3 Comissão Estadual da Indústria da Construção-CEICO.

A CEICO, presidida pelo Secretário de Estado da Indústria e Comércio, é constituída por representantes da Secretaria do Interior, Desenvolvimento Regional e Obras Públicas, Secretaria dos Transportes, Secretaria da Energia, Minas e Comunicações, Secretaria do Trabalho e Ação Social, Sindicato das Indústrias de Construção Civil, Sociedades de Engenharia, Associação Riograndense de Empreiteiros de Obras Públicas e Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Civil. Possui um Secretário Geral e utiliza como infra-estrutura administrativa a do órgão da Secretaria da Indústria e Comércio.

Além das reuniões normais, a CEICO, através de grupos setoriais, realizou estudos referentes ao "Cadastro de Licitantes" e à "Sistemática de Licitações e Critérios Relativos às Mesmas". A matéria se encontra em fase conclusiva, tendo fornecido subsídios à própria Comissão Nacional da Indústria da Construção Civil (CNICC) e recebido sugestões, mantendo com esta alto nível de entrosamento, bem como com a Câmara Brasileira da Construção, nos múltiplos aspectos relativos à indústria de construção. Espera concluir, em 1978, os estudos relativos ao Cadastro de Licitantes, aos critérios de Licitações, ao levantamento de dados da Indústria de Construção Civil no concernente as suas diversas setoriais, com o cadastramento e, ainda, o contínuo entrosamento dos diversos componentes, quer em âmbito estadual como em nível União-Estado.

### 1.2.1.4 — Fundação de Ciência e Tecnologia-CIENTEC

A CIENTEC dedica-se à realização de projetos de pesquisas tecnológicas aplicadas e à assistência tecnológica à indústria, dando grande apoio ao desenvolvimento acelerado do parque industrial gaúcho, na capacitação industrial, em todos os níveis de necessidade, para que se processe de forma ordenada e com elevada qualidade do produto final. Este apoio se realiza não apenas em escala regional, mas, também, em âmbito nacional, através de diferentes programas, projetos e atividades.

São de destaque especial os seguintes programas e projetos realizados pela CIENTEC em 1977:

#### 1.2.1.4.1 — Programa Agro-Indústria

- a) — Industrialização da Soja e Derivados
- Projeto "Tecnologia de Produção"

Visa a desenvolver tecnologia nacional na produção, com equipamento também nacional, de proteína vegetal texturizada e farinha integral de soja, partindo, respectivamente, do farelo desengordurado e do grão. Os estudos efetuados propiciaram a obtenção de insumos promissores, tanto pelo seu alto valor protéico, como pela sua textura e capacidade de absorção de água, para serem incorporados numa gama bastante grande de produtos finais de alimentação de usos consagrados. A proteína vegetal texturizada tem sua maior utilização como extensora de carnes na

preparação de embutidos em frigoríficos, e os concentrados protéicos engordurados se constituem em insumos finais ideais para a preparação de alimentos reproduzidos em panificadoras. Foram realizadas modificações mecânicas em equipamentos, destacando-se o desenvolvimento de uma nova trafiladora, que praticamente viabilizou o equipamento de extrusão de fabricação nacional. Divulgação do projeto foi feita na V Reunião Conjunta de Pesquisa de Soja na Região Sul, em Pelotas (5.08.77), na III Jornada da Indústria de Alimentação em Pelotas (25.08.77) e na FINEP, Rio de Janeiro (09.09.77).

Com base no trabalho realizado, resultou a empresa Bergamaschi & Cia Ltda. de Caxias do Sul, que em breve entrará em operação, com assistência técnica, desenvolvimento de produtos e controle de qualidade realizados pela CIENTEC.

— Projeto "Desenvolvimento de Produtos e Pesquisas de Mercado"

O Projeto visa, fundamentalmente, a desenvolver formas de utilização de insumos de soja convencionais de alimentação, com base na proteína vegetal texturizada e nos concentrados protéicos engordurados, assim como determinar os níveis máximos de utilização dos insumos, sem que os consumidores rejeitem estes alimentos pelas alterações das propriedades organolépticas que os caracterizam. Finalmente, objetiva reunir os elementos indispensáveis à orientação dos centros de decisão, tanto na área governamental como da empresarial, sobre a viabilidade da instalação de fábricas produtoras dos insumos básicos derivados da soja, no Rio Grande do Sul. Tal projeto foi remetido à FINEP em outubro de 1977, com vistas à orientação de financiamento, estando o início da execução previsto para janeiro de 1978.

a) — Projeto "Obtenção de Sucedâneos de Leite para Amamentação de Bezerros com Base em Produtos Vegetais, destacando-se a Soja"

O Projeto foi proposto considerando a alta produção de soja no Brasil e sua tendência de crescimento, particularmente, na Região Sul; o seu alto valor biológico, principalmente no que se refere à qualidade protéica; a baixa disponibilidade de leite para consumo humano; a existência atual de importação do leite em pó para consumo humano; a importância do leite reconstituído (DENKAUIT), para amamentação de bezerros fêmeas de reposição do rebanho; e o sacrifício, ao nascer, de bezerros machos para aumentar a disponibilidade de leite para consumo humano, em Regiões Leiteiras. A carta-consulta encontra-se em fase de elaboração, estando prevista para janeiro de 1978 sua remessa à FINEP.

b) — Amido e Derivados

Projeto "Obtenção de Amido Pregelatinizado"

O projeto fundamenta-se no fato de ser o Estado do Rio Grande do Sul um grande produtor de mandioca e sorgo, fontes de amido. Este produto é matéria-prima para obtenção de inúmeras substâncias de grande aplicação em diversos ramos da atividade humana, sendo uma delas o amido pregelatinizado, utilizado com fins alimentícios e adicionado como espessante em fundições para molda em indústria têxtil e papel, como adesivo e em perfuração de poços de petróleo, para absorver água. Os dois fabricantes deste produto no Estado estão ainda em regime de produção incipiente, utilizando tecnologia de tambor rotativo e com uma única finalidade (para poços de petróleo). São totalmente desconhecidos os parâmetros técnicos da produção deste produto para a maioria das utilizações já citadas. Assim, objetiva ele, que já foi enviado para FINEP em dezembro de 1977, caracterizar os amidos de mandioca e de sorgo, através de testes específicos; obter, em planta-piloto, os parâmetros técnicos da gelatinização destes amidos, para os diversos fins, utilizando-se equipamento nacional, bem como diversificar o emprego da extrusora de soja, ora em estudo no Projeto de Soja.

c) — Defensivos Agrícolas

Projeto "Resíduos de Defensivos Agrícolas em Trigo e Soja"

Num Estado que ocupa lugar de destaque na produção agrícola, as perdas causadas pelos fitoparasitas atingem dimensões consideráveis, exigindo o uso maciço de inseticidas, fungicidas e herbicidas, com as naturais implicações econômicas e toxicológicas. Em paralelo, o uso inadequado dos defensivos, causa de perdas e contaminações, tem motivado preocupações aos órgãos dedicados à pesquisa, armazenamento e comercialização de safras, em grande parte destinadas à exportação. Isto levou a CIENTEC a procurar atuar como laboratório interinstitucional, pondo em prática um subprograma que, além dos cultivares trigo e soja, abrangerá arroz, milho, horticultura, fruticultura, conservas vegetais, derivados de origem animal e vegetal, solos e outros.

São objetivos principais desse projeto, a identificação dos Resíduos de Defensivo usados nos cultivares de trigo e soja, com suas implicações toxicológicas e prováveis repercussões na comercialização das colheitas destinadas ao consumo nacional e exportação; a coleta de subsídios para a implantação de legislação específica, que estabeleça o uso seguro e eficiente dos compostos químicos fito-sanitários indicados para o controle das pragas, moléstias e invasoras das culturas; o cumprimento ao II PBDCT, que delegou à CIENTEC a atribuição do "Controle Sistemático de Resíduos Agrícolas, num mínimo de mil amostras por ano, nas diversas espécies

produzidas no Rio Grande do Sul"; pretendendo prover os órgãos encarregados do armazenamento, transporte, comercialização, pesquisa e exportação, de subsídios necessários ao controle de qualidade das colheitas.

O projeto foi iniciado em setembro de 1977, após contato inicial com os coexecutores, com a montagem e coleta de amostras da safra de trigo, destacando-se a participação da rede de cooperativas da FECOTRIGO, da CESA e demais órgãos dedicados à pesquisa fito-sanitária.

#### d) — Conservas Vegetais

Este subprograma é composto de três projetos. Dois foram concluídos em julho de 1977: Diagnóstico do Setor de Conservas Vegetais no Estado do Rio Grande do Sul e Avaliação da Qualidade de Conservas Vegetais, e fazem parte da CIENTEC, visando a fornecer subsídios às normas e padrões brasileiros para alimentos industrializados, no ramo das conservas e hortaliças, em vista da necessidade de regulamentar, o mais breve possível, a produção deste setor; e, também, a dar condições às indústrias de conservas do Rio Grande do Sul e do Brasil, uma vez elaborada a legislação específica e suas respectivas normas, de adotarem uma tecnologia adequada e ampliarem rapidamente suas exportações para aqueles países onde se tem verificado algum tipo de barreira.

O terceiro projeto deste subprograma:

— Assistência Tecnológica ao Setor de Conservas Vegetais do Estado do Rio Grande do Sul, foi enviado à FINEP em dezembro de 1977.

#### e) — Frutas e Hortaliças

Após a assinatura do contrato de Assistência Técnica e Consultoria com a Fundação Tropical de Pesquisas e Tecnologia de Campinas, em 28 de setembro, foram iniciados os trabalhos deste subprograma, através do projeto planta-piloto, estando em fase adiantada a concepção da planta e o dimensionamento do túnel de resfriamento e congelamento, bem como as câmaras de estocagem para frigorificação de carnes.

### 1.2.1.4.2 — Programa Carvão

O "Programa Carvão" consta de cinco projetos e está sendo iniciado através da implantação do Projeto "Centro de Informações sobre o Carvão (CIC)". Seu objetivo é a implantação de um centro de informações sobre o carvão, captando a nível internacional e distribuindo a organismos interessados no Brasil, informações sobre Ciência e Tecnologia do Carvão. Em 1977 iniciou-se a fase de implantação do Projeto em uma área física de aproximadamente 200m<sup>2</sup>, onde instalaram-se os equipamentos e material permanente especialmente adquiridos para o Centro, efetuando-se paralelamente, o recrutamento, seleção e contratação dos técnicos e auxiliares necessários ao perfeito desenvolvimento do trabalho. Ainda estão em fase de aprovação na FINEP e CAEEB (Companhia Auxiliar de Empresas Elétricas Brasileiras) outros três projetos:

#### a — Projeto "Gaseificação de Carvões Brasileiros" (CIGÁS)

O objetivo do "Projeto CIGÁS" é desenvolver um processo de gaseificação de carvões brasileiros com altos teores de cinza, para a obtenção de um gás que possa ser usado na redução de minérios de ferro ou na produção de amônia e metanol, e, eventualmente, como gás combustível. Em 1977 efetuaram-se inúmeros contatos e negociações com a FINEP, CAEEB e Grupo de Trabalho do Complexo Carboquímico do Rio Grande do Sul, com vistas a sua execução, e, à medida em que tais negociações se desenvolviam, a equipe técnica de trabalho projetou um reator de gaseificação em leito fluidificado, para operar a quente e sob pressão, em escala de bancada. Já foram adquiridos diversos componentes necessários à sua montagem no laboratório de Engenharia Química da CIENTEC, sendo que os dados e parâmetros obtidos nestas plantas de bancada servirão para o dimensionamento mais preciso e operação mais segura da planta-piloto prevista no projeto CIGÁS.

#### b — Projeto "Gás de Baixo Poder Calorífico" (CIVOGÁS)

O "Projeto CIVOGÁS", apresentado à CAEEB em dezembro de 1977, com vistas a financiamento, pretende desenvolver um processo para geração de gás de baixo poder calorífico, a partir da gaseificação de carvão "run of mine", a fim de que possa substituir, na indústria, a utilização de combustível derivados de petróleo, e determinar, a partir de uma planta-piloto, as escalas econômicas do sistema gerador, visando sua instalação junto às unidades consumidoras do gás.

#### c — Projeto "Desenvolvimento de Unidades-Piloto Comercializáveis" (CICOM)

No exercício de 1977, foi desenvolvida e apresentada à CAEEB, com base em planejamento preliminar proposta de Projeto de Desenvolvimento de Unidades-Piloto Comercializáveis, o qual

tem por objetivo o desenvolvimento de dois protótipos de demonstração (unidades-piloto comercializáveis) da tecnologia de combustão fluidizada de carvão nacional, um, para geração de vapor, tendo em vista a substituição de caldeiras convencionais a óleo combustível e, outro, para geração de calor industrial, pela utilização dos gases quentes da combustão, visando à substituição do uso do óleo combustível em fornos e fornalhas industriais.

#### **d — Projeto "Estudos de Amostragem e Caracterização de Carvões Brasileiros"**

Através de análises e ensaios de amostras de todas as jazidas significativas de carvão do País preparadas e repetidas conforme critérios estatísticos, este projeto visa a obter os dados necessários a fixar uma forma de amostragem que se aplique aos carvões nacionais de maneira satisfatória capaz de atender às especificações e às normas legais, tecnológicas, científicas e comerciais, assim como obter dados e subsídios para a caracterização técnica e científica dos carvões brasileiros e sua respectiva classificação. Em 1977, enquanto aguardava-se a aprovação do Projeto junto ao Ministério de Minas e Energia, procurou-se nos países tradicionais na exploração e utilização de carvão um técnico especialista em amostragem de carvão, e dos Estados Unidos, através do CISE (Centro Internacional de Serviços Executivos), foi conseguido elemento com alta experiência no assunto, que, em 1978, prestará efetiva colaboração. Paralelamente, foram realizados três grandes serviços de consultoria à Eletrosul (Centrais Elétricas do Sul do Brasil), na área de amostragem de carvão, que muito enriqueceram em conhecimentos e experiência a equipe técnica que irá operar no projeto.

### **1.2.1.4.3 — Programa Metalúrgico-Mecânico**

#### **a — Projeto "Ensaio Tecnológicos e de Desempenho — Certificação de Qualidade"**

Este projeto foi concluído em fevereiro de 1977 e pretende colocar à disposição da empresa carente uma estrutura capaz de orientá-la na identificação e solução de seus problemas técnicos e auxiliá-la na luta por mercados externos, através de certificação de qualidade e marcas de conformidade.

#### **b — Projeto "Autogiro para Pulverização Agrícola"**

Tendo em vista encontrar uma alternativa mais barata para pulverização de pequenas lavouras (minifúndios), este projeto está em fase de aprovação para financiamento junto à FINEP.

#### **c — Projeto "Minimização de Danos Físicos Causados aos Grãos Agrícolas pelos Equipamentos de Movimentação e Transporte Atualmente Fabricados"**

A Carta Consulta deste projeto já se encontra em apreciação na FINEP, sendo que o mesmo tem por objetivo oferecer aos empresários tecnologia que permita a fabricação de equipamentos, para transporte e movimentação de cereais, que ocasionem um mínimo de danos mecânicos aos grãos.

#### **d — Projeto TURBAM — "Uma Alternativa para o Transporte Urbano de Massa — Carros Suspensos com Tração Elétrica"**

Também está em apreciação junto à FINEP a Carta-Consulta referente a este projeto, que tem como objetivo, em linhas gerais, o desenvolvimento de um sistema de transporte urbano com tecnologia nacional, adaptado à realidade brasileira, tanto no aspecto de custo operacional como na possibilidade de construção por empresas brasileiras.

### **1.2.1.4.4 — Projetos Isolados**

#### **a — Projeto "Avaliação da Qualidade dos Solados de Borracha"**

A primeira parte deste projeto — Solados de Borracha Compacta — foi concluída em julho de 1977, e sua segunda parte — Solados de Borracha Microcelular — teve seu início em janeiro de 1978. Este projeto, além de fixar parâmetros para avaliar a qualidade dos solados de borracha pretende estabelecer uma linguagem comum quanto ao controle de qualidade dos referidos materiais, com o que se objetiva melhorar a imagem do produto brasileiro, oferecido, então, com certa garantia de qualidade.

#### **b — Projeto "Secagem Artificial de Madeira de Eucalipto e Pinus Ellioti"**

Elaborado em novembro, foi enviado ao cliente (CEEE) em dezembro para apreciação. Os objetivos a serem alcançados com a sua execução podem ser sintetizados em "esquemas de secagem" para diversas espécies de eucaliptos e Pinus Ellioti provenientes dos hortos da CEEE e coleta de dados para orientar projeto de uma estufa de secagem de porte industrial, a ser instalada pela CEEE junto à serraria a ser montada nas proximidades do Horto Renner.

#### 1.2.1.4.5 — Programa "Identificação de Novas Oportunidades de Pesquisas"

Como integrantes deste Programa, a CIENTEC considera as atividades executadas pelos diversos centros de capacitação que não estejam especificamente vinculados a algum projeto de pesquisa, com custos já delineados, quando da elaboração do orçamento anual. Enquadram-se no Programa:

a — "Curso de Especialização em Carvão Mineral Nacional"

A CIENTEC colaborou com a UFRGS na elaboração de um programa para o Curso de Especialização em Carvão Mineral Nacional, a ser realizado em 1978, sob o Patrocínio da CAEEB — PLANFAP. A colaboração constituiu-se na definição do enfoque geral dos cursos e na montagem de programas detalhados das seguintes disciplinas, a serem lecionadas por técnicos da Fundação:

- 102 — Análise dos Carvões — Composição dos Carvões
- 103 — Introdução à Tecnologia dos Carvões
- 106 — Engenharia Ambiental
- 107 — Engenharia Econômica
- 202 — Fenômenos de Combustão.

b — "Montagem de um Programa Petroquímico"

A partir de reuniões com a Associação das Indústrias de Ponta do Complexo Petroquímico do Estado do Rio Grande do Sul — AINPERGS, a CIENTEC deu início ao delineamento do Programa Petroquímico, que deverá ser implantado no próximo ano, através da elaboração de projetos que obedecerão a três linhas básicas de atuação.

Como atividades de apoio aos Programas e Projetos já existentes e que venham a ser implantados foram realizados os seguintes estudos preliminares:

c — Controle Estatístico de Qualidade: conceber adequados estudos e controles estatísticos, que revelem o padrão tecnológico existente, de modo a permitir à CIENTEC atender às solicitações de pesquisas oriundas das indústrias, tanto na implantação como na execução de um eficiente Programa de Inspeção ou Análise, Controle e Obtenção de Qualidade;

d — Incentivos Fiscais à Pesquisa Tecnológica: elaborar sugestões oportunas aos diversos cursos alternativos possíveis, na criação de incentivos fiscais específicos à área de tecnologia, ou através de reinvestimentos de parte do imposto de renda (reflorestamento, turismo, pesca e outros);

e — Instituições de Pesquisas Comparadas: estudo comparativo, por países escolhidos, da institucionalização da Pesquisa e Desenvolvimento, que é a base da inovação tecnológica, sendo a variável-chave do desenvolvimento econômico, no sentido de extrair lições que possam ser aplicadas em institutos nacionais de pesquisa;

f — Transferência de Tecnologia: analisar e reunir as informações mínimas necessárias dos principais elementos que configuram a evolução tecnológica, própria e importada, nas diferentes etapas do processo de industrialização do Brasil.

#### 1.2.1.4.6 — Programa de Assistência à Indústria

Através deste programa a CIENTEC prestou serviços tecnológicos tanto de natureza laboratorial como de consultoria, a 2.648 clientes do setor privado e governamental. Ampliaram-se os trabalhos de recepção e controle de materiais, iniciados em 1976, para os órgãos do governo, com o novo convênio com a CORSAN sobre o controle de resíduos de pesticidas nos mananciais gaúchos, assim como com serviços a diversas entidades, como IDERGS, DEMA, COPESUL, COHAB/RS, PETROBRÁS, CAEEB, CONPETRO, CORSAN, CEEE e outras.

### 1.2.2 — PRODUÇÃO INDUSTRIAL E COMERCIALIZAÇÃO

A atuação do Setor Público no campo da produção Industrial e da Comercialização se traduz na ação de empresas estatais e autarquias voltadas para estas atividades, tais como a Açúcar Gaúcho S/A. — AGASA, a Central Vitivinícola do Sul S/A — VINOSUL, a Companhia Rio-Grandense de Laticínios e Correlatos — CORLAC, o Instituto Sul Rio-Grandense de Carnes, a Produtos Gaúchos S/A — PROGASA, a Companhia Rio-Grandense de Nitrogenados — CRN e Instituto Rio-Grandense do Arroz — IRGA.

#### 1.2.2.1 — Açúcar Gaúcho S/A — AGASA

A AGASA, que tem entre as suas atribuições o cultivo da cana-de-açúcar e a industrialização de açúcar e de produtos subsidiários e derivados, tem dado especial atenção à disponi-

bilidade e ao suprimento de matéria-prima em tempo hábil, buscando ampliar a área de cultivo e a produtividade agrícola. É às Lavouras Minifundiárias, cultivadas por mais de 1.000 pequenos fornecedores, que a AGASA credita, desde a sua fundação, cerca de 90% das produções alcançadas. Para assisti-las tecnicamente, conta com um engenheiro agrônomo, um técnico agrícola e sete instrutores rurais, além de outros assistentes responsáveis pela conservação e melhoria das estradas de lavoura e escoamento e pela elaboração dos projetos de financiamentos bancários.

Por meio de lavouras especiais, ensina o agricultor a aplicar modernas técnicas agrícolas, através da observação prática de todas as fases, do plantio à colheita. As lavouras são instaladas em áreas previamente selecionadas pelos próprios agricultores, recaindo a escolha, normalmente, em proprietários que exercem liderança natural na região. Das lavouras implantadas em 1975 e colhidas nesta safra, com 18/24 meses, o rendimento médio ultrapassou as 130 toneladas por hectare.

Dadas as condições peculiares ao sistema que atende à zona minifundiária de plantação de cana-de-açúcar, em encostas e de difícil conservação, e para possibilitar o escoamento da matéria-prima, a AGASA, assim como a CINTEA, trabalham permanentemente na abertura e conservação de estradas, havendo executado, em 1977, 170.000 metros de extensão.

Além dessa assistência de infra-estrutura, seus técnicos realizaram 6.217 visitas aos plantadores, levando-lhes — também por via de reuniões, cursos e do rádio — apoio no trato da cana, enquanto o Banco do Estado, dando cobertura financeira à implantação e manutenção das lavouras dos fornecedores da AGASA, investiu no setor, no ano de 1977, recursos no valor de Cr\$ 5.464.017,00.

As lavouras de várzea da AGASA apresentam perspectivas bastante favoráveis, principalmente após concluída a colheita de algumas das lavouras implantadas em 1975, as quais proporcionaram em 18/24 meses, sobre uma área colhida de 82 hectares, uma produção de 6.047 toneladas, com um rendimento médio de 97,5ton/ha e um lucro líquido médio, por hectare, de Cr\$ 4.881,52. E em lavouras próprias, (Fazenda Maciel, com 660 hectares, e outros pequenos sítios) mantêm plantados 407 hectares com cana, devendo ser concluído ainda em 1977, o plantio de toda a área própria aproveitável, no total de 556 hectares.

Uma das principais preocupações da AGASA, em face das condições específicas locais de solo, temperatura, chuvas, ventos, tem sido a de desenvolver a pesquisa e o experimento de variedades que mais se adaptam à região. Com o apoio do Instituto do Açúcar e do Alcool, através do PLANALSUCAR, obteve mais de 400 novas unidades de cana-de-açúcar, oriundas de grandes centros produtores mundiais, como a Austrália, o Havai, o México, a Índia, a Argentina, o Japão e os Estados Unidos, as quais estão sendo desenvolvidas na "Fazenda Maciel".

Como consequência do trabalho de fomento e assistência técnica, a produção de cana tem sido crescente, passando de 65.602 toneladas, em 1975, para 125.000 toneladas, em 1977, o que tem propiciado substancial acréscimo na Produção Industrial de Açúcar, que de 96.850 sacos, em 1975, passou para 185.000 sacos ao encerramento da safra de 1977.

A AGASA espera, ao encerramento do seu exercício, em 28.02.78, lucro líquido ao redor de Cr\$ 5.000.000,00, tendo, em 1977, gerado 187 empregos diretos e cerca de 6.000 empregos indiretos (fornecedores, transportadores, cortadores dependentes).

#### 1.2.2.2 — Central Vitivinícola do Sul S/A — VINOSUL

A VINOSUL, nas suas duas unidades industriais localizadas em Bento Gonçalves e Caxias do Sul, concentra mosto e adquire excedentes de uva, vinho e outros derivados de uva, atendendo ao objetivo de regular a oferta e impedir o aviltamento de preços, redistribuindo o produto, por venda, aos vinicultores do Estado.

No exercício de 1977, processou na Unidade de Bento Gonçalves, 245.090 litros de sulfitados e 530.699 litros de concentrados, e na Unidade de Caxias do Sul, 867.871 litros de sulfitados e 5.644.558 litros de concentrados, tendo as vendas, no período, atingido o valor de Cr\$ 1.813.887,00, acrescidas de Cr\$ 1.189.435,00 de receita por serviços prestados.

Destaca-se, entre as atividades da VINOSUL, o fornecimento de concentrado de uva para as cantinas corrigirem os vinhos comuns. E, em sequência a seus programas, instalará um complexo de moagem de uva, imprescindível para suas atividades; destiladores de vinho, para a produção de álcool vínico, que propiciarão matéria-prima para a correção dos vinhos e produção de conhaques; assim como equipamentos para a destilação de borra e bagaços, atendendo tanto suas necessidades como as da indústria que não disponha desse equipamento.

#### 1.2.2.3 — Companhia Riograndense de Laticínios e Correlatos — CORLAC

A CORLAC suplementa a iniciativa privada exercendo, também, papel de reguladora do mercado e do preço do leite e derivados. Dessa forma, na época da entressafra, quando se ve-

rifica queda acentuada da produção de leite, "in natura", mantém estoques reguladores para garantia do abastecimento da população, para isso recebendo no período de safra expressiva quantidade de leite, que é em parte comercializada, industrializando o excesso na produção de leite-em-pó, manteiga e queijo.

Responsável pelo abastecimento de cerca de 50% do mercado da Grande Porto Alegre, a CORLAC vem procurando, através de incentivos e fomento à produção leiteira, alcançar a auto-suficiência no fornecimento de leite "in natura". Tal iniciativa já tem evidenciado possibilidade de bons resultados e de maior produtividade, desde que receba o produtor preço justo. O aumento verificado propiciou condições não só de abastecimento do Estado, como também, de comercialização de produtos lácteos, como leite em pó, manteiga e queijo, para outros Estados da Federação, colaborando, assim para eliminação gradativa de importações altamente onerosas ao País.

Entre as atividades desenvolvidas pela CORLAC, destaca-se a crescente aquisição de matéria-prima (leite "in natura"), que, em 1977, atingiu a 111.779.542 litros de leite. A produção de leite-em-pó, por seu turno, chegou a 1.648 toneladas, atingindo a estocagem de produtos elaborados o valor de Cr\$ 35.526.158,45, enquanto o financiamento a 160 produtores orientados pela CORLAC, através do Banco do Brasil e BANRISUL, chegou a Cr\$ 7.613.782,65. Os gastos na área de fomento, suportados pela CORLAC, elevaram-se a Cr\$ 4.853.626,06, atingindo as vendas realizadas no exercício a Cr\$ 389.389.022,63.

Recentemente foi concluída a Usina de Beneficiamento de Leite, em Cachoeira do Sul, com capacidade de 30.000 litros/dia, sendo ampliados o Posto de Coleta e Resfriamento de Leite, em Bom Retiro do Sul, para 20.000 litros/dia, e a capacidade de hidratação de leite, para 200.000 litros diários, da fábrica de Leite-em-Pó de Taquara, sendo ultimados os estudos para uma nova Usina de Beneficiamento, em Montenegro, e de um Posto de Coleta e Resfriamento em Torres.

#### 1.2.2.4 — Instituto Sul-Rio-Grandense de Carnes — ISRC

O Instituto Sul-Rio-Grandense de Carnes atua em colaboração com o Estado, a indústria e os produtores, como órgão de representação, de estatística e fonte de informação sobre o setor pecuário, propiciando dados essenciais sobre o abate de bovinos, de ovinos e de suínos, de eqüinos e de aves, no Estado, e sobre o abastecimento de carnes bovinas no mercado interno, seus preços, inclusive para a exportação, assim como sobre a exportação de carne ovina.

#### 1.2.2.5 — Produtos Gaúchos S/A — PROGASA

A PROGASA, com parque industrial no Município de São José do Norte, participa da absorção das safras de cebola da Zona-Sul do Estado, industrializando, presentemente, 35 toneladas de cebola por dia em regime de 24 horas, visando a necessidade de considerável parcela da demanda nacional de desidratados, notadamente no que diz respeito às indústrias de sopas, condimentos e embutidos, que anteriormente precisavam recorrer ao exterior. Frente às perspectivas no mercado, a PROGASA adquiriu equipamentos apropriados para a diversificação de sua produção, sendo que tal maquinaria permitiu a ampliação de sua capacidade de desidratação de cebola, bem como de industrialização de extensa gama de produtos horti-frutigrangeiros, reduzindo consideravelmente a ociosidade acarretada pela entressafra da cebola.

Além dos contratos de fornecimento de produtos, do fornecimento de sementes e orientação técnica, a PROGASA propicia, no momento, cerca de 250 empregos diretos em São José do Norte, salientando-se entre suas realizações no setor comercial, a aquisição, apesar das condições desfavoráveis de sanidade da safra em 1977, de 4.716 toneladas de cebola, das quais foram comercializadas "in natura" 2.306 toneladas e industrializada 2.032 toneladas, propiciando a obtenção de 163.000 kg de produto final. No mesmo período foi promovida a aquisição de 63.800kg de alho, de cuja industrialização foram obtidos 12.768kg de produto acabado. Adquiriu, ainda, 12.300kg de salsa, que deram origem a 1.200kg de produto acabado.

No Setor Industrial, a PROGASA vem concentrando esforços e aplicando recursos no sentido de ampliar a capacidade de produção e dotar o seu parque fabril de equipamentos que permitam a industrialização de vários produtos em paralelo, tais como salsa, cenoura, alho, pimentão, couve etc., tendo nisso investido um montante de Cr\$ 2.444.410,00.

No Setor Agrícola, busca não só eliminar os malefícios da monocultura, na região, como estabelecer bases sólidas para o fornecimento de matérias-primas para a indústria de desidratados. Em 1977, após experimentos efetuados em sua lavoura própria, a PROGASA capacitou-se a difundir e entregar aos agricultores a responsabilidade pela cultura de diversos produtos de aclimação já comprovada, como a cebola "White Creole", própria para a industrialização, cuja produtividade estimada é de 10t/ha; a cenoura "Kuvoda", igualmente específica para a industrialização, e com produtividade estimada de 20t/ha; a salsa, a couve-repolhuda, o alho porro e o alho semente (gigante), produtos esses a serem, em grande parte, cultivados por terceiros.



### 1.2.2.6 — Companhia Riograndense de Nitrogenados — CRN

A CRN objetiva a implantação de uma unidade industrial de amônia e uréia, com vistas a atender às necessidades da agricultura e das empresas de fertilizantes do Rio Grande do Sul. O projeto apresenta caráter prioritário e corresponde às determinações do Plano Nacional de Fertilizantes, estabelecidas para o suprimento da demanda futura de nitrogenados. No ano de 1977, a Companhia definiu sua composição acionária com a PETROBRÁS, Fertilizantes S/A e Insumos Básicos S/A — FIBASE, de acordo com a Lei n° 7.086 de 08 de setembro de 1977.

Fabricando matéria-prima para fertilizantes nitrogenados, será a CRN um dos mais importantes componentes para o aumento da produção agrícola, influenciando, ainda, decisivamente, na pecuária, pela utilização da uréia na alimentação do gado. Essa produção ficará, em sua maior parte, no Estado, onde se localizam as mais importantes indústrias de fertilizantes do País, e onde o consumo destes se acentua a cada ano.

Esta empresa, pelo seu vulto, há de propiciar ao agricultor e à empresa privada nacional, proteção não apenas contra a inflação internacional, como, também, contra atividades provenientes de cartelização do setor, convido ainda assinalar que, na pauta das importações brasileiras, os fertilizantes ocupam hoje o terceiro lugar.

### 1.2.2.7 — Instituto Riograndense do Arroz — IRGA

O IRGA tem na área de comercialização a finalidade de coordenar e superintender o comércio do arroz no Estado.

Tendo em vista a desordenada produção de arroz do resto do País, nos últimos anos o Rio Grande do Sul é chamado a suprir o mercado consumidor nacional, não conseguindo, por esta razão, manter tradição no mercado internacional como exportador. Além disso, o alto custo de produção do arroz gaúcho (por ser irrigado), nem sempre é compensado pelos preços oferecidos externamente. Assim, apesar de o Estado apresentar um produto de acordo com as exigências do mercado internacional, seus excedentes exportáveis são apenas eventuais. Dessa forma, não existe uma política de incentivos à produção de arroz voltada para o mercado internacional. Mesmo se isso acontecesse, entretanto, seria necessário remodelar e aperfeiçoar toda a técnica usual de beneficiamento e industrialização do produto, já que ainda é utilizado, em grande escala, o sistema tradicional, inexistindo, praticamente, inovação no setor, o que ocasiona problemas quanto à padronização e tipificação do produto, bem como à classificação internacional.

Para levantar e debater essa problemática, bem como estabelecer diretrizes aplicáveis a uma política de âmbito nacional, que possa dar ao orizicultor condições de efetiva segurança para o livre desenvolvimento de suas atividades econômicas, o IRGA promoveu em 1977, o I Congresso Nacional sobre Economia Orizícola, onde 1.300 participantes debateram Política de Preços, Financiamento e Crédito, Comercialização e Industrialização, Mercado Internacional, Tecnologia da produção e Previdência Social Rural. Algumas das conclusões resultantes já foram objeto de providências do Governo Federal, tais como a retirada do tabelamento, há muito reivindicado pelos orizicultores, e o incremento das exportações. E, por isso pode o IRGA exportar parte dos excedentes de produção do Estado, num total de 2.311.525 sacos de 60kg, para a Rússia, Haiti, Holanda, Trinidad-Tobago, Angola, Togo e Alemanha Ocidental.

Alguns contratos de exportação foram firmados no exercício de 1976 e completados em 1977, correspondendo a uma remessa de 3.110.121 sacos de arroz para o exterior, num total de 186.621t e no valor de Cr\$ 536.450.366,82.

As entradas de arroz, provenientes de compras de produtores, cooperativas e engenhos totalizaram 3.298.434 sacos de 60kg de arroz beneficiado e 6.374.660 sacos de 50kg de arroz em casca, num valor de Cr\$ 178.517.485,00, totalmente financiados pelo Banco do Brasil S/A.

## 1.3 — TURISMO

O Estado do Rio Grande do Sul possui recursos excepcionais para o desenvolvimento do turismo e tem adotado medidas visando à promoção, ao incremento e ao aperfeiçoamento da estrutura turística existente. Como resultado, espera obter o adequado estímulo da procura, bem como sua permanência e a garantia de retorno dos fluxos turísticos.

Essas atividades fundamentam-se no Plano Estadual de Turismo, que trata de codificar as metas a serem atingidas e a delinear o esquema geral a ser implantado para o desenvolvimento do Turismo no Rio Grande do Sul, através de métodos e esquemas dinâmicos e atuais. Identificados os detinos dos fluxos principais, a ação tem sido norteadada por um programa de racionalização do uso dos recursos disponíveis.

### 1.3.1 — ESTUDOS E PROJETOS

Entre as atividades desenvolvidas em 1977, relativas ao setor Turismo, cabe destacar na área de Estudos e Projetos realizados pela Secretaria de Turismo:

a — Implantação de uma Escola Hoteleira, com a finalidade de preparar mão-de-obra especializada para a hotelaria em seus quadros administrativos, e que terá como órgão responsável a Universidade de Caxias do Sul.

b — Plano Turismo Operário, com sinopse encaminhada ao Ministério do Trabalho, na tentativa de viabilizar um roteiro turístico de baixo custo, a ser colocado ao alcance da população brasileira de baixo nível de renda.

c — Realização de levantamento sobre os eventos mais significativos e detecção das necessidades decorrentes, com o objetivo de promover assistência técnico-financeira segundo prioridades estabelecidas pelo Plano Estadual de Turismo.

d — Campings da Lagoa e Itapeva

Elaboração de projeto de viabilidade técnico-econômico da ampliação do Camping da Lagoa, em São Lourenço do Sul, e complementação do Camping do Parque de Itapeva, em Torres, com recursos do Fungetur, no valor de Cr\$ 2.314.000,00.

e — Projeto "Som e Luz"

Elaboração de estudo para operação de crédito realizada pela CR-TUR junto ao BADE-SUL, com recursos do Fungetur, no montante de Cr\$ 4.400.000,00

f — Instituto de Estudos de Turismo do Rio Grande do Sul.

Buscando o desenvolvimento do turismo através da preparação de recursos humanos, o Instituto de Estudos de Turismo do Rio Grande do Sul surgiu tendo em vista a constatação da necessidade de uma entidade que oportunizasse, a profissionais de turismo e professores, meios para se aperfeiçoarem e atualizarem, assim como a de um banco de dados ao qual se pudesse recorrer para pesquisas e estudos sobre turismo. Objetivando a investigação científica, estudo e análise de natureza técnica e aplicada no campo do Turismo, o Instituto visa a criar condições de apoio e de especialização, através da promoção de cursos, conferências, seminários, ciclos de debates, bem como da organização de documentação bibliográfica referente a assuntos turísticos. Buscará, ainda, manter intercâmbio cultural com Universidades e outras instituições técnicas e científicas, nacionais e/ou estrangeiras, assim como promover a criação de bolsas-de-especialização a nível superior.

g — Legislação Turística

Estão sendo elaborados instrumentos legais, com vistas a regulamentar as atividades turísticas no Estado;

h — Roteiros Turísticos Ferroviários, destinados ao fomento do Turismo Interno, face à crise de combustíveis. Atualmente, encontram-se em pleno desdobramento o Roteiro a Sant'Ana do Livramento e o da Uva e Vinho, no Vale das Antas;

i — Criação e elaboração de Roteiros Microrregionais, em cada uma das sete zonas em que foi dividido o Plano Estadual de Turismo.

j — Roteiros Turísticos Hidroviários, em estudos preliminares, a fim de viabilizar o aproveitamento do estuário do Guaíba e afluentes.

l — Parque Estadual de Itapuã, com a elaboração do Programa de Necessidades Mínimas.

### 1.3.2 — ÁREA DA INFORMÁTICA TURÍSTICA

a — Manual dos Ceniturs, destinado aos 14 Centros de Informações Turísticas que o Sistema Estadual de Turismo mantém. O manual contém dados referentes ao Rio Grande do Sul, em geral, e aos 8 Roteiros Turísticos Oficiais, englobando informações sobre acesso, distâncias, aspectos turísticos, hotelaria, gastronomia etc. Durante o ano de 1977 foram trabalhados 69 municípios, num total de 2.011 originais distribuídos em 4 volumes para cada Centro.

b — Cadastro de Hotéis e Similares do Estado do Rio Grande do Sul, com a finalidade de subsidiar os diversos estudos do Sistema Estadual de Turismo. Montado mediante pesquisa realizada junto aos 232 municípios gaúchos, levantando 746 unidades de alojamento, com uma oferta de 37.383 leitos em 20.251 aposentos.

c — Implantação do Inventário Turístico, que se constitui num levantamento da infraestrutura turística em 81 municípios selecionados.

d — Realização, em caráter permanente, no Parque do Caracol, do levantamento estatístico censitário;

e — Participação no Sistema Estadual de Informações Técnicas e Estatísticas — SEITE, através do Núcleo Setorial de Turismo.

f — Com a finalidade de promover em cidades-pólo, o desenvolvimento da economia turística através do fornecimento de informações relativas ao assunto, foram instalados, em Caxias do Sul e Erechim, Escritórios Regionais de Informações, denominados Zonatur.

### 1.3.3 — ÁREAS DE INVESTIMENTOS EM INFRA-ESTRUTURA TURÍSTICA

a — Camping do Parque de Itapeva, em Torres:

Execução de sete sanitários e da rede elétrica, duas churrasqueiras coletivas cobertas, dois pórticos, um prédio para guarda, um prédio para administração, uma cantina, uma lancheria e dois play-grounds, assim como um reservatório de água de 10.000 litros.

b — Camping de Cachoeira do Sul:

Execução do prédio da administração. Já estão prontos a demarcação e o cercamento da área do camping.

c — Camping do Chui — Santa Vitória do Palmar:

Já foram realizados o cercamento da área e a construção da residência do administrador. Encontram-se em execução o portão de acesso e um conjunto sanitário e de churrasqueiras.

d — Projeto de Remodelação da Avenida Internacional da Vila Chui — Santa Vitória do Palmar:

A planta geral do desenvolvimento do principal trecho da Avenida está em execução, sendo previstos no projeto, ainda, uma área de estacionamento e um quiosque para venda de jornais e "souvenirs".

e — Projeto do Terminal Turístico da Praia do Cassino — Rio Grande:

Está em fase de execução final o pavilhão de sanitários com lavatórios, 22 vasos sanitários, 24 chuveiros, rouparia e recepção.

f — Parque da Guarita — Torres:

Execução de três lagos, um teatro ao ar livre e do Restaurante da Guarita.

g — Parque Bento Gonçalves — Camaquã:

Execução da senzala junto à casa, completando o projeto original.

h — Serra do Umbú — São Francisco de Paula:

Execução da rede geral de caminhos, acesso geral e terraplenagem, estando concluídos os trabalhos. O reservatório está em construção.

i — Estação Hidromineral do Prado — Vicente Dutra:

Execução da rede hidráulica geral. Está em fase de execução uma bateria sanitária, em camping anexo ao balneário.

j — Camping de São Lourenço do Sul:

Execução de 10.000 m<sup>2</sup> de enliviamento, projeto e execução de duas baterias de sanitários, estando as obras já concluídas.

l — Balneário de Iraí:

Continuidade das obras que vêm sendo realizadas no Balneário, em convênio com a Prefeitura Municipal.

m — Estandes:

Projeto, execução e montagem de estande na 1ª EXPOTUR, em Porto Alegre e de estande no Congresso da ABAV — Associação Brasileira de Agentes de Viagens, em Curitiba.

### 1.3.4 — NA ÁREA DE PROMOÇÃO AO TURISMO:

a — Projeto CULTUR:

Desenvolvido pela Secretaria de Turismo, juntamente com a Secretaria de Educação e Cultura e com a FUNARTE — Fundação Nacional de Arte, do Ministério de Educação e Cultura, o projeto abrangeu as áreas de Folclore (realização em Santo Ângelo), Teatro, (em Santa Maria), Literatura paralelamente à Feira do Livro (em Porto Alegre e Caxias do Sul) e Música (em Caxias do Sul).

b — Projeto Comunicação

Concatenação do Projeto Comunicação, constituindo-se em três Unidades: realização de seminários, Troféu Negrinho do Pastoreio aos melhores do rádio do Rio Grande do Sul e Troféu Ana Terra, aos melhores da televisão brasileira. Com base neste projeto foram desenvolvidos:

— a preparação do Seminário Latino-Americano de Telecomunicações;

— o planejamento e ultimação do convênio junto à Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa de Comunicação;

— a ultimação de contatos com vistas à premiação dos melhores profissionais da Televisão Brasileira e do Rádio Gaúcho.

c — Acampamento Gaúcho

Realizado em Gramado, paralelamente ao V Festival do Cinema Brasileiro, com finalidade de mostrar as manifestações mais puras da Tradição e Folclore do Rio Grande do Sul, promovendo turisticamente o Estado.

d — Promoção de Verão

Durante a temporada de veraneio de 1977 a Secretaria de Turismo realizou promoções dirigidas a turistas que se encontravam na Serra e Litoral. Esta programação denominou-se Rio Grande do Sol e contou com a participação de:

- três conjuntos que realizaram oito apresentações;
- um coral com três apresentações;
- nove outros espetáculos musicais, com 16 apresentações;
- dez outras promoções, com dez edições.

e — Operação Olho— Vivo

Ainda na temporada de veraneio, foi desenvolvida a Operação Olho-Vivo, na qual a Secretaria de Turismo, a Secretaria da Saúde e a Superintendência Nacional de Abastecimento — SUNAB, montaram equipes, as quais, coordenadas, detectavam os abusos de preços e a falta de higiene em locais de ampla ocorrência no litoral gaúcho.

f — Participação em Eventos:

A Secretaria de Turismo participou, em 1977, de cerca de uma centena de eventos, destacando-se entre eles:

- “Campanha de Arborização do Litoral (praias);
- “A Semana Santa de Rio Pardo” e, concomitantemente a realização da “V Feira de Artes Plásticas”, também em Rio Pardo;
- “1ª EXPOTUR”, realizada em Porto Alegre junto aos meios de comunicação da TV Difusora — Canal 10;
- “V Festival Internacional de Coros” (Porto Alegre);

g — Auxílio Financeiro a Eventos:

Entre os auxílios prestados pela Secretaria de Turismo a múltiplos eventos considerados importantes do ponto de vista turístico, no Estado, destacam-se os referentes a:

- “X Encontro da Vela” (São Lourenço do Sul);
- “XVI Congresso Brasileiro de Urologia”;
- “II Feira Regional de Artesanato” (Dom Pedrito);
- “V Festival de Coros do Rio Grande do Sul” (Porto Alegre);
- “Rodeio Internacional de Bom Jesus”;
- “V Festival Intercolegial da Canção” (Rio Grande);
- “III Vindima da Canção Popular”;
- “IV Fearte” (Gramado);
- “IV Jogos Florais” (Porto Alegre);
- “Concurso Miss Rio Grande do Sul” (Bagé);
- “XX Congresso Nacional de Hotelaria”;
- “1º Festival do Artesanato e Folclore” (Santa Rosa);
- “Festa da Tradição” (Piratini);
- “VII Califórnia da Canção”;
- “VI Congresso da AMRIGS”;
- “1º Festival Nacional de Folclore entre Escolas Agrícolas” (Ijuí);
- “Projeto Minuano”.

h — Material Promocional

Foram confeccionados, pelo Sistema Estadual de Turismo, entre outros, cartazes promocionais dos seguintes eventos:

- “V Festival de Coros” — Porto Alegre;
- “8ª Convenção Estadual de Comércio Lojista” (Santa Maria);
- “X Festa das Hortências” (Gramado);
- “Cinqüentenário de Emancipação do Município de Novo Hamburgo”;
- “X Encontro de Corais das Universidades Gaúchas” (Pelotas);
- “Congresso Estadual de Estudantes” (Santa Cruz do Sul);
- “II Encontro Sul-Rio-Grandense de Museus” (Bagé);
- “XII Rodeio Crioulo Internacional” (Vacaria);
- “Campeonato Brasileiro de Esqui” (Garibaldi);
- “IX Seminário Internacional de Violão” (Porto Alegre);
- “VIII Acampamento Internacional de Patrulhas” (Porto Alegre);
- “Festival Estadual de Humor” (Mostardas)

- "V Feira Permanente de Verão" (Nova Petrópolis);
- "VI Festival de Folclore" (Nova Petrópolis);
- "Festival Hípico Noturno".

No que se refere a folhetos promocionais, impressos ou reimpressos:

"Calendário de Eventos 1977"; "Serra Gaúcha"; "Grande Porto Alegre"; "Estâncias Hidro-Minerais"; "Zona Sul"; "Fronteira"; "Serra"; "Missões"; "Costa".

Com relação a posters promocionais reimpressos: "Serra Gaúcha"; "Litoral Norte"; "Missões".

Foram confeccionados, no decorrer do ano de 1977, com a finalidade da divulgação dos eventos realizados no Estado, e ainda, para informação dos Turistas:

40.000	Posters sobre o Rio Grande do Sul
28.000	Cartazes promocionais de eventos
100.000	Folhetos promocionais
100.000	Cartas rodoviárias
40.000	Decalcos e volantes
40.000	Calendários de Eventos

### 1.3.5 — JUNTA DE EMPRESAS OFICIAIS DE TURISMO DO EXTREMO-SUL- JEOTES

Em função da constante preocupação no sentido de oferecer diretrizes e medidas de política de impacto, os Sistemas Turísticos Estaduais, alicerçados pelas Instituições Bancárias Oficiais dos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, conjugaram esforços e experiências, a fim de atingirem com êxito uma série de iniciativas destinadas a promover o processo de desenvolvimento da Região do Extremo-Sul, visando tanto à integração econômica como social, fundamentada no Turismo.

Foi, então, criada a JEOTES, que se constitui numa sociedade sem fins lucrativos, formada pela Companhia Rio-Grandense de Turismo - CR-TUR, Companhia de Turismo e Empreendimentos de Santa Catarina - CITUR e a Empresa Paranaense de Turismo - PARANATUR, dirigida por um Conselho Diretor e por uma Secretaria Executiva, cuja escolha de dirigentes recaiu, desde a sua implantação até a presente gestão, nos representantes do Estado do Rio Grande do Sul (CR-TUR).

a — Roteiro Integrado do Extremo-Sul surgiu como instrumento inicial de comercialização do Turismo Integrado dos três Estados do Sul. Este Roteiro, lançado na cidade de São Paulo, dia 11 de março de 1976, foi considerado pela Empresa Brasileira de Turismo - EMBRATUR, como uma das iniciativas pioneiras de incentivo ao Turismo Nacional. O êxito demonstrado pela operacionalidade do Plano despertou nos argentinos o interesse pela comercialização deste Pacote no seu território. Para tanto, foram elaborados os devidos estudos técnicos que estabelecem a viagem de avião até Porto Alegre pela Serra Gaúcha, subindo Santa Catarina e Paraná, com retorno a Porto Alegre pelo litoral. Ao lado disso, está em fase de estudos finais o lançamento do Plano JEOTES em outros pontos do país como Rio, Brasília e Minas Gerais.

#### b — Vantagens do Roteiro

O Roteiro Integrado da JEOTES ganhou, entre os agentes de viagens, hoteleiros e o público em geral, o nome de Pacotes do Sul.

Sua finalidade, a de trazer para a Região Sul vastas camadas de população antes colocadas à margem do lazer por fatores econômicos, está sendo plenamente atingida. Com os Pacotes do Sul, além disso, movimentar-se-ão as empresas transportadoras, os agentes de viagens e, em especial, hotéis e restaurantes gaúchos, de modo especial, no período chamado de baixa estação na área turística.

Os Pacotes do Sul são apresentados aos consumidores em dois planos de pagamento (6 e 12) financiados a taxas reduzidas pelos Bancos Oficiais dos Estados da Região Sul.

O Roteiro Integrado, cujo percurso é feito pelos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul durante 11 dias, permite a massificação regular pelo uso racional do transporte de massa, o ônibus.

#### c) — Índices referentes ao ano de 1977 — JEOTES

Número de viagens realizadas .....	45
Número de Turistas transportados .....	1.285
Média de Turistas por Viagens (2:1 = 3) .....	28
Total de Serviços no Estado .....	
Número de Hospedagens .....	5.140
Número de Refeições .....	10.280
Receita auferida pelos serviços no item 4 (em Cr\$) .....	769.148,50
Estimativa de Compras pelos Turistas no Estado (em Cr\$) .....	1.707.000,00
Retorno em forma de tributos para o Estado da receita Gerada 7 = (5 + 6) 1,2 — 0,10 (em Cr\$) .....	297.137,82

## 1.4 — FINANCIAMENTO DE APOIO À PRODUÇÃO

### 1.4.1 — BANDO DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL — BADESUL

O BADESUL, no transcorrer do ano de 1977, objetivando dinamizar seu "modus operandi", empenhou-se sobremaneira no sentido de agilizar sua atuação junto ao BNDE, BACEN, CEF, BNH e EMBRATUR, proporcionando assim um melhor desempenho tanto na área de programas quanto nas operações tradicionais, e como agente indutor do processo de desenvolvimento do Estado.

Buscou consolidar sua posição no Sistema de Bancos de Desenvolvimento, assumindo importância gradativa junto ao meio empresarial do Estado no fomento aos diversos setores da economia.

Grande esforço foi desenvolvido pelo Banco no apoio à industrialização do Estado, não descurando, contudo, das necessidades de investimento da sua área rural. Assim, no período, mais de 55% dos recursos aplicados foram destinados à expansão e à modernização industrial, 23% foram canalizados ao crédito rural e 21% ao setor terciário estadual.

O endividamento das empresas gaúchas, face a economia nacional, conduziu os esforços do BADESUL no sentido de proporcionar-lhes meios necessários à operação do seu parque industrial em expansão. Considerando que a prioridade destas empresas era gerar os recursos indispensáveis ao pagamento de seus compromissos, o Banco liberou 63% de seus financiamentos para capital-de-giro, destinando 37% dos mesmos a outras finalidades, como expansão, modernização, implantação etc.

#### 1.4.1.1 — Programa de Integração Lavoura/Pecuária — PROLAPE

O PROLAPE tem por finalidade atuar como agente dinamizador das atividades primárias, no sentido de integrá-las, bem como objetiva o desenvolvimento tecnológico das mesmas, além de proporcionar uma alternativa de renda aos produtores. Desenvolve-se preponderantemente nas regiões da campanha e do planalto médio, e já atingiu a 24 municípios, prestando apoio a 62 estabelecimentos rurais detentores de projetos integrados, cujo montante elevou-se a cerca de Cr\$ 100.000.000,00 em projetos aprovados pelo BADESUL.

Cumpra salientar que a operacionalização deste Programa conta com a participação da Secretaria de Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul e do Centro de Assistência Gerencial do Rio Grande do Sul, cabendo ao último promover a assistência gerencial, no sentido de introduzir contabilidade, ainda que simplificada, nas empresas rurais.

#### 1.4.1.2 — Programa de Apoio a Microempresas — PROMICRO

Destinado exclusivamente a promover o apoio a empresas com até 10 (dez) empregados e faturamento mensal médio de 500 ORTNs, o PROMICRO visa, prioritariamente, ao fortalecimento do setor privado da economia, assim como estimular o surgimento de novos empresários, além de promover a interiorização sócio-econômica do desenvolvimento.

Para tanto, o PROMICRO conta com estreito apoio do Centro de Assistência Gerencial do Rio Grande do Sul-CEAG/RS, que promove a devida assistência técnico/gerencial, ensinando novas técnicas administrativas e operacionais aos titulares e empregados de microempresas. O Programa, no decorrer de 1977, abrangeu os municípios de Caxias do Sul, Flores da Cunha, São Marcos, Farroupilha, Bento Gonçalves, Garibaldi, Carlos Barbosa, Erechim, Santa Maria e Santa Cruz, perfazendo um total de 253 processos aprovados, cujo montante atingiu a casa dos Cr\$ 26.252.000,00.

Cabe frisar ainda que, com acréscimo de 29% no número de processos aprovados em relação ao ano anterior, o valor dos financiamentos experimentou um aumento de cerca de 72% com relação a 1976, denotando-se, de uma forma bastante clara, a receptividade que o Programa vem obtendo no transcorrer de 1977.

#### 1.4.1.3 — Área Internacional

Reconhecendo que a carência de tecnologia e de capitais, nas empresas gaúchas, principalmente do setor secundário, são fatores inibidores para que possam atingir níveis de produção compatíveis com a economia de escala que visa a implantar no país, busca o BADESUL estabelecer esquemas de identificação e atração de recursos em disponibilidade nos países desenvolvidos. Numa primeira etapa essa busca está voltada aos países da Europa Ocidental, em regiões onde o estrato empresarial é mais assemelhado ao nosso, compatibilizando-se as possibilidades de associação e absorção de tecnologia.

No plano operacional, estão sendo estabelecidos acordos com bancos europeus, que tomam a seu cargo a identificação de empresas ou grupos econômicos interessados em investir no Brasil, atendendo às carências manifestadas pelas empresas gaúchas. Estão em nível adiantado de entendimento e operacionalização, acordos com o Banque Français du Commerce Extérieur, que passou a contar

recentemente com o apoio oficial do Governo Francês, interessado em incentivar os investimentos franceses no exterior, e o Landeskreditbank, do Estado Alemão de Baden-Württemberg. A nível de entendimentos, desenvolvem-se contatos com a Áustria, Grã-Bretanha, Itália e Holanda.

O Banco participou, ainda, de diversos Seminários Internacionais voltados para a atração de investimentos estrangeiros para o Rio Grande do Sul, entre os quais cabe ressaltar o Simpósio Latino-Americano-Europeu de Cooperação Empresarial, realizado no mês de outubro na Suíça, o 3º Encontro Econômico Teuto-Brasileiro, realizado em novembro na Alemanha e uma reunião de trabalho sob os auspícios do Banco Árabe-Espanhol, Banco Popular Espanhol e Banco do Brasil, em Madrid. Destaca-se ainda, a participação de um técnico do Banco, como bolsista, em seminário promovido pelo Industrial Bank of Japan, em Tóquio, em março.

A par disso, promove contatos e reuniões de dirigentes locais com investidores estrangeiros em visita ao Estado, oferecendo subsídios e orientando quanto a aspectos legais e técnicos relativos à transferência de tecnologia, registro de capitais estrangeiros, incentivos disponíveis encaminhamento de projetos a órgãos federais etc.

Todo esse trabalho de atração de investimentos para o Estado vem sendo desenvolvido em perfeita consonância com a Secretaria de Indústria e Comércio, através de seu Departamento de Investimento e Tecnologia Industrial.

#### 1.4.1.4 — Área de Apoio

Aperfeiçoando suas equipes técnica e administrativas, o Banco propiciou a seus servidores, participação em cursos de aperfeiçoamento profissional. Com base na Lei nº 6.297, foram treinados, até o presente momento, 71 funcionários, representando 46% do atual quadro de servidores. A efetivação do treinamento representou um investimento da ordem de Cr\$ 325.674,00, executado basicamente através de cursos, seminários, palestras e estágios.

Realizaram-se, ainda, importantes trabalhos internos de racionalização dos fluxos de informações e das rotinas administrativas, e a introdução de rotinas de trabalho nas áreas financeira e de contabilidade, com modernos meios de mecanização avançada (computador), em conjunto com a Companhia de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul — PROCERGS.

Os quadros que seguem, indicam quantitativos de financiamentos do BADESUL por setor da economia, especificando seus subsetores, bem como a destinação dada a esses financiamentos e avais.

### NÚMERO E VALOR DOS FINANCIAMENTOS APROVADOS PELO BADESUL POR SETOR DA ECONOMIA, NO RIO GRANDE DO SUL - 1977

SETOR	Nº e VALOR	NÚMERO	VALOR (Cr\$ MIL)	%
PRIMÁRIO		117	132.568	23,15
SECUNDÁRIO		256	316.755	55,32
TERCIÁRIO		200	123.280	21,53
T O T A L		573	572.603	100,00

FONTE: 11-PLA e CARTEIRAS OPERACIONAIS  
DADOS ACUMULADOS ATÉ SET/77

SETOR PRIMÁRIO  
\*PROCESSOS APROVADOS

Nº DE PROCESSOS	SUBSETOR DA ECONOMIA	FINALIDADE	FIXO	GIRO	TOTAL
59	INTENÇ. LAVOURA PECUÁRIA		62.895.162	2.962.792	62.857.954
34	ARMAZ. A NÍVEL FAZENDA		27.165.304	-	27.165.304
1	ARMAZ. NÍVEL COOPERATIVA		4.578.814	-	4.578.814
18	CORREÇÃO E CONSERV. SOLO		9.911.132	-	9.911.132
3	PRONAP		2.104.775	-	2.104.775
3	ESTOCAGEM		16.000.000	-	16.000.000
3	AGROPECUÁRIO		6.949.815	-	6.949.815
117	TOTAL		129.605.002	2.962.792	132.567.794

PONTE: 11-PIA e CARTEIRAS OPERACIONAIS

\* ANO: ATÉ SET/77

SETOR SECUNDÁRIO  
\*PROCESSOS APROVADOS

Nº DE PROCESSOS	SUBSETOR DA ECONOMIA	FINALIDADE	FIXO	GIRO	TOTAL
10	INDÚSTRIA DE PRODUTOS ALIMENTARES		564.000	1.627.000	2.191.000
4	INDÚSTRIA DE ALUMÍNIO		-	4.277.000	4.277.000
3	INDÚSTRIA DA QUÍMICA		-	2.477.000	2.477.000
7	INDÚSTRIA DE OBRUTOS, PELES E SIMILARES		263.400	4.330.000	4.593.400
14	INDÚSTRIA DA MADEIRA		477.500	7.723.000	8.200.500
12	INDÚSTRIA DE SIDERURGIA		1.103.500	12.098.000	13.201.500
1	INDÚSTRIA TÊXTIL		-	4.500.000	4.500.000
1	INDÚSTRIA DE SÓDIO		-	2.000.000	2.000.000
1	INDÚSTRIA DE EXTRATOS E TRAT. GERAIS		20.074.000	-	20.074.000
1	INDÚSTRIA DE CIMENTO		59.000	3.426.000	3.485.000
1	INDÚSTRIA FARMACÉUTICA E QUÍMICA		174.000	130.000	304.000
14	INDÚSTRIA DE PRODUTOS QUÍMICOS NÃO METÁLICOS		972.000	2.096.000	3.068.000
42	INDÚSTRIA DE FERROVIA		461.000	20.613.000	21.074.000
4	INDÚSTRIA DE MATERIAL ELÉTR. E DE CONCR.		-	2.490.000	2.490.000
1	INDÚSTRIA DE MATERIAL DE TRANSPORTE		231.000	1.483.000	1.714.000
1	INDÚSTRIA ALUMÍNICA		1.838.000	33.173.000	35.011.000
1	INDÚSTRIA METALÚRGICA		13.265.000	122.777.000	136.042.000
1	INDÚSTRIA DE CIMENTO E PÓC. DE		-	7.250.000	7.250.000
1	INDÚSTRIA DA PRELIMINAR E INTERMEDIÁRIA		-	11.700.000	11.700.000
1	INDÚSTRIA DE PRODUTOS DE ABRIGAMENTO		2.115.000	600.000	2.715.000
1	INDÚSTRIA DE CIMENTO		-	6.400.000	6.400.000
1	INDÚSTRIA DIVERSAS		364.400	3.277.000	3.641.400
1	INDÚSTRIA DE PRODUTOS DE ABRIGAMENTO		-	5.613.000	5.613.000
117	TOTAL		51.110.000	264.776.000	315.886.000

PONTE: 11-PIA e CARTEIRAS OPERACIONAIS

SETOR TERCIÁRIO  
\*PROCESSOS APROVADOS

Cr\$ 1,00

Nº DE PROCESSOS	SUBSETOR DA ECONOMIA	FINALIDADE	FIXO	GIRO	TOTAL
1	ADMINISTRAÇÃO ADMINISTRATIVA E PÚBLICA		6.301.192	-	6.301.192
3	INDÚSTRIAS		6.000.000	-	6.000.000
17	INDÚSTRIA		17.113.340	3.045.434	20.158.774
4	SERVIÇOS DE TRANSP. MARÍT. E DE GUAR.		80.000	740.000	820.000
7	SERVIÇOS		241.800	4.800.000	5.041.800
147	COMÉRCIO		2.052.000	78.866.000	80.918.000
179	TOTAL		31.828.332	87.451.434	119.279.766

PONTE: 11-PIA e CARTEIRAS OPERACIONAIS

\* ANO: ATÉ SET/77



## 1.4.2 — BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL — BRDE

O ano de 1977 revelou-se particularmente difícil para as entidades repassadoras de crédito. A necessidade de conter o demasiado crescimento da dívida externa do País e impor um maior controle à evolução do processo inflacionário, induziram às autoridades governamentais à adoção de medidas de cunho contencionista, principalmente na área de crédito, quer para consumo, quer para investimento. A estratégia seguida conduziu a uma natural redução no ritmo geral dos investimentos. Vale notar, todavia, que os benefícios do Decreto-Lei 1452, que limitou em 20% o teto máximo para a correção monetária incidente sobre os financiamentos contratados até o final de 1976, tiveram como consequência uma antecipação na realização dos investimentos previstos, contribuindo decisivamente para a elevação do valor das aplicações naquele ano, em detrimento deste.

Num contexto marcado, de um lado, pela contenção da disponibilidade de recursos financeiros para investimentos junto às fontes supridoras tradicionais e de outro, pelo relativo recuo das empresas no que se refere à realização de investimentos mais volumosos, o BRDE, cónscio do seu papel de instrumento de execução da política econômica delineada pelo Governo Federal e Governos dos Estados em que atua, e em apoio aos diversos setores de produção, rapidamente adequou sua atuação à nova realidade, de modo a permitir o satisfatório cumprimento de seus objetivos.

### 1.4.2.1 — Ação Financiadora

Até o final do mês de novembro, havia contratado no Rio Grande do Sul, 528 operações de financiamento e prestação de garantias, num montante global de Cr\$ 1.458.533.677,14, nos diferentes setores da economia:

#### OPERAÇÕES CONTRATADAS/RS JAN-NOV 1977

SETORES	(Em Cr\$ mil)	
	1977	%
Primário	224.879	15,4
Secundário	775.865	53,2
Terciário	457.790	31,4
T O T A L	1.458.534	100,0

Destaca-se desde logo, a participação das operações contratadas com o setor Secundário, firmadas em apoio, principalmente, do desenvolvimento da Agroindústria, da Metal-Mecânica e da Indústria Química.

As operações de prestação de garantia que alcançaram Cr\$ 231.982.111,04, desempenham também um papel relevante, na medida em que beneficiaram tanto a aquisição de matérias-primas, insumos e equipamentos industriais como a captação de recursos junto a outras entidades creditícias nacionais ou estrangeiras.

O valor total das operações contratadas atinge montante superior a 1,6 bilhões de cruzeiros, valor este que, embora bastante aquém do estabelecido como meta para o ano (3,3 bilhões de cruzeiros) e 16% inferior ao volume contratado no mesmo período do ano anterior, pode ser considerado satisfatório em razão das dificuldades já citadas e presentes ao longo de todo o período.

No intuito de melhor atender às necessidades das empresas gaúchas, face ao reduzido volume de recursos disponíveis, o BRDE orientou a aplicação dos recursos visando, basicamente, ao saneamento financeiro e ao reforço do capital próprio das empresas, procurando, assim reduzir seu grau de endividamento e atender suas necessidades mais imediatas.

O volume de recursos destinados à ampliação da capacidade produtiva do Estado atingiu, durante 1977, um montante de Cr\$ 712.080.880,11, sendo estes complementados com Cr\$ 602.111.909,63, dirigidos ao fortalecimento do capital-de-giro das empresas e agilizando o seu processo de produção.

Vale ainda observar a peculiar atuação do BRDE no setor Primário, onde a quase totalidade dos recursos alocados destinaram-se a investimentos em capital-fixo, principalmente para mecanizar cooperativas e dotá-las de instalações compatíveis com as necessidades de seus associados.

Outro aspecto que mereceu especial atenção por parte do Banco, durante o período, diz respeito ao apoio à pesquisa tecnológica e ao desenvolvimento de novos produtos e processos. Mediante operações contratadas, serão repassados às empresas gaúchas Cr\$ 87.618.068,00 de recursos oriundos de fundos especificamente voltados à realização de estudos, projetos e desenvolvimento de tecnologia própria.

As operações contratadas dentro da linha de recursos destinados ao financiamento a acionistas (FINAC), visando, basicamente, ao fortalecimento da estrutura de capital próprio das empresas, aliviando, em decorrência, seu grau de endividamento, atingiram o valor de Cr\$ 68.890.225,00.

Com relação à origem dos recursos para atendimento das operações contratadas até novembro de 1977, vale adiantar que a proporção entre recursos próprios e recursos de terceiros situou-se em torno de 1:8,86, contribuindo os recursos externos com 89,86% do valor destas operações, conforme a tabela abaixo esclarece:

#### BRDE — AGÊNCIA DE PORTO ALEGRE

##### OPERAÇÕES CONTRATADAS POR FUNDO JAN-NOV 1977

FUNDOS	Cr\$	%
BRDE		
Contratos Específicos	107.828.693,80	7,4
Com Fundos.....	40.053.775,95	2,8
TOTAL .....	147.882.469,75	10,1
FINAME .....	110.352.683,50	7,6
PROEMPRESA .....	17.717.703,00	1,2
POC .....	108.626.041,30	7,5
PIS .....	239.300.000,00	16,4
CDB .....	47.362.362,25	3,3
PROCAL IND .....	20.650.000,00	1,4
PRONAZEM I.F. ....	21.583.992,00	1,5
PESAC/76 .....	54.525.541,50	3,7
BID - 438 .....	65.792.223,00	4,5
AVAL/FIANÇA .....	231.982.111,04	15,9
FINAC .....	68.890.225,00	4,7
FUNDECE .....	10.500.000,00	0,7
PROCAL .....	9.999.900,00	0,7
PRODEPO .....	116.898.000,00	8,0
FIPLAN .....	92.139.003,60	6,3
PESAC/77 .....	34.826.850,00	2,4
BASEN/COTAS - PARTES .....	18.810.000,00	1,3
REINVEST .....	20.658.211,20	1,4
FINEP .....	19.900.360,00	1,4
BIRD .....	136.000,00	0,0
<b>T O T A L</b>	<b>1.458.533.677,14</b>	<b>100,0</b>

Até o final do mês de novembro de 1977, foram aplicados Cr\$ 2.445.768 mil pelo BRDE no Rio Grande do Sul. Destes, 11,9% destinaram-se ao setor Primário, 72,5% ao Secundário e 15,6% ao setor Terciário.

Quanto à origem dos recursos, Cr\$ 169.226 mil constituem recursos próprios e Cr\$ 2.276.542 mil recursos de terceiros, respectivamente 6,92% e 93,08%, não consideradas liberações no montante de Cr\$ 88.537 mil referentes às operações com recursos do PROGIRO MINI-PIS e EMBRATUR.

As cifras comentadas estão contidas na Tabela que segue, onde se pode observar que o volume total de recursos aplicados esteve apenas 10,35% aquém ao previsto.

**BRDE — AGÊNCIA DE PORTO ALEGRE  
ORÇAMENTO DE APLICAÇÕES E RECURSOS  
1977**

Posição de Nov/77 ESPECIFICAÇÕES	Em Cr\$ mil		
	PREVISTO (A)	REALIZADO (B)	% C=A/B
1. Aplicações - Total	2.728.000	2.445.768	89,65
1.1- Setor Primário	748.318	289.966	38,75
1.2- Setor Secundário	1.208.900	1.773.062	146,67
1.3- Setor Terciário	770.782	382.740	49,66
2. Recursos - Total	2.728.000	2.445.768	89,65
2.1- Próprios	234.295	169.226	72,23
2.2- Terceiros	2.493.705	2.276.542*	91,29

\*Não estão incluídas liberações no montante de Cr\$ 88.537 mil referentes às operações de PROGIRO MINI-PIS e EMBRATUR.

No final do primeiro semestre de 1977, o resultado alcançado pelo Banco, em suas operações, indicava um lucro de Cr\$ 80.971,3 mil. O saldo da conta de empréstimos e financiamento situa-se em torno de Cr\$ 7 bilhões, contra Cr\$ 5,6 bilhões no final do primeiro semestre e Cr\$ 4,4 em dezembro de 1976, acusando assim um crescimento de 56,8% no decorrer de 1977.

**BRDE — AGÊNCIA DE PORTO ALEGRE  
RESULTADOS SEMESTRAIS  
EVOLUÇÃO E PROJEÇÃO**

ESPECIFICAÇÕES	(Em Cr\$ mil)			
	EMPR. E FINANC.	RENDAS	DESPESAS	RESULTADO
1º sem. 1975	1.763.162,5	202.784,1	167.984,6	34.799,5
2º sem. 1975	2.390.328,9	270.000,5	236.403,5	33.597,0
1º sem. 1976	3.316.284,9	422.095,8	363.036,2	59.059,6
2º sem. 1976	4.415.683,2	688.245,0	590.097,7	98.147,3
1º sem. 1977	5.614.965,6	698.560,0	617.588,7	80.971,3
2º sem. 1977 (1)	6.933.099,8	880.503,7	778.800,3	101.703,4

No decorrer do ano de 1977, o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul, integrado às diretrizes governamentais e atento à evolução do contexto econômico estadual, regional, nacional e internacional voltou sua atenção, prioritariamente, à organização e fortalecimento da atividade de produção, em detrimento a um incentivo maior à expansão das empresas.

Num contexto particularmente difícil, destacou-se mais uma vez a importância da atuação programada como fórmula propícia à racional utilização dos recursos disponíveis, na medida em que os programas em execução obedecem a uma perfeita integração e propiciam o crescimento em bloco e seguro dos setores envolvidos.

Como exemplo desta forma de atuação, cabe citar os programas existentes para apoio ao desenvolvimento da agroindústria: Programa de Recuperação de Solos, Programa de Conservação de Solos, Programa de Apoio à Produção de Calcário Agrícola, Programa de Mecanização de Cooperativas, Programa de Apoio à Produção de Máquinas e Implementos Agrícolas, Programa de Armazenagem de Grão e Programa de Apoio à Indústria de Óleos Vegetais Comestíveis.

Assim atuando, o BRDE espera continuar a atender os anseios das classes produtoras rio-grandenses sempre em consonância com os objetivos e metas traçados pelo Setor Público, conforme preconiza o seu Plano Plurianual de Ação.

**2 – ÁREA DE INFRA-ESTRUTURA  
MATERIAL**

## 2.1 — TRANSPORTES

A Secretaria dos Transportes preside a orientação a ser seguida na política dos transportes rodoviário, hidroviário e aeroviário no Estado, cuja execução cabe, respectivamente, ao Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem, Companhia Intermunicipal de Estradas Alimentadoras, Departamento Estadual de Portos, Rios e Canais e Departamento Aeroviário do Estado.

No exercício de 1977, de acordo com diretrizes básicas estabelecidas pela Estratégia de Ação Governamental e buscando compatibilizar os planos estaduais com os federais e municipais do setor, as obras realizadas tiveram como objetivos a implantação da infra-estrutura básica, de modo a permitir melhor integração modal; aproveitamento dos potenciais hidroviários do Estado, através da dragagem, derrocamento e construção de canais e barragens; maior utilização da infra-estrutura existente, através de investimentos marginais no setor; e oferecer condições para economia de combustível, através de maior utilização dos transportes ferroviário e hidroviário.

### 2.1.1 — TRANSPORTE RODOVIÁRIO

O Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem — DAER e a Companhia Intermunicipal de Estradas Alimentadoras — CINTEA, órgãos encarregados da execução da política dos transportes rodoviários no Estado, visam a criar condições para o emprego coordenado das diversas modalidades de transporte e a otimização do uso da infra-estrutura existente, no sentido de assegurar, prioritariamente, o escoamento dos produtos agrícolas e industriais.

#### 2.1.1.1 — Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem.

As obras realizadas pelo Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem — DAER — foram as seguintes:

#### CONSTRUÇÃO E MELHORAMENTO DE RODOVIAS

(Em Km)

ESPECIFICAÇÃO	ADMINISTRAÇÃO		P/DELEGAÇÃO	TOTAL
	DIRETA	P/EMPREGADA	DO DNER	
PAVIMENTAÇÃO	2,10	49,55	97,52	149,17
RECAPEAMENTO	13,78	18,05	—	31,83
IMPLANTAÇÃO	17,20	8,22	30,71	56,13
MELHORAMENTOS	123,58	43,49	—	167,07

#### CONSTRUÇÃO E RESTAURAÇÃO DE OBRAS DE ARTE

ESPECIFICAÇÃO	ADMINISTRAÇÃO		TOTAL
	DIRETA	P/EMPREGADA	
CONSTRUÇÃO	—	—	—
CONCLUÍDA	616,30	647,60	1.263,90
EM ANDAMENTO	605,24	528,90	1.134,14
RESTAURAÇÃO	—	—	—
CONCLUÍDA	333,39	—	333,39

TERRAPLENAGEM E PAVIMENTAÇÃO P/ REGIME DE EMPREITADA

EXERCÍCIO DE 1977

RS	TRECHO	EST. (km)	IMPL. (km)	MEI.H. (km)	PAV. (km)	REC. (km)
020	TAQUARA-GRANDO (rua Lat. da Taquara)	3,70	-	-	1,00	-
030	OSÓRIO - TRAMANDAÍ	19,64	-	2,10	3,13	-
110	RIO DAS ANTAS - BOCA DA SERNA	6,71	-	-	-	-
115	TAQUARA - GRANDO	41,26	-	5,00	2,50	-
118	BR/116 (ESTEIO-BR/290 (GRANDAI))	22,36	-	-	-	-
129	MUÇUM - GUAPORÉ	40,78	-	1,96	-	-
129	GUAPORÉ - CASCA	42,78	-	-	-	-
155	LUIZ - CAMPO NOVO	43,00	-	-	-	-
155	LUIZ - CAMPO NOVO	46,84	-	-	1,00	-
210	SANTA ROSA - B. V. DO BURICÁ	45,26	-	-	-	-
210	SANTA ROSA - B. B. DO BURICÁ	35,24	2,72	-	12,65	-
230	CONTORNO DE CAXIAS DO SUL	18,00	5,50	-	-	-
230	CAXIAS DO SUL - LAGEADO GRANDE	52,53	-	-	-	-
239	CONTORNO DE NOVO HAMBURGO	15,00	-	-	2,00	-
240	RINÇÃO DO CASALHO-MONTENEGRO	22,00	-	2,10	-	12,05
324	NOVA FRONTEIRA - NOVA ARAÇÁ	22,30	-	5,30	4,00	-
401	SÃO JERÔNIMO - CHARQUEADAS BR/290	35,00	-	-	4,00	6,00
423	ESTRELA - TEOTÔNIA	14,74	-	-	-	-
SUB TOTAL .....		520,94	8,22	16,46	30,28	18,05

RS	TRECHO	EST. (km)	IMPL. (km)	MEI.H. (km)	PAV. (km)	REC. (km)
SUB TOTAL .....		520,94	8,22	16,46	30,28	18,05
452	EM PRINCÍPIO - NOVA PALMEIRA	27,53	-	15,03	-	-
509	SANTA MARIA - DANIEL	9,22	-	-	-	-
509	SANTA CRUZ - CERRO CHATO	48,92	-	-	-	-
509	SANTA CRUZ - CERRO CHATO	43,22	-	-	-	-
569	PALMEIRA DAS MISSÕES - SARANDI	36,76	-	-	15,20	-
	ACESSO À CEL. BICACO	4,07	-	12,00	4,07	-
T O T A L .....		690,66	8,22	43,49	49,55	18,05

CONSTRUÇÃO DE OBRAS DE ARTE P/REGIME DE EMPREITADA

EXERCÍCIO DE 1977

RS	TRECHO	ESPÉCIE	ACIDENTE	COMPRIMENTO (m)	
				CONCLUÍDA	EM EXECUÇÃO
155	LUIZ - CAMPO NOVO	PONTE EM C.A.	RIO LUIZ	125,00	-
155	LUIZ - CAMPO NOVO	PONTE EM C.A.	ARROYO NOCK (alev. da superestrutura)	-	32,00
160	S. LUIZ GONÇALVES - R. GONZALES	PONTE EM C.A.	RIO LUIZ (POÇO PRETO)	268,00	-
210	SANTA ROSA - RS/155 (C. NOVO)	PONTE EM C.A.	RIO BURICÁ	-	119,00
241	S. VICENTE - S. FCO. DE ASSIS	PONTE EM C.A.	RIO JAGUARÍ (PASSO DO LOBATO)	152,00	-
640	BR/290 - CACEQUI	PONTE EM C.A.	SANGA DO SARANIX	55,50	-
640	BR/290 - CACEQUI	PONTE EM C.A.	SANGA DO AREAL	-	75,40
640	BR/290 - CACEQUI	PONTE EM C.A.	SANGA DA AREIA	-	59,00
640	BR/290 - CACEQUI	PONTE EM C.A.	RIO CACEQUI	-	116,50
640	BR/290 - CACEQUI	BUEIRO EM C.A.	ESTRCA 796 + 18,00m	18,50	-
640	BR/290 - CACEQUI	BUEIRO EM C.A.	ESTRCA 1.165,	23,60	-
T-481	STA. CRUZ - CANDELÁRIA	PONTE EM C.A.	RIO PARDINHO	65,00	-
T-481	STA. CRUZ - CANDELÁRIA	VIADUTO EM C.A.	VÁRZEA DO RIO PARDINHO	65,00	-
T O T A L .....				647,60	528,90

TERRAPLENAGEM E PAVIMENTAÇÃO P/ ADMINISTRAÇÃO DIRETA

EXERCÍCIO DE 1977

RS	TRECHO	EXT. (km)	IMPL. (km)	MELH. (km)	PAV. (km)	REC. (km)
020	SÃO FRANCISCO DE PAULA - PASSO DA CADEIA	38,00	-	0,50	-	-
118	BR/290 - V I A M ã O	15,90	-	0,50	-	-
126	SANTADAVA - BR/285	37,00	-	6,80	-	-
176	MANDEL VIANA - RIO ITU	14,00	-	4,50	-	-
210	SANTA ROSA - SANTO CRISTO	17,42	-	1,00	-	-
223	BR/386 - IBIRICÁ - BR/377	24,00	-	3,20	-	-
235	CANELA - SÃO FRANCISCO DE PAULA	33,00	-	2,00	-	-
235	NOVA PETRÓPOLIS - CANELA	42,80	-	-	-	3,00
239	TAQUARA - ROLANTE	2,39	-	2,00	-	-
324	PASSO FLUNDO - MARVÓ	27,60	-	-	-	3,48
324	PLANALTO - INAI	34,00	-	5,00	-	-
331	BRACILIM - GAURAMA	18,00	-	1,00	-	-
331	CAIRAMA - VIADUTOS	8,10	-	-	-	-
342	HORIZONTINA - TRÊS DE MAIO	17,80	-	-	1,00	-
342	CRUZ ALTA - IJUI	15,00	-	-	-	7,30
346	TUPARENDI - SANTA ROSA	15,42	-	1,00	-	-
SUB TOTAL .....		359,63	-	27,50	1,00	13,78

TERRAPLENAGEM E PAVIMENTAÇÃO P/ ADMINISTRAÇÃO DIRETA

EXERCÍCIO DE 1977

RS	TRECHO	EXT. (km)	IMPL. (km)	MELH. (km)	PAV. (km)	REC. (km)
SUB TOTAL .....		359,63	-	27,50	1,00	13,78
401	GENERAL CÂMARA - SÃO JERÔNIMO	5,40	-	2,90	-	-
403	RIO PARDO-RR/410 - CACHOEIRA	60,00	-	14,00	-	-
404	RONDINA - RONDIA ALTA	9,10	-	0,96	-	-
405	RS/240 - EQUERINO	14,00	-	10,30	-	-
406	MONTE - PIAIA GRANDE	18,00	-	1,96	-	-
426	SEVERIANO DE ALMEIDA - BR/153	4,80	-	1,00	-	-
430	TRIPILARA - BR/285	29,40	-	10,34	-	-
431	RST/470 . P. SANTA BÁRBARA	21,30	-	3,30	-	-
448	ANTONIO PRADO - NOVA ROMA - RS/427	76,00	-	7,00	-	-
474	BR/225/030 (SANTO ANTONIO)	5,70	-	2,00	-	-
506	TRINDADE - BR/285	38,00	-	20,00	-	-
508	SANTA BÁRBARA - PALMEIRA DAS MISSÕES	52,00	-	5,00	-	-
532	MOGA - BR/453	11,60	4,40	-	-	-
536	CAIBARIÉ - BR/285	12,46	-	1,70	-	-
625	MINAS DO CARVALHO - BR/153	22,64	3,00	-	-	-
640	CACHOEI - BR/290	44,00	-	-	-	-
SUB TOTAL .....		784,03	7,40	110,96	1,00	13,78

TERRAPLENAGEM E PAVIMENTAÇÃO P/ ADMINISTRAÇÃO DIRETA

EXERCÍCIO DE 1977

RS	TRECHO	EXT. (km)	IMPL. (km)	MELH. (km)	PAV. (km)	REC. (km)
SUB TOTAL .....		784,03	7,40	110,96	1,00	13,78
706	PEDRO OSÓRIO - BR/293	15,80	8,20	-	-	-
706	PEDRO OSÓRIO - BR/116	11,12	2,60	-	-	-
709	BARRO DO RIBEIRO - BR/116	10,90	0,90	-	-	-
786	TRAMANDAÍ - CIDPEIRA	22,00	-	6,08	-	-
786	TERMINAL TURÍSTICO DE TRAMANDAÍ	3,34	-	0,24	-	-
471	RIO PARDO - SANTA CRUZ	6,00	-	1,60	-	-
RST/481	SOBRADINHO - CANDELÁRIA	42,00	-	0,40	-	-
RST/101	PALMARES - MOSTARDAS	120,00	-	-	-	-
BR/101	SÃO JOSÉ DO NORTE - MOSTARDAS	155,00	1,60	-	-	-
T-EP-2	DOM RETIRO DO SUL - TEUTÔNIA	7,14	-	-	1,10	-
EP	CRUZ ALTA - CAMPUS UNIVERSITÁRIO	7,00	-	0,80	-	-
T O T A L .....		1.184,33	20,70	120,08	2,10	13,78



CONSTRUÇÃO DE OBRAS DE ARTE P/ADMINISTRAÇÃO DIRETA  
EXERCÍCIO DE 1977

NR	T R E C H O	ESPÉCIE	L O C A L	COMPRIMENTO (m)	
				GENERAIS	EM ESTACADÃO
020	8.700 DE BRASA - CARRIÃO DO RIL	PONTE EM C.A.	ARRIO DO RINHO	-	47,00
118	GRANDEAL - VIADUO	PONTE EM C.A.	RIO GRANDEAL	130,00	-
129	MUCUM - QUARONÉ	VIADUO EM C.A.	MUCUM	60,00	-
176	MUCUM VIADA - BOBRADINHO	MUCUM C.D.	BAIXA DOS APENHADOS	20,00	-
176	MUCUM VIADA - BOBRADINHO	MUCUM CILINDR	BAIXA DO IRE	20,00	-
176	MUCUM VIADA - BOBRADINHO	MUCUM CILINDR	Rm 20	20,00	-
176	MUCUM VIADA - BOBRADINHO	PONTE EM C.A.	RIO RUIVA	70,00	-
210	SANTA ROSA - SACO CRISTO	PONTE EM C.A.	RIO SACO CRISTO	-	80,00
210	SANTA ROSA - RR/155	PONTE EM C.A.	RIO SANTA ROSA	75,00	-
223	CRUZ ALTA - ITOPIBA	MUCUM EM C.A.	ARRIO DO RINHO	-	46,00
230	CRUZAS DO RIL - RR/101	VIADUO EM C.A.	INTERSECCÃO RR/230-RR/322	48,40	-
417	POENTE ALZADO - RR/101	PONTE METÁLICA	RIO DO CHAMBU	-	61,60
430	TRIPILARA - RR/285	PONTE EM C.A.	RIO SANTO ANTONIO	-	66,00
440	MONTENEGRO - RR/284	PONTE EM C.A.	ARRIO DA CUELA	21,30	-
474	SANTO ANTONIO - RR/240	PONTILHO EM C.A.	ARRIO MUCUM	8,00	-
532	MUCUM - RR/453	MUCUM EM C.A.	Rm 1 + 611	15,00	-
SUB TOTAL .....				487,70	301,30

CONSTRUÇÃO DE OBRAS DE ARTE P/ADMINISTRAÇÃO DIRETA  
EXERCÍCIO DE 1977

NR	T R E C H O	ESPÉCIE	L O C A L	COMPRIMENTO (m)	
				GENERAIS	EM ESTACADÃO
SUB TOTAL .....				487,70	301,30
532	MUCUM - RR/453	MUCUM EM C.A.	BAIXA DO SACO	20,00	-
532	MUCUM - RR/453	PONTE EM C.A.	RIO VERDEALPE	-	30,94
709	BAIXA DO RINHO - RR/124	PONTE EM C.A.	ARRIO CAPTAN	28,00	-
T-480	CRUZAS-EN-TREVO GRANDE	PONTE METÁLICA	ARRIO RINHO	-	212,80
24-164	RR/IC-NOVOI PALM. DAS MISSOES	PONTE EM C.A.	RIO CHAMBU	70,60	-
T O T A L .....				414,30	605,24

RESTAURAÇÃO DE OBRAS DE ARTE P/ADMINISTRAÇÃO DIRETA  
EXERCÍCIO DE 1977

NR	T R E C H O	ESPÉCIE	L O C A L	COMPRIMENTO
T - 25	ESTRELA - CORVO	PONTE METÁLICA	ARRIO BOA VISTA	40,00
MUN.	SANTO ANTONIO DAS MISSOES - RR/245	PONTE METÁLICA	RIO CHAMBU	273,39
T O T A L .....				313,39

TERRAPLENAGEM E PAVIMENTAÇÃO - OBRAS DELEGADAS  
EXERCÍCIO DE 1977

NR	T R E C H O	EDF. (km)	ENR. (km)	PAV. (km)
453	SÃO BOAIA - ARRIO IGUAZIÇA	80,00	-	20,00
453	SANTA MARIA - RIO TOROPI (LOTE 1)	59,34	9,39	3,24
453	SANTA MARIA - RIO TOROPI (LOTE 2)	4,96	-	4,96
453	CONTORNO DE SANTA MARIA	3,74	0,56	-
468	CAMPO NOVO-TRÊS PASSOS (LOTE 309,3)	34,20	9,88	34,20
468	CAMPO NOVO-TRÊS PASSOS (LOTE 310,3)	29,52	1,52	24,94
468	CAMPO NOVO-TRÊS PASSOS (LOTE 310,3)	33,92	-	-
468	RR/155-TRÊS PASSOS (Km 81,54-Km 90,90)	9,36	9,36	9,36
T O T A L .....		255,04	30,71	97,52

### 2.1.1.2 — Companhia Intermunicipal de Estradas Alimentadoras.

A Companhia Intermunicipal de Estradas Alimentadoras — CİNTEA, vem contribuindo, de forma decisiva, para a consecução dos grandes objetivos do setor, na medida em que procura dotar as zonas de produção do Estado de uma rede de estradas capaz de proporcionar um escoamento rápido e seguro das safras agrícolas.

Assim, os resultados alcançados no ano de 1977 foram os seguintes:

#### CONSTRUÇÃO E MELHORIA DE ESTRADAS

	Km	
	Construção	Melhoria
Escritório Regional de Erechim.....	44,64	68,50
Escritório Regional de Farroupilha .....	6,00	52,50
Escritório Regional de Nonoai .....	25,00	146,60
Escritório Regional de Soledade.....	64,25	106,30
Escritório Regional de Santo Ângelo .....	98,00	85,70
Escritório Regional de Lagoa Vermelha.....	57,79	87,30
Escritório Regional de Frederico Westphalen .....	180,20	144,00
Escritório Regional de Camaquã .....	25,08	60,24
Escritório Regional de Santa Cruz do Sul .....	51,10	12,00
Escritório Regional de Montenegro.....	33,00	34,25
Escritório Regional de Osório .....	104,55	139,90
<b>TOTAL.....</b>	<b>689,61</b>	<b>937,29</b>

#### CONSTRUÇÃO DE OBRAS DE ARTE ESPECIAIS EM CONVÊNIO COMO O BNDE

MUNICÍPIO	OBRA	EXTENSÃO
São Borja	Rio Iguaçu	158,0 m
Sapiranga	Rio dos Sinos	80,0 m
Ivoti	Rio Feitoria	64,0 m
Victor Graeff	Rio Jacuí	90,0 m
Giruá/Independência	Arroio Santa Rosa	64,0 m
Tuparendi	Lajeado Grande	24,0 m
Ronário do Sul	Rio Caverá	24,0 m
S. Pedro do Sul	Rio Toropi	110,0 m
Palmitinho	Rio Guarita	120,0 m
Igrejinha	Rio Paranhama	38,0 m
Anta Gorda	Laj. Zeferinho	30,2 m
J. de Castilhos	Arroio Ferreira	38,0 m
São Sepé	Rio São Sepé	90,0 m
Vera Cruz	Rio Pardo II	64,0 m
Volante	Kalentinha D'Arcia	30,8 m
B. do Coteçipe	A. Paiol Grande	5,0 m
Campo Real	Arroio Glória	40,0 m
B. do Coteçipe	Arroio Barbaquá	5,0 m
São Lourenço do Sul	Arroio Cancela	12,0 m
Nova Prata	Rio da Prata	64,0 m
Itaqui	Arroio Narciso	38,0 m
Independência	Lajeado Quaraim	11,9 m
Chiapetta	Rio Buricá	38,0 m
Liberato Salzano	Rio Baitaca	40,0 m
F. Xavier/Arvorezinha	Rio Forqueta	110,0 m
Flores da Cunha	Rio Caxias	31,0 m
Santo Ângelo	Rio Inhacapedum	55,0 m
Campo Novo	Sanga do Mello	12,0 m
Augusto Pestana	Arroio Leal	24,0 m
Gaurama	Rio Caçador	28,0 m
Barro do Ribeiro	Arroio Capivara	38,0 m
Encruzilhada do Sul	Arroio das Pedras	38,0 m
Porto Lucena	Rio Amandaú	121,0 m
133 Obras	Total .....	1.737,4 m

#### SERVIÇOS DIVERSOS

— Terraplenagens industriais	334.300	m <sup>3</sup>
— Aberturas de ruas e acessos	5,90	km
— Construções de valos	19,60	km
— Serviços de compactação de ruas	90,00	km

— Abastecimento	0,86	km
— Preparo de saibro	14.640	m <sup>3</sup>
— Conservação de estradas vicinais	71,00	km

Realizou, também, controle e supervisão de 57 obras-de-arte especiais, que receberam auxílio estadual, num total de 711,5m e elaborou 13 projetos de obras-de-arte especiais e 6 novos projetos de estradas alimentadoras.

### 2.1.2 — TRANSPORTE HIDROVIÁRIO

O Departamento Estadual de Portos, Rios e Canais — DEPREC, executa, a nível estadual, a política dos transportes hidroviários. Em 1977, continuando os trabalhos estabelecidos pela Estratégia de Ação Governamental, no melhor aproveitamento dos potenciais hidroviários para o transporte, realizou a construção do atracadouro de Tapes, obra de apoio à construção do Porto do Barquinho, no município de Mostardas; concluiu a construção do entroncamento todo-ferro-hidroviário de Estrela, em convênio com o Governo Federal, através da Portobrás, com quem firmou o Estado aditivo de prorrogação de prazo de Protocolo de Intenções para a realização de estudos e projetos da ligação Ibicuí-Jacuí. Realizou, ainda, a dragagem do leito inferior do Rio dos Sinos, numa extensão de 4km a partir da confluência com o Rio Jacuí, e a de um Canal de 4km de extensão, transversal ao Rio São Gonçalo, destinado à captação de água para o abastecimento do Distrito Industrial localizado junto ao Porto de Rio Grande. E promoveu, também, a dragagem de aprofundamento para 14m, da área junto aos dolphins, destinada à atracação e amarração de navios e da área fronteira ao cais da Terminal de Carnes no Porto de Rio Grande.

No PORTO DE RIO GRANDE, a movimentação geral de mercadorias apresentou um total de 6.371 mil toneladas, sendo 2.444 mil toneladas recebidas e 3.927 mil toneladas expedidas. Ali foi restaurado o Entrepasto Frigorífico João Mascarenhas, o edifício sede da administração do Porto, bem como transbordadores flutuantes, rebocadores, guindastes, transportador de containers e outros veículos, sendo, ainda, adquiridas correias transportadoras para reposição, bóias de amarração, trator-roçadeira e grupo gerador destinado à cábrea.

O PORTO DE PORTO ALEGRE apresentou um movimento geral de cargas da ordem de 5.057 mil toneladas, das quais 3.201 mil importadas e 1.856 mil exportadas, sendo que durante o ano de 1977 tiveram prosseguimento as obras de construção de linhas férreas e a da nova rede de água potável no Cais de Navegantes, a construção de sanitários e vestiários para o pessoal de Capatazia no Armazém "A", do Cais Mauá e a pavimentação e repavimentação de áreas do Porto.

O PORTO DE PELOTAS alcançou um movimento geral de cargas de 221.155 toneladas, sendo 23.563 toneladas importadas e 197.592 exportadas.

Através da Administração de VIAS FLUVIAIS foi dada continuidade aos serviços de levantamentos topo-hidrográficos dos rios Jacuí e Taquari, bem como os de manutenção e modernização dos seus balizamentos, verificando-se a colocação de 395 bóias novas e recolocação de 163, além de 334 sinais novos e recolocação de 68.

As oficinas localizadas em Triunfo continuaram com suas atividades de manutenção do parque de dragagem, constituído de oito dragas, uma derrocadora, quatorze lanchas rebocadoras e oito batelões, havendo o volume da dragagem executada pela Administração de Vias Fluviais totalizado 513.840m<sup>3</sup>, nos rios Jacuí, Taquari, Sinos e em Tapes.

A Administração dos SERVIÇOS DELEGADOS, que tem como finalidade principal a execução de obras delegadas à Autarquia pelo Governo Federal, através da Portobrás, realizou em 1977, levantamentos topo-hidrográficos no Canal dos Navegantes, Pier de Tapes, Bacia do Porto de Porto Alegre e Saco da Mangueira, sondagens na Bacia de Evolução do Porto Novo de Rio Grande, na Terminal de Carnes e na Barra de Rio Grande, realizando, ainda, levantamento cadastral por triangulação na Ilha Mauá e triangulação para determinação do local onde deverá passar a cortina de proteção do DNOS.

Executou, no setor de dragagem, 792.931m<sup>3</sup> e no de balizamento das hidrovias, todos os serviços normais de manutenção, realizando, ademais, serviços de conservação dos Molhes da Barra de Rio Grande e a supervisão das atividades da Pedreira do Capão do Leão.

### 2.1.3 — TRANSPORTE AEROVIÁRIO

O Departamento Aeroviário do Estado — DAE é o órgão encarregado da execução das obras de implantação e melhoria da infra-estrutura aeroportuária a nível estadual, e, neste sen-

tido, vem desenvolvendo obras nos aeroportos gaúchos, notadamente naqueles cujos municípios apresentam expressão econômica e/ou turística.

Em 1977, realizou as seguintes obras de Conservação e Construção de Aérodromo:

- Aeroporto de Passo Fundo — Ceifamento, regularização de faixa de pouso, compactação da pista e pátio de estacionamento, limpeza e manutenção do sistema de drenagem.
- Aeroporto de Torres — Reforma parcial do cercamento e sinalização diurna, ceifamento, regularização da pista de pouso, pátio de estacionamento, construção de um abrigo provisório para passageiros.
- Aeroporto de Canela — Ceifamento, regularização da faixa de pouso, compactação da pista e pátio, cercamento total da área aeroportuária e manutenção do sistema de drenagem.
- Aeroporto de Garibaldi — Regularização dos acostamentos da pista de pouso, cercamento parcial da área aeroportuária e implantação do sistema de drenagem dos acostamentos.
- Aeroporto de Carazinho — Reforma geral do cercamento, ceifamento da área aeroportuária, regularização da faixa de pouso, execução do revestimento primário na pista e pátio de estacionamento, renovação integral da sinalização diurna.
- Aeroporto de Rio Grande — Regularização e compactação das pistas de pouso, taxi e pátio, execução de novo sistema de drenagem, reforma parcial do cercamento e manutenção da estação de passageiros.
- Aeroporto de Nonoai — Compactação da pista de pouso e pátio de estacionamento, correção de erosão dos acostamentos e execução da sinalização diurna.
- Aeroporto de Veranópolis — Execução de novo cercamento da área aeroportuária e da sinalização diurna.
- Aeroporto de Vacaria — Compactação da pista de pouso.
- Aeroporto de Iraí — Ceifamento da área aeroportuária.
- Aeroporto de Capão da Canoa — Ceifamento da área aeroportuária e reparos no cercamento.
- Aeroporto de Cruz Alta — Reparos gerais no cercamento da área aeroportuária.
- Aeroporto de Erechim — Regularização e compactação da pista de pouso e pátio de estacionamento.
- Aeroporto de Frederico Westphalen — Compactação da pista de pouso e pátio de estacionamento.
- Aeroporto de Osório — Ceifamento na pista de pouso e no pátio de estacionamento, reparos no cercamento.
- Aeroporto de Belém Novo — Conclusão dos serviços de terraplenagem da faixa de pouso e pátio de estacionamento, abertura das valas longitudinais de drenagem, revestimento primário da pista de pouso e pátio de estacionamento, cercamento da área aeroportuária e construção de estradas de acesso.
- Aeroporto de Canela — As obras executadas constaram de extração do solo vegetal, aterro com argila compacta da drenagem e desmonte em rocha, que permitirão a ampliação da pista de pouso.

Executou, outrossim, levantamentos topográficos para apoio à terraplenagem, assim como outros melhoramentos nos aeroportos de Canela, Tenente Portela, Belém Novo, Garibaldi, São Marcos e Salgado Filho, havendo promovido o reestudo do greide da pista de Canela e da nova pista de Erechim; o projeto da pista para Tenente Portela e um estudo de implantação para São Marcos.

## 2.2 — ARMAZENAMENTO

A política de beneficiamento, armazenamento e conservação dos excedentes das safras agrícolas do Estado está afeta à Companhia Estadual de Silos e Armazéns — CESA, que, através da operação de uma capacidade estática de 490 mil toneladas, procura tornar mais racionais os fluxos de transporte.

Para otimizar o desempenho de seu acervo patrimonial, foram realizados estudos de melhoria e ampliação, instalação de máquinas, equipamentos e obras, que propiciaram aumento de sua produtividade. A carga total movimentada em 1977 foi de 1,4 milhões de toneladas de produtos como trigo, arroz, farelo de soja, sorgo e mourisco. Sua atuação estendeu-se para o campo da frigo-conservação, através da Unidade Polivalente de Caxias do Sul, que, com uma capacidade nominal de 3 mil toneladas, atende a demanda de conservação de produtos perecíveis, como carnes, sucos e mostos de frutas, frutas naturais (maças, ameixas, nectarinas e uvas), permitindo aumentar o período de comercialização na zona de abrangência, de modo a evitar o aviltamento dos preços nas épocas de pique de safra.

Tendo como política de atuação a concentração da oferta armazenadora nas zonas de convergência de produção, bem como o aumento da capacidade operacional dos terminais de transporte, a Companhia apresentou a série seguinte de obras e realizações:

- ampliação do Silo de São Luiz Gonzaga de 40 para 60 mil toneladas, em prosseguimento à meta de uma capacidade estática de 80 mil toneladas.
- coordenação das obras de construção do conjunto Silo/Granelheiro situado no entroncamento rodó-hidro-ferroviário de Estrela, mediante convênio com a PORTOBRÁS, o qual numa primeira etapa, operacionalizou um granelheiro com a capacidade de 13 mil toneladas.
- ampliação do Laboratório Central de Porto Alegre.
- continuação das obras do terminal portuário para farelo de soja, situado no Porto de Rio Grande.
- aumento da capacidade operacional de recebimento/expedição, através de incorporações de novos equipamentos eletro-mecânicos no silo de Rio Grande.
- implantação de um Laboratório de Controle de Qualidade no Porto de Rio Grande.
- ampliação da capacidade de sacagem dos silos de Santo Angelo e Ibirubá.
- diversas melhorias no silo de Camaquã, como uma nova central de recebimento, limpeza e secagem, bem como da pavimentação e complementação de suas instalações.;
- elaboração do projeto de engenharia final para ampliação da capacidade estática, em mais 40 mil toneladas, do Complexo Armazenador de Cachoeira do Sul, por meio de células de estocagem independentes;
- adaptação de armazém convencional para operar com farelo de soja, na Unidade de Cachoeira do Sul, visando a permitir a estocagem e o carregamento de embarcações fluviais;
- elaboração do projeto de viabilidade econômica e de engenharia final de uma unidade frigorífica polivalente para 10 mil toneladas, no município de Pelotas;
- assistência técnica a 71 projetos de unidades armazenadoras, a nível de propriedade rural e intermediária, financiadas a terceiros pela rede bancária, com recursos provenientes do PRONAZEM. Estes projetos, a maioria já concluída, permitiram agregar, em condições técnicas adequadas em torno de 175.000t estáticas à atual oferta armazenadora do Estado;
- aquisição de aparelhos para determinação do teor de impureza e posterior distribuição a todas unidades operacionais da rede, objetivando padronizar métodos de determinações analíticas.
- elaboração de convênios com o Ministério da Agricultura, através do DEMA/RS, visando a delegar poderes à CESA, para realização de análises e certificação do estado fitossanitário e de qualidade dos produtos embarcados nos portos gaúchos;
- contratação experimental e por prazo definido, de três armazéns no município de Giruá, objetivando atender às necessidades de recebimento e processamento de trigo, possibilitando movimentar em torno de 20.000t desse produto;
- assessoramento técnico, operacional e administrativo a várias Companhias co-irmãs, instaladas em outros Estados.

## 2.3 — ENERGIA ELÉTRICA

A Companhia Estadual de Energia Elétrica CEEE, vinculada à Secretaria de Energia, Minas e Comunicações, vem cumprindo o seu programa de obras de geração, transmissão, transformação e distribuição de energia. Ao final do ano de 1977, atendia diretamente a 207 sedes municipais e 2.471 distritos, vilas e povoados e entregando energia em grosso a revendedores, que a distribuíam em 24 sedes municipais e 28 localidades, perfazendo um total de 231 sedes municipais e 2.499 localidades servidas. O consumo total do Estado, no ano, atingiu a 4.077.859MW, com um aumento de 487.010MW em relação a 1976, o que representa um crescimento em torno de 13,6%.

### 2.3.1 — OBRAS DE GERAÇÃO

#### 2.3.1.1 — Usina Hidrelétrica de Itaúba

Prevista a entrada em funcionamento das duas primeiras unidades, de 125MW cada uma, em 1978, e a sua conclusão em 1979, acham-se concluídos o desvio do rio, as obras civis das estruturas da tomada d'água e do vertedouro, 83% da construção do maciço da barragem, 90% das calhas dos rápidos do vertedouro e 85% da concretagem das estruturas da casa de força. Para o primeiro semestre de 1978, está previsto o fechamento da galeria de desvio, com a conseqüente acumulação do reservatório de Itaúba.

### 2.3.1.2 — Usina Hidrelétrica de Dona Francisca.

Encontram-se compilados os dados topográficos, geológicos e hidrológicos necessários ao estudo técnico-econômico desse aproveitamento, cujo relatório de viabilidade deverá ser encaminhado ao Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica. A implantação desta Usina está prevista para o período compreendido entre os anos de 1978 e 1983, com uma potência de 100MW.

### 2.3.1.3 — Usina Hidrelétrica Jacuí — II.

Em estudo pelo Instituto de Pesquisas Hidráulicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul o desenvolvimento final do anteprojeto e posterior estudo de viabilidade de mais esse aproveitamento no rio Jacuí, junto à atual Usina do Salto Grande Jacuí— I, com a potência prevista de 350MW.

### 2.3.1.4 — Usina Termelétrica Presidente Médici - Fase 3

A ampliação da atual Fase "A" da UTE Presidente Médici, de 126 MW — com a implantação de mais duas unidades turboalternadoras de 160 MW de potência cada uma e respectivas caldeiras e equipamentos auxiliares — tem concorrência internacional julgada, encontrando-se, presentemente, em discussão, o contrato com o proponente vencedor.

Em 26.11.77 foi assinado contrato de refinanciamento, no valor de Cr\$ 241.991.039,67, entre o BNH e a ELETROBRÁS, com a interveniência da CEEE, para as obras de infra-estrutura da Usina, estando em prosseguimento as obras civis preparatórias para os setores de apoio e canteiro de obras, acessos, terraplenagem e arruamentos da futura Vila Operária, e pavimentação da pista do Campo de Pouso.

### 2.3.1.5 — Futuros Aproveitamentos em Candiota

Foi elaborado um programa de atividades envolvendo setores de topografia, hidrologia, geologia e prospecção de carvão, com duração estimada em dois anos, com vistas à implantação de um conjunto "mineração de carvão — geração de energia elétrica", com capacidade final de 5 milhões de KW.

## 2.3.2 — OBRAS DE TRANSMISSÃO

Acham-se em construção 769km de redes de 230KV; 272 quilômetros de redes de 138KV; 221 quilômetros de redes 69KV e, finalmente, 9 quilômetros de redes de 44 KV.

LT's EM CONSTRUÇÃO	TENSÃO	EXT.	EXECUTADO
	(KV)	(km)	ATE 31.12.77 %
UHE Itaúba - SE Cia. Indust.1	230	217	90
UHE Itaúba - SE Cia. Indust.2	230	217	60
UHE Itaúba - UHE Passo Real	230	30	70
UHE Itaúba - Santa Maria	230*	83	100
SE Sta. Maria - São Vicente	230*	89	85
SE Scharlau - SE Charqueadas	230**	67	70
SE Farroupilha - SE Scharlau	230**	66	100
UHE Jacuí - UHE Itaúba	138	31	65
SE L. Vermelha -SE Vacaria	138	67	55
UTE P.Médicos-Minas de Cobre	138	78	85
SE Sta. Maria-SE L.Vermelha	138	96	30
SE Farroupilha-SE Caxias 2	69	22	100
SE Camaquã-Encruzilhada	69	78	100
SE Encruzilhada-Irapuãzinho	69	55	100
SE Quinta-SE Taim	69	40	40
Encruzilhada do Sul-Capivarita	69	26	10
UHE Capigui-SE Marau	44	9	100

\* operando provisoriamente em 138KV -\*\* reisolamento de 138 para 230 KV.

Entre as obras constantes do Quadro, merecem ser destacadas as duas primeiras, destinadas ao escoamento da energia a ser gerada pela Usina de Itaúba em direção à área mais industrializada do Estado. Quanto às três seguintes, serão de vital importância para o maior intercâmbio de energia entre as Usinas Itaúba, Passo Real e Termelétrica de Alegrete.

### 2.3.3 — OBRAS DE TRANSFORMAÇÃO

Estão sendo construídas 10 subestações transformadoras, totalizando uma capacidade de 464MVA.

SE's EM CONSTRUÇÃO		TENSÃO (KV)	EXECUTADO ATÉ 31.12. 77 - %
SE Quinta	165	230/69	70
SE Quinta	9	69/13	70
SE Porto Alegre 9	165	230/69/13,8	35
SE Porto Alegre 9	60	230/13,8	35
SE Minas de Cobre	10	138/23	70
SE Caxias 2 (ampliação)	15	69/13,8	100
SE Frederico Westphalen	15	69/23	100
SE Taim	10	69/23	60
SE Capivarita	10	69/23	5
SE Marau	5	44/23	100

As SEPA 9 e Quinta possuem competências unitárias de 165.000KVA. A primeira destinada a satisfazer o crescimento do mercado industrial de Porto Alegre; a segunda, no de Rio Grande, especialmente na área do Superporto, e também para atender as cargas provenientes da irrigação de granjas de arroz na região entre Quinta, Taim e Santa Vitória do Palmar.

### 2.3.4 — OBRAS DE DISTRIBUIÇÃO

Foram executadas reformas e ampliações de redes de distribuição nas áreas sob jurisdição das 29 gerências regionais, compreendendo 450km de Alta tensão e 1.918km de Baixa tensão. Encontram-se em reforma as redes de distribuição de Canoas, Alegrete, Campo Bom, São Jerônimo e Novo Hamburgo, tendo sido concluídos os projetos de alimentadoras das cidades de Estância Velha, Caxias do Sul, Alegrete, Tupanciretã e Júlio de Castilhos. Na nova rede subterrânea tipo "net work", que está sendo implantada na área central de Porto Alegre, foi concluído e energizado o sistema Nordeste e ligados parcialmente os consumidores. Nos demais sistemas, Oeste e Sudeste, foram terminadas as obras civis e iniciada a montagem eletromecânica do Sistema Oeste Setor 1.

### 2.3.5 — ELETRIFICAÇÃO RURAL

Em consonância com o Plano Quadrienal de Eletrificação Rural, elaborado pela CEEE em 1975 e aprovado pela ELETROBRÁS, foram executadas 54 obras, abrangendo 44 municípios do Estado, visando ao atendimento imediato de 2.159 usuários da área rural, através de 490km de redes de distribuição e instalação de 3.132KVA de transformadores.

Com recursos próprios da CEEE ou de terceiros, foram beneficiadas 84 localidades em 56 municípios, com a ligação de 2.100 novos consumidores, através de 650 quilômetros de linhas de distribuição. Aham-se em elaboração, visando ainda a obter o financiamento parcial da ELETROBRÁS, estudos de, aproximadamente, 150 obras, para o ano vindouro, localizadas em 83 municípios, totalizando mais 2.000 quilômetros de linha de distribuição.

### 2.3.6 — OBRAS GERAIS

Atendendo solicitação do Conselho de Implantação de III Pólo Petroquímico do Estado do Rio Grande do Sul — CONPETRO, a CEEE executará, até dezembro de 1978, mediante recursos financeiros postos à disposição pelo Governo do Estado, as obras consideradas como 1ª ETAPA necessárias ao fornecimento de energia elétrica aos canteiros de obras das indústrias de primeira geração a serem localizadas no Complexo Básico e no acampamento, fora dos limites do Complexo, constituídas, essencialmente, de vários ramais de 69KV, interligando e utilizando linhas de transmissão existentes na área, bem como uma subestação provisória de 6,25MVA, 69/13,8 e 4 alimentadores pesados de 13,8KV.

Paralelamente à ampliação do seu sistema de geração, transmissão e transformação, a CEEE tem desenvolvido e ampliado sua rede de telecomunicações, através da instalação de novos equipamentos de telefonia, radiotelefonia (HF — SSB; VHF — Microondas) e Carrier, com vistas a um melhor desempenho e confiabilidade, tendo também instalado e testado as estações "Master" Jacuí e SE Cidade Industrial, do seu "Sistema de Supervisão e Controle", de alto interesse para o Centro de Operação de Sistemas da Área de Operação.

No terreno de 37ha, na Avenida Ipiranga, onde será construído o edifício-sede da Companhia, está em prosseguimento a construção dos pavilhões destinados à Gerência Técnica de Porto Alegre. Tais edificações, que atingiram a percentagem construída de cerca de 90%, são consideradas prioritárias, tendo em vista a necessidade de remoção urgente das atuais instalações do chamado "Pátio do Gasômetro", no centro da cidade, cuja área foi liberada a fim de dar lugar à futura Câmara Municipal e à Primeira Perimetral.

A CEEE vem, desde 1960, produzindo madeiras tratadas para a construção e conservação de suas linhas de transmissão e distribuição. Para o atendimento da demanda sempre crescente, a Companhia conta hoje com duas usinas de preservação de madeiras: a de Barreto, no Município de Triunfo e a de Alegrete, no Município do mesmo nome, concluída no ano passado. A capacidade máxima de produção de cada uma das duas fábricas é de 60.000 postes por ano. No presente exercício a CEEE produziu 53.057 postes.

### 2.4 — TELECOMUNICAÇÕES

A Companhia Riograndense de Telecomunicações — CRT, vinculada à Secretaria de Energia, Minas e Comunicações, atende direta ou indiretamente, através de convênios e tráfego mútuo com Cooperativas e Prefeituras Municipais, a todos os 232 municípios gaúchos, por meio de um sistema de telefonia urbana e interurbana a nível estadual, nacional e internacional.

Em 1977, dando continuidade ao planejamento estabelecido no início da atual administração, a CRT desenvolveu seus projetos de implantação e ampliação dos serviços telefônicos no Estado, com atuação mais acentuada nas cidades interioranas, onde 14 sedes municipais receberam centrais automáticas novas, compreendendo 10.300 terminais, sendo ampliada a capacidade de centrais automáticas em outras 12 cidades, compreendendo 7.600 terminais novos. Foram, também, instaladas centrais manuais em 9 localidades, abertas 3 agências e 2 taxas de prestação de serviços telefônicos ao público. O Sistema Interurbano foi ampliado em 24 cidades e mais 5 passaram a ter acesso ao Sistema de Discagem Direta à Distância — DDD.

#### 2.4.1 — SISTEMA URBANO

— Centrais Automáticas Implantadas

LOCALIDADE	Nº DE TERMINAIS
São Lourenço	700
Getúlio Vargas	700
Júlio de Castilhos	700
Encantado	700
Giruá	700
Tupanciretã	700
Venâncio Aires	700
Guaporé	700
Garibaldi	700
Rosário do Sul	1.000
São Gabriel	1.000
São Luiz Gonzaga	1.000
Estância Velha/Ivoti	1.000
TOTAL	10.300



LOCALIDADE	Nº DE TERMINAIS
Vacaria	400
Passo Fundo	1.400
Santa Cruz do Sul	600
São Leopoldo	1.000
Guaiíba	200
Montenegro	600
Farmopilha	400
Sapiranga	200
Campo Bom	600
Esteio/Sapucaia	1.600
Estrela	600
Total	7.600

Foram instaladas centrais manuais nas localidades de Anta Gorda, Colorado, São Vicente, São Pedro do Sul, Palmitinho, Cambará do Sul, Horizontina, Vila Rosário e Getúlio Vargas, e em Vila Vasconcelos, Vila Clara e Cerro Grande foram abertas agências da CRT. Em Porto Alegre foram instaladas duas Taxas de prestação de serviços telefônicos ao público, no Passo D'Areia e na Avenida Osvaldo Aranha.

#### 2.4.2 — SISTEMA INTERURBANO

Foram instalados equipamentos de Multiplex nas localidades de Pinheiro Machado, Bagé, Santa Bárbara, Carazinho, Marcelino Ramos, Erexim e Rio Pardo. Além disso, realizou-se a instalação dos seguintes equipamentos de telecomunicações, ligando as localidades a seguir especificadas:

##### 2.4.2.1 — Rádio Enlace Monocanal:

Santa Lúcia do Piauí/Caxias do Sul  
 Machadinho/Erexim  
 São Valentim/Erexim  
 Barão do Cotegipe/Erexim  
 Palmitinho/Frederico Westphalen  
 Macambará/Itaqui  
 Pejuçara/Cruz Alta  
 Aratiba/Cruz Alta  
 Erval Grande/Erexim

##### 2.4.2.2 — Enlace Portador:

Candelária/Santa Cruz  
 São Gabriel/Rosário do Sul  
 Sobradinho/Candelária  
 São Francisco de Paula/Taquara  
 Santo Cristo/Santa Rosa  
 Alecrim/Santo Cristo

##### 2.4.2.3 — Rádio Enlace UHF — 24:

Marcelino Ramos/Erexim  
 Rio Pardo/Santa Cruz

##### 2.4.2.4 — DISCAGEM DIRETA À DISTÂNCIA

Nas centrais de São Lourenço do Sul, Júlio de Castilhos, Dom Pedrito, Santa Rosa e Tupanciretã foi ativado o acesso ao Sistema de Discagem Direta à Distância — DDD.

#### 2.4.3 — CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS, GUARITAS E TORRES.

##### 2.4.3.1 — Prédios para Centrais Automáticas.

Venâncio Aires, São Luiz Gonzaga, São Gabriel, Santo Ângelo, Carazinho, Passo Fundo, Cachoeirinha, Garibaldi, Porto Alegre (Menino Deus), Itaqui, Giruá, Tupanciretã, Rosário do Sul, Estância Velha, Viamão, Jaguarão, Osório, Guaporé, Santiago, Erexim.

#### 2.4.3.2 — Guaritas de Micronondas ou UHF.

Caibaté, Alto da Rocha e Lehmann.

#### 2.4.3.3 — Torres Montadas.

São Luiz Gonzaga, Cerro Largo, Guaporé, Montenegro, Belém Novo, Venâncio Aires, Lohmann, São Lourenço, Caibaté, São Gabriel, Soledade, Viamão, Encantado, Garibaldi, Tupanciretã e Estrela.

#### 2.4.4 — OBRAS EM ANDAMENTO

— Implantação e Ampliação de Centrais Automáticas.

CENTRAIS	Nº TERMINAIS/ TRONCOS	DATA PREVISTA ATIVACÃO
Santo Ângelo/Trânsito	1.000 troncos	30.03.78
Santo Ângelo	2.000	30.03.78
Tandem/B.Vista/Trânsito	700 troncos	15.04.78
Bela Vista II	3.000	15.04.78
Passo D'Areia	2.000	28.04.78
Menino Deus	700	09.05.78
Jaguarão	1.000	13.06.78
Caxias do Sul	2.000	14.06.78
Carazinho	2.000	14.06.78
Santiago	1.000	16.06.78
Osório	1.000	27.06.78
Soledade	1.000	28.06.78
Tristeza	2.000	30.06.78
São João	2.000	01.07.78
Pelotas/Trânsito	400 troncos	07.07.78
Itaqui	700	03.08.78
Erechim	2.000	01.09.78
Ijuí	2.000	31.10.78
Passo Fundo/Trânsito	1.000 troncos	13.08.78
Cachoeirinha	1.000	13.08.78

#### 2.5 — MINERAÇÃO

A execução da política mineral cabe a Companhia Riograndense de Mineração — CRM, empresa de economia mista vinculada à Secretaria de Energia, Minas e Comunicações, que, através das atividades de mineração, prospecção mineral e pesquisa tecnológica, procura desenvolver a exploração econômica destas riquezas jacentes no subsolo gaúcho. Para isto foram intensificadas as pesquisas em carvão mineral, visando a ampliar as reservas medidas, o que permitirá dimensionar e localizar as unidades extratoras e insumidoras desta matéria-prima. Para outras substâncias minerais foram efetuados estudos de mobilização, dada sua abundância e requerimentos do mercado, devendo ser destacadas as possuidoras de cobre e ouro. A atuação da CRM no beneficiamento deve-se à implantação do lavador de carvão "Eurico Rômulo Machado", na Mina do Leão, possibilitando obter material de baixo teor de cinzas a partir do carvão em estado natural, para uso como combustível de derivados de petróleo.

Durante 1977, foram desenvolvidas as seguintes atividades:

### 2.5.1 – PESQUISA DO CARVÃO MINERAL

Os trabalhos das sondas rotativas, com a posterior recuperação de testemunhas, permitiram alcançar a seguinte produção:

MINAS	Nº DE SONDAGENS	PERFURAÇÃO EM M.
Jazida do Leão	60	12.027
Jazida de Candiota	43	1.943

As reservas de carvão acrescidas foram:

MINAS	VOLUME DE CARVÃO "RUN OF MINE"
Jazida do Leão	128 milhões de toneladas
Jazida de Candiota	100 milhões de toneladas

Além disso, foram realizados trabalhos de orientação e acompanhamento técnico de nível superior; levantamento topográfico plani-altimétrico; execução de ensaios tecnológicos de lavabilidade e realização de análises químicas, tanto nas jazidas do Leão como de Candiota.

### 2.5.2 – PESQUISA DE COBRE E OURO

Em Volta Grande, próximo à cidade de Lavras do Sul, foram coletadas 600 amostras, posteriormente submetidas à análises química para determinação dos teores de cobre e ouro. As sondagens rotativas executadas alcançaram o número de 29, perfurados 3.351m. Quanto às reservas de minérios adicionados, foram de 1 milhão de toneladas, com um teor de 1% de cobre metálico e 500 mil toneladas de ouro, com uma concentração de 10 gramas/tonelada. No alto Piquiri, localizado nos municípios de Encruzilhada do Sul e Cachoeira do Sul, foi feito um levantamento geoquímico pela coleta de 1.495 amostras, que, submetidas à análises química e interpretadas, possibilitarão situar áreas promissoras como produtoras de minério de cobre.

### 2.5.3 – MINERAÇÃO DO CARVÃO

A mineração de carvão como principal atividade econômica da CRM, foi incrementada na Mina do Leão, pela introdução do processo de extração a "céu aberto", que, no período outubro/dezembro, alcançou uma produção de 23 mil toneladas. No ano, a Mina do Leão produziu 180 mil toneladas e a Mina de Candiota, 420 mil toneladas.

### 2.5.4 – BENEFICIAMENTO DO CARVÃO

A construção de um lavador de carvão com capacidade nominal de 50 mil toneladas/ano, possibilitou o fornecimento do minério com teores de 20% e 38% de cinzas à fábrica de cimento e usina termoeleétrica.

### 2.5.5 – PROJETO DE MINA DO LEÃO II

Foi contratada a elaboração do projeto de uma nova mina, por empresa especializada com o concurso de assistência de nível internacional.

### 2.5.6 – GRUPO DE TRABALHO DO COMPLEXO CARBOQUÍMICO

A principal finalidade deste Grupo de Trabalho é estudar a problemática que envolve um aproveitamento racional do carvão, para dotar o Estado de informações quanto à tecnologia e

novas alternativas, equipamentos, escalas de produção e mercado. A atividade do Grupo, em 1977, deu atenção especial ao gás de carvão, à vista da perspectiva concreta de sua produção pela PETROBRÁS, em futuro muito próximo. Nesse sentido destaca-se a construção e operação do Gaseificador Piloto de carvão mineral, que atingiu o objetivo a que se destina ao proporcionar a realização de vários ensaios e experimentos, fornecendo informações sobre o comportamento de vários tipos de carvão gaúcho e enriquecendo a pesquisa com dados até então indisponíveis. Esse modelo proporcionou também a constatação de problemas de operação e deu condições para que fossem encontradas respostas que possibilitarão, em fase mais avançada do projeto, levantar as características operacionais e econômicas de uma Usina Piloto, com capacidade para 96.000Nm<sup>3</sup>/dia (Projeto SULGÁS). Serve, ainda, como exemplo e estímulo à engenharia e à indústria nacionais no campo da gaseificação de carvões brasileiros.

O Grupo de Trabalho efetuou outros estudos, especialmente no que se refere à distribuição de gás canalizado de carvão, a cargo da CARBOGÁS, sociedade de economia mista em fase de constituição que deverá operar com GLP até que se inicie o fornecimento de gás de carvão pela PETROBRÁS.

Tendo como base para a criação e funcionamento de um Complexo Carboquímico, a necessidade de geração de gás de carvão destinado às unidades produtoras e serem instaladas, o Grupo estudou e pesquisa vários processos de gaseificação do carvão. Com essa finalidade foi construído em Charqueadas, junto a Termelétrica da Eletrosul, uma instalação-piloto de gaseificação de carvão mineral, denominada GP-1 (Gaseificação piloto — 1), tendo como objetivos básicos a avaliação do rendimento da gaseificação dos carvões rio-grandenses, em função dos vários processos existentes, o levantamento das características operacionais econômicas de uma Usina Piloto, e o natural estímulo à engenharia nacional neste ramo de atividades.

#### — Viabilidade de um Complexo Carboquímico no Rio Grande do Sul.

Estão caracterizadas neste trabalho de cunho informativo, a importância de um empreendimento deste porte, bem como as razões para a sua instalação no Rio Grande do Sul, face às potencialidades apresentadas pelo Estado no tocante às reservas carboníferas e à qualidade do carvão. Apresenta as diversas tecnologias de gaseificação do carvão exploradas comercialmente e em desenvolvimento, estabelecendo um paralelo entre as mais importantes, assim como analisa as empresas que viriam a utilizar o gás obtido, as tecnologias aplicadas e sua importância na economia do Estado e do País. Um resumo das immobilizações previstas para a implantação do Complexo Carboquímico, previsão de faturamento e importância social, são também mostrados, dando uma idéia da dimensão e do que pode ser esperado de empreendimentos como este.

Através de estudo técnico-econômico visando a distribuição de gás canalizado na Região Metropolitana de Porto Alegre, realizam-se apreciações relativas à intercambialidade dos gases, que consistirá na adaptação do gás de carvão como combustível aos aparelhos de queima disponíveis no mercado, através de enriquecimento e ajustes que forem necessários. Do ponto de vista econômico e de mercado, faz uma projeção de consumo para o ano de 1982, analisando a rentabilidade de uma empresa de distribuição de gás combustível e canalizado, obtido a partir do gás de carvão.

Foram criadas Normas Técnicas para utilização de gás combustível nos edifícios e construções em geral, que, além de regularizarem as instalações prediais de gás, visam a dar maior segurança no seu uso e grande flexibilidade na distribuição.

### **3 – ÁREA SOCIAL**

### 3.1 – EDUCAÇÃO E CULTURA

Dentre as atribuições que integram a linha de ação governamental distingue-se, especialmente, a atividade de formação de recursos humanos, como elemento essencial para alcançar os objetivos do desenvolvimento.

A formação de recursos humanos, em todas as suas dimensões, é uma questão estratégica, pois que é da aptidão e da eficiência do homem que depende a ampliação do horizonte de possibilidade da sociedade, o que por si só, justifica todo o esforço coletivo despendido em seu contínuo aperfeiçoamento.

Mesmo que o Rio Grande do Sul conte com relativa vantagem em força de trabalho especializado e semi-especializado, em comparação com outras unidades da Federação, as solicitações geradas pelo desenvolvimento prevêm envolvimento de grandezas e dimensões crescentes.

Nesse contexto competitivo e de aceleração, em que o crescimento depende, cada vez mais, do conhecimento, importa, basicamente, buscar a eficácia dos métodos de ensino, em todos os seus aspectos, a fim de estabelecer uma analogia com o mundo produtivo. Além disso, busca-se aperfeiçoar a escala de valores na solução dos problemas educacionais, colocando no núcleo central da formação da atividade educacional o conjunto de variáveis relativas à qualidade.

Por fim, objetiva a política deste setor consolidar a assistência ao educando, assim como a interação comunitária escolar, além de desenvolver formas de estímulo ao aperfeiçoamento técnico-científico e humanístico, mediante programas que possibilitem o aperfeiçoamento cultural.

Assim, ao final de 1977, a rede escolar formal do Rio Grande do Sul atendia a um total de 1.658.822 alunos, dos quais 1.423.102 do 1º Grau e 235.720 no 2º Grau. Desse total, 847.202 alunos estavam matriculados na rede da Secretaria de Educação e Cultura do Estado, 489.928 eram atendidos pelo nível municipal, 314.019 pelos estabelecimentos particulares, e 7.673 por instituições federais. Somem-se a esses dados mais 49.118 vagas ocupadas pelo Ensino Supletivo, totalizando 1.707.940 matrículas nos dois primeiros Graus do sistema educacional existente no Estado.

A ação da Secretaria de Educação e Cultura vem se desenvolvendo — com as modificações e os ajustes característicos da dinâmica de toda estrutura organizacional perfeitamente integrada ao II PND.

#### 3.1.1 – RECURSOS HUMANOS PARA A EDUCAÇÃO

Considerando a estratégia de ação adotada no período relativo ao ano de 1977, cumpre destacar algumas realizações e atividades marcantes na operacionalidade do Sistema deste Órgão da Administração Estadual, tais como a nomeação dos professores aprovados no concurso para as Áreas II e III, a partir de janeiro de 1978, e a admissão de 7.296 novos professores. A realização de Encontros de Diretores das Escolas Públicas Estaduais em Santa Maria e Porto Alegre — promoção inédita no Rio Grande do Sul, oportunizou o contato direto com as autoridades educacionais de decisão, possibilitando dialogar e questionar sobre dificuldades e preocupações comuns.

No campo da valorização do magistério destacaram-se a reabertura do prazo de opção para transferência ao Quadro de Carreira do Magistério, a introdução de um regime de trabalho especial intermediário de 33 horas semanais, a criação de 1.400 cargos de Especialistas da Educação, atribuição de gratificação de 20% aos professores em exercício nas escolas de difícil acesso, e a regularização das gratificações pelo exercício em escola ou classe de alunos excepcionais. Nesse mesmo sentido, foram implementados os trabalhos da Comissão Central para revisão de proventos dos professores aposentados, tendo já beneficiado 2.405 professores.

#### 3.1.2 – ASSISTÊNCIA AO EDUCANDO

Procurando dinamizar a atenção ao aluno carente, os vários programas desenvolvidos pela Secretaria de Educação propiciaram a distribuição de 1.322.918 livros didáticos, beneficiando 285.689 alunos, bem como estender a assistência alimentar a 88% dos alunos matriculados em escolas de 1º Grau.

Da mesma forma, foram concedidas perto de 45.000 bolsas de estudos, tanto no 1º como no 2º Graus, propiciando-se continuidade aos vários programas de saúde e assistência social a alunos da rede estadual, compreendendo subprogramas de Medicina, Odontologia, Nutrição, Serviços Social, Psicologia e Enfermagem escolares.

Ressalta-se, do mesmo modo, que a Secretaria de Educação e Cultura alcançou conceder 74.477 vagas em 541 escolas particulares de 150 municípios do Rio Grande do Sul.

### **3.1.3 – FEIRAS DE CIÊNCIAS**

A continuidade ao Programa de Feiras de Ciências registrou a realização de 187 Feiras Municipais, com a participação de 93.500 alunos, e de 28 Feiras Regionais, com a apresentação dos melhores trabalhos selecionados nas primeiras, culminando com a Feira Estadual, com a participação de 1.000 alunos.

### **3.1.4 – RECURSOS MATERIAIS PARA A EDUCAÇÃO**

No terreno da ampliação e da incorporação ao sistema estadual de educação de novos recursos materiais, salientaram-se, em, 1977, a construção de prédios escolares, num total de 12.965,73 m<sup>2</sup>, através do Projeto FAS, e de 1.800 m<sup>2</sup> à conta do Salário-Educação, bem como através de convênio com o BNH, de 388 salas de aula e 128 salas especiais. Destaque-se, também, a ampliação e recuperação de prédios escolares, beneficiando 108 estabelecimentos à conta do Salário-Educação, a construção de prédios escolares com recursos da Quota Federal, totalizando 2.600m<sup>2</sup>, e a ampliação de prédios escolares com recursos do Plano Operativo MEC/DEM, numa área total de 1.667,29m<sup>2</sup>.

A expansão da rede física do sistema, nos três anos da atual administração, já propiciou 956 novas escolas, configurando um total de 2.092 salas de aula e 974 salas especiais. Nesse esforço pela melhoria das condições materiais necessárias à educação, foram investidos recursos no montante de Cr\$ 743.360.588,72 em obras de engenharia civil e Cr\$ 37.094.008,84 em equipamentos.

Esse benefício, paralelamente à contínua contratação e efetivação de novos professores, possibilitou a instalação de 1.041 novas séries em todo o Estado, desde março de 1975 até dezembro do ano transato.

### **3.1.5 – COLABORAÇÃO COM O ENSINO DE 3º GRAU**

Quanto ao Ensino de 3º Grau, as metas que vêm sendo perseguidas visam a integrar o Setor Público Estadual e as Instituições de Ensino Superior no que se refere à informação atualizada das reais necessidades de mão-de-obra qualificada no Estado e a criar estímulos para a melhor distribuição dos profissionais, de acordo com a necessidade regional, envolvendo o planejamento de uma política de emprego e de uma política tecnológica.

As principais realizações da SEC, para isso, foram, entre outras, as de estabelecer o levantamento de dados estatísticos relativos às 74 instituições de Ensino Superior no Estado, a elaboração e publicação das Estatísticas Básicas do Ensino Superior RS/77, bem como a cedência de 372 professores do Estado a instituições universitárias.

### **3.1.6 – ENSINO ESPECIALIZADO**

O objetivo de incentivar os Cursos Supletivos Comum e Profissionalizante fez destacar, em 1977, no campo do ensino especializado, o funcionamento regular de Supletivos de Educação Geral, ao nível das quatro últimas séries do Ensino de 1º Grau, em 49 municípios, atendendo a 22.206 alunos, e o funcionamento regular de Cursos Supletivos de Educação Integrada (quatro primeiras séries do Ensino de 1º Grau) em 65 Municípios, atendendo a 6.428 alunos. Essa modalidade possibilitou também a transmissão de conteúdos pelo rádio, atingindo a um total de 4.283 alunos e o público em geral. Assim, 1977 propiciou a promoção de exames supletivos em todas as disciplinas do 1º e do 2º graus, num total de 44.664 inscrições e 163.742 exames requeridos.

O uso de modernos meios de comunicação na tarefa educacional conduziu à continuidade da implantação do projeto da TV Educativa, que apresentou, durante o ano, 665 programas de cunho cultural e instrutivo, além 256 programas sobre esporte.

### **3.1.7 – ESPORTE**

No campo do apoio às atividades desportivas — vinculadas diretamente à educação ou participantes da vida comunitária geral — a Secretaria de Educação e Cultura prosseguiu no programa de construção e equipamentos de ginásios e praças de esporte, através do qual foram beneficiados com auxílio financeiro 13 ginásios e 3 quadras polivalentes. Quanto a integrar a ação pública às entidades associativas privadas, visando ao desenvolvimento das práticas esportivas em geral, foram promovidos os XII Jogos Intermunicipais, envolvendo 2.967 atletas, o XIII Seminário de Esporte Gaúcho, com a participação de 51 autoridades, e os Jogos Escolares de 1º e 2º graus, com a participação de 1.651 alunos atletas.

### **3.1.8 – CULTURA**

O incentivo à cultura, no Estado, traduziu-se especialmente pela continuação das obras de restauração do Teatro São Pedro, em Porto Alegre, bem como a elaboração do projeto FAS/Cul-

tural/1977, para desapropriação, restaurações e reforma envolvendo seis prédios históricos existentes no Estado.

A execução do Plano Operativo Anual do Departamento de Assuntos Culturais atingiu os 232 municípios do Estado, num total de 912.004 pessoas, através de 146 exposições, 360 concertos e recitais de música, 334 sessões cinematográficas, 5 festivais, 16 apresentações de ballet, 644 espetáculos teatrais, 61 apresentações folclóricas, 124 sessões de narrações de histórias em praças públicas e em entidades assistenciais, 16 programas gravados com a TVE e 68 sessões artístico-culturais e de incentivo à criatividade. Ainda nesse terreno salienta-se a implantação do Sistema Estadual de Bibliotecas e a execução de um ampliado programa de concertos pela Orquestra Sinfônica de Porto Alegre — OSPA.

### 3.2 — SAÚDE

Na Estratégia de Ação Governamental foi fixada, como objetivo, a formulação e a execução de um Plano Estadual de Saúde compatibilizando com o II PND, tendo como alvo toda a população do Rio Grande do Sul. Complementarmente, houve a busca de apoio e a delegação de competência do nível federal, bem como a cooperação, coordenação e integração com instituições municipais e da esfera privada, num esforço de mobilização geral da comunidade.

Nesse sentido, pretendeu o Governo:

— realizar programas que visem à obtenção de um diagnóstico do estado de nutrição em segmentos significativos da população gaúcha;

— reduzir, através de educação alimentar e complementação dietética, os problemas nutricionais nos grupos populacionais mais vulneráveis;

— prestar assistência médico-sanitária às populações carentes, visando a família como um todo;

— continuar e ampliar os programas já em curso, de erradicação de doenças transmissíveis;

— realizar diagnóstico e executar ações visando à preservação e à melhoria das condições sanitárias do ambiente e de produtos de consumo;

— dar continuidade à produção de drogas, medicamentos e agentes imunizantes, nos órgãos do Estado e em consonância com as diretrizes emanadas da Central de medicamentos;

— modernizar a rede hospitalar do Governo do Estado;

— aumentar a disponibilidade de leitos hospitalares para atendimento à mãe e à criança;

— ampliar os mecanismos de avaliação dos efeitos da poluição química, física e biológica nos seres humanos, buscando subsídios para preservar as boas condições do meio ambiente.

Fiel a essas diretrizes, a Secretaria da Saúde vem desenvolvendo atividades inerentes à sua área, como o saneamento e controle do equilíbrio ecológico, enfatizando as ações tendentes a promover, proteger e recuperar a saúde da população rio-grandense, através da assistência prestada pela rede de unidades sanitárias e dos hospitais especializados. Por isso, dedicou especial atenção à capacitação e treinamento dos recursos humanos voltados a essas atividades, e promoveu o desenvolvimento da infra-estrutura e da modernização administrativa de seus órgãos.

Para alcançar os objetivos governamentais propostos, foram implementadas diversas ações em 1977, dentre as quais cabe destacar:

#### 3.2.1 — ATIVIDADES — FIM

— Ações sobre a pessoa e o meio ambiente:

a — Assistência médico-sanitária:

- Saúde Materno-Infantil
- Saúde Mental;
- Saúde Oral;
- Prevenção do Câncer;
- Prevenção de doenças cardiovasculares.

b — Assistência Médico-hospitalar:

- Internação em hospitais especializados, objetivando atender os problemas de cardiopatias, doença mental, tuberculose e hanseníase.

c — Alimentação e Nutrição:

- Distribuição suplementar de alimento (ranchos e leite em pó) e nutrientes para a população vulnerável de gestantes, nutrízes, lactentes e pré-escolares.



- d — Controle e erradicação de doenças transmissíveis:
  - \* Programas de vacinação para prevenir os problemas de sarampo, varíola, tétano, difteria, coqueluche, poliomielite, febre tifóide e raiva;
  - \* Programas Especiais, tais como controle de tuberculose, hanseníase e doenças venéreas.
- e — Fiscalização e inspeção sanitária:
  - \* Controle de alimentos, de edificações, saneamento urbano e rural, e atividades relacionadas ao exercício profissional na área de saúde.
- f — Pequeno Saneamento (PROSAN):
  - \* Desenvolvimento de melhorias em sistemas de abastecimento de água, remoção de dejetos e lixo em domicílios e escolas.
- g — Controle do equilíbrio ecológico:
  - \* Desenvolvimento de ações destinadas à preservação e à melhoria das condições do meio ambiente e produtos de consumo.

### 3.2.2 — ATIVIDADES — MEIO

Ações de apoio ao programa de saúde:

- a — Recursos humanos:
  - \* Treinamento, capacitação e promoção de servidores.
- b — Recursos materiais:
  - \* Identificação e provimento das necessidades para atendimento dos programas.
  - \* Desenvolvimento da capacidade instalada.
- c — Recursos financeiros:
  - \* Dotação de recursos orçamentários e extra-orçamentários para execução das ações programadas.
- d — Produção de insumos básicos:
  - \* Através do LAFERGS e do IPB, a produção de drogas, medicamentos, soros e vacinas.
- e — Planejamento:
  - \* Programação e viabilidade de atividades.
  - \* Coordenação programática.

### 3.2.3 — PRINCIPAIS REALIZAÇÕES EM 1977:

— Consultas médicas a nível ambulatorial.....	1.731.462
— Exames endoscópicos.....	308
— Exames radiológicos.....	132
— Cirurgias em gastroenterologia.....	45
— Pacientes-leito em gastroenterologia.....	316
— Consultas-leito em gastroenterologia.....	18.960
— Distribuição de "ranchos" (nº de beneficiados na região metropolitana):	
* Gestantes.....	4.315
* Lactentes.....	5.524
* Nutrizes.....	4.663
* Pré-escolares.....	38.796
— Distribuição de leite em pó, (nº de gestantes, lactentes e menores de 2 anos).....	16.690
— Convênio com 135 hospitais em 128 municípios para parto hospitalar e hospitalização à criança e gestante desassistida (nº de leitos/dia comprados).....	67.456
— Internações no Hospital Pronto Socorro de Porto Alegre para crianças desidratadas.....	135
— Consultas ambulatoriais nos meses de verão visando a atenuar os efeitos da desidratação.....	9.056
— Treinamento de recursos humanos, área materno-infantil:	
* Auxiliares.....	800
* Enfermeiras.....	50
— Elaboração do Programa de alcoolismo:	
* Realização de Seminário sobre Saúde Mental em 12 delegacias regionais de saúde para médicos.....	160
— atendimentos odontológicos nas Unidades Sanitárias.....	402.207
— restaurações efetuadas.....	73.945
— extrações efetuadas.....	424.296
— atendimento odontológico — Convênio:	
* Secretaria da saúde/PUC.....	1.326

— Fluoretação das águas domiciliares em Porto Alegre-convênio Secretaria da Saúde — DMAE .....	
— Fluoretação das águas de abastecimento dos municípios servidos pela CORSAN Convênio Secretaria da Saúde/CORSAN/Prefeituras, (n° de municípios).....	96
— Capacitação de odontólogos — Odontologia Social — Secretaria da Saúde/UFRGS (n° de odontólogos) .....	10
— Reciclagem de Odontólogos - Odonto/Escola de Saúde Pública (n° de odontólogos) .....	70
— Treinamento de pessoal médico e para-médico para prevenção das doenças cardiovasculares (n° de pessoas).....	375
— Elaboração de conteúdos sobre a prevenção da dor de garganta, para inclusão no currículo escolar de 1° e 2° graus .....	
— Pesquisa epidemiológica e educacional sobre dor de garganta, estreptococciose e absenteísmo escolar em escolas de Porto Alegre.	
— Pesquisa de prevalência de níveis de pressão arterial em 13.000 adultos do Centro de Saúde n° 2.	
— Criação de ambulatórios de cardiologia preventiva .....	2
— Consultas para casos de hipertensão arterial.....	6.032
— Leitos/dia nos hospitais especializados	
• Hospital Psiquiátrico São Pedro .....	1.100.000
• Hospital Sanatório Partenon .....	96.271
• Hospital Itapoá.....	110.630
• Hosp. Reg. Tuber. "Alexandre Lisboa".....	6.383
• Instituto de Cardiologia .....	28.512
— Vacinação contra poliomelite (n° doses) .....	762.292
— Vacinação contra sarampo (n° doses) .....	237.348
— Vacinação contra difteria, tétano, coqueluche (n° doses) .....	669.918
— Vacinação contra varíola .....	500.566
— Vacinação contra raiva (n° pessoas) .....	7.262
(n° doses em cães).....	257.701
— Vacinação contra febre tifóide (n° doses).....	18.367
— Vacinação toxóide tetânica (n° doses) .....	196.155
— Investigações epidemiológicas realizadas .....	1.134
— Vacinação BCG (n° de crianças) .....	160.700
— Investigação e quimioprofilaxia de contatos de tuberculosos.....	17.851
— Baciloscopia para diagnóstico de tuberculose .....	56.417
— Baciloscopia para controle de tuberculose .....	40.829
— Descoberta de pacientes novos tuberculosos.....	6.057
— Cura de pacientes tuberculosos .....	5.315
— Atendimento ambulatorial mensal (n° de pacientes tuberculosos) .	7.800
— Atendimento hospitalar de pacientes tuberculosos ( n° de leitos /dia).....	110.889
— Treinamento de técnicos e auxiliares para o controle da tuberculose .....	173
— Cadastrados contatos de hansenianos.....	992
— Exame dermato-neurológico dos contatos das formas Virchowiana e Dimorfa.....	1.689
— Descoberta de novos casos de hanseníase .....	262
— Tratamento de doentes conhecidos (hansen) .....	1.862
— Implantação de exame bacteriológico (hansen) em Unidades Sanitárias.....	65
— Atualização das medidas profiláticas e esquemas de tratamento para controle das doenças venéreas.	
— Controle da epidemia de pediculose.	
— Visitas de inspeção sanitária .....	23.848
— Visitas de outra natureza (amostragem entrega de autos) .....	4.232
— Amostras de leite examinadas nas usinas .....	23.026
— Inutilização de alimentos:	
• Leite (lt.) .....	87.806
• Aves .....	17.001
• Outros (Kg).....	105.397
— Desinsetizações realizadas.....	20.421
— Desratizações realizadas .....	897
— Área de valas saneadas (m) .....	147.250
— Inspeção em habitações e terrenos baldios.....	78.174
— Exames de projetos — construções.....	1.979
— Vistorias técnicas: prédios, lotes, piscinas, sistema de abastecimento d'água.....	4.379
— Orientações técnicas: prédios, lotes piscinas .....	6.562
	66

— “Habite-se” fornecidos .....	8.752
— Diplomas registrados .....	1.199
— Certificados registrados .....	16
— Alvarás de licença para funcionamento de estabelecimentos sujeitos à fiscalização do exercício profissional .....	
— Revalidações de alvarás .....	
— Requisições de entrada de produtos controlados: .....	
• autorizados .....	1.202
• indeferidos .....	887
— Receitas visadas .....	1.366
— Receitas com visto indeferido .....	568
— Estabelecimentos interditados temporariamente pela fiscalização do exercício profissional .....	16
— Educação sanitária: palestras, demonstrações .....	28.920
— Melhorias no abastecimento de água .....	2.141
— Melhorias no destino de dejetos .....	2.304
— Melhorias no destino do lixo .....	1.444
— Melhorias em prédios .....	1.237
— Através do LAFERGS E IPB foram produzidos: .....	
• Psicofármacos;	
• Tuberculostáticos;	
• Antibióticos específicos para doenças venéreas;	
• Medicamentos específicos para o setor Dermatológico Sanitário;	
• Medicamentos específicos para Cardiopatias e Câncer;	
• Medicamentos da linha CEME;	
• Medicamentos básicos destinados aos Programas de Saúde Pública.	
— Em números:	
• Soros e vacinas .....	111.500
• Comprimidos (unidades) .....	28.409.087
• Drágeas (unidades) .....	3.024.750
• Cápsulas (unidades) .....	2.894.000
• Gotas (frascos) .....	892.466
• Pomadas (bisnagas) .....	185.844
• Soluções (frascos) .....	497.801
• Xaropes (viúros) .....	1.068.232
• Injetáveis (ampolas) .....	1.260.813
• Antibióticos (frascos-ampolas) .....	1.122.367
• Pó-suspensão oral-antibiótica (frascos) .....	68.690
— Foram realizados os seguintes cursos, através da Escola de Saúde Pública:	
• Auxiliar de Enfermagem (vagas) .....	40
• Auxiliar de Saneamento (vagas) .....	20
• Inspetor de Saneamento (vagas) .....	10
• Auxiliar de Laboratório (vagas) .....	20
• De reciclagem para técnicos de lab. (vagas) .....	20
• Treinamento de pessoal auxiliar da S. Saúde.	
• Treinamento de médicos veterinários da Secretaria da Saúde	
• Treinamento de Cirurgiões-dentistas (vagas) .....	73
— Treinamento p/técnicos de nível superior:	
• Introdução à Epidemiologia e Estatística .....	20
• De Cancerologia aplicada e Ginecologia (pessoal que trabalha área da S. Saúde).	
— Sistema de Informação:	
— Processamento e manutenção dos Sistemas de Informática já implantados.	
— Implantação de novos sistemas.	
— Ampliação do controle de estoques para os hospitais e IPB.	
— Implantação do Controle de Vacinação através de “Caderneta”.	
— Controle do nº de nascimentos através de processamento eletrônico.	
— Entrada de dados em linha por intermédio de Terminais IBM-3270.	
— Aplicação piloto do Sistema de Elaboração, Controle e Avaliação de Programas (SECAP) em odontologia.	
— Desenvolvimento, através de processamento eletrônico, do sistema de contas hospitalares no HPS.	
— Manutenção dos Sistemas de coleta e processamento de óbitos.	

nascimentos, movimento hospitalar, recursos humanos, produção de serviços, entre outros.	
— Emissão de laudos médicos de ingresso .....	13.000
— Emissão de laudos médicos p/licença .....	48.000
— Emissão de laudos médicos p/aposentadoria.....	600
— Impressão de boletins, normas técnicas, informes, carteiras de saúde, volantes e cartazes diversos.	
— Admissão de técnicos-científicos .....	326
— Admissão de auxiliares .....	781
— A Secretaria de Saúde contou o exercício de 1977 com dotação orçamentária no valor de Cr\$ 384.783.000,00 para a execução de seus programas.	
— Foram contruídas unidades prestadoras de serviços em: Esmeralda, Cruzeiro do Sul, Ilópolis, Palmeira das Missões, Vila Tavares, em Mostardas, Mata, São Vicente do Sul, Pelotas (Núcleo COHAB), Taquara, Santa Maria (CS), Viamão, Constantina, Jacutinga, Alegrete (Passo Novo e Silvestre), São Leopoldo (Vila Scharlau).	
— Encontram-se em andamento (construções ampliações, reformas) obras em: Antônio Prado, Salvador do Sul, Salvador do Sul (Barão), Casca, (Vila Santo Antônio), Ciriaco, Ibiaçá, Sertão, Dom Pedrito, Sobradinho, Cachoeira do Sul (Cerro Branco), Encruzilhada do Sul (Amaral Ferrador), Ijuí, Sant'Ana do Livramento, São Borja, Quaraí, Canoas, Machadinho, Marcelino Ramos, Jacutinga, São José do Ouro (Tupanci), Viadutos, Roque Gonzales (R. Vermelho), Santo Antônio das Missões, Guaraní Missões, Boçoroca, Caibaté, Giruá, Porto Xavier, Encantado (Reovaldo), Taquari, (D. Paverama), Bom Jesus, Porto Lucena (Vera Cruz), Horizontina, São Paulo das Missões, Santo Ângelo (Vila Nova), Humaitá, Campo Novo (Bom Progresso), Três de Maio (Vila Alegria), Crissiumal, Liberato Salzano, Chapada, Coronel Bicaco (Campo Novo), Alpestre, Rodeio Bonito, Santo Augusto (São Valério), Tenente Portela, Braga (Sítio Gabriel), Frederico Westphalen, Santa Maria (DRS), Porto Alegre (Vila Farrapos) Cacequi, Tupanciretã (Vila Jóia), Nova Palma, Três Coroas, Campo Bom (Porto Blois), Charqueada, Gravataí, Porto Alegre (HPS Pedro — Praxiterapia), Porto Alegre (Equipe de Abastecimento), Porto Alegre (CS-2 Ambulatório Materno-Infantil), Arroio Grande, São José do Norte, Ivorá, Agudo, Porto Alegre, (CS — 2 redes elétricas), Júlio de Castilhos, São Sepé, Porto Alegre (Vila Nova).	
— Obras em andamento no Hospital Psiquiátrico São Pedro: Em construção 2 pavilhões com 100 leitos cada um; uma Lavanderia e Setor Pessoal.	
— Reformas, ampliações e adaptações nos Hospitais Sanatório Partenon, Colônia Itapoá e Instituto de Cardiologia.	
— Aquisição de Material Permanente, Equipamentos e Instalações para as equipes de Dermatologia e Prevenção do Câncer Ginecológico, Central de Hemoterapia, Centros de Saúde, Unidades Sanitárias, Hospitais, Controle do Equilíbrio Ecológico, LAFERGS e Laboratórios do Instituto de Proteção Ambiental, Equipe de Odontologia Sanitária, FUGAST, Instituto de Cardiologia, Núcleo de Tuberculose, Equipamento de Abastecimento, entre outros.	

### 3.3 — SANEAMENTO BÁSICO

Incumbe à Companhia Riograndense de Saneamento — CORSAN desenvolver o programa de abastecimento de água e de esgoto para o Estado do Rio Grande do Sul, e, em 1977, foram realizadas obras em 202 localidades, beneficiando diretamente 137.000 habitantes.

Os investimentos necessários para tal fim somaram o montante de Cr\$ 98.000.000,00 na sua maioria provenientes, em 50% do Governo do Estado, por meio do FAE/RS, e, no restante, de empréstimos do BNH/PLANASA, que foram aplicados na implantação de 15 novos sistemas de abastecimento, incorporação de mais 6 sistemas (Fontoura Xavier, Formigueiro, Mata, São Martinho, Tucunduva e Camobi) e a ampliação e melhorias nos outros 172 sistemas existentes.

Atualmente se encontram em fase de implantação 9 sistemas (Erval Seco, Estância Velha, Igrejinha, Três Coroas, Itatiba do Sul, Planalto, Restinga Seca, Salto Grande, São Valentim e Terra da Areia), sendo que, desta maneira, somente faltará implantar o abastecimento em 5 sedes municipais, das quais 4 já possuem projetos em andamento (Dom Feliciano, Nova Araçá, Portão, Salvador do Sul e Viadutos).

As ampliações e melhorias compreendem a execução de 339.373 metros de rede de distribuição, construção de 28 reservatórios, com uma capacidade de 16.400m<sup>3</sup>, bem como inúmeras melhorias e obras nos diversos sistemas.

Quanto a pequenas comunidades, quais sejam, aquelas que contam com menos de 5.000 habitantes, das 658 existentes no Estado, atualmente 191 estão abastecidas com água potável, das quais 119 por sistema administrados pela CORSAN. Este fato a coloca na liderança neste campo, no âmbito federal.

No que se refere à implantação de sistemas de esgoto cloacal, iniciou-se a implantação de rede coletora em Canoas e se está em vias de fazer o mesmo em Santa Maria e Novo Hamburgo. Está ainda prevista a implantação de lagoas de oxidação para tratamento de esgoto em Santa Rosa, onde já existe rede coletora, e diversas melhorias em Rosário do Sul.

Dentre as realizações a destacar, estão a conclusão da barragem de acumulação de Vacaria, a execução das obras da "Barragem Arroio Ligeirinho", em Erechim, a ampliação dos sistemas integrados de Alvorada-Viamão, Cachoeirinha-Gravataí, Canoas-Esteio-Sapucaia do Sul, além de grandes ampliações em Passo Fundo, Rio Grande e Palmeira das Missões.

### 3.4 — PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE

A política governamental de proteção ao meio ambiente é realizada, entre outros órgãos, pela Coordenadoria de Controle do Equilíbrio Ecológico, da Secretaria da Saúde, e pela Fundação Zoológica do Rio Grande do Sul, vinculada à Secretaria do Interior, Desenvolvimento Regional e Obras Públicas.

Através do citado setor da Secretaria da Saúde, foram realizadas, no ano que passou, 3.220 atuações no âmbito de inspeções ecológicas; análises de ar, água e solo; verificações de condições sanitárias de rios; análises de projetos industriais visando ao controle de poluição; cadastramento de unidades de 35 municípios.

A Fundação Zoobotânica, a par da continuidade aos programas de manutenção do Jardim Botânico, Museu de Ciências Naturais e do Parque Zoológico, firmou contratos de assistência e de prestação de serviços no campo ecológico com o Governo do Estado, através da Secretaria de Coordenação e Planejamento, para estudos da área onde está sendo instalado o 3º Pólo Petroquímico; com a Companhia Estadual de Energia Elétrica, para assistência técnica, inventariamento da fauna e flora e serviços correlatos de consultoria; e com a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, para a realização de pós-graduação em Zoologia.

Estudos para a realização de convênio visando a colaboração recíproca entre a Fundação Zoobotânica e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul encontram-se em adiantada fase.

### 3.5 — ASSISTÊNCIA

Na complexidade de uma sociedade que se desenvolve, persistem problemas que dizem respeito ao indivíduo e ao grupo, que desafiam as atividades do governo de um País ou de um Estado, tais como, entre outros, a carência e abandono infantil, a delinqüência juvenil, o desemprego da velhice e a marginalização social.

Medidas preventivas e terapêuticas disputam entre si a primazia, levando o Governo à necessidade de uma dosagem satisfatória entre ambas, a fim de garantir aos elementos carentes da sociedade aquelas condições mínimas de existência, que se traduzem na dignidade que lhes é inerente e inalienável.

Espera-se, contudo, que, tornando-se mais favoráveis as condições sociais, as medidas preventivas assumam cada vez maior comando, reduzindo ao mínimo a incidência dos fenômenos que adulteram as condições humanas de sobrevivência da população.

Até que isso aconteça, entretanto, vem o Governo do Rio Grande do Sul envidando esforços numa e noutra frente, atuando no sentido de:

- dimensionar o quadro da marginalização no Estado;
- estudar uma solução intersetorial, incluindo as áreas da Educação, Saúde, Trabalho e Assistência;
- ampliar, especificamente em relação ao menor, a oferta de oportunidades para treinamento e prática profissionalizantes;
- incentivar a sociedade, como um todo, a participar da busca de soluções recomendáveis;
- transferir recursos às entidades assistenciais particulares, com vistas à assistência aos desvalidos e à velhice.

As atividades nesse setor, em 1977, se consubstanciaram através da assistência e serviço social, desenvolvimento de comunidades e apoio a entidades assistenciais, assistência ao menor e desdobramento do Programa de Centros Sociais Urbanos.

Tais atividades são coordenadas pela Secretaria do Trabalho e Ação Social, e envolvem atividades de Assistência e Serviço Social, Desenvolvimento de Comunidades, Assistência ao Menor e incluem a implantação do Programa Nacional de Centros Sociais Urbanos no Estado, cuja execução é delegada às Fundações Sul-Riograndenses de Assistência, Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor e Fundação Gaúcha do Lazer e Recreação.

### **3.5.1 — ASSISTÊNCIA E SERVIÇO SOCIAL**

Os programas de Assistência e Serviço Social, executados durante o exercício de 1977, através da Fundação Sul-Riograndense de Assistência, vincularam-se a diversas atividades.

Dentre essas destacam-se o Projeto "Operação Casulo", obtendo a expansão quantitativa e qualidade de serviços prestados ao pré-escolar no Rio Grande do Sul, alcançando 70 creches com 2.730 vagas novas e investimentos de Cr\$ 6.750.000,00, advindo de convênio com o Ministério de Previdência e Assistência Social; implantação da Central de Informações e Encaminhamentos de Porto Alegre, objetivando melhoria dos serviços prestados à população carente, em geral migrantes; programa de Amparo ao Idoso Carente, através do apoio técnico e financeiro a entidades sociais; alcançando melhor rendimento, bem como elevação do padrão dos serviços prestados por 41 asilos, abrangendo 645 atendimentos.

A assistência a Famílias do Quarto Estrato, através de assistência técnica e financeira a entidades sociais e Setor Social de Prefeituras Municipais, abarcou 54 contratos com entidades sociais para assistir 1.750 famílias/mês, com 46 Prefeituras Municipais, atingindo 2.810 atendimentos/mês, e com 13 Conselho de Entidades de 12 municípios.

### **3.5.2 — DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO**

No campo do desenvolvimento de comunidades, diversos projetos foram ativados ou expandidos com vistas ao reforço e elevação dos seus níveis de coesão:

a — O Programa Desenvolvimento Comunitário de Núcleos Habitacionais almeja a melhoria dos níveis associativistas, criação de Associação de Moradores, elevação dos padrões de vida, educação familiar, formação profissional, melhoria das condições de urbanização e infraestrutura dos Núcleos. Realizado com recursos do Banco Nacional da Habitação, através da Companhia de Habitação do Estado do Rio Grande do Sul, atingiu a 52 núcleos habitacionais, beneficiando 10.000 famílias em 42 municípios.

b — O Programa de Educação Familiar, em integração com as Secretarias da Saúde e de Educação e Cultura, visa a criar condições a classes mais carentes, de uma paternidade consciente e responsável. Já foi realizado treinamento dos técnicos e implantados em área piloto.

### **3.5.3 — MENOR CARENTE**

Meta prioritária da ação governamental, na área social, o atendimento ao menor carente vem sendo executado pela Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor, sob a supervisão da Secretaria do Trabalho e Ação Social.

O desenvolvimento dos programas da FEBEM permitiu elevar o atendimento de menores a aproximadamente 44.000 beneficiados no ano de 1977, atingindo 92 municípios.

a — Os programas de ação preventiva, que envolveram entidades públicas, particulares e comunitárias, oferecem cerca de 31.000 atendimento, para fixação do menor em um meio familiar adequado.

Para tanto, desenvolveu-se assessoria técnica e cooperação financeira com mais de 230 entidades. A implantação e operacionalização de 47 Centros de Bem-Estar do Menor — CEBEM vem demonstrando o acerto da política da FEBEM, visando à integração do menor e da comunidade.

b — Os programas terapêuticos estenderam seus benefícios a cerca de 13.000 menores, atendidos prevalentemente na sede própria da Fundação, ou cerca de 30 entidades particulares conveniadas.

Neste tipo de atendimento, vitalizou-se a implantação dos Centros de Atendimento ao Menor e Profissionalização Rural, dos quais quatro (4) já se encontram em plena atividade, enquanto que igual número deverá ser operacionalizado tão logo sejam concluídos os processos de recebimento junto ao Ministério da Agricultura.

c — A FEBEM desenvolveu, ainda, intensa atividade na área de pré e profissionalização de menores. Além dos convênios executados através da Fundação Gaúcha do Trabalho, a FEBEM ofereceu treinamento profissional a mais de 600 jovens no seu Centro próprio.

### 3.5.4 — CENTROS SOCIAIS URBANOS

As atividades referentes à implantação do Programa Nacional de Centros Sociais Urbanos situam-se na confluência entre a prestação de serviços e o desenvolvimento de comunidades.

Dando continuidade às atividades iniciadas no exercício anterior, a Fundação Gaúcha do Lazer e Recreação, órgão vinculado à Secretaria do Trabalho e Ação Social concentrou esforços no sentido da implantação efetiva do Programa.

Para tanto, no ano de 1977 foram elaborados e concluídos os Projetos de Engenharia Final para 21 Centros Sociais e Urbanos, a serem localizados em diversos municípios do Estado.

Os primeiros 11 projetos aprovados pelos órgãos federais coordenadores do Programa, encontram-se já com as obras de construção em pleno andamento.

Os dez (10) Centros componentes do 2º Bloco encontram-se com as licitações para obras em fase final de julgamento. E estão sendo elaborados os Projetos de Engenharia Final para mais 22 CSU, em outros Municípios do Estado. Todos os Centros foram aprovados pelo Grupo Executivo do Programa Nacional de Centros Urbanos, em Brasília, nas diversas fases: Estudo Preliminar, Anteprojeto, Projeto. Os recursos para a implantação do Programa são oriundos do FAS — Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social, gerido pela Caixa Econômica Federal.

## 3.6 — HABITAÇÃO E URBANISMO

### 3.6.1 — HABITAÇÃO

A Companhia de Habitação do Estado do Rio Grande do Sul — COHAB-RS, durante o ano de 1977, concentrou seus esforços na implantação dos diversos programas habitacionais que compõem o Plano Estadual de Habitação Popular, visando ao atendimento da demanda de habitação de interesse social.

Transpondo sucessivas etapas, a COHAB-RS desenvolveu, no exercício de 77, a soma de 190 projetos, além de procedimentos técnicos e legais à decretação de utilidade pública e desapropriação das respectivas glebas de terra.

3.6.1.1 — Assim, na área de núcleos habitacionais populares, a COHAB-RS supervisionou a elaboração de 58 projetos de núcleos, num total de 27.385 unidades habitacionais; encaminhou ao Banco Nacional da Habitação 19 projetos, com vistas à concessão dos respectivos financiamentos, totalizando 5.742 casas; firmou 17 contratos de empréstimos para assegurar a implantação de 3.828 unidades habitacionais; fiscalizou o andamento de 23 núcleos, habitacionais, que totalizam 7.255 casas; e concluiu 1.134 unidades residenciais em 7 municípios, já entregues às populações de baixo rendimento mensal.

3.6.1.2 — O PROFILURB — Programa de Lotes Urbanizados, destinados às populações urbanas de rendas mais baixas, foi, durante o ano de 1977, acionado pela COHAB-RS. Para tal foram desenvolvidas atividades vinculadas à seleção de áreas, levantamentos topográficos, estudos preliminares e outros trabalhos específicos. Atualmente encontram-se em andamento sessenta e nove (69) projetos num total de 21.222 lotes, em vários municípios.

3.6.1.3 — As atividades do programa de habitação em terreno próprio prevêm o financiamento de até 10.000 unidades habitacionais, apresentando excelentes resultados: as 150 Prefeituras credenciadas para atuarem como promotores locais, já conseguiram a concessão de 1.000 financiamentos estando mais 600 em fase de tramitação final.

3.6.1.4 — Após longo período de gestões visando a solver dificuldades técnicas e legais, foi lançado, na última quinzena de novembro do corrente ano, o Programa destinado à construção, ampliação ou melhoria da habitação do trabalhador rural.

Este Programa, inédito no País, utilizar-se-á de recursos repassados pelo BNH para, numa primeira etapa, beneficiar 10.000 famílias cujo rendimento mensal seja de até 5 salários mínimos regionais.

### 3.6.2 — URBANISMO

A Secretaria do Interior, Desenvolvimento Regional e Obras Públicas, reestruturada na atual gestão administrativa, tem como finalidade, além da construção, recuperação e manutenção das instalações físicas onde funcionam os órgãos estaduais, o desenvolvimento integrado das comunidades do interior e das áreas urbanas do Estado.

As atividades desenvolvidas pela SDO, no decorrer do ano de 1977, visaram a política do desenvolvimento regional preconizada pelo Programa de Ação de 1977 definida na Estratégia de Ação Governamental 1975/78.

3.6.2.1 — A Supervisão Administrativa, como órgão de apoio logístico às atividades fins da SDO, deu andamento à execução financeira do exercício, especialmente no que tange à execução de contratos, convênios e acordos, licitações, empenhos, requisições, mecanografia e administração.

Procurando ir de encontro às finalidades, a Supervisão de Obras da SDO presidiu a implantação de 178 prédios escolares, sendo que 116 concluídos e 62 em andamento, beneficiando 36.960 alunos e mobilizando recursos na ordem de Cr\$ 94.542.000,00. Além disso, estabeleceu uma programação de obras e edificações perfazendo uma área total de 29.896m<sup>2</sup>.

3.6.2.2 — Também vinculada à SDO, a Fundação Metropolitana de Planejamento tem como objetivo o planejamento integrado do Desenvolvimento Econômico e Social da Região Metropolitana de Porto Alegre (RMFA).

Durante o último ano a METROPLAN desenvolveu, em síntese, atividades atinentes à atualização do Plano de Desenvolvimento Metropolitano (PDM) para adequá-lo às mudanças que se operam no espaço metropolitano; à elaboração dos planos operacionais intermediários para 1980 e 1985, visando à revisão de objetivos e a possibilidade de definir programas e projetos em tempo hábil; ao ordenamento do 2º Distrito de Canoas, com o objetivo de redimensionar as previsões demográficas e econômicas que deverão ser alteradas com a implantação do III Pólo Petroquímico e ao assessoramento técnico ao Projeto Urban (projeto de criação de um novo núcleo urbano no município de Novo Hamburgo), em sua fase de implementação.

Além dessas, a METROPLAN dedicou-se a, pelo menos, duas dezenas de projetos, estudos e análises vinculadas ao desenvolvimento presente e futuro da área da "Grande Porto Alegre", cuja importância, decorrente do papel cada vez mais saliente exercido por esta região, reflete-se no planejamento regional e urbano de todo o Estado.

### 3.7 — TRABALHO

O conjunto das atividades de promoção e valorização do trabalhador também está a cargo da Secretaria do Trabalho e Ação Social. Buscando um máximo de eficiência na aplicação de recursos, vêm elas se desenvolvendo de forma correlacionada às atividades relativas ao preparo de mão-de-obra, análise e intermediação do emprego, incentivo ao sindicalismo e valorização do trabalho.

#### 3.7.1 — PROGRAMA ESTADUAL DE EMPREGO

Dentro do conjunto de atividades efetivadas cabe destacar a implantação do PROESE — Programa Estadual de Emprego, como efetiva integração do Estado no Sistema Nacional de Emprego, consolidada durante este exercício com o total apoio do Ministério do Trabalho, órgão central do Sistema, que forneceu os recursos financeiros consumidos nestas atividades.

Concluiu-se a implantação de 18 Núcleos Regionais, abrangendo outras tantas regiões do Estado, que compõem a rede básica do Sistema. Esta realização completou-se com a colocação em marcha de 2 Postos de Intermediação que operam na cidade de Porto Alegre.

Assim instrumentalizado, o PROESE pôs em funcionamento, progressivamente, os cinco subsistemas operacionais que o compõem.

Em seu conjunto, durante o exercício de 1977, foram pesquisadas aproximadamente 61.500 vagas em estabelecimentos urbanos e foi prestado atendimento a 63.500 pessoas que demandaram aos Núcleos. Para tanto, foram inscritos 37.000 candidatos a postos de trabalho, o que gerou 27.300 encaminhamentos a empresas.

De outra parte, o PROESE vem realizando diversos estudos sobre o Mercado de Trabalho e aperfeiçoamento dos Indicadores que permitam o acompanhamento de evolução do mesmo.

Objetivando a qualificação da mão-de-obra cadastrada no SINE, vem a Matriz desenvolvendo um programa estadual de integração SINE e instituições de treinamento de mão-de-obra na área da formação profissional.

Este programa norteia-se pelo confronto entre aspiração educacional profissionalizante demandada pela população cadastrada no Sistema, necessidades reais do mercado de trabalho quanto a categorias ocupacionais e condições oferecidas pelas instituições de treinamento.

#### 3.7.2 — PREPARAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA

Por outro lado, visando à elevação dos níveis de qualificação profissional e, principalmente, visando a oferecer à população mais carente meios de ascensão no mercado de trabalho, a Fundação Gaúcha do Trabalho desenvolveu intensa atividade no que se refere à realização de cursos de treinamento, com recursos do Ministério do Trabalho e da própria Secretaria do Trabalho e Ação Social, a quem cabe a supervisão dos programas.



Durante o exercício de 1977, realizaram-se 1806 cursos, atingindo a 39.610 alunos, sendo 471 cursos de qualificação nos setores primário, secundário e terciário da economia, com um total de 3.369 alunos; 110 cursos de qualificação na área da construção civil, beneficiando a 1.322 alunos; 909 cursos para preparação de mão-de-obra em atividades domésticas, beneficiando 21.161 pessoas; 227 cursos para preparação e iniciação de menores em atividades produtivas, atingindo a 3.588 alunos; e 99 cursos para aperfeiçoamento de mão-de-obra em atividades artesanais, beneficiando 1.280 alunos.

Além deste programa de treinamento, a Fundação Gaúcha do Trabalho vem ativando o Sistema de Instrução por Correspondência, que atingiu a ordem de 5.100 pessoas.

Foi dado ainda cumprimento à primeira etapa do Convênio para a formação de 200 instrutores, que deverão oferecer treinamento profissionalizante, em atividades da área rural, a 10.000 trabalhadores.

### 3.7.3 – PROMOÇÃO SINDICAL

No âmbito da promoção e assistência sindical, constata-se a coordenação das atividades da Semana Sindical de 1977, iniciada em janeiro e encerrada em julho. Entre as promoções que integram as comemorações desta Semana, cabe ressaltar os passeios ciclísticos, levados a efeito em nove cidades, onde participaram mais de dez mil trabalhadores; as palestras em sindicatos e estabelecimentos de ensino, visando à conscientização das comunidades com relação às promoções a serem desenvolvidas durante as comemorações do dia do Trabalhador; e o Campeonato Sindical de Futebol, congregando 72 sindicatos do Estado, possibilitando a integração dos dirigentes sindicais e atletas.

No tocante à promoção do Sindicalismo, foram fundadas sete associações profissionais e uma Federação, com serviço de preparação de documentos, assessoramento e realização da Assembléia que escolheu a primeira diretoria.

A dinamização do Centro de Recreação do Trabalhador foi uma das preocupações básicas da Fundação Gaúcha do Lazer e Recreação. Neste sentido, foi realizada uma programação específica, dirigida ao trabalhador e seus familiares. Dentre as atividades levadas a efeito destacam-se as comemorações e confraternizações de grupos, firmas e indústrias, a promoção "Sempre aos Domingos", a participação na Semana Sindical, e a já tradicional Festa Junina. Uma clientela expressiva, formada por frequentadores eventuais, provenientes de diversos lugares e frequentadores assíduos oriundos das Vilas vizinhas ao Centro, foi atendida pela equipe responsável pelo CRTRAB.

### 3.8 – PREVIDÊNCIA SOCIAL AO SERVIDOR

O Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul, no exercício que findou, ampliou qualitativa e quantitativamente os significativos níveis de assistência médica e benefícios previdenciários destinados aos servidores estaduais e a seus dependentes, dando assim continuidade à política governamental de apoio assistencial ao funcionalismo e que se acha evidenciada através dos dados que integram o quadro seguinte.

OBJETIVOS DA ESTRATÉGIA DE AÇÃO DO GOVERNO	REALIZAÇÕES	METAS ALCANÇADAS	RECURSOS FINANCEIROS APLICADOS PRÓPRIOS			
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	PENSÕES - benefício destinado a amparar dependentes de associado falecido	CONCESSÕES	1.493	171.863,40		
		PENSIONISTAS HABILITADOS	2.837			
		PENSÕES EM MANUTENÇÃO	12.098			
TOTAL DE PENSIONISTAS		22.978				
PACÍFICOS - benefício destinado a auxiliar nas despesas com funerais do associado falecido	CONCESSÕES	1.512	9.541.366,00			
	CONCESSÕES	5.239	2.478.047,00			
SERVIÇOS ASSISTENCIAIS	ASSISTÊNCIA SPECIAL	CONSULTAS	CAPITAL	Atendimentos	302.323	1.537.898,00
			INTERIOR	Atendimentos	356.289	1.886.332,00
		SERVIÇOS COMPLEMENTARES	CAPITAL	Atendimentos	298.737	987.592,00
			INTERIOR	Atendimentos	237.128	792.328,00
		EMERGENCIAS	CAPITAL	Atendimentos	1.247	1.347.026,00
			INTERIOR	Atendimentos	952	773.785,00
		HOSPITALIZAÇÕES	CASOS CLÍNICOS	Capital	5.347	28.151.955,00
				Interior	UNIMEDS	4.288
				COORDEN.	4.700	9.202.934,00
			CASOS CIRÚRGICOS	Capital	9.181	48.457.318,00
UNIMEDS	7.892	26.674.960,00				
	COORDEN.	8.378	25.950.220,00			

## **4 – ÁREA ADMINISTRATIVA**

A Administração Pública, instrumento fundamental na operacionalização de políticas e de decisões do Poder Executivo, desempenha, dentro do Estado moderno — onde a hipertrofia de atribuições do setor público se avoluma, pela necessidade cada vez mais presente de uma direção global no processo de desenvolvimento — função significativa na impulsão e coordenação não só daqueles serviços insitos ao Estado, como, também e sobremaneira, em atividades referentes ao crescimento econômico e melhoria social.

Cumpra que se destaque, nessa área, o esforço continuado do Estado, que busca na tarefa integratória a nível federal e municipal o trato e solução de problemas que, além de serem mais facilmente equacionáveis, possibilitam, através da união de recursos humanos e materiais, a desejada integração sistematicamente buscada no plano de desenvolvimento do Governo Federal. Com vistas, assim, a um eficiente desempenho das atividades integradas no setor da Administração Pública, no seu sentido estrito, vem o Governo promovendo o aprimoramento e racionalização dos serviços e órgãos públicos em geral, acionando mecanismos de gestão financeira e de planejamento, e propiciando a outras funções estatais, tais como as de Justiça e Segurança, condições de melhor desempenho.

#### 4.1 — PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL

A evolução do processo de planejamento, apesar das dificuldades existentes — financeiras, administrativas e institucionais, — é evidente. Tem a Secretaria de Coordenação e Planejamento procurado endereçar suas atividades no sentido de acompanhar o efetivo desempenho do Setor Público Estadual, tornando mais dinâmica a ação do Governo nas diferentes áreas de atuação — Econômica, Infra-Estrutura, Social e Administrativa — abordando o planejamento segundo as funções de orçamento, desenvolvimento organizacional, economia e estatística e apoio à pesquisa.

##### 4.1.1 — PLANEJAMENTO ECONÔMICO E SOCIAL — SUPLAN

A SUPLAN, integrante da Secretaria de Coordenação e Planejamento, à medida em que desenvolve atividades de pesquisa direta ou indireta, permite identificar áreas de ação prioritária, quando do estabelecimento das metas e objetivos do Estado, bem como a formulação da estratégia de ação mais adequada à realidade. No ano de 1977, enfatizou a dinamização e racionalização das suas atividades, especialmente quanto à montagem e consolidação do Sistema Estadual de Planejamento, ativando o relacionamento com os demais órgãos da Administração Pública Estadual (Setoriais).

Dentro das atividades desenvolvidas pela SUPLAN, ainda diretamente relacionadas à implantação do Sistema de Planejamento, destaca-se a atuação do Sistema de Necessidades a Nível Espacial (SNE) e do Sistema de Acompanhamento Físico-Financeiro do Estado (SAFFI), consistindo, o primeiro no estudo de metodologia para análise da situação do Estado a nível espacial, determinando as áreas carentes em vários setores no Estado, e o SAFFI na identificação de desvios físico-financeiros na execução de empreendimentos governamentais.

Na sua programação, a Secretaria vem desenvolvendo, gradativa e gradualmente, vários Programas Especiais da Ação Governamental, como:

— Programa Metal-Mecânico — concluído, dependendo a sua implantação da liberação de linha de crédito do Banco Central através do BRDE e BADESUL, que atuarão como agentes repassadores.

— Programa Agro-Indústria — diagnosticado o setor, foram concluídos os programas secundários — bovinos, ovinos, suínos, aves, leite e derivados.

— Programa Litoral-Norte — estudos básicos concluídos, assim como os projetos Hortifrutigranjeiros, apoio à Indústria existente, Educação, Saúde e Habitação.

— Programa de Comercialização — concluído e elaborados 22 projetos, o primeiro já implantado no município de Nova Bassano.

— Polo Petroquímico — em execução, conforme cronograma, a primeira etapa do projeto global.

##### 4.1.2 — PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL — SPO

Na área de desenvolvimento organizacional, tem a Secretaria buscado maior funcionalidade das estruturas organizacionais, a introdução de maior racionalidade nos serviços e o aperfeiçoamento dos recursos humanos a nível de direção.

No que diz respeito aos recursos humanos, vem acompanhando as necessidades dos órgãos e, de acordo com determinação governamental, o volume dos recursos humanos disponíveis à Administração Direta e Indireta tem sido objeto de minucioso estudo, evocando sempre as reais disponibilidades financeiras do Estado, para proceder a acréscimos de pessoal necessários às atividades de cada órgão.

A situação de pessoal da Administração Pública, em 1977, quanto aos acréscimos líquidos no contingente geral, pode ser visualizada no quadro que segue:

NOME DO ÓRGÃO	INGRESSOS	FALCIMENTOS	APOSENTADORIAS	EXCERNAÇÕES	DISPENSA	DEMISSÕES	ACRÉSCIMO LÍQUIDO
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA	49	0	3	36	5	0	5
TRIBUNAL DE CONTAS	8	1	12	2	2	0	9
TRIBUNAL DE JUSTIÇA	27	1	10	20	14	0	18
TRIBUNAL DE ALÇADA	12	0	1	3	6	0	2
TRIBUNAIS DO JURI E JUIZ.	82	15	44	33	25	0	35
JUIZADO DE MENORES	7	1	1	4	1	0	0
JUSTIÇA MILITAR	1	0	0	9	3	0	11
GABINETE DO GOVERNADOR	31	1	3	8	38	0	19
PROCURAD.GERAL JUSTIÇA	13	1	8	2	1	0	1
CONSULT.GERAL ESTADO	10	4	13	8	4	0	19
ESCRIT.REPRES.ESTADO	34	0	0	0	1	0	33
INTERIOR E JUSTIÇA	120	6	30	59	10	1	14
COORD.E PLANEJ.	8	1	3	7	2	1	6
FAZENDA	218	14	103	16	182	0	97
AGRICULTURA	311	19	161	76	260	1	206
INDÚSTRIA E COMÉRCIO	1	0	3	4	2	0	8
ENERGIA,MINAS E COMUN.	2	0	1	2	0	0	1
TRANSPORTES	5	0	8	4	1	0	8
EDUCAÇÃO E CULTURA	6.392	146	580	328	2.581	2	2.755
SAÚDE	1.202	31	181	48	750	0	192
TRABALHO E AÇÃO SOCIAL	4	1	6	3	15	0	21
DESENV.REG.OBRAS PÚBL.	27	6	24	8	26	0	37
SEGURANÇA	111	19	38	63	17	6	32
ADMINISTRAÇÃO	519	0	29	8	5	0	477
TURISMO	1	0	1	3	1	0	4
INATIVOS FERROVIÁRIOS	339	330	0	0	0	0	9
PENSÕES VITALIC.	170	108	0	0	0	0	62
CIVIS	10	393	0	0	1	0	384
<b>T O T A L</b>	<b>8.714</b>	<b>1.098</b>	<b>1.263</b>	<b>754</b>	<b>3.953</b>	<b>11</b>	<b>2.635</b>

O total de pessoal da Administração Direta, em dezembro de 1976, era de 125.873 servidores públicos. Até dezembro de 1977, houve um total de ingressos de 9.714 públicos, do qual, subtraindo-se os falecimentos-aposentadorias, dispensas e demissões, reduziu-se para um acréscimo líquido de 2.635 servidores. Considerando-se que, na Secretaria de Educação e Cultura, verificou-se um total de ingressos bruto de 6.392 professores novos e ingressos líquido de 2.755 conclui-se que, em relação ao total geral no Estado, fora a Secretaria de Educação e Cultura, houve um decréscimo real nos ingressos.

A SITUAÇÃO DO PESSOAL DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA  
1977

ADM. INDI RETA	EM EXERCÍCIO EM 01/01/77	INGRESSOS	EXONERAÇÕES	EM EXERCÍCIO EM 31/12/77
AGASA	177	112	109	180
CEDIC	223	83	43	263
CEDRO	108	7	9	106
CEEE	10.955	1.407	1.328	11.034
CESA	583	20	37	566
CINTEA	455	129	145	439
CIENTEC	283	80	107	256
COHAF	214	97	24	287
CORAG	468	48	63 (1)	453
CORLAC	930	627	636	921
CORSAN	3.088	473	294	3.267
CRM	696	161	-	857
CRT	5.559	462	769	5.252
CR-TUR	188	121	93	216
DAE	104	9	15 (2)	98
DAER	8.000	378	940	7.438
DEPRC	2.406	466	385	2.487
FAERS	172	59	45 (3)	186
FAPERGS	12	3	2 (4)	13
FDRH	131	40	18	153
FEBEM	833	186	175 (5)	844
FEE	276	55	48	283
FGT	324	168	81	408
FOSPA	165	22	22	165
FSRA	104	40	12	132
FETLSVC	120	47	36	131
FUNLAR	25	13	7	31
FTF	21	2	3	20
F. ZOQB.	320	114	94	340
METROPLAN	145	10	10	145
PROCERGS	499	156	141	514
PROGASA	70	29	59	40
VINOSUL	17	-	7	10
CARBOGAS	6	4	3	7
COTEPE	5	-	-	5
IPERGS	1.729	137	163	1.690
IRGA	774	325	320 (6)	779
ISRC	21	1	7	15
CRN	36	33	46	22
<b>T O T A L</b>	<b>40.242</b>	<b>6.123</b>	<b>6.296</b>	<b>40.053</b>

A Administração Indireta no Estado, em 1º de janeiro de 1977, apresentava um total de pessoal de 40.242. Ao final do exercício, a situação dos servidores da Administração Indireta foi de 40.053, o que evidencia ter havido um decréscimo de 189 no número total de servidores, o que decorreu da orientação administrativa adotada pelo Governo ao determinar acurada análise às solicitações quanto à viabilidade financeira e às reais necessidades de cada órgão.

#### 4.1.3 — PLANEJAMENTO E EXPANSÃO DE DISTRITOS INDUSTRIAIS

O Conselho Especial de Planejamento e Expansão de Distritos Industriais — CEPEDI, prestando assessoria em projetos de infra-estrutura urbana, bem como na análise da capacidade de investimento dos municípios, em função dos custos de implantação da respectiva Área Industrial, tem dado apoio às atividades da coordenação do Subprograma do Pólo Petroquímico referente ao Plano Diretor e Infra-Estrutura física e social.

#### 4.1.4 — ORÇAMENTO

A Supervisão de Planejamento Orçamentário, como órgão central do Sistema Orçamentário Estadual, cabe fundamentalmente a elaboração das propostas orçamentárias da Administração Direta do Estado e das Autarquias Estaduais, bem como do Orçamento Plurianual de Investimentos, este envolvendo tanto a Administração Direta como órgãos da Administração Indireta, tais como Autarquias, Fundações e Sociedades de Economia Mista. Na elaboração das Propostas Orçamentárias para o exercício econômico-financeiro de 1978, bem como do Orçamento Plurianual de Investimentos para o triênio de 1978/1980, foram adotados critérios realistas, de forma a que, quando da sua execução, as despesas tenham a indispensável correspondência de disponibilidades financeiras. O seu conjunto compatibilizado com a Estratégia de Ação do governo, contemplou com recursos atividades em desenvolvimento e projetos em fase de implantação.

Foram concentrados recursos não comprometidos em projetos considerados de vital importância para o desenvolvimento econômico e social do Estado, bem como recursos que advirão de operações de crédito, para serem queimadas etapas, antecipando para o presente a sua implantação.

Os créditos que absorveram a maior soma de recursos foram os destinados a suplementar as dotações para despesas com pessoal e encargos sociais, cuja cobertura no Fundo de Reserva Orçamentária, totaliza aproximadamente Cr\$ 2.100.000.000,00.

#### 4.1.5 — FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS

A elaboração do Plano de Aplicação do Fundo de Participação dos Estados, que, para 1978, monta a Cr\$ 396.500.000,00, resumidamente assim se apresenta, tal como foi elaborado pela Secretaria de Coordenação e Planejamento:

— Programa Ensino de 1º grau.....	80.000.000,00
— Programa Saúde .....	20.000.000,00
— Programa de Extensão e Promoção Rural.....	39.660.000,00
— Programa de Urbanismo e Região Metropolitana .....	39.398.000,00
— Fundos de Desenvolvimento .....	100.000.000,00
— Programa de Telecomunicações .....	91.700.000,00
— Programas Integrados .....	2.040.000,00
— Programa Indústria.....	7.412.000,00
— Programa de Transporte Hidroviário.....	8.300.000,00
— PASEP .....	8.000.000,00

#### 4.1.6 — FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO

O Plano de Aplicação do Fundo Nacional de Apoio ao Desenvolvimento Urbano — Cr\$ 92.427.000,00 — contempla os seguintes projetos:

##### a) Região Metropolitana

— Av. Fernando Ferrari .....	3.000.000,00
— Distrito Industrial Alvorada/Viamão .....	4.000.000,00
— Rodovia POA/Novo Hamburgo .....	4.000.000,00
— Cia. Carris Porto-Alegrense .....	7.000.000,00
— RS/118 .....	11.207.000,00
— Área Industrial de Cachoeirinha.....	1.000.000,00
— Projetos Ciclovias de Campo Bom.....	13.500.000,00

##### b) Desenvolvimento Urbano

— Municípios de Pequeno Porte .....	6.700.000,00
— Municípios de Porte Médio .....	10.500.000,00
— Aeroporto de Erexim .....	2.000.000,00
— Ginásio de Esportes Getúlio Vargas .....	500.000,00
— Sistema Viário em Áreas Industriais .....	5.000.000,00

##### c) Contornos Rodoviários

— Contorno de Caxias do Sul .....	11.000.000,00
— Contorno de Passo Fundo .....	3.000.000,00
— Contorno de Erexim .....	6.000.000,00

#### 4.1.7 — FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS — FUNDO NACIONAL DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO URBANO/COTA-PARTE DOS MUNICÍPIOS

Por delegação da Secretaria Geral de Planejamento da Presidência da República, cabe à Secretaria de Coordenação e Planejamento análise e parecer sobre o FPM dos Municípios com mais de 25.000 habitantes e a análise, parecer e aprovação, daqueles com menos de 25.000 ha-

bitantes, tanto na formulação dos respectivos planos de aplicação como na reformulação destes. No exercício de 1977, foi examinada a reformulação de 182 planos de aplicação do FPM, relativos ao exercício de 1977, assim como 232 planos de aplicação do FPM na parcela relativa ao exercício de 1978, a qual monta, para o conjunto dos 232 municípios gaúchos, a Cr\$ 959.794.000,00. Foi, também, exarado parecer prévio relativo à cota-parte do Fundo dos Municípios com mais de 40.000 habitantes na sede urbana e examinados programas relativos à cota-parte 1976/1978, de mais 19 municípios.

#### 4.1.8 — FUNDO DE INVESTIMENTO URBANOS — FUNDURBANO/RS

O FUNDURBANO/RS, no exercício de 1977, teve grande impulso devido repasse de recursos provenientes do Fundo Nacional de Apoio ao Desenvolvimento Urbano — FNDU, relativos à cota-parte do Estado referente aos exercícios de 1976/1977, liberados em setembro, o que representou para o FUNDURBANO/RS, Cr\$ 116.223.239,00, os quais, segundo o Plano de Aplicação aprovado pelo Conselho Diretor tiveram a seguinte destinação:

##### a) Projetos de interesse da Região Metropolitana

— Cia. Carris Porto-Alegrense .....	27.000.000,00
— Área Industrial de Gravataí .....	13.000.000,00
— Desapropriação da Fazenda Guajuviras .....	17.500.000,00
— Aquisição de Equipamentos Anti-Poluição.....	1.527.905,00
— Implantação de Ciclovias, em Campo Bom .....	1.000.000,00
— Implantação da Perimetral Norte, em Campo Bom .....	1.583.715,00
— Pavimentação de Vias Urbanas em Canoas .....	2.000.000,00
b) Construção de Estradas pelo DAER .....	23.310.769,00
c) Projeto de Desenvolvimento Urbano em 96 Municípios .....	29.300.850,00
	<u>116.223.239,00</u>

Além dos recursos provenientes do FNDU, o FUNDURBANO/RS, no exercício de 1977, repassou a 15 municípios integrantes da Associação dos Municípios da Zona Sul do Estado — AZONA-SUL, Cr\$ 1.000.000,00, provenientes do FDPI, conforme convênio firmado entre a União, o Estado e aqueles municípios em 1975. Igualmente, com recursos do Fundo, foram entregues ao mencionados municípios, a título de financiamento, Cr\$ 2.000.000,00, sendo concedidos empréstimos, nos montantes de Cr\$ 6.300.000,00, aos Municípios da Associação Alto-Jacuí e Cr\$ 600.000,00 ao município de Campo Bom, encontrando-se em estudo final a concessão de financiamentos aos Municípios da Região do Alto Uruguai e outros, totalizando mais de Cr\$ 8.000.000,00.

#### 4.1.9 — PROJETOS ESPECIAIS

A Supervisão de Orçamento elaborou, no decorrer do exercício de 1977, também os programas de aplicação dos seguintes projetos especiais pelo Governo Federal a Fundo Perdido:

— Distribuição de Energia Elétrica .....	200.000.000,00
— FUNGAPEM .....	20.000.000,00
— Desapropriação no Pólo Petroquímico .....	40.000.000,00
— Pesca Confinada .....	5.000.000,00
— Convênio de Cooperação Técnica SAREM/SCP .....	3.500.000,00
— Auxílio para repasse a Municípios .....	25.000.000,00

Este último representou a concessão de 243 auxílios distribuídos nas seguintes funções de Governo:

— Energia e Recursos Minerais (Eletificação Rural) .....	5.000.000,00
— Comunicações (Telefonia Rural) .....	2.000.000,00
— Transportes (Estradas e Pontes) .....	10.000.000,00
— Educação e Cultura .....	8.000.000,00

#### 4.2 — RECURSOS HUMANOS

A difícil tarefa de preparar e desenvolver Recursos Humanos que respondam aos indicadores de aceleração e crescimento empresariais, sem descuidar das metas prioritárias do Governo, exige da Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos, como instrumento deste mesmo processo, uma visão a curto, médio e longo prazo. Esta tarefa define a bipolaridade de atuação da Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos, comprometida, de um lado, com a execução de seus programas de Treinamento e, de outro lado, com o pioneirismo, abrindo caminhos e respondendo pelo apoio a todo um programa que visa à promoção do homem como o melhor e mais rentável recurso, capaz de agilizar, por si só, o desenvolvimento.

Comprometida com o Treinamento, com a Assistência Organizacional, com Pesquisas e Desenvolvimento colocados à disposição da empresa nacional, pública ou privada, e como pólo nacional de Desenvolvimento de Executivos de Agroindústrias, a FDRH estende sua atuação até a empresa rural. Na formação de especialistas do setor petroquímico, efetuou o I Encontro de Executivos do Setor Petroquímico, colhendo subsídios para o I Curso de Gerente Petroquímico e

o I Encontro Regional de Fabricantes de Equipamentos para o Setor Petroquímico, atividades que irão embasar sua estratégia de preparação de recursos humanos para III Pólo Petroquímico no Estado.

O modelo de atuação que vem utilizando, prevê um sistema de avaliação "in processo" e final, cujos dados alimentam a produção de material instrucional, fornecendo subsídios para a realimentação de atividades, e através do trabalho já realizado, desenvolver trabalhos que corresponderam às necessidades das empresas organizacionais em geral e à formação de "know-how" genuíno nas áreas onde atua.

Em termos de Programas de Treinamento, a FDRH vem dando cobertura a três segmentos básicos: Administração Pública, Administração de Empresas e Área Educacional.

No exercício de 1977, tendo em vista as metas pré-estabelecidas e atendendo a forma matricial adotada, iniciou a organização de um banco de dados e partiu, também, em busca de outras fontes de recursos, além das tradicionais, através de projetos encaminhados à EMBRAPA (Diagnóstico do Processo de Comercialização de Produtos Horti-fruti-granjeiros) e os apresentados ao Serviço Nacional de Formação Profissional Rural — SENAR (Análise Ocupacional do Empresário Rural, Análise Ocupacional do Produtor de Soja e a CBR para o Empresário Rural). Estas atividades irão determinar trabalhos em campos até então novos para o órgão, que também desenvolveu trabalhos junto à Fundação para o Desenvolvimento Administrativo de São Paulo — FUNDAP, onde foram realizadas duas atividades: o Perfil do Administrador Rural e o Seminário de Identificação de Necessidades, tendo como área-problema o Administrador Rural.

Em 1977 houve constante participação de técnicos em Seminários e outros tipos de encontros, nos Estados e no País, ora proferindo palestras sobre conteúdos específicos, ora relatando as estratégias e experiências da FDRH, bem como várias inovações introduzidas nas atividades de treinamento desenvolvidas, tais como os Cursos Instrumentados oferecidos ao setor empresarial, que dispensam a presença de especialista apoiados em instrumentos testados e elaborados previamente, evitando o deslocamento do grupo a ser treinado.

#### 4.3 — ESTUDOS, ANÁLISES E PESQUISAS

##### 4.3.1 — FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA

A FEE executa estudos, pesquisas e análises da economia do Estado e elabora estatísticas, caracterizando-se como órgão de apoio operacional ao planejamento estadual. Tem como finalidades básicas a prestação de serviços e a realização de pesquisas de interesse dos setores econômicos e dos consumidores, com base nos quais são intensificadas e propostas alternativas globais e setoriais de desenvolvimento econômico e social do Estado.

Nessa linha, vem desenvolvendo estudos sobre o comportamento da economia gaúcha e, dos trabalhos publicados, constam "Uma Visão Global da Economia do Estado" (volume 1). Quanto à "Análise da Indústria de Transformação do RGS" (volume 4) da série "25 Anos de Economia Gaúcha", foi realizada neste ano a discussão, revisão e acompanhamento editorial. Encontram-se em andamento estudos acerca do setor terciário, setor primário e setor público, os quais farão parte dessa mesma série.

Ainda na área de estudos e pesquisas da Fundação, está em andamento a conclusão do estudo especial "A função Produtora de Matérias-Primas da Agricultura no RS" e a redação da versão final do trabalho "Estudo da Indústria Extrativa Mineral", assim como em andamento "Estudo da Situação Financeira do Estado na Última Década", que irá servir de subsídio para um estudo da Reforma Tributária.

Outra finalidade básica da Fundação, a estruturação e operação do Sistema de Contas Regionais, vêm sendo desenvolvida na elaboração de três contas a nível regional: Conta da Produção, Conta-Corrente do Governo e Conta das Transações com o Exterior. Na Conta da Produção, foram concluídas as tarefas relativas à metodologia do agregado Fruticultura, bem como a atualização dos dados de Lavoura e Fruticultura até o ano de 1973, compreendendo informações acerca da área plantada, produção colhida e valor de produção, a nível de Estado e das suas 24 microrregiões. Quanto à Conta-Corrente do Governo, já foi concluído levantamento de despesa e receita dos municípios do RGS referente a 1975, completando a série com início em 1947 e, na Conta das Transações com o Exterior, as tarefas consistiram na construção de deflator para as exportações do RS, no cálculo das taxas de crescimento (por categorias, setor e gênero de mercado) e no cálculo e montagem das participações relativas, com vistas ao trabalho de análise das exportações para o período 1960/1972. Em andamento, encontra-se a análise propriamente dita das exportações gaúchas no período citado.

Cabe ainda à Fundação de Economia e Estatística a realização de análises conjunturais da economia gaúcha, tendo em vista o preparo de Indicadores Econômicos e Sociais.

Outro campo de atuação da FEE se refere a sua co-participação na execução e controle de programas ou projetos dos Governos Federal, Estadual e Municipal. Atualmente, a nível de



governo estadual, coordena o "Plano de Desenvolvimento Integrado do Litoral Norte do RS (LINOR)", o Programa de Comercialização e Programas de Agro-Indústria.

Para a realização de todas essas tarefas, conta a Fundação com uma área voltada à coleta, processamento, classificação e avaliação de dados estatísticos, a servirem de suporte aos trabalhos técnicos produzidos pela entidade, inclusive com o uso de processamento eletrônico de grande massa de dados, para a realização de análises, programação e emissão de relatórios.

Com a finalidade de fornecer instrumental estatístico adequado às unidades componentes da FEE e aos trabalhos do SEITE, conta ainda a entidade com uma área encarregada de testar a fidedignidade de dados estatísticos, elaborar estimativas, projeções, índices e gráficos, bem como desenvolver metodologia de processamento eletrônico no campo da estatística.

#### 4.3.2 – FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA NO RS – FAPERGS

A FAPERGS, procurando atender sua finalidade primeira, de dar apoio e incentivar a pesquisa científica no Estado, vem atuando de forma a custear total ou parcialmente projetos de pesquisas individuais ou institucionais, oficiais ou particulares, julgadas aconselháveis por seus órgãos competentes. Promove, para isso, periodicamente, estudos sobre o estado geral da pesquisa no Rio Grande do Sul e no Brasil, identificando os campos que devam receber prioridades de apoio, na busca do progresso da ciência em benefício geral da humanidade.

A FAPERGS oferece diferentes tipos de auxílios e bolsas a pesquisadores do Rio Grande do Sul, vinculados a instituições de Ensino e Pesquisa do Estado, mediante a apresentação de Projetos de Pesquisas cujo tema seja de real interesse para a Ciência e Tecnologia.

No período de 1977, a FAPERGS atuou de uma forma mais intensa nas áreas de Agronomia, dispendendo Cr\$ 557.638,43 – 24,4% dos recursos disponíveis; na área de Biologia, Cr\$ 419.385,00 – 18,41% Veterinária e Zootecnia, Cr\$ 319.914,40 – 14,5%; Geologia, Cr\$ 285.456,90 – 12,5%.

Embora com menor participação, a Fundação não se descuidou de outros setores indispensáveis ao desenvolvimento econômico-social, como Economia, Antropologia, Física, Geografia, Geologia, Medicina e outros.

No decorrer deste exercício foram assinados, ainda, contratos de pesquisa com a Ciba Geigy, S.A., no valor de Cr\$ 75.000,00; com a Companhia Rio-Grandense de Adubos de Cr\$ 107.250,00, e com a Secretaria da Saúde, num montante de Cr\$ 70.800,00.

Dentro de sua atuação, em 1977, a Fundação realizou convênio com diversos órgãos Estaduais (Secretaria da Agricultura, Secretaria de Coordenação e Planejamento); Fundações (Fundação de Economia e Estatística, Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos, Fundação Zoobotânica, Fundação de Integração, Desenvolvimento e Educação do Noroeste do Estado, Fundação Universidade do Rio Grande) e com órgãos particulares (Pontifícia Universidade Católica, Instituto de Cardiologia, Instituto de Pesquisas Marítimas, Fluviais e Lacustres).

INSTITUIÇÃO: FAPERGS  
ANO: 1977

#### RELAÇÃO DOS AUXÍLIOS

(AUXÍLIOS PARA PROJETOS DE PESQUISA)

TIPO CANTO DA PESQUISA	VALOR Nº	PROJETO DE PESQUISA		CONP. CONC. URSO REAP. E SIMP.		FON. CONC. URSO REAP. E SIMP.		CONTR. PROF. NAC. E ESTRANG.		PUBLICAÇÕES		TOTAL	%
		Nº	VALOR	Nº	VALOR	Nº	VALOR	Nº	VALOR	Nº	VALOR		
ADM./ECONOMIA	1	31.055,00	4	49.382,00	-	-	-	-	1	23.275,00	6	83.712,00	3,68
AGRONOMIA	13	516.336,43	5	41.302,00	-	-	-	-	-	-	18	557.638,43	24,48
ANTROPOLOGIA	3	66.688,00	-	-	-	-	-	-	-	-	3	66.688,00	2,93
BIOLOGIA	13	386.603,00	2	15.282,00	1	17.500,00	-	-	-	-	16	419.385,00	18,41
COMPUTAÇÃO	-	-	3	34.480,00	-	-	-	-	-	-	3	34.480,00	1,52
EDUCAÇÃO HUMANA	4	105.000,00	1	1.000,00	1	19.000,00	1	25.000,00	-	-	7	150.000,00	6,58
INGENIARIA/TECN.	6	148.394,00	2	7.718,00	-	-	-	-	-	-	8	156.112,00	6,86
ESTATÍSTICA	-	-	1	15.000,00	-	-	-	-	-	-	1	15.000,00	0,66
FÍSICA	-	-	1	8.190,00	-	-	-	-	-	-	1	8.190,00	0,36
GEOGRAFIA	1	8.000,00	-	-	-	-	-	-	-	-	1	8.000,00	0,35
GEOLÓGIA	7	285.456,90	-	-	-	-	-	-	-	-	7	285.456,90	12,54
LETRAS	-	-	1	15.766,08	-	-	-	-	-	-	1	15.766,08	0,70
MEDICINA	1	12.960,00	5	33.758,40	-	-	-	-	-	-	6	46.718,40	2,06
ENTOMOLOGIA	1	39.570,10	-	-	-	-	-	-	-	-	1	39.570,10	1,74
PISCICULTURA	-	-	1	11.500,00	-	-	-	-	-	-	1	11.500,00	0,51
VETERIN./ZOOTECN.	8	311.408,40	1	8.506,00	-	-	-	-	-	-	9	319.914,40	14,05
PUB. INIC. FAPERGS	-	-	-	-	-	-	-	-	1	60.000,00	1	60.000,00	2,64
	58	1.891.471,91	27	241.884,48	2	36.500,00	1	25.000,00	2	83.275,00	90	2.278.131,41	100,00%

#### 4.4 — ADMINISTRAÇÃO DA POLÍTICA DE PESSOAL

A política de pessoal vem sendo conduzida pela Secretaria da Administração no sentido de intensificar o planejamento, a coordenação e o controle das atividades que, conforme proposição contida na Estratégia de Ação Governamental 1975/1978, objetivam a valorização, regularização, enquadramento e efetivação de servidores públicos.

O Poder Executivo vem, na medida dos recursos financeiros disponíveis, procurando realizar a fundo tal política, e, para tanto, no exercício de 1977, promoveu a institucionalização do Sistema de Pessoal, através do Decreto nº 25.999, de 03/10/1977, que induz a um tratamento sistêmico na coordenação dessas atividades. Buscando solucionar o problema dos servidores estabilizados por força de dispositivo constitucional e alocá-los em cargos compatíveis com as funções para as quais foram admitidos na Administração Direta ou Indireta, elaborou Projeto pelo qual se propõe a Administração a acabar com a marginalização existente, em termos de acesso ou promoção deste grupo funcional, possibilitando-lhe auferir vantagens similares às do pessoal permanente do Estado.

O Projeto/Cimor, em fase de implantação, tem por objetivo definir o nível de eficácia operacional atingida pela Comissão de Informática e Medicina Ocupacional, além de estabelecer mecanismos de permanente "feed-back" em relação aos elementos já readaptados.

#### 4.5 — SERVIÇOS GRÁFICOS

A Companhia Rio-Grandense de Artes Gráficas — CORAG, entidade vinculada à Secretaria de Administração, no exercício que transcorreu, imprimiu 211 edições do Diário Oficial, em uma tiragem de 910.164 exemplares, executando, ainda, outras modalidades de publicações de interesse da Administração do Estado. Na busca de melhores condições para a realização de sua atividade, ampliou e modernizou seu parque material e gráfico, aparelhando-se convenientemente para atender a presente demanda de impressos para os serviços públicos.

#### 4.6 — PROCESSAMENTO DE DADOS

A Companhia Estadual de Processamento de Dados — PROCERGS, com a subscrição de ações pelo Estado e a incorporação de reservas, teve, no período de 1977, seu capital aumentado para Cr\$ 60.000.000,00, valor que mostra o seu crescimento invulgar no curto período em que assumiu, no âmbito do Executivo, essa moderna técnica de apoio administrativo. No treinamento e formação de recursos humanos para essa área, realizou investimentos que representaram um acréscimo de 18,37% em relação ao ano anterior. Além disso, promoveu o desenvolvimento de novos sistemas e sua implantação.

Dentre eles destacam-se:

- o acompanhamento físico-financeiro, para a Secretaria de Coordenação e Planejamento;
- o processamento de guias informativas, para obtenção dos índices do ICM dos Municípios;
- um projeto para sistemas de administração financeira do BADESUL;
- sistema de controle orçamentário, para a Secretaria de Coordenação e Planejamento;
- sistema de Controle Médico-Hospitalar, para o Instituto de Previdência do Estado;
- sistema de Contabilidade Pública, para a Secretaria da Fazenda, com lançamentos orçamentários e extra-orçamentários;
- sistema de estudos experimentais agropecuários, para a Secretaria da Agricultura.

Nesse período verificou-se um acréscimo de 24,50% no faturamento da PROCERGS, sendo a participação no total de serviços prestados, de 49,4% para Administração Direta e de 50,6% para a Indireta.

#### 4.7 — PLANEJAMENTO REGIONAL E URBANO

##### 4.7.1 — SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO URBANO E ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL — SURBAM

A SURBAM, órgão da Secretaria do Interior, Desenvolvimento Regional e Obras Públicas, realizou atividades relacionadas com o planejamento regional e urbano, engenharia urbana e assistência técnica aos municípios do Estado do Rio Grande do Sul, com o propósito fundamental de acionar adequadamente recursos e racionalizar atividades, dentro dos parâmetros e prioridades governamentais.

Com esse objetivo, realizou diagnóstico sócio-econômico, para fundamentação do Plano de Desenvolvimento Urbano, em quatro municípios, beneficiando diretamente uma população de

47.902 habitantes. Fez a montagem de programas urbanísticos para cidades de médio porte, em treze centros urbanísticos, beneficiando 1.302.068 habitantes. Emitiu dezenas de pareceres sobre a criação do Fundo de Desenvolvimento Microrregional, sobre liberação de recursos, minutas de convênios e mudanças de área de jurisdição. Esteve presente, também a Secretaria, na programação de Planos Diretores de oito municípios, dando andamento aos de 21 municípios e estudando os Planos de mais 16 comunas rio-grandenses. Projetos setoriais, projetos de Engenharia Urbana e projetos paisagísticos, também beneficiaram a diversos municípios.

Prestou Assistência Técnica na realização de reformas administrativas em cerca de 50 municípios, bem como em concursos públicos, planos de carreira, propiciando, ademais, a implantação de Sistemas de Contabilidade em 20 municípios, e elaborando o mesmo para outros 19 que os solicitaram, como providência essencial a uma moderna administração.

#### **4.7.2 — COMPANHIA ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E OBRAS — CEDRO**

Convênio entre a Secretaria do Interior, Desenvolvimento Regional e Obras Públicas (SDO) e a Companhia Estadual de Desenvolvimento Regional e Obras (CEDRO), atribui a esta a execução das obras e eletrificação públicas. Assim, a CEDRO desenvolve suas atividades diretamente ou através de empreiteiras, exercendo um papel de agente fiscalizador e administrativo das obras que estão sendo executadas.

Destacam-se, em 1977, as realizações seguintes, pela CEDRO:

- prosseguimento das obras do Centro Administrativo do Estado;
- conclusão da subestação agrônômica de Nova Prata;
- construção e ampliação de dois prédios em Santa Cruz e Passo Fundo;
- construção de quatro Escolas-Fundamentais-Padrão em Alvorada, São Leopoldo, Viamão e Cachoeirinha, com área de 3.167m<sup>2</sup>, e investimento de Cr\$ 6.669.000,00;
- fiscalização de obras incluídas em onze Unidades de Ensino, nos municípios de Viamão, General Câmara, Novo Hamburgo, São Jerônimo (dois), Sapucaia do Sul, Santo Ângelo, São Borja, Alegrete, Bagé, Pelotas, Ijuí e Santa Rosa;
- fiscalização de obras referentes a Escolas Rurais, em oitenta e oito municípios, num total de 9.592m<sup>2</sup> de área construída.

#### **4.8 — RACIONALIZAÇÃO DO USO DE VEÍCULOS**

A frota de veículos oficiais do Estado, que, em 1976, entre Administração Direta e Indireta, era de 4.838 veículos, baixou, em seu conjunto, em 1977, para 4.448 veículos, havendo sido alienadas 467 unidades e adquiridas 77 novas.

A política adotada no sentido da racionalização do uso de veículos oficiais, objetivando inclusive a uma diminuição no consumo do combustível — que, de 1974 até 1977, sofreu um aumento de preço da ordem de 247% — obteve resultado satisfatório. Consoante dados provindos do abastecimento feito pela SUTERGS aos veículos da Administração Direta, estes, em 1975, consumiram 1.021.367 litros de combustível, consumo que baixou, em 1976, para 832.124 litros, e, em 1977, para 640.492 litros, o que corresponde a uma redução de 37%, em dois anos, sobre o consumo global.

#### **4.9 — GESTÃO FINANCEIRA**

Operando sob a ótica sistêmica, a partir da definição organizacional estabelecida pelos Decretos n<sup>os</sup> 23.979 e 23.980, ambos de 15.08.75, a Pasta Fazendária exerce suas atividades dentro do seguinte feixe de macro-funções: Administração Tributária, inclusive Estímulos Fiscais, Administração Financeira e da Dívida Pública, Administração do Patrimônio e do Material, Contabilidade e Auditoria.

##### **4.9.1 — ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA**

A metassíntese de que o contribuinte é, por excelência, um cliente da Administração, foi mantida, e a Coordenadoria Geral do ICM, com esse objetivo, prosseguiu a implementação de uma série de programas, em que a "idéia-força" é o aumento da espontaneidade no pagamento do tributo, sem o descuido com a ativação de técnicas de ação fiscal repressiva. Portanto, medidas de ordem administrativa foram acionadas, entre as quais o preenchimento, através de concurso público, de 97 vagas, no quadro da Fiscalização do ICM, e a estruturação de uma equipe de investigação de fraudes tributárias.

Buscando dar imediata liquidez aos autos de lançamento — peça fiscal que consubstancia o crédito tributário —, implantou-se sistema que envolveu o Banco do Estado do Rio Grande do Sul, como interveniente, no processo de cobrança, trazendo com inegável vantagem a possibilidade de, se necessário, valer-se o contribuinte de financiamento para solver os créditos tributários objeto de exigência legal.

#### 4.9.2 — ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E DA DÍVIDA PÚBLICA

Nessa área a Diretoria Geral do Tesouro, manteve e aperfeiçou a dinâmica operacional, dando ênfase ao cumprimento do calendário de pagamento de pessoal — compromisso fundamental mantido e obedecido — sem descuidar a compatibilização da receita arrecadada com a despesa realizada.

A administração da Dívida Pública, evidenciada no quadro a seguir, demonstra a posição da Dívida Fundada Interna e Externa, no exercício que findou:

##### I — Dívida Fundada Interna:

Em títulos.....	3.325.292.621,04
Por contratos.....	<u>1.213.236.417,94</u>
	4.538.531.038,98

##### II — Dívida Fundada Externa:

Em títulos.....	2.713.040,64
Por contratos.....	<u>779.769.213,75</u>
	773.502.254,39

T O T A L ..... 5.312.033.293,37

#### Execução Orçamentária

##### I — Orçamento — Lei nº 7029 de 3.12.76

Receita.....	14.396.478.000,00
Despesa.....	14.396.478.000,00

##### II — Classificação segundo as categorias econômicas:

Receitas Correntes.....	11.919.545.593,57
Receitas de Capital.....	<u>2.053.338.063,66</u>

T O T A L ..... 13.972.883.677,23

Despesas Correntes..... 11.846.574.776,49

Despesas de Capital..... 3.487.228.169,99

T O T A L ..... 15.333.802.946,48

#### 4.9.3 — CONTABILIDADE E AUDITORIA

O controle interno da administração econômico-financeira, assessoramento técnico e relevação contábil do complexo administrativo estadual, realizado pela Contadoria e Auditoria Geral do Estado, fiscalizou, orientou, coordenou e centralizou os serviços concernentes à área contábil assim como a escrituração relativa aos órgãos da Administração Centralizada do Estado que, de qualquer modo, arrecadem receitas ou realizem despesas, administrem ou guardem bens. Auditou as Fundações das quais o Estado faz parte e estendeu seu esquema de auditoria sobre dez sociedades de economia mista, procedendo ainda o levantamento do Balanço Geral da Administração Direta, relativamente ao exercício de 1977.

#### 4.9.4 — ESTÍMULOS FISCAIS

A concessão de estímulos fiscais, quer os oriundos da exportação de industrializados, quer os destinados ao mercado interno, manteve sua importância no elenco das medidas de ordem governamental, asseguratórias de melhores condições de competitividade para os manufaturados destinados ao exterior e de desoneração tributária de outros essenciais.

A exportação de produtos industrializados, de janeiro a novembro de 1977, atingiu a Cr\$ 21.769.652.763,00, sendo que os estímulos às exportações perfizeram Cr\$ 327.021.191,61.

De outro lado, merecem destaques convênios firmados no decorrer do exercício, com os seguintes:

— Convênio N° 10/77, versando sobre modificação na sistemática de cálculo do ICM nas operações envolvendo trigo de total sorte que os Estados produtores sejam melhor aquinhoados;

— Convênio n° 36/77, consolidando o tratamento tributário vigente para gado e carnes em geral;

— Convênio n° 40/77, complementando a imputação de créditos fiscais do ICM oriundos da exportação de industrializados, à guisa de crédito do IPI.

#### 4.9.5 — ICM ARRECADADO NO RIO GRANDE DO SUL

Pelo quadro a seguir, verifica-se o crescimento do principal imposto do elenco tributário estadual, de 1976 para 1977, ou seja, em termos nominais (correntes) em 59,91%, o que equivale, em crescimento real (avaliado pelo índice de disponibilidade interna), em 12,3%, incluídas no mesmo as transferências feitas pelo Governo Federal, como indenização por incentivos conforme convênios em vigor.

#### ICM ARRECADADO NO RIO GRANDE DO SUL

(a preços correntes)

Em Cr\$ 1.000,00

Anos Meses	1973	1974	1975	1976	1977
JAN	198.523	249.293	448.700	601.363	811.149
FEV	166.111	226.603	343.921	475.591	655.830
MAR	158.753	241.598	335.430	426.870	623.340
ABR	171.418	257.913	350.610	461.971	669.591
MAY	195.622	264.740	370.262	469.713	784.142
JUN	250.527	263.908	441.677	536.750	1.010.717
JUL	215.119	300.682	421.578	645.926	876.013
AGO	258.667	356.734	456.088	589.156	960.708
SET	244.970	339.729	511.992	594.339	1.279.569
OUT	245.911	312.643	463.710	576.385	976.502
NOV	223.756	350.166	434.780	590.995	934.135
DEZ	289.617	330.069	432.469	612.226	942.735
TOTAL	2.618.994	3.494.078	5.011.217	6.581.285	10.524.438
MÉDIA	218.250	291.173	417.601	548.440	877.036

Fonte: Contadoria Geral do Estado

#### 4.10 — SERVIÇOS BANCÁRIOS E FINANCEIROS

##### 4.10.1 — BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A. — BANRISUL

A dimensão do capital social do Banco está traduzida no quadro abaixo:

DATA	CAPITAL Em Cr\$	RESERVAS Em Cr\$	CAPITAL + RESERVAS Em Cr\$
31.12.75	187.500.000	229.662.623	417.162.623
31.12.76	253.125.000	371.279.326	624.404.326
31.12.77	354.300.000	755.700.000	1.100.000.000

**Depósitos:** Em atenção a sua importância no contexto das contas patrimoniais e sua índole de fonte principal de recursos para aplicação, redobram-se esforços na captação. Em que pese as severas medidas do Governo Federal, restringindo a expansão dos meios de pagamento, a rubrica apresenta significativo incremento: em 31.12.76 Cr\$ 3.230.658.000,00; em 31.12.77 —

**Empréstimos:** O exercício de 1977, a exemplo do anterior, teve como nota predominante o combate sistemático à inflação. A estratégia governamental obrigou a que o Banco utilizasse outras fontes alternativas, especialmente o desenvolvimento de linhas de crédito especializado.

Cotejando-se 1976 com 1977, temos um crescimento significativo da rubrica, traduzido nos seguintes dados:

31.12.76 — Cr\$ 6.860.646.000,00  
31.12.77 — Cr\$ 11.700.000.000,00

**Resultados Financeiros:** A gestão eficiente nos negócios do Banco refletiu-se no réditto positivo alcançado. O resultado líquido apurado em 31.12.76 perfaz Cr\$ 251.053.920,00; ao passo que em 31.12.77 o balanço acusa Cr\$ 507.200.000,00. O valor patrimonial da ação, que em dezembro de 1976 era de Cr\$ 2,46, passou, em 31.12.77, para Cr\$ 3,13.

**Expansão da rede:** Constituindo-se a presença do Banco do Estado, em todo o território sul-rio-grandense, meta prioritária, foram inauguradas 11 novas agências.

#### 4.10.2 — CAIXA ECONÔMICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

A Caixa Econômica Estadual assegurou, durante 1977, plena continuidade a seus programas de empréstimos simples, habitacionais, rurais e o primeiro programa de empréstimos escolares, cumprido destarte aqueles objetivos de apoio a todas as camadas sociais de nossa população, atuando diretamente em crescente número de comunas riograndenses.

Administradora que é da tradicional Loteria do Estado, propicia, através da arrecadação desta, a distribuição de auxílio substancial a casas de misericórdia, hospitais de caridade e a entidades dedicadas ao desporto amador assegurando continuidade aos objetivos de elevado alcance social dessas entidades.

### D E P Ô S I T O S

C O N T A	1 9 7 6	1 9 7 7	Δ %
Populares	595.421,63	730.084,09	22,62
Sem Limites	73.786,17	105.922,56	43,55
Judiciais	47.862,04	86.233,63	80,17
Correção Monetária	2.053.404,18	3.236.010,88	57,59
Entidades Públicas	217.022,80	322.267,08	48,49
T O T A L	2.987.496,82	4.480.518,24	49,98

E M P R E S T I M O S

CONTA	1976 Saldo	1 9 7 7		Saldo	Δ %
		Aplicação	Retorno		
Particulares	1.165.366,58	2.718.533,19	2.295.393,38	1.588.506,39	38,31
Públicos	42.786,36	155.933,57	93.145,45	105.584,48	146,71
Rurais	195.414,77	184.603,21	162.535,14	217.482,84	11,29
Habitacionais	1.751.294,90	1.648.108,56	447.002,32	2.952.401,14	68,58
Imob. e Hipotec.	170.780,24	69.807,64	45.065,29	195.522,59	14,49
Conta-Corrente	42.265,54	999.453,44	972.217,82	69.501,16	64,44
Operações Especiais	239,03	12.288,51	24,98	12.502,56	5.130,54
Outros	68.531,47	93.466,02	37.487,85	144.509,64	63,23
<b>T O T A L</b>	<b>3.456.688,89</b>	<b>5.882.194,14</b>	<b>4.052.872,23</b>	<b>5.286.010,80</b>	<b>52,92</b>

R E S U L T A D O

ano semestre	1 9 7 6		1 9 7 7		Δ %
Primeiro	58.066,84		87.850,12		51,29%
Segundo	88.764,36		101.399,71		14,23%
<b>T O T A L</b>	<b>146.831,20</b>		<b>189.249,83</b>		<b>28,89%</b>

Nº de Agências: 85

Nº de Postos : 29

Total : 114

#### 4.11 — SECRETARIA DA JUSTIÇA

A Secretaria da Justiça, que tem a incumbência legal de gerir e encaminhar assuntos relacionados com o Poder Judiciário e seus servidores, bem como promover o relacionamento com as representações estrangeiras sediadas no Estado e no Brasil, no exercício que findou dispôs providências, juntamente com a Secretaria do Interior, Desenvolvimento Regional e Obras Públicas, de ordem administrativa e material, com vistas à aquisição, ampliação e melhoria de prédios para instalação de foros, relativos aos municípios de Erval do Sul, Júlio de Castilhos, Sant'Ana do Livramento, Santo Ângelo, Butiá.

No que pertine ao relacionamento com o corpo consular, foram recebidos e acompanhados, em visitas protocolares, os Embaixadores da República Federal da Alemanha, Canadá, Costa do Marfim, Gana, Gabão, Itália, Portugal, República do Senegal e União Soviética, além de outras autoridades civis e militares de representações estrangeiras.

##### 4.11.1 — REGISTRO COMERCIAL

A Junta Comercial que tem por finalidade a execução dos serviços de registro público das atividades econômicas, recebeu uma reestruturação administrativa e implementou um programa de treinamento de recursos humanos, para atender a criação de novos serviços, especialmente o relacionado com o cadastramento nacional de empresas.

#### 4.11.2 — ARQUIVO PÚBLICO

O Arquivo Público, no exercício que findou, procurou dinamizar e desenvolver com mais celeridade as informações e dados solicitados pelo público, referente às atividades de registro, cadastramento, micro-filmagens e outras, relacionadas com suas funções legais.

#### 4.11.3 — SERVIÇOS PENITENCIÁRIOS

A Superintendência dos Serviços Penitenciários — SUSEPE, órgão subordinado à Secretaria da Justiça, tem por objetivo assessorar a programação das atividades relacionadas com a administração penitenciária. Em 1977, realizou estudos e projetos referentes à repercussão do benefício natalino (indulto e comutabilidade), à classificação de presídios, bem como sobre a situação de Associações de Municípios no Contexto penitenciário.

Acionou, através de sua Escola do Serviço Penitenciário, que tem por objetivo a formação, especialização e aperfeiçoamento de servidores e candidatos a cargos e funções na administração penitenciária, cinco concursos e seis cursos de formação específica nessa área.

No que concerne ao atendimento educacional a SUSEPE realizou diversos cursos de alfabetização, proporcionando a preparação e prestação de exames supletivos, de 1º e 2º grau, a quase uma centena de reeducandos. Cursos de preparação de mão-de-obra também desenvolvidos, sendo que de 290 alunos matriculados, 218 receberam aprovação.

#### 4.12 — MINISTÉRIO PÚBLICO

A Procuradoria Geral da Justiça proporciona ao Ministério Público, órgão fiscal da execução da lei, o apoio técnico-administrativo indispensável ao desempenho correto das atribuições que lhe são concernentes, relacionadas com a representação junto ao Tribunal de Justiça do Estado e à Justiça Federal; no controle das Fundações instituídas pelo Estado; na intervenção obrigatória nas causas cíveis em que há interesse de incapazes e nas relativas ao estado da pessoa, pátrio poder, tutela, curatela, interdição, casamento, declaração de ausência e disposição da última vontade, assim como nos demais em que haja interesse público evidenciado pela natureza da lide ou pela qualidade da parte. Exerce, ainda, a Ação Penal Pública e promove sua execução, assim como aciona a ação penal perante a Justiça Militar do Estado, além de outras.

Para um melhor desempenho de suas atividades, o órgão, no período de 1977, organizou um fichário de jurisprudência e implantou um serviço de registro de decisões do Supremo Tribunal Federal nos Recursos Extraordinários do Rio Grande do Sul. A matéria legislativa, em pauta no Congresso Nacional, tem sido acompanhada, objetivando a formação de comissões para estudos dos projetos, tais como o do Código de Menores, o projeto que alterou o Código Penal, o Código de Processo Penal e a nova lei sobre o Divórcio.

#### 4.13 — ASSISTÊNCIA JURÍDICA

A Consultoria Geral do Estado, órgão integrante do Gabinete do Governador, tem a seu cargo a unificação da matéria jurídica no âmbito do Poder Executivo. Presta assistência e assessoramento, no campo do Direito, a órgãos integrantes da Administração Direta e Indireta do Estado, a Prefeituras e Câmaras Municipais, desenvolvendo, ainda, atividades concernentes à assistência judiciária aos necessitados no campo judicial e extra-judicial.

Incluem-se entre suas atribuições, a realização de processos administrativos disciplinares de servidores da Administração Pública, inclusive opinando, antes da decisão final, em processos administrativos contra servidores de administração direta e autárquica, quando houver pena de demissão, bem como a defesa de servidores processados por ato praticado em razão de suas atribuições.

Uma racional descentralização vem sendo realizada junto às atividades de assistência judiciária — importante tarefa social — propiciando ao necessitado a fruição desse serviço, que ajuizou 2.339 ações no setor cível e na área penal assumiu a defesa de 2.914 réus, atendendo, no setor de triagem, a 30.969 pessoas. A segurança e maior celeridade nas decisões administrativas, obtida pela assistência jurídica permanente a autoridade e órgãos estaduais, no exercício que findou, foi outro desiderato pretendido pelo órgão jurídico do Estado afora o carreamento de recursos para os cofres públicos, através da defesa dos interesses do Estado em juízo.

Na busca do aperfeiçoamento dos seus recursos humanos, na atualização de seu quadro técnico, a Consultoria Geral promoveu Seminários e Palestras sobre matéria relacionada com Distritos Industriais, Execuções Fiscais, Desapropriações, Terras Devolutas, etc., sempre procurando dinamizar os instrumentos legais utilizados pela Administração Pública.



#### 4.14 — SEGURANÇA PÚBLICA

A segurança interna, as garantias individuais, a ordem pública, são funções indelegáveis e insitas ao Estado, que deve providenciar nos meios e instrumentos necessários a sua execução.

Considerando que a incidência criminal vem se acentuando, especialmente no que diz respeito à violência à pessoa, a Secretaria da Segurança Pública tem mobilizado recursos humanos e materiais, em permanente prevenção e combate à criminalidade na área específica de sua competência.

Com esse objetivo, os órgãos de segurança têm dado atenção permanente aos programas de reorganização e reequipamento das forças policiais, civis e militares, e vêm desenvolvendo esforços no sentido de oferecer, principalmente a nível preventivo, um apoio mais eficiente à população, o que é realizado pela Polícia Civil, com seu efetivo de 3.900 homens, com a colaboração ainda, da força militar.

No que diz respeito ao policiamento militar exercido pela Brigada Militar, também tem o Governo procurado imprimir maior operacionalidade à corporação, pelo aumento de qualificação de seu efetivo, a fim de que o atendimento a acidentes, policiamento a-pé e motorizado e outras incidências relacionadas com sua esfera de ação, possam ser cumpridas com um nível melhor de eficiência.

Durante o período de 1977, a Secretaria de Segurança Pública, que tem a supervisão da Polícia Civil e da Brigada Militar, realizou suas atividades objetivando sempre a prestação dos serviços de segurança interna no Estado, a proteção das garantias individuais, a ordem e tranquilidade pública, dando ainda, ampla colaboração à Justiça repressiva.

Na execução de suas atribuições firmou os seguintes convênios:

— com a Empresa Brasileira de Infra-estrutura Aeroportuária, para prestação de serviços de combate ao fogo no Aeroporto Internacional Salgado Filho;

— com a Prefeitura de Porto Alegre, objetivando a realização de serviços referentes à proteção contra incêndios;

— com a Prefeitura de Uruguaiana, para instalação de um serviço de Bombeiros naquela comuna;

— com a Prefeitura de Santa Vitória do Palmar, para a instalação, em prédio próprio, dos serviços policiais lá existentes;

— Termo Aditivo ao Convênio entre o Estado e o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), com vistas a um melhor desempenho nos serviços de proteção à caça.

No que tange às atividades-meio, cabe ressaltar os esforços realizados no sentido de distribuir os recursos disponíveis, de maneira a atender e minorar deficiências do sistema de comunicações da Pasta e da Polícia Civil, através da aquisição e distribuição de 136 transmissores/VHF.

No exercício que findou, foi criada a Divisão para o Menor, com vista à racionalização do atendimento e assistência ao menor infrator e a Assessoria para assuntos de drogas tóxicas desenvolveu intenso trabalho, atingindo 17.495 assistentes, através da realização de 98 palestras.

Na área de Planejamento Civil, cumpre que se destaque, outrossim, a criação da Circunscrição Regional de Trânsito, assim como de Postos do Instituto de Identificação nos municípios de Getúlio Vargas, São Borja, Barra do Ribeiro, Guaíba, São Francisco de Paula, São Pedro do Sul, Crissiumal, Estrela, Seberí, Canela, São Sepé, Gaurama e Porto Lucena. Foram expedidas 340.515 cédulas de identidade civil e realizadas 13.757 identificações criminais, sendo fornecidos 53.596 Atestados de Antecedentes e realizadas 21.657 perícias em geral.

Foram emplacados, em 1977, em Porto Alegre, 25.259 veículos, expedidas 122.568 (1.ª e 2.ª vias) Carteiras Nacionais de Habilitação e realizados 104.462 exames para habilitação de motoristas com 19,01% de reprovações (16.732).

No que se refere às atividades desenvolvidas pela BRIGADA MILITAR, — além daquelas de rotina, como a guarda de prédios públicos, serviços de bombeiros, policiamento ostensivo, urbano e rural, de trânsito, florestal, ferroviário, rodoviário, portuário, de rádio patrulha e de segurança externa de presídios —, foram acionadas medidas administrativas, buscando, dentro do possível complementar o apoio infra-estrutural indispensável às atividades-fim. Entre essas, a criação de Motomecanização (CSM/MM), a desativação do Comando de Policiamento do Interior (CPI), a criação do Comando de Policiamento de Área nº 4, com sede em Novo Hamburgo (CPA/4), a mudança da sede da CPA/1 de Bagé para Pelotas, a mudança da sede do 3º Grupamento de Incêndio (GI) de Pelotas para Rio Grande.

Vale salientar, ainda em fase de execução, as obras dos Quartéis de 1º BPM, pavilhão com 700m<sup>2</sup>, do Quartel do Corpo de Bombeiros, com dois pavimentos, do Grupo de Busca e Salvamento, com 712m<sup>2</sup>, do Pelotão de 6º BMP, com 206m<sup>2</sup> e o da sede da 6ª Cia. do 5º BPM, em Lageado, com 770m<sup>2</sup>.

Ao final, cumpre registrar a conquista de melhores padrões para o exercício profissional tanto da Polícia Civil como a da Militar, pela aprovação do novo Estatuto da Brigada Militar do Estado e da incorporação de diárias aos vencimentos dos policiais civis. Essas conquistas, atendendo a reivindicações antigas das classes policiais, contribuirão de modo relevante para a estabilidade e aperfeiçoamento da estrutura humana dos dois órgãos de segurança do Rio Grande do Sul.

#### 4.15 — CONSELHO DE IMPLANTAÇÃO DO PÓLO PETROQUÍMICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL — CONPETRO

O ano de 1977, para o CONPETRO, caracterizou-se pelo início efetivo das obras de implantação da infra-estrutura do Pólo Petroquímico do Sul, conforme o plano elaborado, embora tenha sido marcado, em termos financeiros, pela elaboração de projetos.

### SUBPROGRAMA DE RECURSOS HUMANOS

#### I — ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

1 — Previsão da Demanda de Mão-de-obra para o Pólo Petroquímico do Rio Grande do Sul.

a) Estimativa da necessidades de mão-de-obra:

- Construção Civil e Montagens Industriais
- Complexo Básico
- Unidades de Transformação
- Setor Terciário (Serviços)

b) Identificação da estrutura ocupacional e definição dos perfis ocupacionais.

2 — Estudo da Oferta e Demanda de Mão-de-Obra do Mercado de Trabalho do Rio Grande do Sul.

- a) Aspectos demográficos: projeção até o ano de 1981, da população residente na região abrangida pela Grande Porto Alegre, incluindo os municípios de Montenegro e Triunfo.
- b) Aspectos econômicos: estimativa da população em idade ativa (PIA) e da população ocupada (PO), de Porto Alegre, Região Metropolitana de Porto Alegre e Estado do Rio Grande do Sul.
- c) Aspectos sociais: educação e oportunidades de formação profissional existentes no Estado do Rio Grande do Sul.

Observação: Os aspectos demográficos econômicos foram contratados com consultor especializado pelo custo total de Cr\$ 37.000,00 (trinta e sete mil cruzeiros).

3 — Previsão de Necessidade de Formação Profissional.

4 — Convênios para a Formação e Desenvolvimento de Recursos Humanos para o Pólo.

a) Universidade Federal do Rio Grande do Sul/PETROBRÁS, para a formação de Engenheiros de Processamento Petroquímico.

— O 1º curso iniciou em agosto de 1977 e terminará em julho de 1978, quando começará o estágio em Plantas Petroquímicas.

— Custo Total do ano — Cr\$ 1.020.250,00

— Origem dos recursos: PETROBRÁS.

b) Ministério do trabalho/PETROBRÁS, visando à formação de mão-de-obra para a Construção Civil e Montagens Industriais.

Esta mão-de-obra será utilizada durante a instalação do Pólo e aproveitada posteriormente no Complexo Básico.

Este Convênio está sendo operacionalizado pelo CONPETRO, através de instituições gaúchas de formação profissional, como o SENAI/RS, a Fundação Gaúcha do Trabalho, a Escola Técnica Liberato Salzano Vieira da Cunha, a Escola Técnica Federal de Pelotas e empresas Riocell e Aços Finos Piratini.

— N° de alunos em formação: 713

— Término dos cursos: 20/12/77

— Valor do Convênio: Cr\$ 1.500.000,00

— Origem dos recursos: Ministério do Trabalho.

c) Ministério do Trabalho e Governo do Estado do Rio Grande do Sul.

Foi celebrado um termo de colaboração para a formação profissional de 34.431 trabalhadores destinados ao Pólo Petroquímico do Rio Grande do Sul, abrangendo as áreas de:

- Construção Civil
- Montagens Industriais
- Complexo Básico
- Unidades de Transformação
- Serviços (Setor Terciário).
- Valor do termo de colaboração: a ser fixado por ocasião dos convênios para execução.
- Origem dos recursos: Ministério do Trabalho.

d) Protocolo de Intenções.

Foi elaborado e remetido ao Ministério do Trabalho, Ministério de Educação e Cultura, Ministério de Minas e Energia e demais organismos e empresas interessadas, um Protocolo de Intenções, visando a criação, instalação e manutenção, no CONPETRO, do Sistema de Formação e Desenvolvimento de Recursos Humanos para o Pólo Petroquímico do RS.

e) Formação de Executivos - FDRH/CEAG/CEBRAE/PNTE.

A Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos - FDRH - órgão da Secretaria de Planejamento do Estado do Rio Grande do Sul, mantém convênio com CEAG/RS com recursos do CEBRAE/PNTE, para a realização de cursos de Gerência Petroquímica.

1º Curso: realizado de 7/11 a 9/12/77, com presença de 34 participantes.

- Custo do curso: Cr\$ 750.000,00

- Origem dos recursos: CEBRAE/PNTE e participantes.

## II - ATIVIDADES PROJETADAS PARA O PERÍODO 1978/81

### 1 - Cursos de Formação Profissional

a) Para Construção Civil, Montagem Industriais e Complexo Básico, de acordo com as seguintes metas:

Planilha de Metas

CATEGORIAS OCUPACIONAIS	1978	1979	1980	1981
Operadores .....	140	500	630	-
Instrumentistas .....	50	60	40	-
Técnicos em Instrumentação ..	5	20	20	5
Eletricistas .....	200	300	100	100
Mecânicos .....	200	200	150	100
Soldadores .....	300	400	150	100
Caldeireiros .....	250	250	200	100
Inspetores de Equipamento ..	-	45	-	-
Laboratoristas .....	-	-	120	100
Serralheiros .....	30	30	30	30
Punleiros - Isoladores ....	60	180	250	100
mestres de obras .....	105	280	200	100

  

CATEGORIAS OCUPACIONAIS	1978	1979	1980	1981
Pedreiros .....	450	450	200	100
Carpinteiros .....	210	350	150	100
Pintores .....	150	150	150	100
Armadores de ferro .....	150	150	150	100
Operadores de equipamento de obras .....	105	105	50	-
Engenheiros de processamen to petroquímico .....	45	15	-	-
Engenheiros mecânicos de manutenção de equipamento petroquímico .....	20	20	20	-

b) Para Unidades de Transformação e Serviços.  
Foram previstos os seguintes cursos para o ano de 1978:

CATEGORIAS OCUPACIONAIS	Nº DE ALUNOS
Qualificação em Ferramentaria e Projetos de Moldes .....	270
Qualificação em Preparação e Operação de Máquinas de Transformação de Plásticos (extrusoras, injetoras, impressoras, corte e solda) .....	300
Atendente Sanitário .....	200

c) Recursos Necessários.

Os recursos financeiros necessários para a realização dos cursos acima citados que serão recebidos do Ministério do Trabalho, são os seguintes:

Cr\$			
1 9 7 8	1 9 7 9	1 9 8 0	1 9 8 1
5.924.000	11.244.000	13.897.000	4.553.000

d) Bolsas de Estudos do Departamento Nacional do SENAI.

Para a formação de técnicos de instrumentação, o Departamento Nacional do SENAI, que mantém o Sistema de Cursos Técnicos Intensivos, oferecerá Bolsas de Estudos no Curso Técnico de Instrumentação da Escola SENAI de Santos (São Paulo), de acordo com o seguinte cronograma:

ANO	1 9 7 8		1 9 7 9		1 9 8 0		1 9 8 1	
	1º Semestre	2º Semestre	1º Semestre	2º Semestre	1º Semestre	2º Semestre	1º Semestre	2º Semestre
Nº ALUNOS	5	10	10	10	15	10	-	-
RECURSOS	500.000		1.650.000		3.000.000		2.700.000	

Nota: os alunos passarão um ano na escola e um ano em estágio nas empresas.

e) Formação de Engenheiros.

Através de convênios entre a Universidade Federal do Rio Grande do Sul e a PETROBRÁS, serão formados Engenheiros qualitativa e quantitativamente, como mostra o quadro a seguir:

C U R S O S	77/78	78/79	79/80	80/81
Processamento Petroquímico ...	25	20	15	-
Mecânico de Manutenção .....	-	20	20	20
Inspeção de Equipamento .....	-	20	20	20

Programação d e Recursos	1977	1978	1979	1980	1981
	1.020.250	4.448.290	7.827.357	8.878.397	4.479.080

f) Formação de Executivos.

Através de convênio que a Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos - FDRH, mantém com o CEAG/RS com recursos do CEBRAE/PNTE, serão realizados no período de 1978-1981:

1º - Cursos de Gerência Petroquímica.

2º - Seminários de interesse específico para Indústria Petroquímica, Fornecedores de Equipamento e Indústria de Transformação de Plásticos.

Programação d e Recursos	1977	1978	1979	1980	1981
	750.000	1.050.000	1.470.000	2.058.000	2.881.200

#### SUBPROGRAMA DE INFRA-ESTRUTURA SOCIAL

Com vistas a elaboração dos Planos Diretores seguintes:

- a) Área Industrial
- b) Expansão Urbana de Montenegro
- c) Cidade de Triunfo

foram, durante o ano de 1977, procedidos os seguintes trabalhos:

- levantamento de todo o material existente a respeito da área industrial nos diversos órgãos e entidades do Estado e Prefeituras, que deu origem ao fascículo "Informações Disponíveis sobre a Área do Pólo Petroquímico do Rio Grande do Sul";

- com base no projeto de localização do Complexo Básico do COPESUL, e de acordo com os condicionantes fisiográficos, foram definidos o sistema de vias que estruturam a área industrial e localizam as áreas de apoio e de serviços, bem como as reservas para conservação natural e reflorestamento;

- estudos Geológicos e Geotécnicos, para "Caracterização Física da Área de Influência do Pólo Petroquímico do Estado do Rio Grande do Sul". Estudo realizado por contrato com Consultor, por prazo de 56 dias em 26/5/77 ao custo de Cr\$ 58.200,00, já incluído nas Despesas de Custeio do Setor Administrativo;

- estudo com vistas a adoção de critérios para normatização ocupacional da área industrial e pré-dimensionamento das redes de infra-estrutura intitulado "Índices Industriais - Estimativa das demandas e gerações da área industrial do Pólo Petroquímico do Rio Grande do Sul".

Estudo realizado por contrato com Consultor, por prazo de 45 dias em 29/7/77, ao custo de Cr\$ 43.000,00 já incluído nas Despesas de Custeio do Setor Administrativo;

- foram utilizados na parte que correspondem ao nosso subprograma, estudos realizados por outros subprogramas, principalmente dos de Infra-Estrutura Física e de Proteção Ambiental;

- estudos Preliminares sobre as características fisiográficas da cidade de Montenegro e adjacências;

- levantamento da infra-estrutura, serviços e equipamentos urbanos da cidade de Montenegro com auxílio da Prefeitura Municipal;

— estudo sobre "Demografia e Equipamento Urbano decorrentes da Implantação do III Pólo Petroquímico".

Estudo realizado por contrato com Consultor por prazo de 120 dias, em 6/5/77, ao custo de Cr\$ 48.000,00, já incluído nas Despesas de Custeio do Setor Administrativo;

— o subprograma de Infra-Estrutura Física está incluindo em Edital de Concorrência, em elaboração, o Plano do Sistema Viário para a expansão urbana da cidade de Montenegro;

— em colaboração com a Prefeitura Municipal de Montenegro está sendo elaborado o anteprojeto de Lei do Plano Diretor Urbano e Lei de Loteamentos para aquele município;

— para o levantamento do Patrimônio Histórico e Arquitetônico da cidade de Triunfo, solicitado à SURBAN, foi por esta contratado o trabalho com a CEDRO — Companhia Estadual de Desenvolvimento Regional e Obras. Estudo em fase de conclusão.

#### Programação para 1978 — Recursos Estimados

— Projeto do Setor de Apoio e Serviços da Área Industrial (Sistema Viário) . . . . .	Cr\$ 900.000,00
— Projeto Final para Edificações no setor de Apoio e Serviços da Área Industrial . . . . .	Cr\$ 1.200.000,00
— Projeto de Sinalização Indicativa . . . . .	Cr\$ 200.000,00
— Acompanhamento e Supervisão da Implantação do Projeto CURA em Montenegro . . . . .	Cr\$ 600.000,00
— Acompanhamento e Supervisão da Implantação do Projeto CURA em Triunfo . . . . .	Cr\$ 600.000,00
TOTAL . . . . .	Cr\$ 3.500.000,00

#### SUBPROGRAMA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL

Embora tendo havido um atraso no início das atividades deste Programa, pelo seu ineditismo em nosso meio, foram superados esses problemas e conseguiu-se durante o ano de 1977 estabelecer, inicialmente, o plano geral de trabalho do subprograma, sob cuja base, colocaram-se em andamento os seguintes trabalhos:

— Interpretação dos Ecossistemas e de suas Interações na Área

O trabalho foi desenvolvido em duas etapas, como segue:

a) Desenvolvimento dos estudos quanto aos aspectos bióticos.

Contrato assinado em 13/4/77, com a Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul, pelo prazo de 12 meses e no valor de Cr\$ 3.500.000,00

b) Desenvolvimento dos estudos quanto aos aspectos abióticos.

Foi utilizado trabalho de Consultores realizado pelo subprograma de Infra-Estrutura Social e constante do seu relatório.

— Sistema de Controle e Tratamento dos Resíduos.

Elaborado os Termos de referência para Concorrência Pública e, publicados os Editais, com a participação de 14 empresas nacionais, consorciadas ou independentes. A Licitação se encontra em fase de cisões administrativas que permite antever, que os Estudos Técnicos Preliminares nela solicitados, tenham início em janeiro de 1978. Como esta solicitação prevê prazos de 6 meses para os Estudos Técnicos Preliminares 8 meses para estudos Técnicos Complementares e cinco anos para Assessoria Técnica Continuada, seus trabalhos se prolongarão até 1982/1983. Os recursos para financiamento deverão provir do FIPLAN.

— Sistema de Proteção Vegetal

Foram elaborados os Termos de Referência necessários à licitação e que estão dependendo apenas da decisão sobre a modalidade a ser adotada, considerando requerer-se, para sua execução, de rara especialização, pois prevê todo um estudo de sistemas vegetais para fins de:

- Contenção física da área
- Dispersão
- Reconstituição da flora nativa da área
- Urbanização da área

São previstos recursos do PRODEPO, no valor de Cr\$ 3.000.000,00 para estes estudos.

— Sistema Sanitário

Estes estudos estão afetos à Secretaria da Saúde e visam um levantamento das condições sanitárias da área de influência do Pólo, com diagnóstico da situação atual e elaboração de um programa estratégico visando preservar a área de endemias e/ou epidemias.

— Laboratório de Controle Ambiental

O Subprograma de Proteção Ambiental está integrado ao projeto do CONPETRO de criação de um Centro de Pesquisas e um Laboratório de Controle Ambiental, com vistas não só ao desenvolvimento de pesquisas ligadas ao controle da poluição, como também ao treinamento e capacitação de pessoal. Este projeto está sendo tratado no subprograma de Infra-Estrutura Física com maiores detalhes.

Programação Financeira para os Anos de 1978/1982

1978

— Conclusão do projeto de interpretação dos ecossistemas .....	Cr\$ 1.660.000,00
— Projeto do Sistema de Proteção Vegetal .....	Cr\$ 3.000.000,00
— Projeto de Sanitarismo (Estimativa) .....	Cr\$ 1.500.000,00
— Projeto de Controle de Resíduos .....	Cr\$ 34.000.000,00
TOTAL .....	Cr\$ 40.160.000,00

Com referência aos anos de 1979 até 1982, embora não se possa fazer uma previsão ajustada, ano a ano, pode-se estabelecer as previsões que, naturalmente, poderão sofrer variações por influência fora do controle e que, somente se poderão concretizar após um acompanhamento adequado dos resultados obtidos.

São as seguintes as previsões:

— Verificação das interações dos ecossistemas após a implantação da infra-estrutura e montagens industriais .....	Cr\$ 52.800.000,00
— Continuação do projeto de Controle de Resíduos .....	Cr\$ 16.000.000,00
— Reconstituição, modificação das Cortinas de Contenção ou Dispersão de Correntes Aéreas e da Vegetação Nativa .....	Cr\$ 28.100.000,00
— Manutenção do programa Sanitário .....	Cr\$ 48.000.000,00
TOTAL .....	Cr\$ 144.900.000,00

## SUBPROGRAMA V — UNIDADES DE TRANSFORMAÇÃO

### 1 — Estudo Setorial e Identificação de Oportunidades de Investimento nos Setores de Transformação de Plásticos e Elastômeros da Região Sul.

#### a) Seleção e Contratação de Empresa Consultora.

Em colaboração com técnicos do BRDE, o subprograma Unidades de Transformação participou da seleção de empresa consultora para realização do estudo em tela.

Foi selecionada e contratada a 12/5/77, a empresa ESPIN Consultoria e Assessoria Ltda., tendo o valor do contrato atingido a cifra de Cr\$ 6.979.924,00 e pelo prazo de 215 dias.

Este estudo, a ser concluído nos primeiros meses do próximo ano, deverá identificar diretrizes de política econômica adequada ao Estado, de forma a permitir o atingimento do objetivo de maximização da transformação das matérias-primas provenientes do Complexo Petroquímico na Região Sul e/ou no Estado.

#### b) Acompanhamento e Controle do Estudo.

Conforme estabelecido em contrato, tem o Subprograma desenvolvido atividade de acompanhamento e controle dos trabalhos da Consultora, através de reuniões de andamento e contatos para esclarecimentos sobre o Estudo.

#### c) Andamento do Estudo.

Conforme o cronograma previsto, foi efetivada a análise do panorama nacional da indústria de transformação de Plástico e Elastômeros, a análise da estrutura atual dos setores na Região Sul e a identificação preliminar das oportunidades de investimentos.

A análise dos setores a nível da Região Sul foi efetivada através de pesquisa de campo, tendo sido visitadas todas as empresas existentes, cerca de 280 unidades.

Foram já identificadas como viáveis, oportunidades de investimentos capazes de consumir cerca de 50.000 toneladas anuais de plásticos e 2.500 t/ano de elastômeros diversos.

## 2 — Estimativas da Geração de ICM pelo Complexo Petroquímico e Indústrias de Transformação.

Com vistas a subsidiar os demais Subprogramas do CONPETRO, realizou o Subprograma o estudo em epígrafe, avaliando a formação de Recursos Públicos, via ICM, quando da plena operação do Complexo Petroquímico e admitindo - se hipóteses viáveis para o setor de transformação de plásticos.

## 3 — Reavaliação das Perspectivas da Indústria de Transformação de Plásticos da Região Sul.

A fim de subsidiar o Subprograma de Infra-Estrutura Física e orientar outros estudos realizados pelo CONPETRO, o Subprograma realizou o trabalho em tela numa tentativa de aprimoramento de realização feita em ano anterior.

## 4 — Outras Atividades.

a) Concluído o trabalho de levantamento sobre Processos de Transformação de Plásticos, realizado para sistematizar informações disponíveis em fontes diversas, proporcionar melhor acompanhamento do estudo sobre o setor que está sendo já realizado e orientar investidores interessados.

Este trabalho descreve de forma detalhada todos os processos de transformação de termoplásticos existentes no mundo, suas aplicações principais e as condições ideais de processamento:

b) Encontra-se em andamento, sob coordenação do Subprograma, a realização de um "portofólio" informativo da situação atual do Complexo Petroquímico e o papel desempenhado pelo CONPETRO na sua concretização.

No prelo, tal informativo deverá atender a demanda de informações sobre o Pólo Gaúcho, além de estimular o interesse de empresários em investir no Estado em atividades relacionadas com o setor petroquímico.

c) Também em fase de conclusão, encontra-se estudo sobre o efeito da implantação do Complexo Petroquímico sobre as finanças públicas dos municípios de Montenegro e Triunfo, que balizará os trabalhos a serem efetivados naquelas áreas municipais.

## II — ATIVIDADES A DESENVOLVER NOS PRÓXIMOS ANOS

### 1 — Medidas de Implementação e Adequação do Parque Transformador.

A partir dos resultados do estudo sobre a transformação de Plásticos e Elastômeros, deverá o Estado, em 1978 e anos subsequentes, tratar da execução das medidas de política identificadas capazes de propiciar o aumento do consumo de tais produtos por parte das indústrias locais.

Dever-se-á contar com a colaboração das diversas instituições do Governo Gaúcho (BRDE, BADESUL, SIC e outras) do Governo Federal (CDI, principalmente) e dos produtores de matérias-primas que se instalarão no Complexo Petroquímico, condição "sine qua non" para que o programa possa ser implantado.

Prevê-se um custo aproximado de Cr\$ 6.200.000,00.

### 2 — Identificação de Oportunidades de Investimentos no Setor Petroquímico Insumidoras de Aromáticos.

Face à necessidade de complementar a implantação do Complexo Petroquímico, deverá o Subprograma desenvolver estudo que vise a identificação e análise da viabilidade de novas plantas petroquímicas insumidoras de aromáticos, que de início, não estão previstas para o Complexo.

Tal estudo deverá desenvolver-se no próximo ano, devendo contar, para sua realização, com recursos da ordem de Cr\$ 4,5 milhões, podendo abranger também a linha de detergentes, tintas e vernizes, utilizadores de olefinicas.



## SUBPROGRAMA DE CONSTRUÇÃO CIVIL, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS

### I — ASPECTOS GERAIS

As atividades desenvolvidas ao longo do ano de 1977 no Subprograma VI residiram, basicamente, na elaboração, implantação e execução de uma estratégia de apoio à indústria regional de Máquinas e Equipamentos, visando a sua participação na demanda decorrente da construção do Complexo Petroquímico do Sul.

Com relação ao setor de Construção Civil, principalmente no que se refere à disponibilidade de materiais para construção, encontra-se em fase de revisão final e análise um estudo setorial que visa, além da realização do diagnóstico, a formulação de uma estratégia de apoio e desenvolvimento para o setor.

### II — ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

#### a) Construção Civil

- Acompanhamento à realização e análise preliminar do Estudo Setorial.
- Apreciação preliminar dos principais aspectos ligados às necessidades do Pólo Petroquímico.
- Discussão de aspectos básicos ligados à definição e implantação de uma estratégia de apoio para o setor.

#### b) Máquinas e Equipamentos

- Elaboração da estratégia de ação.
- Análise do "Estudo Setorial e Programa de Investimentos para a Indústria de Apoio à Implantação do Pólo Petroquímico do Estado do Rio Grande do Sul — Máquinas e Equipamentos":
  - elaboração de minuta do resumo do Estudo Setorial;
  - discussão da minuta e apreciação das diferentes alternativas de apoio existentes;
  - definição de ação.
- 2 — Implantação da Estratégia de Ação.
  - Articulação e coordenação das atividades dos diversos órgãos envolvidos no processo de participação da indústria regional na demanda do Pólo.
- 3 — Execução da Estratégia de Ação.
  - Reunião de empresários do setor com representantes dos diversos órgãos de apoio envolvidos no processo;
  - programa de visitas a unidades industriais similares àquelas a serem implantadas no Rio Grande do Sul;
  - acompanhamento aos contatos de técnicos do NAI/PETROQUISA e representantes das empresas "compradoras" de equipamentos, com empresários e dirigentes locais;
  - difusão de informações destinadas a facilitar o intercâmbio entre empresas "compradoras" e "vendedoras" de equipamentos;
  - atendimento permanente a solicitação específicas de empresas fabricantes de equipamentos.
- 4 — Publicações
  - "Sinopse do Estudo Setorial e Programa de Investimentos para a Indústria de Apoio à Implantação do Pólo Petroquímico do Estado do Rio Grande do Sul — Máquinas e Equipamentos" — maio/1977;
  - "Máquinas e Equipamentos Demandados pela Implantação das Unidades Centrais do Pólo Petroquímico do Estado do Rio Grande do Sul — Listagem Referencial Básica", junho/1977;
  - "Descrição Geral das Atividades e Estratégias Propostas pelo Subprograma VI — Construção Civil, Máquinas e Equipamentos do CONPETRO" — junho /1977.

Plano Geral de Atividades — 1978/79/80

#### a) Construção Civil

No Subprograma, as atividades ligadas à Construção Civil serão intensificadas em virtude da

conclusão do Estudo Setorial e Programa de Investimentos para a Indústria de Materiais de Construção.

Deste modo, serão desenvolvidas basicamente as seguintes atividades:

1978

- apreciação do Estudo Setorial e Programa de Investimentos para a Indústria de Materiais de Construção;
- identificação das áreas de interesse do CONPETRO (relacionadas com o Pólo) no estudo citado;
- elaboração de uma estratégia de ação para o setor, em função das necessidades do Pólo Petroquímico;
- adequação da estratégia estabelecida em função do Pólo Petroquímico com a estratégia de ação adotada para o setor em todo o Estado;
- articulação das medidas necessárias à execução da estratégia estabelecida;
- divulgação de informações e atendimentos aos empresários;
- acompanhamento e avaliação das atividades.

1979

- acompanhamento à execução da estratégia de ação;
- atendimento aos empresários;
- análise e avaliação das atividades desenvolvidas.

1980

Acompanhamento, análise e Avaliação das atividades desenvolvidas..

#### b) Máquinas e Equipamentos

Esta área do Subprograma encontra-se basicamente numa fase de execução e acompanhamento da estratégia de ação adotada e avaliação dos resultados. Assim, o Plano de Trabalho para os anos seguintes prevê:

- Atendimento permanente aos empresários e instituições demandadoras de informações;
- permanente atualização das informações disponíveis e úteis à participação das informações disponíveis e úteis à participação das empresas regionais na demanda de máquinas e equipamentos do Pólo;
- acompanhamento, análise e avaliação das atividades desenvolvidas.

### SUBPROGRAMA INFRA-ESTRUTURA FÍSICA

As atividades deste subprograma compreendem a elaboração de projetos de engenharia e a execução das obras deles decorrentes.

Os custos dos projetos elaborados em 1977 são contratuais; os valores indicados na relação prevista para 1978 são simples estimativas, muitas das quais, aqui, não coincidentes com os valores arbitrados inicialmente, pois, em alguns casos, já dispõe-se de avaliações mais precisas, elaboradas por empresas especializadas, tais como a CORSAN e CEEE.

Com as obras ocorrem fatos semelhantes, à exceção da melhoria dos caminhos vicinais, já concluída e da fiscalização de sua execução, cujos valores são finais.

#### Trabalhos Realizados em 1977

- Projeto da Estação Provisória de Tratamento d'água (CORSAN) . . . .	Cr\$	325.000,00
- Projeto da Subestação abaixadora provisória de energia elétrica (CEEE) . . . . .	Cr\$	306.000,00
- Restituição aerofotogramétrica da área destinada à 1ª e 2ª etapas industriais (IRGA) . . . . .	Cr\$	690.000,00
- Sondagem geológica da área destinada à área industrial 1ª etapa (CIENTEC) . . . . .	Cr\$	471.000,00
- Projeto de engenharia final das seguintes obras:		
- Ligação BR/386 — Estação General Luz . . . . .	Cr\$	1.181.000,00
- Atracadouro de Emergência no Rio Cai. . . . .	Cr\$	1.290.000,00

— Ampliação do Pátio Ferroviário da Estação General Luz (GEIPOT) ..	Cr\$	850.000,00
— Projeto de engenharia final das seguintes obras (contrato único): E TEL S.A. ....		
— Sistema viário da 1ª etapa da área industrial .....		
— Sistema Rodoferroviário de contorno do Complexo Básico .....	Cr\$	1.853.010,49
— Rodovia de ligação BR/386— Montenegro		
— Estudos hidrológicos da área do Complexo Básico e 1ª etapa da área industrial (MAGNA S.A.) .....	Cr\$	433.606,05

Levantamentos cadastrais e topográficos destinados à desapropriação das áreas 1 e 2 do Complexo Industrial.

Obras Contratadas em 1977:

No decorrer de 1977 o CONPETRO assinou contratos para a execução das seguintes obras:

— Construtora Ferreira Guedes S.A.: Terraplenagem da rodovia de ligação BR/386 — Estação General Luz Atracadouro de Emergência, no valor de Cr\$ 75.875.000,00.

— Brasília Guaíba Obras Públicas S.A. Melhoria dos Caminhos de Vicinais da Área do Pólo, no valor de Cr\$ 1.668.000,00.

— DAER/RS: Fiscalização dos trabalhos contratados com a Brasília Guaíba Obras Públicas S.A. Cr\$ 202.000,00.

O Governo do Estado do Rio Grande do Sul, mediante aumento de capital da CORSAN e CEEE, em Cr\$ 6.355.000,00 e Cr\$ 6.600.000,00, respectivamente, permitiu a construção de sistemas, provisórios, de abastecimento de água e energia elétrica.

O CONPETRO deverá ser imitido na posse Área 1 do Complexo Industrial do Pólo, no decorrer do mês de dezembro corrente, o que permitirá executar obras da infra-estrutura básica, definitivas, sem prejuízos ao cronograma de implantação das indústrias de 2ª geração.

Atrasos ocorridos, em especial com obras provisórias de abastecimento d'água e energia elétrica, não acarretam consequências irrecuperáveis.

#### Projetos a Executar em 1978

— Subestação abaixadora, definitiva, para a área do Complexo Industrial abrangendo ainda obras de transmissão em 230 e 69 kw, linhas de distribuição em 69 e 13,8 kw. Estimativa feita pela CEEE .....	Cr\$	3.123.000,00
— Captação, tratamento, armazenamento e distribuição d'água para a Área 1 do C. Industrial. Licitação em andamento .....	cr\$	4.200.000,00
— Estudos Hidrológicos: Projetos e detalhamento dos lagos de acumulação de águas pluviais, no Complexo Básico e Área 1 do Comp. Industrial. Avaliação de trabalho não previsto anteriormente .....	Cr\$	600.000,00
— Projetos de esgotos pluviais, na Área 1 do Complexo Industrial e, se necessário projetos complementares na área externa ao loteamento industrial do Complexo Básico .....	Cr\$	6.050.000,00
— Projetos de drenagem subterrâneas nos locais onde for caracterizada a necessidade de obras deste tipo, tanto na Área 1 do Complexo Industrial, como na do Complexo Básico .....	Cr\$	3.960.000,00
— Estudos para localização de porto fluvial para granéis líquidos, permitindo a operação de navios com até 5.000 t e 6,10m de calado, com comparativos técnico-econômico das alternativas selecionadas .....	Cr\$	3.300.000,00
— Ante-projeto e projeto final de engenharia do porto para granéis líquidos .....	Cr\$	8.700.000,00
— Projeto de iluminação pública .....	Cr\$	1.200.000,00
— Estudos hidrológicos (eventuais) .....	Cr\$	1.000.000,00
— Projeto de esgotos sanitários e industriais na Área 1 do Complexo Industrial .....	Cr\$	5.500.000,00
— Projeto para construção de Centro de Pesquisa .....	Cr\$	2.370.000,00

Centro de Pesquisa e Laboratório de Controle Ambiental.

Por tratar-se de atividade não incluída especificamente no Decreto de criação do Conselho de Implantação do Pólo Petroquímico do Estado do Rio Grande do Sul, está incluída no plano global de Infra-Estrutura Física, como obra definitiva.

Durante o ano de 1977, foram internamente estudadas todas as hipóteses de viabilidade de implantação do Centro de Pesquisas, concluindo-se pela aglutinação das duas Universidades instaladas em Porto Alegre nos trabalhos de concepção, do que resultaram:

— Constituição de Comissão de Representantes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e CONPETRO para estudos relativos à implantação de um Centro de Pesquisas.

— Após várias reuniões, estabeleceu-se um "Plano para Implantação do Centro de Pesquisas", que inclui o Laboratório de Controle Ambiental e do qual constam:

- Diretrizes do referido Plano;
- atividades identificadas para o Centro de Pesquisas;
- objetivos do Centro de Pesquisas;
- forma geral de atuação do Centro de Pesquisas.

O Plano, recentemente concluído se encontra, no momento, em análise; pode-se adiantar, contudo, que prevê um prazo de 38 meses para a implantação e início do funcionamento, tendo sido estimados seus custos, incluindo o Laboratório de Controle Ambiental, como segue:

— Estudos .....	Cr\$ 970.000,00
— Projetos de Execução .....	Cr\$ 1.400.000,00
— Obras Cíveis .....	Cr\$ 40.000.000,00
— Instalações, Equipamentos, Aparelhos, Acessórios e Treinamento de Pessoal .....	Cr\$ 100.000.000,00
<b>Total</b>	<b>Cr\$ 142.370.000,00</b>

#### Previsões de realização no período 1979/81

Os quadros a seguir são previsões de execução, ano a ano, das principais atribuições do CONPETRO.

OBRAS	ANO				OBSERVAÇÃO
	1978	1979	1980	1981	
(Valores em Cr\$ 1.000,00)					
<b>DESAPROPRIAÇÕES:</b>					
Área 1 do Complexo Industrial.....	52.279	30.000*			*Valores estimados. As previsões iniciais indicavam desembolsos de 147, 67 e 128 milhões de cruzeiros em 77, 78 e 79, respectivamente.
Área 2 do Complexo Industrial.....		100.000*			
Área de proteção ao sul da EP/290 a ser declarada de utilidade pública....			58.000*		
Idem na margem esquerda do rio Cai....				63.400*	
<b>ENERGIA ELÉTRICA: Área 1 do Complexo Industrial</b>					Estimativas efetuadas pela CEEE baseada em ante-projeto. As avaliações anteriores previam aplicações de 13 e 4 milhões de cruzeiros em 78 e 79 respectivamente.
Subestação 45 Mw Alimentação em 230kv: Obras de Distribuição .....		14.521	20.895	39.506	
Estação provisória para abastecimento dos canteiros de obras.....	6.600				
<b>ABASTECIMENTO D'ÁGUA: Área 1 do Complexo Industrial</b>					Por iniciar. Obra a ser construída pela CEEE.  O orçamento inicial previa desembolsos de 13,6 e 10,4 milhões de cruzeiros em 78 e 79, respectivamente. Novas estimativas levaram a maiores valores. Por iniciar. Obra a ser construída pela CORSAN.
Obras definitivas de captação, tratamento, adução e distribuição.....		40.000	30.000		
Estação provisória de tratamento para a fase de obras.....	6.355				
Complementação de redes de distribuição provisória.....		12.000			
<b>OBRAS VIÁRIAS:</b>					Obra concluída.
Melhoria dos caminhos vicinais (contrato c/Brasília Guaita Obras Públicas S/A	1.668				

(Valores em Cr\$ 1.000,00)

OBRAS	ANO				OBSERVAÇÃO
	1978	1979	1980	1981	
<b>OBRAS VIÁRIAS:</b>					
Fiscalização dos serviços supra-mencionados (DAER).....	202				Tarefa concluída
Implantação e pavimentação da ligação BR/306-Estação Gen.Luz-Atracodouro.....		75.875	50.000		O orçamento inicial total era de Cr\$ 86.600. Novo orçamento baseado em projeto final leva a um custo estimado de Cr\$ 125.875, onde se incluem os valores prováveis dos reajustamentos Cr\$ 75.875 contratados em 1977.
Obras de arte especiais - Viadutos sobre o eixo ferroviário no Complexo - Básico		10.000	6.000		Obras não previstas inicialmente, destinadas a permitir o cruzamento da rodovia com ferrovia em níveis diferentes.
Implantação e pavimentação das vias principais da Área do Complexo Indl....		21.420	60.480	44.100	Estimativa inicial, passível de alteração na conclusão do projeto e/ou contrato.
Implantação da pavimentação do sistema rod-ferroviário de contorno do Complexo Básico.....		68.200	124.800	91.000	Estimativa inicial englobando previsões de investimentos em rodovias e ferrovias, no Complexo Básico. Passível de alteração na conclusão do projeto e/ou contrato.
Implantação e pavimentação da ligação rodoviária a BR/306-Montenegro.....		18.360	51.040	37.800	Estimativa inicial, passível de alteração na conclusão do projeto e/ou contrato.
Ampliação do pátio ferroviário da Estação General Luz.....		7.000			Orçamento inicial.
Contratação de atracodouro de emergência		4.000			Execução dependendo de estudos em elaboração pela COPELUL.
Estimativa de gastos com fiscalização de obras		10.000	15.000	8.600	Valores não previstos inicialmente.

(Valores em Cr\$ 1.000,00)

OBRAS	ANO				OBSERVAÇÕES
	1978	1979	1980	1981	
<b>SANEAMENTO:</b>					
Construção de sistema de esgoto separador de águas pluviais, na Área do Complexo Básico.....		15.000	45.000		Nas áreas externas circunvizinhas ao Complexo Básico, para condução nos lagos de acumulação.
Construção de sistema de esgotos pluviais na Área 1 do Complexo Industrial.	7.650	21.600	15.750		
Rede coleta de esgotos sanitários e industriais na Área 1 do Complexo Indl.	12.750	36.000	26.750		
Estação geral de tratamento de esgotos dos efluentes do DQlo .....	375.000	375.000	375.000	375.000	
<b>TELECOMUNICAÇÕES:</b>					
Sistema telefônico.....	14.000	6.000	10.000	5.000	Valores atualizados.
<b>CENTRO DE PESQUISA:</b>					
Obras Civis.....		40.000			
Equipamentos e instalações		100.000			
<b>PORTO FLUVIAL:</b>					
Porto para operar com grandes líquidos	125.000	125.000	125.000	125.000	
Construção de lagos de acumulação no Complexo Básico e Área 1 do Complexo Industrial.....			3.000	1.000	Não previsto inicialmente.

#### RESUMO GERAL

(em Cr\$ 1.000,00)

DISCRIMINAÇÃO	1977	1978	1979	1980	1981	TOTAL
Estudos e Projetos....	7.400	41.459	-	-	-	48.859
Projetos a Executar...	67.127	840.922	1.014.191	932.833	510.613	3.365.686
<b>TOTAL.....</b>	<b>74.527</b>	<b>882.381</b>	<b>1.014.191</b>	<b>932.833</b>	<b>510.613</b>	<b>3.414.545</b>

## SUBPROGRAMA APOIO FINANCEIRO

### 1 — Realizações

No que tange ao Apoio Financeiro, o ano de 1977 foi caracterizado pelo início da utilização de recursos do BNH, através do Programa FIPLAN (Financiamento para o Planejamento Urbano) num total de 382.320 UPC's correspondentes aquela época (02/06/77) a Cr\$ 74.487.045,60. O Contrato então firmado entre o Estado do Rio Grande do Sul e o Banco Nacional de Habitação, teve como Agente Financeiro, o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul — BRDE e destinou-se, exclusivamente, a financiar os estudos necessários às obras destinadas a implantação da 1ª fase do Pólo Petroquímico do Rio Grande do Sul.

Em função desse contrato já foram contemplados estudos num valor de Cr\$ 17.852.358,34 (Quadro I).

Ainda, com recursos do BNH, agora do Programa de Apoio ao Desenvolvimento de Pólos Econômicos — PRODEPO foi firmado em 24.11.77 um contrato no valor de 321.292 UPC's correspondendo a Cr\$ 72.980.860,00.

Destinado a financiar os projetos originados dos estudos proporcionados pelo programa FIPLAN, este contrato corresponde as seguintes obras:

— Ligação rodoviária BR/386	
Complexo Básico/Estação Gal. Luiz/Atracadoiro de Emergência.	Cr\$ 57.463.820,00
— Melhoria dos Caminhos Vicinais .....	Cr\$ 1.680.000,00
Atracadoiro de Emergência do Rio Cai. ....	Cr\$ 4.120.040,00
— Ampliação do Pátio da Estação Gal.Luz. ....	Cr\$ 7.210.000,00
— Sistema de Proteção Vegetal .....	2.507.000,00
Total .....	Cr\$ 72.980.860,00

O Estado do Rio Grande do Sul, por sua vez, já investiu além dos empréstimos firmados com o BNH, uma parte correspondente a recursos próprios num total de Cr\$ 74.644.075,00 assim discriminados:

— Água em caráter provisório para o canteiro de obras .....	Cr\$ 6.355.000,00
— Energia Elétrica em caráter provisório .....	Cr\$ 6.600.000,00
— Telefone e Comunicações .....	Cr\$ 3.700.000,00
— Desapropriações — 1ª fase da área industrial (*) .....	
— Custeio — Outubro/77 — Dezembro/77 .....	Cr\$ 51.769.075,00

(\*) Cr\$ 40.000.000,00, recebido do Governo Federal através do FNDU.

Desta forma pode-se, resumidamente, apresentar a soma de investimentos do Estado do Rio Grande do Sul no que tange a implantação do Pólo Petroquímico no ano de 1977 através dos seguintes números:

	Financiamentos:	Cr\$ 147.468.265,60
— FIPLAN		Cr\$ 74.487.405,60
— PRODEPO		Cr\$ 72.980.860,00
— Recursos Próprios		Cr\$ 74.644.075,00
Total		Cr\$ 222.112.340,60

### 2 — Previsões

Em termos financeiros, os anos de 1978 e seguintes são expressos pelas previsões mostradas no Quadro II (Estimativa de Utilização de Recursos).

Do total de Cr\$ 3.489.000.000,00 o Estado deverá participar com recursos próprios em investimentos diretos, na ordem de Cr\$ 1.175.000.000,00, sendo que o restante deverá ser financiado por terceiros.

O montante de investimentos nessa primeira fase de implantação, compromete o Estado do Rio Grande do Sul a gastos que o obriga a buscar financiamentos nas mais diversas linhas oficiais de crédito. Isso, no entanto, não chega a comprometer a capacidade de endividamento do Estado, pois, já a partir de 1981 com o início das operações do Pólo Petroquímico a arrecadação fiscal começará a experimentar um acréscimo que tornará o próprio investimento de então, autofinanciável. (Quadro III).

QUADRO I  
ESTUDOS DO PRIMEIRO CONTRATO DO FIPLAN

DISCRIMINAÇÃO	EMPRESA CONTRATADA	VALOR DO CONTRATO (Cr\$)
Restituição aero-fotogramétrica da área industrial	Instituto Rio Grandense de Arros DGA	586.500,00
Ligação Rodoviária BR/386 - Complexo Básico/Estação General Luz Atracadero de Emergência do rio Cai Aplicação do Pátio Ferroviário da Estação Cal.Luz	Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes-GEUPOT	3.112.515,50
Projeto de Proteção ao Meio Ambiente (Parça)	Fundação Zoológica do RS	3.500.000,00
Complementação do sistema rodoviário do Complexo Básico; sistema ferroviário do Complexo Básico, ramal e desvio industriais; loteamento industrial e sistema viário principal, da área industrial; ligação rodoviária BR/386-Montenegro	ENEL - Empreendimentos Técnicos de Estradas S/A.	1.853.010,49
Estudo setorial da indústria de transformação de plásticos e elastômeros	ESPIN - Consultoria e Assessoria Ltda	6.979.924,00
Estudo setorial e programa de investimentos abrangendo a produção, pelos Estados da Região Sul, de materiais e equipamentos necessários a implantação do III Pólo Petroquímico	Engineering S.A. - Serviços de Engenharia	813.900,00
Estudos hidroológicos da área industrial e área do Complexo Básico	Magna Engenharia S.A.	433.508,05
Sondagens manuais à permeação na área industrial	Fundação de Ciências e Tec.-CIENITEC	471.000,00
	T O T A L	17.852.356,34

QUADRO II  
ESTIMATIVA DE UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS

(em Cr\$)

DISCRIMINAÇÃO	TOTAL	1978	1979	1980	1981
Estudos e Projetos.....	56.634.000	41.459.000	14.175.000	1.000.000	-
Projetos a Executar.....	3.313.560.324	843.922.290	1.018.191.357	936.833.397	514.613.280
SUBTOTAL.....	3.370.194.324	885.381.290	1.032.366.357	937.833.397	514.613.280
Custeio.....	118.500.000	19.500.000	25.000.000	33.000.000	42.000.000
T O T A L.....	3.488.694.324	904.881.290	1.057.366.357	970.833.397	556.613.280

QUADRO III  
APLICAÇÃO E ORIGEM DOS RECURSOS

DISCRIMINAÇÃO	TOTAL	A N O S					
		1978	1979	1978	1979	1980	1981
A- APLICAÇÃO	3.736.160.642	108.306.000	136.922.325	304.826.290	1.057.236.357	970.813.397	557.487.280
1. Estudos e Projetos.....	74.487.000	-	17.853.000	41.459.000	14.175.000	1.000.000	-
2. Projetos a Executar.....	3.526.409.649	100.000.000	112.849.325	843.922.290	1.018.191.357	936.833.397	514.613.280
3. Custeio.....	135.264.000	8.306.000	6.220.000	19.515.000	25.369.000	32.980.000	42.874.000
B- ORIGEM	3.736.160.642	108.306.000	136.922.325	304.826.290	1.057.236.357	970.813.397	557.487.280
1. Recursos Próprios.....	1.175.443.075	8.306.000	34.644.075	175.500.000	400.179.000	470.190.000	136.624.000
2. Recursos de Terceiros.....	2.560.717.574	100.000.000	102.278.250	779.396.290	657.556.357	500.623.397	420.863.280
2.1. INH	1.840.887.000	-	59.008.000	642.474.000	510.365.000	347.790.000	281.250.000
2.1.1. FIPLAN	74.487.000	-	17.853.000	41.459.000	14.175.000	1.000.000	-
2.1.2. PRERPO	641.400.000	-	41.155.000	319.765.000	214.940.000	65.540.000	-
2.1.3. PLANASA	750.000.000	-	-	187.500.000	187.500.000	187.500.000	187.500.000
2.1.4. INH/PNE	375.000.000	-	-	93.750.000	93.750.000	93.750.000	93.750.000
2.2. Ministério do Trabalho	37.118.000	-	1.500.000	5.924.000	11.244.000	13.897.000	4.553.000
2.3. Petrobrás	26.653.374	-	1.020.250	4.448.290	7.827.357	8.878.397	4.479.080
2.4. CERRAE/PNTE	8.209.200	-	750.000	1.050.000	1.470.000	2.058.000	2.881.200
2.5. SENAI-ON	7.850.000	-	-	500.000	1.650.000	3.000.000	2.700.000
2.6. COPESUL	100.000.000	100.000.000	-	-	-	-	-
2.7. A Definir	500.000.000	-	-	125.000.000	125.000.000	125.000.000	125.000.000
2.8. FNUJ	40.000.000	-	40.000.000	-	-	-	-

## SUMÁRIO

I — MENSAGEM DO GOVERNADOR DO ESTADO À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO RIO GRANDE DO SUL .....	I
II — RELATÓRIO SOBRE A ATUAÇÃO DO SETOR PÚBLICO EM 1977 .....	1
1 — ÁREA ECONÔMICA .....	3
1.1 — <i>AGRICULTURA E PECUÁRIA</i> .....	5
1.1.1 — Produção Vegetal .....	5
1.1.2 — Produção Animal .....	9
1.1.3 — Preservação dos Recursos Naturais Renováveis .....	12
1.1.4 — Central de Comandos Mecanizados de apoio à Agricultura .....	14
1.1.5 — Pesquisa .....	16
1.2 — <i>INDÚSTRIA E COMÉRCIO</i> .....	19
1.2.1 — Promoção Industrial e Comercial .....	19
1.2.2 — Produção Industrial e Comercialização .....	26
1.3 — <i>TURISMO</i> .....	29
1.3.1 — Estudos e Projetos .....	30
1.3.2 — Área de Informática Turística .....	30
1.3.3 — Área de Investimentos em Infra-Estrutura Turística .....	31
1.3.4 — Na Área de Promoção ao Turismo .....	31
1.3.5 — Junta de Empresas Oficiais de Turismo do Extremo-Sul .....	33
1.4 — <i>FINANCIAMENTO DE APOIO À PRODUÇÃO</i> .....	34
1.4.1 — Banco de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul .....	34
1.4.2 — Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo-Sul .....	37
2 — ÁREA DE INFRA-ESTRUTURA MATERIAL .....	41
2.1 — <i>TRANSPORTES</i> .....	43
2.1.1 — Transporte Rodoviário .....	43
2.1.2 — Transporte Hidroviário .....	48
2.1.3 — Transporte Aeroviário .....	48
2.2 — <i>ARMAZENAMENTO</i> .....	49
2.3 — <i>ENERGIA ELÉTRICA</i> .....	50
2.3.1 — Obras de Geração .....	50
2.3.2 — Obras de Transmissão .....	51
2.3.3 — Obras de Transformação .....	52
2.3.4 — Obras de Distribuição .....	52
2.3.5 — Eletrificação Rural .....	52
2.3.6 — Obras Gerais .....	53



2.4 — TELECOMUNICAÇÕES .....	53
2.4.1 — Sistema Urbano .....	53
2.4.2 — Sistema Interurbano .....	54
2.4.3 — Construção de Prédios, Guaritas e Torres .....	54
2.4.4 — Obras em Andamento .....	55
2.5 — MINERAÇÃO .....	55
2.5.1 — Pesquisa do Carvão Mineral .....	56
2.5.2 — Pesquisa de Cobre e Ouro .....	56
2.5.3 — Mineração do Carvão .....	56
2.5.4 — Beneficiamento do Carvão .....	56
2.5.5 — Projeto da Mina Leão II .....	56
2.5.6 — Grupo de Trabalho do Complexo Carboquímico .....	56
3 — ÁREA SOCIAL .....	59
3.1 — EDUCAÇÃO E CULTURA .....	61
3.1.1 — Recursos Humanos para a Educação .....	61
3.1.2 — Assistência ao Educando .....	61
3.1.3 — Feiras de Ciências .....	62
3.1.4 — Recursos Materiais para a Educação .....	62
3.1.5 — Colaboração com o Ensino de 3º Grau .....	62
3.1.6 — Ensino Especializado .....	62
3.1.7 — Esporte .....	62
3.1.8 — Cultura .....	62
3.2 — SAÚDE .....	63
3.2.1 — Atividades-Fim .....	63
3.2.2 — Atividades-Meio .....	64
3.2.3 — Principais Realizações em 1977 .....	64
3.3 — SANEAMENTO BÁSICO .....	67
3.4 — PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE .....	68
3.5 — ASSISTÊNCIA .....	68
3.5.1 — Assistência e Serviço Social .....	69
3.5.2 — Desenvolvimento Comunitário .....	69
3.5.3 — Menor Carente .....	69
3.5.4 — Centros Sociais Urbanos .....	70
3.6 — HABITAÇÃO E URBANISMO .....	70
3.6.1 — Habitação .....	70
3.6.2 — Urbanismo .....	70
3.7 — TRABALHO .....	71
3.7.1 — Programa Estadual de Emprego .....	71
3.7.2 — Preparação de Mão-de-Obra .....	71
3.7.3 — Promoção Sindical .....	72
3.8 — PREVIDÊNCIA SOCIAL AO SERVIDOR .....	72
4 — ÁREA ADMINISTRATIVA .....	73
4.1 — PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL .....	75
4.1.1 — Planejamento Econômico e Social-SUPLAN .....	75
4.1.2 — Planejamento Organizacional-SPO .....	75
4.1.3 — Planejamento e Extensão de Distritos Industriais .....	77
4.1.4 — Orçamento .....	78
4.1.5 — Fundo de Participação dos Estados .....	78
4.1.6 — Fundo Nacional de Desenvolvimento Urbano .....	78
4.1.7 — Fundo de Participação dos Municípios .....	78
4.1.8 — Fundo de Investimentos Urbanos .....	79
4.1.9 — Projetos Especiais .....	79

4.2 —	<i>RECURSOS HUMANOS</i> .....	79
4.3 —	<i>ESTUDOS, ANÁLISES E PESQUISAS</i> .....	80
4.3.1 —	Fundação de Economia e Estatística .....	80
4.3.2 —	Fundação de Amparo à Pesquisa.....	81
4.4 —	<i>ADMINISTRAÇÃO DA POLÍTICA DE PESSOAL</i> .....	82
4.5 —	<i>SERVIÇOS GRÁFICOS</i> .....	82
4.6 —	<i>PROCESSAMENTO DE DADOS</i> .....	82
4.7 —	<i>PLANEJAMENTO REGIONAL E URBANO</i> .....	82
4.7.1 —	Superintendência do Desenvolvimento Urbano e Administração Municipal .	82
4.7.2 —	Companhia Estadual de Desenvolvimento Regional e Obras .....	83
4.8 —	<i>RACIONALIZAÇÃO DO USO DE VEÍCULOS</i> .....	83
4.9 —	<i>GESTÃO FINANCEIRA</i> .....	83
4.9.1 —	Administração Tributária .....	83
4.9.2 —	Administração Financeira e da Dívida Pública.....	84
4.9.3 —	Contabilidade e Auditoria .....	84
4.9.4 —	Estímulos Fiscais .....	84
4.9.5 —	ICM Arrecadado no Rio Grande do Sul.....	85
4.10 —	<i>SERVIÇOS BANCÁRIOS E FINANCEIROS</i> .....	85
4.10.1 —	Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.....	85
4.10.2 —	Caixa Econômica do Estado do Rio Grande do Sul .....	86
4.11 —	<i>SECRETARIA DA JUSTIÇA</i> .....	87
4.11.1 —	Registro Comercial .....	87
4.11.2 —	Arquivo Público .....	88
4.11.3 —	Serviços Penitenciários .....	88
4.12 —	<i>MINISTÉRIO PÚBLICO</i> .....	88
4.13 —	<i>ASSISTÊNCIA JURÍDICA</i> .....	88
4.14 —	<i>SEGURANÇA PÚBLICA</i> .....	89
4.15 —	<i>CONSELHO DE IMPLANTAÇÃO DO PÓLO PETROQUÍMICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL</i> .....	90
—	SUBPROGRAMA DE RECURSOS HUMANOS.....	90
—	SUBPROGRAMA DE INFRA-ESTRUTURA SOCIAL .....	93
—	SUBPROGRAMA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL .....	94
—	SUBPROGRAMA V — UNIDADES DE TRANSFORMAÇÃO .....	95
—	SUBPROGRAMA DE CONSTRUÇÃO CIVIL, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS.....	97
—	SUBPROGRAMA INFRA-ESTRUTURA FÍSICA.....	98
—	SUBPROGRAMA APOIO FINANCEIRO .....	102
SUMÁRIO .....		105